

PO Algarve 21

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE

- Objectivo: Convergência (phasing out)
- Decisão de aprovação: C (2007) 5067 de 10/10/2007
- Código CCI: 2007PT161 PO005

Relatório de Execução 2010

(Versão Definitiva)

Outubro 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21, foi aprovado pela Decisão C (2007) 5067 em 10 de Outubro de 2007 e tem como principal objectivo “*Afirmar o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento*”.

É constituído por **4 Eixos Prioritários** com as seguintes **dotações financeiras**:

Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	89.958.171 €
Eixo 2 – Protecção e Qualificação Ambiental	18.322.055 €
Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	60.985.850 €
Eixo 4 – Assistência Técnica	5.685.940 €

A Região do Algarve assumiu neste período de programação (2007-2013) o estatuto de “phasing out” do Objectivo convergência, o que teve como consequência uma forte redução de verbas em relação ao Quadro Comunitário anterior. O investimento total previsto no Programa aprovado, ascende a 352,4 milhões de euros com uma **comparticipação comunitária FEDER de 175 milhões de euros**, que se traduz numa taxa média de participação de **49,7%**.

O presente relatório anual de Execução do Programa é referente ao ano de 2010 e é elaborado nos termos do artigo 60º do Regulamento nº1083/2006, de 31 de Julho.

Durante o ano 2010, e após estabilização dos principais procedimentos da fase de **implementação** do Programa que resultaram da revisão e aprovação das novas versões do Manual de Procedimentos do PO (2009), o Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos (2009) e da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo (Março 2010), procurou-se fazer evoluir o Sistema de Informação do PO (SIGA.21) no sentido da simplificação de processos e agilização de procedimentos em face das limitações de recursos existentes.

No final do ano, a versão que entrou em produção com histórico recuperado, permitiu, entre outras, operacionalizar a contratualização com a AMAL e efectuar a **2ª Certificação de Despesa** do Programa à Comissão Europeia (*enviada ao IFDR em 28/12/2010*).

O ano 2010 foi marcado por um acentuar da grave crise económica e financeira que teve repercussões negativas ao nível dos indicadores regionais. Este contexto de incerteza limitou a evolução do crescimento do PO, a nível do acréscimo das aprovações mas sobretudo ao nível do ritmo da execução.

No entanto, durante o ano 2010 estiveram abertos 22 concursos e, apesar do contexto, foi possível duplicar o nível de **aprovações** de Outubro de 2009 atingindo, em 31/12/2010, 185 milhões de euros de investimento elegível e 67,9 milhões de FEDER comprometido, ou seja 39% da dotação do Programa.

A maior taxa de aprovações do Programa regista-se no Eixo 2 (63%) e o Eixo 1 registou durante o ano 2010 o maior acréscimo absoluto de aprovações.

No total, até 31/12/2010, tinham sido abertos 99 **concursos** com uma dotação de 148,5 milhões de Euros FEDER, abrangendo 20 Regulamentos Específicos do Programa, dos quais 94 tinham já encerrado naquela data e 92 tinham sido alvo de decisão.

Durante o ano, realizaram-se 6 reuniões presenciais da **Comissão Directiva** e 7 consultas por escrito para análise de candidaturas. Em Junho ocorreu a **Comissão de Acompanhamento** do Programa na qual foi aprovado o Relatório de Execução de 2009, foi analisada a situação da execução do Programa à data e foi apresentado o boletim do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR). Para além da reunião anual, foram também efectuadas duas consultas escritas à Comissão de Acompanhamento para aprovação de um ajustamento dos critérios de selecção do Regulamento “*Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar*” e aprovação dos critérios de selecção da “*Iniciativa JESSICA*”.

No final do ano, tinham sido alvo de decisão cerca de 96% das candidaturas resultantes dos concursos encerrados até 31/10/2010 e registavam-se acréscimos nas *taxas de admissibilidade* e de *contratação* relativamente ao final do ano transacto.

No decorrer do ano foi ainda dado cumprimento à exigência de **monitorização e reporte** com periodicidade mensal da informação financeira do Programa e trimestral da informação física,

tendo sido actualizado mensalmente, ao longo do ano, o espaço relativo aos **principais resultados** do Programa, criado para o efeito no respectivo site (www.ccdr-alg.pt/poalgarve21/).

Durante o mês de Maio decorreram iniciativas de divulgação dos financiamentos comunitários e da política Europeia, em que o PO esteve envolvido, no âmbito do Grande Evento Anual e no início de 2011, foi realizada uma “Sessão de apresentação dos Resultados 2010” do Programa, conforme previsto no **Plano de Comunicação**.

A **execução** embora não tivesse atingido ainda no final do ano valores muito significativos, por dificuldades acrescidas, motivadas pela crise financeira, apresentava uma taxa de **13%** e **os valores absolutos** (59 milhões de Euros de investimento elegível e 22,5 milhões de Euros de FEDER), **triplicavam o valor de Dezembro de 2009**.

A maior taxa de execução registava-se também no Eixo 2¹ (21%) e o Eixo 3 registou o maior acréscimo de execução, durante o ano 2010 (em termos absolutos e relativos).

Até final de 2010, tinham sido **pagos aos beneficiários** cerca de 19 milhões de Euros, entre adiantamentos e reembolsos dos investimentos efectuados.

A compreensão das instâncias comunitárias para a difícil situação sócio-económica que se sentiu ao longo do ano, em toda a Europa, levou à alteração do *Reg. (CE) n.º 1083/2006*² (derrogação da **regra N+3** que passa a aplicar-se apenas em 2011) o que impediu a maioria das Regiões Portuguesas, entre as quais o Algarve, de sofrer cortes de verbas decorrentes da aplicação desta Regra. As **previsões** do Programa para o final de 2010, foram revistas em baixa na sequência desta alteração regulamentar e foram ultrapassadas no final do ano.

No plano da **Avaliação** deu-se continuidade ao trabalho da responsabilidade da Universidade do Algarve sobre o impacto do Programa Operacional no Sector do Turismo da Região “Competitiv TUR” e foi actualizado o Plano de Avaliação em articulação com o Observatório do QREN.

Durante o ano 2010, o Programa foi alvo de uma Auditoria ao Sistema de Gestão e Controlo e foi preparado o 1º Plano Anual de Controlo da responsabilidade da Unidade de **Controlo Interno** do PO, que se encontra à data deste Relatório, a aguardar autorização superior para a

¹ Excluindo a “Assistência Técnica”

² Através do Reg. (EU) n.º 539/2010 de 16/06.

despesa. Foi igualmente implementada a solução de contingência da “Gestão de Dívidas” que passou a ser reportada mensalmente à Autoridade de Pagamento.

Alguns atrasos nos procedimentos deve-se igualmente, no plano interno, ao facto de 3/4 do ano terem sido em grande parte ocupados com os trabalhos de encerramento do QCA III (encerramento de projectos, últimas auditorias, correcções e Adenda do Relatório de Execução Final, últimas Certificações de despesas dos 4 Fundos Estruturais e apresentação de resultados). Como **problemas a reter** destacam-se as limitações da dotação da Assistência Técnica que impediu a resolução das carências existentes e associadas ao contexto sócio económico não permitiu que se avançasse a um ritmo superior em áreas em que a concretização depende de contratações ao exterior (Sistemas de informação, controlo interno e avaliação).

Os **desafios para 2011** centram-se na capacidade de, em situação de recessão económico-financeira e contexto de forte consolidação orçamental, conseguir ultrapassar os principais problemas identificados:

- Avançar na regulamentação e abertura de concursos nas Áreas de vocação mais estratégica para a economia algarvia.
- Aumentar o nível de aprovações e os efeitos na economia, com subida do nível geral das taxas de comparticipação.
- Aumentar a execução dos projectos públicos e privados reduzindo os tempos de arranque dos investimentos e de pagamento por parte dos beneficiários públicos em contexto de fortes limitações orçamentais, cumprindo os limites mínimos da regra N+3.
- Cumprir as disposições regulamentares em matérias de sistemas de informação, avaliação, controlo interno e comunicação com as limitações nacionais e comunitárias ao orçamento da Assistência Técnica, em particular no caso específico do PO do Algarve.

PO ALGARVE 21

Relatório de Execução - 2010

ÍNDICE

Sumário Executivo	I
Índice	1
0. Introdução	5
1. Apresentação do Programa Operacional	7
2. Execução do Programa Operacional	18
2.1. Realização e Análise dos Progressos.....	18
2.1.1. Realização Física do Programa Operacional.....	18
2.1.2. Realização Financeira do Programa Operacional.....	23
2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos.....	33
2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo.....	36
2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado.....	38
2.1.6. Análise qualitativa.....	38
2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário.....	48
2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	54
2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional.....	62
2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) nº1083/2006 (durabilidade).....	84
2.6. Complementaridade.....	
2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos.....	84
2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira – Jessica, Jeremie e SAFPRI.....	87
2.7. Acompanhamento e Avaliação.....	92
2.7.1. Acompanhamento.....	92
2.7.2. Avaliação.....	122
2.7.3. Avaliação ambiental estratégica (AAE).....	126
3. Execução por eixo prioritário	138
3.1. Eixo prioritário 1.....	
3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos.....	140
3.1.2. Análise qualitativa.....	142
3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	152
3.2. Eixo prioritário 2.....	
3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos.....	156
3.2.2. Análise qualitativa.....	158
3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	163

3.3. Eixo prioritário 3	
3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos.....	165
3.3.2. Análise qualitativa.....	168
3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver.....	176
4. Grandes projectos e Projectos Ambientais.....	179
4.1. Grandes Projectos.....	179
4.2. Projectos Ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros	179
5. Assistência Técnica.....	180
6. Informação e Divulgação.....	183
7. Conclusões e previsões para 2011.....	203
Glossário e Siglas.....	208
Anexos.....	210

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS DO RELATÓRIO

TABELAS:

Tabela 2.1 – Indicadores Comuns Comunitários.....	18
Tabela 2.2 – Operações aprovadas e taxa de compromisso.....	27
Tabela 2.3 – Realização Financeira e Pagamentos.....	31
Tabela 2.4 – Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia.....	32
Tabela 2.5 – Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento.....	33
Tabela 2.6 – Repartição da contribuição da União por Tipo de Território.....	34
Tabela 2.7 – Repartição da contribuição da União por Actividade Económica.....	35
Tabela 2.8 – Repartição das Aprovações e Execução por Tipologia de Beneficiário.....	37
Tabela 2.9 – Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários.....	39
Tabela 2.10 – Aprovações e execução por Tema Prioritário.....	41
Tabela 2.11 – Apoios concedidos ao abrigo de <i>minimis</i> no período 2008-2010.....	50
Tabela 2.12 – “Follow-up” das Recomendações decorrentes de Acções de Controlo efectuadas ao PO Algarve 21.....	59
Tabela 2.13 – Aprovações para o Algarve noutros PO do QREN.....	87
Tabela 2.14 – Registo dos montantes FEDER aprovados na flexibilidade inter-fundos.....	111
Tabela 2.15 – Trabalho de Parceria desenvolvido pelos Organismos Intermédios.....	112
Tabela 3.1 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 1.....	140
Tabela 3.2 – Linhas de crédito PME Investe.....	147
Tabela 3.3 – Projectos aprovados no âmbito do Cluster do Turismo e Lazer.....	150
Tabela 3.4 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 2.....	156
Tabela 3.5 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 3.....	165
Tabela 5.1 – Assistência Técnica – Execução a 31/12/2010.....	181
Tabela 5.2 – Assistência Técnica – Execução por componentes.....	182
Tabela 5.3 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) – Eixo 4.....	182
Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação.....	196
Tabela 6.2 – Execução financeira acumulada do Plano de Comunicação.....	199
Tabela 7.1 – Resultados obtidos face às Previsões efectuadas para 2010.....	204
Tabela 7.2 – Previsão de Pedidos de Pagamento para 2011 e 2012 (Período de Programação 2007-2013).....	206

GRÁFICOS:

Gráfico 2.1 – Programação por Anos.....	24
Gráfico 2.2 – Programação por Eixos.....	25
Gráfico 2.3 – Aprovações por Eixos.....	26
Gráfico 2.4 – Aprovações por Anos.....	26
Gráfico 2.5 – Variação de admissibilidade/aprovações (2009/2010).....	27
Gráfico 2.6 – Taxas de Compromisso por Eixos.....	28
Gráfico 2.7 – Taxas de Execução por Eixo.....	29
Gráfico 2.8 – Aprovações e Execução por Área de Intervenção.....	30
Gráfico 2.9 – Formas de financiamento (aprovações).....	33
Gráfico 2.10 – Tipo de território (aprovações).....	34
Gráfico 2.11 – Actividade Económica (aprovações e execução).....	36
Gráfico 2.12 – Tipologia de beneficiário (aprovações).....	37

Gráfico 2.13 – Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários	40
Gráfico 2.14 – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	43
Gráfico 2.15 – Sociedade de Informação	43
Gráfico 2.16 – Transportes	44
Gráfico 2.17 – Energia	44
Gráfico 2.18 – Protecção do Ambiente e Gestão de Riscos	44
Gráfico 2.19 – Turismo	44
Gráfico 2.20 – Actividades Culturais	45
Gráfico 2.21 – Reabilitação Urbana e Rural	45
Gráfico 2.22 – Aumentar a adaptabilidade	46
Gráfico 2.23 – Investimento em infraestruturas sociais	46
Gráfico 2.24 – Mobilização	46
Gráfico 2.25 – Reforço das capacidades	46
Gráfico 2.26 – Assistência Técnica	47
Gráfico 3.1 – Taxa de Compromisso	139
Gráfico 3.2 – Taxa de Execução	139
Gráfico 3.3 – Taxa de Admissibilidade	139
Gráfico 3.4 – Taxa de Aprovação bruta	139
Gráfico 3.5 – Tempos médios de decisão	140
Gráfico 3.6 – Investimento Médio por operação	140
Gráfico 3.7 – Eixo 1 – Programação, Aprovações e Execução	143
Gráfico 3.8 – Eixo 1 – Taxa de aprovação por tipologia de operação	143
Gráfico 3.9 – Eixo 1 – Taxa de realização por tipologia de operação	144
Gráfico 3.10 – Eixo 2 – Programação, Aprovações e Execução	158
Gráfico 3.11 – Eixo 2 – Taxa de aprovação por tipologia de operação	159
Gráfico 3.12 – Eixo 2 – Taxa de realização por tipologia de operação	159
Gráfico 3.13 – Eixo 3 – Programação, Aprovações e Execução	168
Gráfico 3.14 – Eixo 3 – Taxa de aprovação por tipologia de operação	169
Gráfico 3.15 – Eixo 3 – Taxa de realização por tipologia de operação	169
Gráfico 5.1 – Eixo 4 – Programação, Aprovação e Execução	180
Gráfico 7.1 – Programação Futura – Regra de anulação automática	205
ANEXOS:	
Anexo I – Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais	211
Anexo II – Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)	221
Anexo III – Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.10 (valores acumulados)	222
Anexo IV – Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade	223
Anexo V – Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009	224
Anexo VI – Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009	228
Anexo VII – Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)	232
Anexo VIII – Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário	242
Anexo IX – Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)	244
Anexo X – Realização Financeira (31/12/2010)	246
Anexo XI – Template Monitoring Report for Financial Engineering Instruments (Holding Funds)	247

0. INTRODUÇÃO

O presente relatório anual de execução do Programa Operacional do Algarve (2007 – 2013) foi elaborado tendo em consideração as disposições regulamentares comunitárias em matéria de Relatórios de Execução Anuais, previstas no artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, bem como no Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de Setembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro.

A abordagem específica de cada ponto seguiu a Norma nº 1/2010 de 27 de Abril de 2010 do IFDR, que foi por sua vez objecto de consulta aos serviços da Comissão Europeia, ao IGFSE e ao Observatório do QREN. Foram igualmente tidas em conta as observações efectuadas relativamente aos Relatórios de Execução anteriores, em particular pelos serviços da Comissão Europeia e pelo IFDR.

No que respeita à organização do documento, foram respeitadas as orientações previstas pela regulamentação comunitária e pelas normas nacionais, quer em relação à arrumação dos grandes pontos, quer em relação aos conteúdos de tratamento obrigatório previstos.

No **Ponto 1 – Apresentação do Programa**, são dadas indicações resumidas sobre as principais características do PO desde o objectivo em que se enquadra, dotação global ou data de aprovação, até à estrutura e conteúdo sumário dos Eixos Prioritários e modelo de governação adoptado.

No **Ponto 2 – Execução do Programa Operacional** são apresentados os dados da realização física e financeira do Programa e respectiva análise qualitativa, bem como a informação que retrata o contexto em que a actividade do Programa se desenrolou com destaque para as alterações mais significativas ocorridas quer no contexto socioeconómico, quer de natureza legislativa ao longo do ano 2010. É fornecida informação sobre a conformidade com o direito comunitário das actuações do Programa e sobre as actividades de Gestão, que incluem os Sistemas de Informação e a Avaliação.

Apresenta uma súmula dos principais problemas sentidos pela Gestão e quais as medidas tomadas para os resolver e são também abordados temas como a repartição de utilização dos Fundos por temas prioritários, tipologia de território ou de beneficiários e ainda a complementaridade com instrumentos de engenharia financeira, entre outros.

O **Ponto 3 – Execução por Eixo Prioritário** fornece informação da execução material e financeira de forma mais detalhada ao nível de cada Eixo prioritário e tipologia de operação. São igualmente indicados os problemas específicos encontrados bem como as medidas tomadas para os contrariar.

O **Ponto 4 – Grandes Projectos** previstos nas orientações distribuídas, não se aplica até ao momento à Região do Algarve por não terem sido aprovados ou estarem previstos projectos desta dimensão.

O **Ponto 5 – Assistência Técnica** explica como foram utilizadas as verbas afectas à Assistência Técnica das várias entidades implicadas na Gestão do Programa (CCDR, Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL e Organismos Intermédios) no contexto da limitação financeira regulamentar e conjuntural.

O **Ponto 6 – Informação e Divulgação** apresenta um ponto de situação relativo à implementação do Plano de Comunicação, relatando as principais actividades e iniciativas tomadas ao longo do ano 2010.

Finalmente o **Ponto 7 – Conclusões e Previsões para 2011** sintetiza as informações mais relevantes da implementação do Programa Operacional em 2010 e aponta as perspectivas de evolução para 2011 com informação sobre as previsões de execução.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Programa Operacional	Objectivo: Convergência (phasing out)
	Zona Elegível: Algarve
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT161 PO005
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013)
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2010
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento:

O Programa Operacional do Algarve para o período 2007-2013 (PO Algarve 21), integra-se nas opções estratégicas da Política de Coesão e do QREN e tem como objectivo geral: “***Afirmar o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento***”.

Este objectivo cuja palavra-chave é a “*competitividade*” desdobra-se em seis vertentes estratégicas:

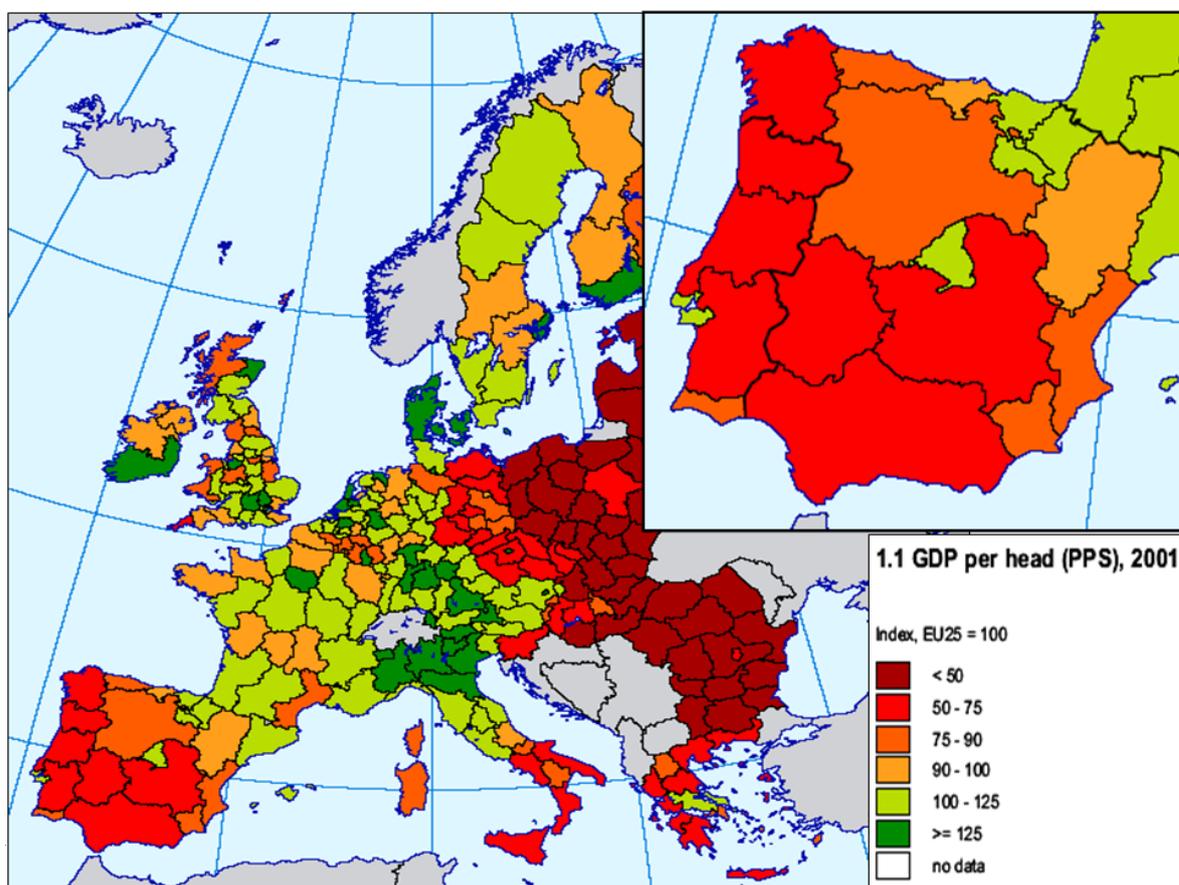
- Um maior dinamismo e inovação empresarial;
- Uma aposta em recursos humanos mais qualificados e com capacidade de adaptação a um Mundo em permanente mutação;
- Um reforço da capacidade de produção de conhecimento comercializável nas entidades do sistema científico regional e nas próprias empresas, bem como o estabelecimento de redes e interfaces para facilitar a endogeneização pelo tecido empresarial dos resultados da investigação regional;
- Um espaço territorialmente mais ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada, e dotado de bons equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida;
- A preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais, atingindo indicadores de excelência que permitam sustentar a prazo a tradicional especialização regional no sector do turismo;
- Uma administração pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os actuais custos de contexto para os agentes económicos.

O Programa Operacional Regional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21 foi aprovado pela Decisão C (2007) 5067 em 10 de Outubro de 2007 e enquadra, ao contrário do período de programação anterior, apenas actuações elegíveis ao FEDER, apresentando um âmbito naturalmente mais limitado que o da estratégia definida para a Região. Por outro lado, foi igualmente estabelecido que todas as actuações FEDER no Algarve, apenas poderiam ser assumidas no âmbito do PO regional, excluindo dos restantes PO nacionais qualquer intervenção deste Fundo na Região. As actividades a desenvolver foram assim estruturadas,

tentando maximizar a complementaridade das abordagens específicas de carácter sectorial ou territorial, assumidas pelos diversos instrumentos e programas operacionais que incidirão no Algarve, no período 2007-2015, no que respeita aos restantes fundos estruturais.

Nestes termos, o âmbito restrito do Programa Operacional da Região do Algarve e os recursos financeiros escassos que lhe estão atribuídos, obrigaram a recentrar a estratégia definida, concentrando os apoios disponíveis em fileiras de actuação mais estreitas, de forma a garantir um impacte forte em factores cruciais para a competitividade da Região.

Enquadramento geográfico



O Programa é constituído por 4 Eixos Prioritários estruturados através de Áreas de intervenção identificadas como as mais apropriadas para a concretização das prioridades estratégicas da região. Estas áreas de Intervenção desdobram-se por sua vez em Tipologias de Operação que correspondem aos Regulamentos Específicos criados no âmbito do modelo de Governação do QREN.

Eixo I - Competitividade, inovação e conhecimento

O reforço da competitividade empresarial passa necessariamente por uma aposta clara na inovação do tecido produtivo regional e na promoção de um empreendedorismo de oportunidade, sobretudo baseado no conhecimento.

O sector do turismo quer pelo valor regional que cria quer pelo volume de emprego que gera directa e indirectamente, é o sector no qual tem assentado e continuará a assentar a estratégia de modernização da economia regional. O sector induz em simultâneo dinâmicas inter-sectoriais com elevada importância económica, o que reforça o seu papel nuclear a nível regional. Pela sua relevância o turismo permanecerá o pilar do desenvolvimento preconizado para a região do Algarve. Há, no entanto, que redefinir a estratégia regional por forma a corrigir fraquezas identificadas ao nível da oferta na fase de diagnóstico.

O alargamento do cluster Turismo e Lazer a novas actividades, produtos e serviços, assume grande relevância e possibilita a apropriação de maior valor acrescentado pela Região e alcançando novos segmentos turísticos e origens. A consecução de um patamar de excelência neste cluster passa igualmente pela qualificação de algumas áreas turísticas degradadas da Região.

Objectivos específicos do Eixo:

- Incentivar a modernização do tecido produtivo regional, promovendo ganhos de competitividade;
- Contribuir para consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer;
- Melhorar a envolvente para a inovação empresarial;
- Reduzir os custos de contexto.

Eixo 1	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação
	Apoio à competitividade e inovação das empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico • Incentivos à Inovação • Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME • Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
	Incentivo ao reordenamento de actividades económicas	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao reordenamento de actividades económicas
	Melhoria da envolvente para a inovação empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da envolvente para a inovação empresarial
Valorização do Cluster Turismo e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do Cluster Turismo e Lazer 	
Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da sociedade do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de apoio à modernização administrativa • Economia Digital e Sociedade do Conhecimento 	
Promoção institucional da região	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção institucional da região 	
Dotação	Lista indicativa dos beneficiários	
<ul style="list-style-type: none"> - Investimento total: 187 069 291 € - FEDER: 89 958 171 € - Taxa média: 48,09 % 	<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Empresas Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Colectivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros 	

Eixo II - Protecção e qualificação ambiental

O ambiente (natural e urbano), o património natural e os valores paisagísticos têm de ser vistos como um valor em si mesmo e, também, como um recurso de suporte às actividades económicas. A promoção da qualidade ambiental deve ser encarada como uma questão prioritária, quer na requalificação do litoral de ocupação turística mais intensa, quer na preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais em áreas de menor densidade urbanística.

Assumindo-se como uma Região com elevado potencial ambiental, com grande diversidade de ecossistemas, alguns dos quais de importância internacional, o Algarve procura conciliar o desenvolvimento da economia com a preservação do património natural, o que constitui, sem dúvida, um dos grandes desafios dos próximos tempos.

Este esforço de valorização e conservação dos valores naturais não deve ser encarado como um obstáculo ao desenvolvimento das actividades económicas, mas pelo contrário constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de actividades de valor acrescentado com elevado interesse socioeconómico, o que implica contemplar uma abordagem de múltiplas vertentes

Objectivos específicos do Eixo:

- Proteger, valorizar e promover o património natural;
- Estimular novas soluções e boas práticas ambientais.

Eixo 2	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação
	Áreas Classificadas e Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
	Estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • Optimização da gestão de resíduos (40%) • Optimização da gestão de resíduos (60%)
	Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> • Acções de Valorização e Qualificação Ambiental • Energia
	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções materiais • Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - acções imateriais
	Ordenamento e valorização da orla costeira	<ul style="list-style-type: none"> • Acções de Valorização do Litoral
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento total: 35 234 722 € - FEDER: 18 322 055 € - Taxa média: 52,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Colectivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros

Eixo III - Valorização territorial e desenvolvimento urbano

Um modelo de desenvolvimento cada vez mais dependente do conhecimento e da inovação pressupõe uma sólida base urbana e exige às cidades e territórios uma elevada qualificação das suas funções e um forte potencial de atracção de talentos e de actividades do futuro. Assim, os grandes desafios do desenvolvimento dependem, em grande medida, do modo como as cidades e territórios conseguirem constituir-se em espaços activos de competitividade, cidadania e qualidade de vida.

Nesse sentido, a prossecução da qualidade de vida urbana, a integração territorial, a revitalização social e urbanística e a competitividade regional, justificam acções com capacidade de regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos e inventar novas funções urbanas em áreas desvitalizadas ou em risco.

Complementarmente, a política de infra-estruturação, de dotação em equipamentos e serviços e de acções imateriais de visibilidade e diferenciação internacional, mostra-se determinante para a transformação ou consolidação das novas cidades/centros, entendidas como áreas funcionais e nós de redes de inovação e competitividade de âmbito regional.

A ligação de centros/pólos entre si e com o exterior por sistemas de acessibilidades e mobilidade surge como suporte à coesão territorial e à afirmação de uma rede urbana regional equilibrada. A perspectiva é consolidar a rede de acessibilidades intra e inter-regional, assegurando a articulação entre os pólos da rede urbana, reforçando as ligações intermodais e dando corpo à estruturação viária de suporte ao modelo territorial. Ao mesmo tempo, procura-se reforçar as acções no domínio da mobilidade sustentável.

Paralelamente à intervenção em centros da rede urbana, impõe-se a actuação em territórios de baixa densidade, assumindo um carácter emblemático e demonstrativo da capacidade de integrar sustentavelmente uma estratégia de desenvolvimento territorial e a preservação dos valores ambientais, patrimoniais e culturais (elementos de importância estratégica para a dinamização do tecido socioeconómico local e factores de diversificação e competitividade).

Objectivos específicos do Eixo:

- Reforçar a competitividade da rede urbana;
- Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas das cidades;
- Promover a coesão territorial.

Eixo 3	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação
	Parcerias para a Regeneração Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias para a regeneração urbana (41) • Parcerias para a regeneração urbana (98)
	Competitividade da Rede Urbana Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Redes urbanas para a competitividade e inovação
	Equipamentos colectivos/ Estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da rede escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar • Saúde • Património Cultural • Rede de equipamentos culturais • Equipamentos para a coesão
Acessibilidade e mobilidade para reforço do sistema urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade Territorial 	Lista indicativa dos beneficiários
Dotação	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento total: 121 971 700 € - FEDER: 60 985 850 € - Taxa média: 50,00% 	<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública (Central e Local) Associações Empresariais Instituições de Ensino Instituições Particulares de Solidariedade Social Pessoas Colectivas de Direito Público Organizações Não Governamentais Instituições Particulares de Interesse Público Outros

Eixo IV - Assistência Técnica

Criar as condições para uma eficiente e eficaz implementação do Programa, tendo em vista atingir as metas fixadas.

Assegurar um conjunto de actividades indispensáveis à execução, acompanhamento, controlo e avaliação da intervenção operacional e à garantia da concretização dos objectivos propostos, nas melhores condições de eficácia, eficiência e respeito pelos normativos comunitários e nacionais aplicáveis.

Apoiar a realização de estudos de suporte à tomada de decisão sobre acções a levar a cabo no âmbito do Programa e dotar a sua estrutura de gestão das condições logísticas indispensáveis à boa execução dos diversos Eixos Prioritários e a um acompanhamento e controlo eficazes.

Objectivo específico do Eixo:

- Promover a eficácia e eficiência máxima na implementação do Programa.

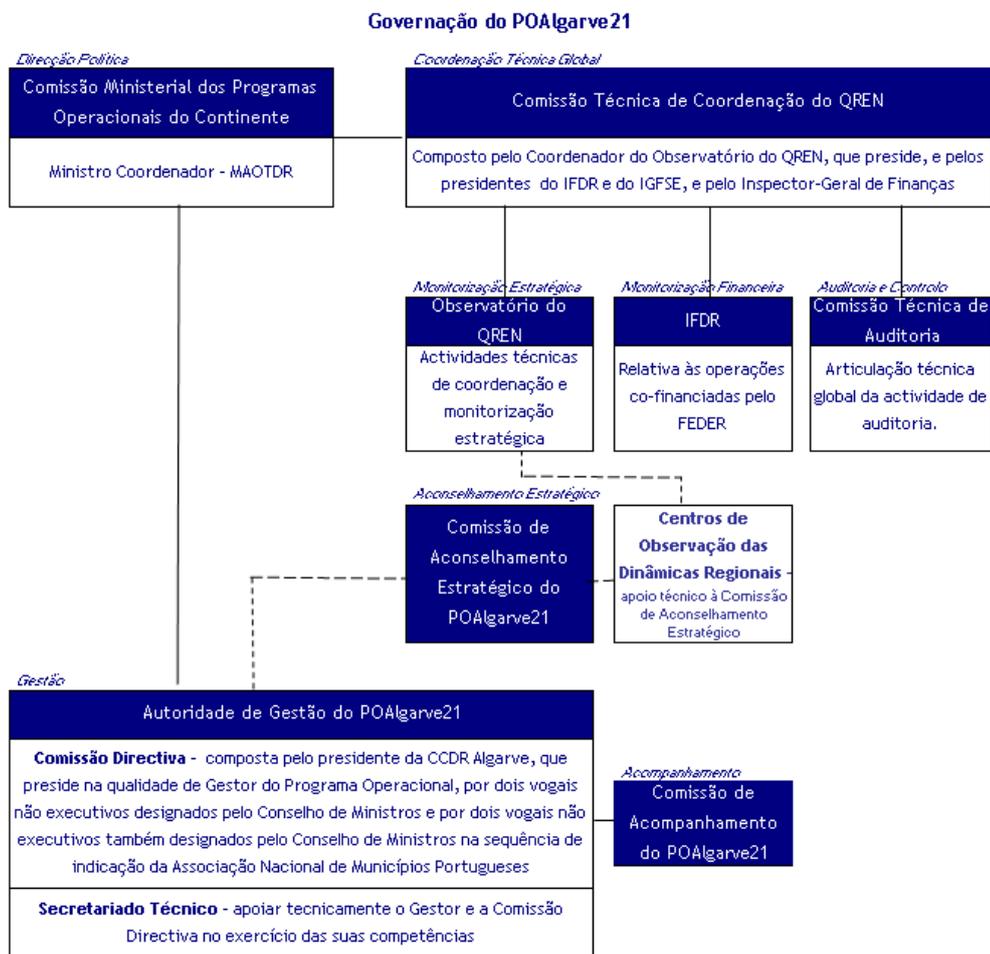
EIXO 4	Áreas Prioritárias	Tipologias de Operação
	Assistência Técnica	• Assistência Técnica
	Dotação	Lista indicativa dos beneficiários
	– Investimento total: 8 122 771 € – FEDER: 5 685 940 € – Taxa média: 70,00%	Administração Pública (Central e Local)

Governança do Programa Operacional

O modelo de governação do PO Algarve21 atende às orientações da Resolução do Conselho de Ministros de 25/2006, de 16 de Fevereiro, tendo sido instituído de acordo com o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, e compreende quatro tipos de órgãos:

- **Órgão de Direcção Política** que corresponde a uma Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente.
- **Órgão de Aconselhamento Estratégico** que corresponde à Comissão de Aconselhamento Estratégico.
- **Órgão de Gestão** correspondente à Autoridade de Gestão, que é composta pelos seguintes órgãos: Comissão Directiva e Secretariado Técnico.
- **Órgão de Acompanhamento** que corresponde à Comissão de Acompanhamento do PO Algarve21.

O modelo de governação do PO Algarve21 é representado pelo organigrama seguinte:



Para além destes órgãos, a **Comissão Técnica de Coordenação** emite orientações técnicas que apoiam o exercício das funções da Autoridade de Gestão e o acompanhamento do QREN.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 3 de Outubro, posteriormente Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º113/2007, de 18 de Dezembro, foi criada a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções de Autoridade de Gestão do Programa Operacional e nomeados os quatro vogais não executivos da **Comissão Directiva** do Programa Operacional (presidida pelo presidente da CCDR Algarve, na qualidade de Gestor).

Por sua vez, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, foi aprovada a dimensão definitiva do **Secretariado Técnico** (máximo de 32 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores e assistentes técnicos)¹.

¹ Embora se encontrem apenas preenchidos 22 lugares (incluindo contratos por tempo indeterminado).

O Despacho n.º 18348/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, identifica os termos e condições em que a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 assume as responsabilidades inerentes ao Programa Operacional do Algarve do QCA III bem como a transição do pessoal ao serviço da estrutura de apoio técnico (QCA III) para o secretariado técnico do PO Algarve 21.

Pelo Despacho n.º 18349/2008, de 25 de Junho de 2008, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado a 9 de Julho, foi nomeado um **Secretário Técnico**, e por despacho n.º 26194/2008 do Gestor do PO Algarve 21, aprovado na reunião da Comissão Directiva, de 31 de Julho de 2008, foram nomeados os **4 Coordenadores** das Unidades Orgânicas do Secretariado Técnico, para as seguintes áreas do Programa Operacional:

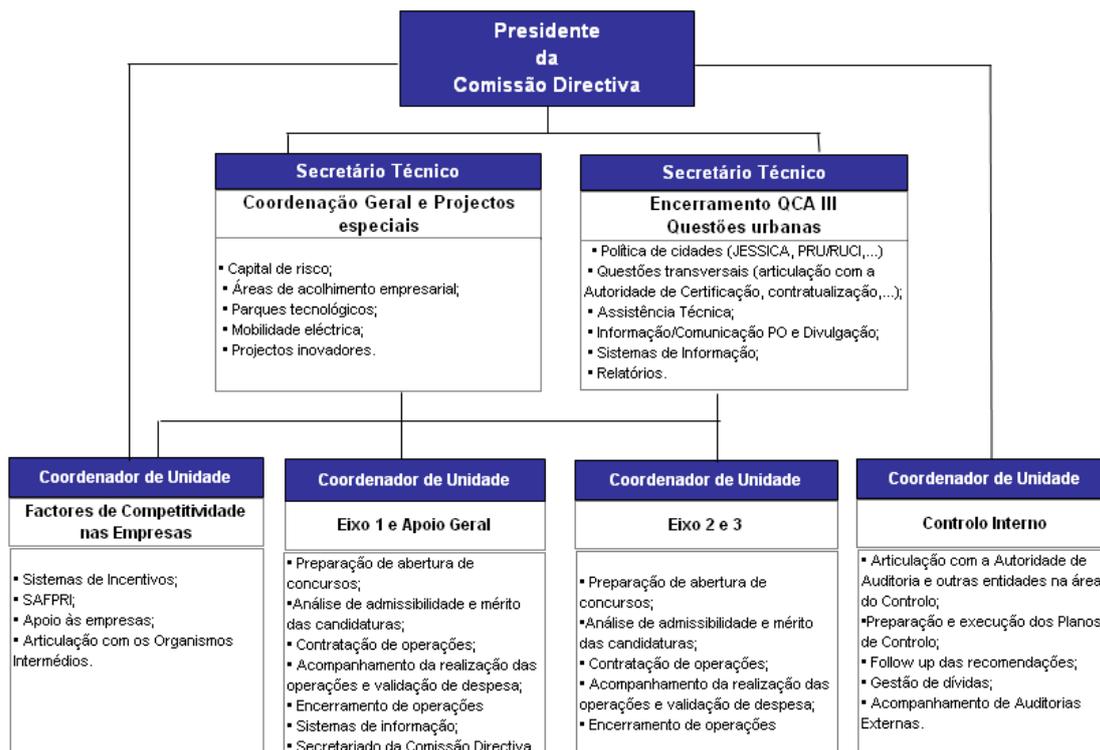
- Factores de Competitividade nas Empresas
- Eixo 1 e Apoio Geral
- Eixo 2 e 3
- Controlo Interno²

O Despacho n.º 26863/2008, de 23 de Outubro, aprovou a transição do pessoal do PROALGARVE (QCA III) para o PO Algarve 21 (QREN).

Em Março de 2010, foi nomeado um novo **Secretário Técnico**, através do Despacho n.º 4968/2010 de 11/03 do Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

A estrutura organizacional da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 que vigorou durante o ano 2010, foi a seguinte:

² Em processo de substituição



Em conformidade com o texto da decisão de aprovação do PO Algarve 21, foram previstas **delegações de competências** da Autoridade de Gestão, no âmbito de:

- Sistema de Incentivos às Empresas – QREN;
- Associações de municípios.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro³, com base no enquadramento legal proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, e de acordo com os Regulamentos relativos dos Sistemas de Incentivos publicados através das Portarias n.º 1462/2007⁴, 1463/2007⁵ e 1464/2007⁶, todas de 15 de Novembro (Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, Sistema de Incentivos à Inovação), foram delegadas funções nos Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação.

O suporte formal utilizado para a referida delegação de competências foi a celebração de protocolos entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, Turismo de Portugal, IP, Agência de Inovação e AICEP.

³ Alterado pelo DL N.º 74/2008 de 22 de Abril.

⁴ Alterado pela Portaria 353-B/2009

⁵ Alterado pela Portaria 353-A/2009

⁶ Alterado pela Portaria 353-C/2009

Estes Protocolos, assinados em 2008, definem como funções delegadas as relativas à análise dos projectos, à contratação dos incentivos, ao controlo, ao acompanhamento da execução dos projectos e à interlocução com os promotores.

Competências formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios (Sistemas de Incentivos):

- a) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- b) Assegurar de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- c) Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- e) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- f) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- g) Verificar a elegibilidade das despesas;
- h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- i) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- j) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- k) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são desenvolvidas de acordo com a observância dos procedimentos que se encontram previstos no Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN, documento orientador que foi desenvolvido durante o ano de 2008 e revisto em 2009 e em 2010.

No âmbito da delegação de competências nos Organismos Intermédios do Ministério da Economia e Inovação, não foi fixada uma subvenção financeira global, mas sim consensualizado inicialmente um montante de pré-financiamento (250.000 Euros por cada Organismo Intermédio), revisto em função das necessidades de transferências financeiras destes Organismos Intermédios para os beneficiários finais, ou seja em função do ritmo de execução dos projectos.

Igualmente nos termos do Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro e da deliberação da CMC POR de 19 de Março de 2008, foram delegadas funções de gestão na Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

Durante o ano de 2009 foi concluído o processo de negociação relativo a este processo de contratualização que abrange toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21. O

contrato de delegação de competências, no âmbito do Eixo 2 e 3 do Programa, foi assinado em 6 de Maio de 2009 envolvendo um total de cerca de 25 Milhões de Euros FEDER. As tipologias previstas são as do Ensino Básico e Pré-escolar, Valorização e Requalificação Ambiental, Gestão Activa de Espaços Protegidos e Mobilidade Territorial.

Este contrato de delegação de competências (sem subvenção global) define como funções delegadas⁷ as seguintes:

Competências formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão na Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL):

- i) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- ii) Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PO Algarve 21;
- iii) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- iv) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento das operações apoiadas com decisão de financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- v) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- vi) Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- vii) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- viii) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- ix) Assegurar a recolha de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- x) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

Durante o ano 2010, avançou-se na operacionalização das funções previstas neste contrato através de melhorias e adaptação do Sistema de Informação, formação e transferência de processos embora não tenha sido concluído o processo de certificação da AMAL pela Autoridade de Auditoria e revisão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo que permita assegurar a plena transferência de competências.

⁷ Mais informação sobre estes processos de parceria encontra-se disponível no ponto 2.7 deste Relatório.

2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.1. Realização e análise de progressos:

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

A análise relativa à execução física do Programa é efectuada com base na Tabela 2.1 – Realização Física que reproduz o Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009 (igualmente *Anexo VI* deste Relatório).

Estes Indicadores Comuns Comunitários são este ano pela primeira vez apurados na sua situação de contratados e executados, sendo esta última situação apenas contabilizada com o encerramento das operações.

Dos 41 Indicadores foram referenciados como “*não aplicável*” (n.a) cerca de 6 indicadores, os quais correspondem a tipologias de operação não previstas no PO do Algarve. Estão neste caso os indicadores nº 15, 17, 18, 24, 25 e 26 que não foram incluídos na tabela 2.1.

Os casos referenciados como “*não disponível*” dizem respeito a situações não totalmente esclarecidas quanto à metodologia (caso dos indicadores 20 e 30) ou ausência de dados disponíveis no caso do Algarve (indicadores 2, 3, 19, 21 e 38). A informação do emprego por género será recolhida na fase de encerramento dos projectos. Alguns destes casos referem-se a tipologias onde ainda não existem operações aprovadas, situações que poderão ser activadas com a evolução do PO (38, 19 e 21).

Tabela 2.1 – Indicadores Comuns Comunitários

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização	
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)									
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	n. d	926			88%
		Realização - Executada				(a)			(a)
		Metas					1.050		
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada		–	n. d	n. d			n. d
		Realização - Executada							
		Metas					n. d		
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada		–	n. d	n. d			n. d
		Realização - Executada							
		Metas					n. d		

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização	
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14		47%	
		Realização - Executada				0		0%	
		Metas					30		
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		-	2	3			38%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					8		
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		-	0	62			103%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					60		
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - Contratada		90	189	231			84%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					275		
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13			52%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					25		
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		-	0	674			225%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					300		
	10. Investimento total induzido (em Milhões de euros)	Realização - Contratada		-	50,70	73,50			37%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					200		
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29			54%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					54		
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga (d)	Realização - Contratada		-	-	-			-
		Realização - Executada							
		Metas					n.a.		
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	3			20%
		Realização - Executada				1			7%
		Metas					15		
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		-	-	0,85			17%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					5		
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		-	-	35,59			79%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					45		
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		-	-	-			n.a
		Realização - Executada				n.d			
		Metas					n.d		
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		-	-	n.d			n.d
		Realização - Executada				n.d			n.d
		Metas					n.d		
21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		-	-	-			n.d	
	Realização - Executada				n.d			n.d	
	Metas					n.d			
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada		-	-	15.935			n.d	
	Realização - Executada				12.902			n.d	
	Metas					n.d			
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	0	0			0%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					20		

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização	
Ambiente	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada		–	–	0		0%	
		Realização - Executada				0		0%	
		Metas					10		
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar ^{b)}	Realização - Contratada		–	1	1			100%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					1		
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada		–	5,23	6			60%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					10		
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada		–	n.d	n.d		n.d	
		Realização - Executada				n.d		n.d	
		Metas					n.d		
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização - Contratada		–	–	1		20%	
		Realização - Executada				0		0%	
		Metas					5		
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações ^{c)}	Realização - Contratada		–	–	434.023			289%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					150.000		
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) ^{c)}	Realização - Contratada		–	–	434.023			434%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					100.000		
Turismo	34. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	11	27		54%	
		Realização - Executada				0		0%	
		Metas					50		
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		–	0	360			144%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					250		
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	9	17		68%	
		Realização - Executada				7		28%	
		Metas					25		
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		1.840	2.849	5.583			80%
		Realização - Executada				1.962			28%
		Metas					7.000		
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - Contratada		–	–	–		n.d	
		Realização - Executada				n.d		n.d	
		Metas					n.d		
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada		–	0	24		69%	
		Realização - Executada				5		14%	
		Metas					35		
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		–	0	5		33%	
		Realização - Executada				0		0%	
		Metas					15		
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		5	9	17		61%	
		Realização - Executada				7		25%	
		Metas					28		

Notas:

- a) Conforme metodologia recomendada pela CE deverá ser apurado após conclusão da operação
b) Trata-se de uma operação enquadrada no Regulamento Específico "Acções de valorização e qualificação ambiental"
c) As Intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio
d) O indicador 12 não está previsto no PO e irá ser corrigido em próxima reprogramação.
n.d - não disponível
n.a - não se aplica

Numa análise sumária da informação referente aos **Indicadores Comuns Comunitários** (*Core Indicators*) destaca-se que:

- ❖ A retracção económica que se seguiu à crise financeira teve os seus efeitos negativos no ritmo de execução material do Programa, mas limitou especialmente a capacidade de concretização dos pagamentos aos fornecedores que permitem por sua vez a realização da despesa a contabilizar no PO.

Verifica-se assim que, em geral, o grau de execução material das operações se encontra substancialmente mais avançado que a sua realização financeira, como se poderá confirmar mais à frente na análise mais específica a realizar por Eixo. (*Ponto 3 – Tabelas 3.1, 3.3 e 3.4*).

- ❖ Na área do **apoio às empresas** de referir alguns indicadores mais expressivos em particular na área da investigação e desenvolvimento:

	Grau de aproximação às metas de 2015
▪ 14 projectos de I&DT aprovados	47%
▪ 62 empregos previstos na investigação	103%
▪ 231 projectos de investimento de PME com ajudas directas	84%
▪ 73,5 milhões de Euros de investimento total induzido (PME)	37%

- ❖ Na área do **ambiente** as intervenções contratadas dizem respeito à “qualidade do ar” e à “recuperação de passivos ambientais”. As intervenções de “prevenção de riscos” referem-se a equipamentos de comunicações das estruturas de protecção civil, abrangendo todo o território regional. As metas encontram-se assim ultrapassadas.

	Grau de aproximação às metas de 2015
▪ Toda a população (434.023) do território algarvio beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações;	289%
▪ Toda a população (434.023) do território algarvio beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações).	434%

- ❖ Os “**Transportes**” cujas intervenções foram aprovadas em 2010, contavam já com uma operação concluída a 31/12/2010.

	Grau de aproximação às metas de 2015
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 3 projectos contratados dos quais 1 já encerrado 	20% (AP) 7% (EX)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 36 Kms de estradas reconstruídas ou remodeladas 	79%

- ❖ Finalmente de referir os apoios nas áreas da “**Educação**”, “**Inclusão Social**” e “**Política de Cidades**” em que o grau de concretização está mais avançado com algumas operações já concluídas.

	Grau de aproximação às metas de 2015
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 17 projectos de Educação 	68%
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 5.583 alunos que beneficiam das intervenções da Educação 	80%
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 24 projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades 	69%
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 5 projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias 	33%
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 17 projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social 	61%

As realizações apresentadas confirmam algum avanço na realização material relativamente à execução financeira, deixando antever boas perspectivas para o cumprimento das metas para 2015 para a generalidade dos indicadores que se aplicam ao PO do Algarve.

Destacam-se igualmente algumas realizações significativas a 31/12/2010, retiradas do Anexo I (**Indicadores Comuns Nacionais**) e organizadas pela sua contribuição para as Agendas do QREN.

Realização física:

Agenda Factores de Competitividade:

- 83 empresas beneficiadas com ajudas directas ao investimento, das quais 38 em sectores intensivos em conhecimento e média e média-alta tecnologia.
- 13 empresas “start up” apoiadas das quais 10 em sectores intensivos em conhecimento e média e média-alta tecnologia.

- 31 milhões de Euros previstos de exportações, no pós-projecto, para as empresas beneficiárias de ajudas directas.
- 83 milhões de Euros previstos de vendas, no pós-projecto, para as empresas beneficiárias de ajudas directas.
- 136 empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira.
- 35 serviços on-line orientados para empresas, disponibilizados por entidades públicas
- 2 loja do cidadão (cento multiserviços e balcão único).

Agenda Valorização do Território:

- 3 protocolos aprovados de parcerias para a regeneração urbana com 13 parceiros envolvidos e uma população abrangida de 10 mil habitantes
- 2 programas estratégicos de desenvolvimento urbano para a competitividade e inovação com 20 parceiros (beneficiários) envolvidos dos quais 12 são Municípios
- 17 centros escolares aprovados com 5583 alunos abrangidos.

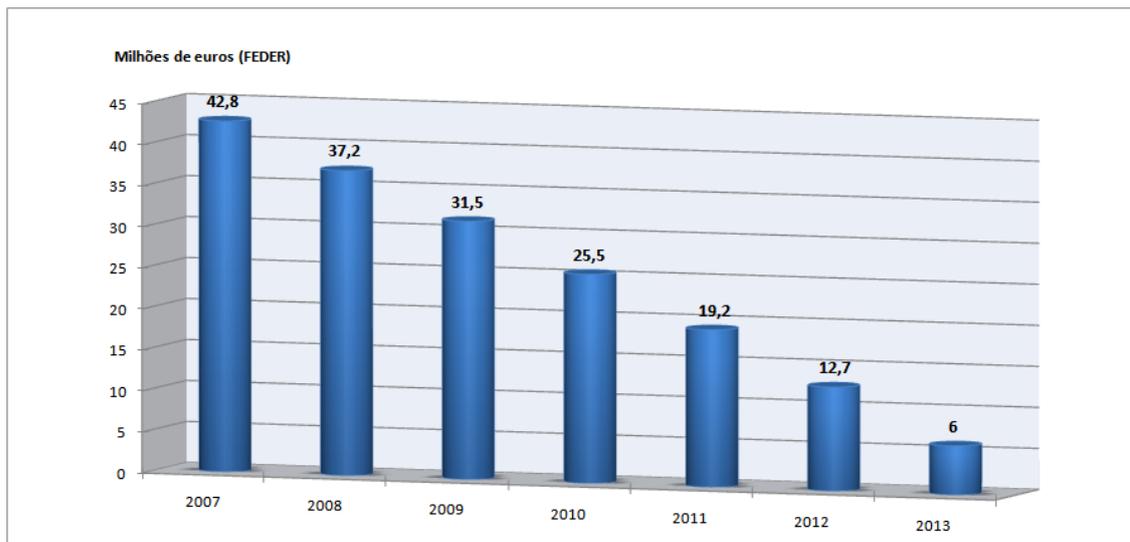
2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

Programação Financeira:

No período de programação 2007-2013, o Algarve entrou em situação de “phasing out” do Objectivo “Convergência” por ter ultrapassado 75% do PIB médio da UE 25, o que determinou uma redução significativa da dotação atribuída em relação ao período de programação anterior (2000 – 2006).

Os valores globais acumulados até final de 2013 previstos na Decisão do Programa C (2007) 5067 de 10/10/2007, ascendem aproximadamente a 175 milhões de Euros de dotação FEDER, a que corresponde um investimento total previsto que ultrapassa os 352 milhões de Euros.

Relativamente à programação por anos dos montantes FEDER atribuídos, importa referir que em conformidade com as regras em vigor, o estatuto de *phasing out* da Região implica um perfil descendente da programação, conforme Gráfico 2.1, que prevê para os primeiros 3 anos (2007-2009) uma afectação superior a 60% da dotação 2007-2013.

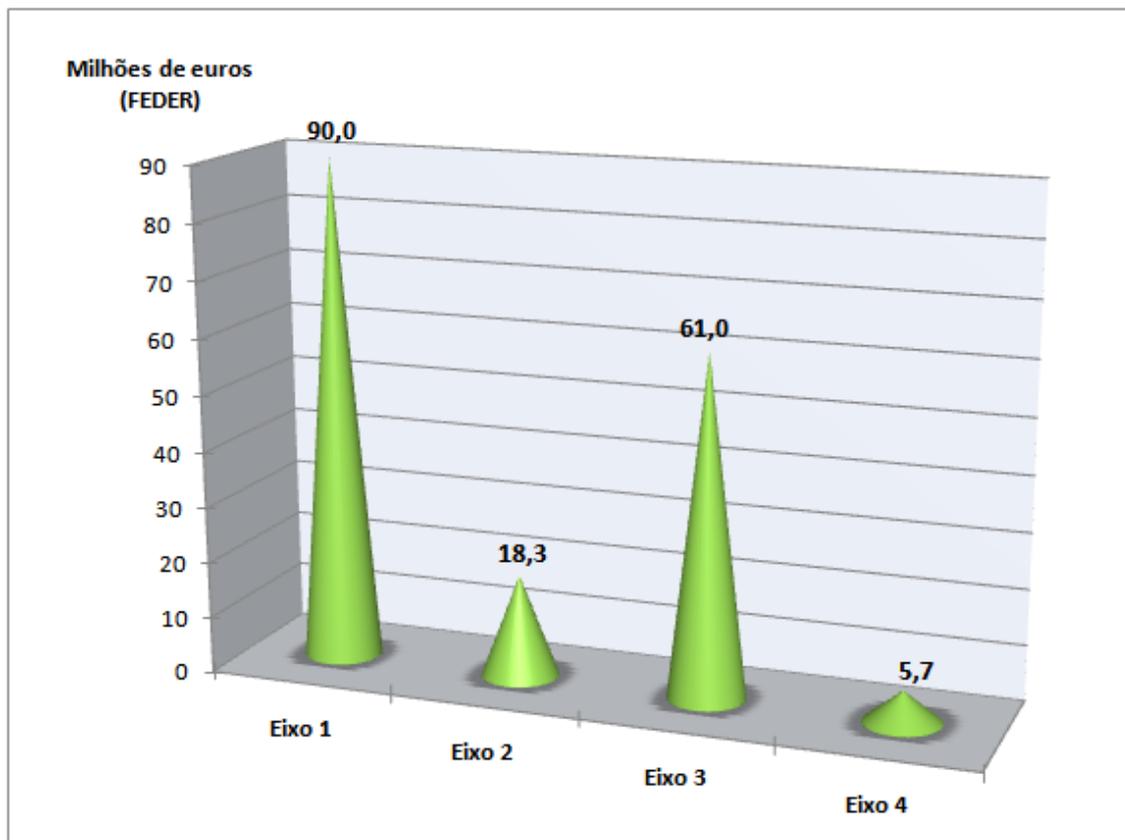
Gráfico 2.1 – Programação por Anos

Torna-se assim mais difícil o cumprimento da programação, nestes primeiros anos, em que a situação de arranque do programa impede que a execução das operações entre de imediato em “fase de cruzeiro”. Esta situação assume uma preocupação particular no contexto da crise económica e financeira evidenciada no ponto 2.4.

Dos 3 Eixos do PO Algarve 21, o **Eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento** é o que apresenta maior dotação, cerca de 90 milhões de Euros que correspondem a mais de 50% da comparticipação comunitária total atribuída ao Programa e a uma previsão de investimento de 187 milhões de Euros.

Neste Eixo está previsto o *apoio à competitividade e inovação de empresas e ao reordenamento das actividades económicas*, através de sistemas de incentivos e acções de melhoria da envolvente para inovação empresarial, de valorização do cluster turismo e lazer de modernização e qualificação da Administração Pública através de Sociedade do Conhecimento, entre outras. (*conforme já referido no ponto 1 deste documento*)

Gráfico 2.2 – Programação por Eixos



Os Eixos 2 – Protecção e Qualificação Ambiental e 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano representam respectivamente 11% e 35% do total da programação do PO Algarve 21. (Gráfico 2.2) e apontam para investimentos de 35,2 e 122 milhões de Euros respectivamente (Anexo II).

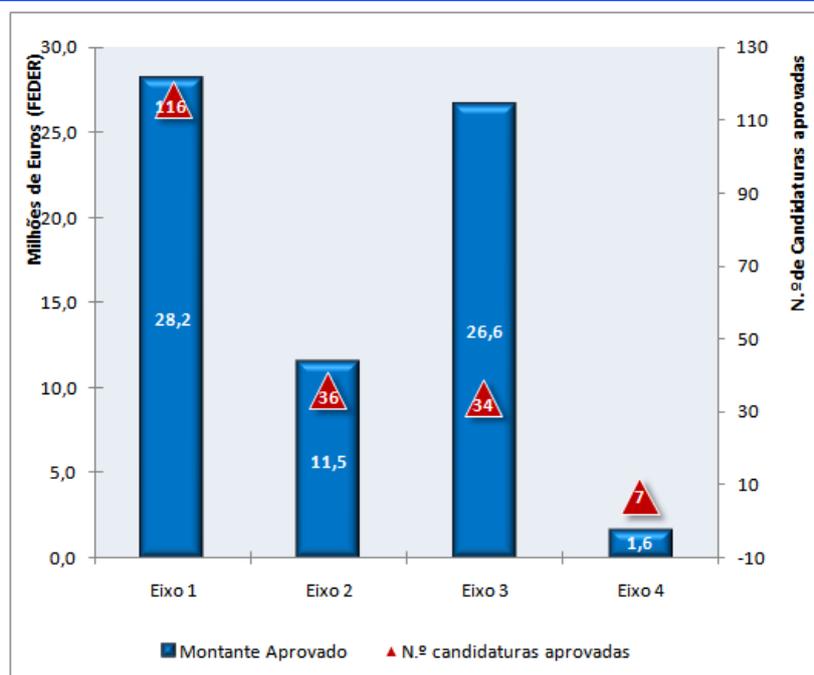
Face ao estatuto de *phasing out* da Região do Algarve, a execução financeira a apresentar neste Relatório, refere-se integralmente a “zona que beneficia de apoio transitório”.

Dinâmica de concursos, aprovações e taxas de compromisso

Até 31/12/2010, tinham sido abertos 99 **concursos** com uma dotação de 148,3 milhões de Euros FEDER, abrangendo 20 Regulamentos Específicos do Programa, dos quais 94 tinham já encerrado naquela data e 92 tinham sido alvo de decisão (Anexo IX).

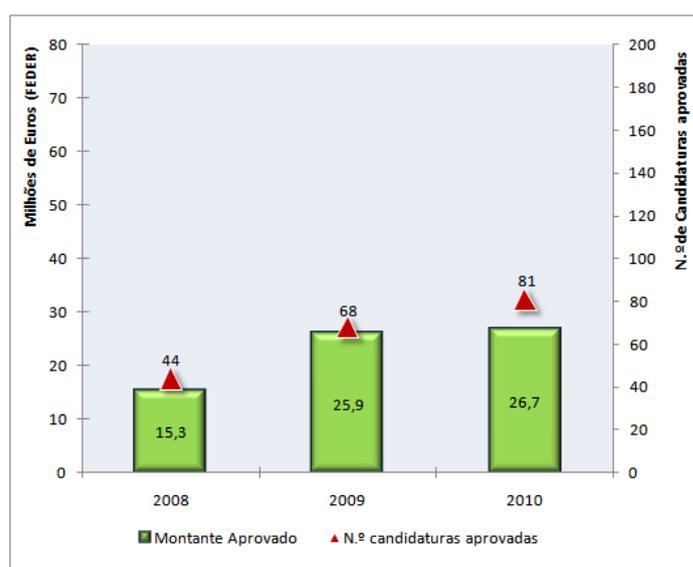
Durante o ano 2010, foram abertos 18 concursos, sendo 7 no Eixo 1, 6 no Eixo 2, 4 no Eixo 3 e 1 no Eixo 4 (Anexo VIII).

Gráfico 2.3 – Aprovações por Eixos



Durante o ano estiveram no entanto abertos ao todo 22 concursos, acrescentando mais 4 que abriram em 2009 e encerraram em 2010. No ano 2010, foram decididos 32 concursos, dando origem a **aprovações** no valor de 32,1 milhões de Euros FEDER em 81 candidaturas⁸.

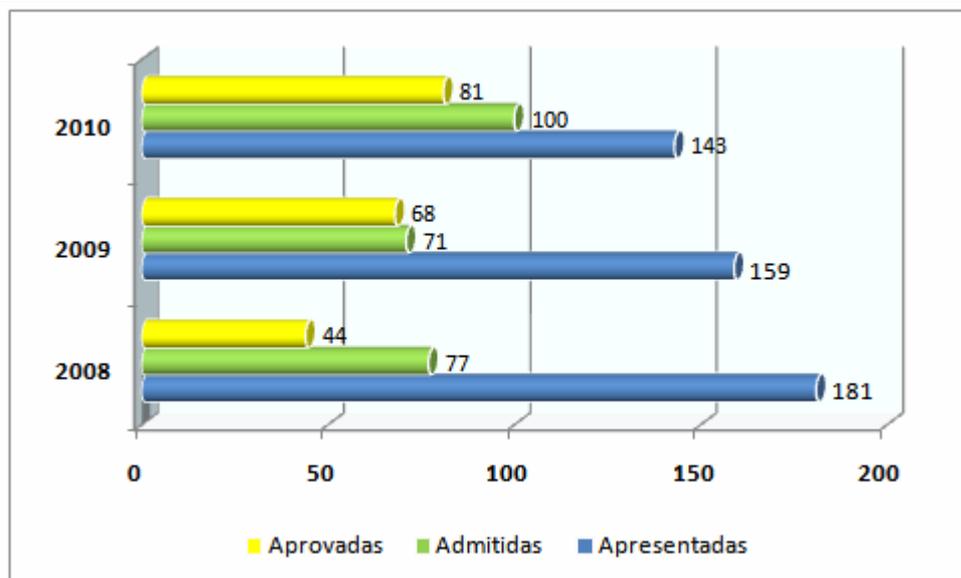
Gráfico 2.4 – Aprovações por Anos



⁸ Contavam apenas os Planos de Acção e não as operações (Anexo IX).

Conforme o Anexo IX, das 483 candidaturas apresentadas (submetidas) cerca de 248 tinham sido admitidas até ao final do ano 2010, o que representava uma taxa de admissibilidade geral do Programa de 51% (superior à verificada no final de 2009). Cerca de 78% das candidaturas admitidas tinham sido aprovadas a 31/12/2010 e destas 92% no Eixo 3.

Gráfico 2.5 – Variação de admissibilidade/aprovações (2009/2010)



O valor de investimento elegível médio por candidatura aprovada ronda 1 milhão de Euros, registando-se o valor mais significativo no Eixo 3, com 1,9 milhões de Euros.

Tabela 2.2 – Operações aprovadas e taxa de compromisso

Tabela 2.2 : Operações Aprovadas e Taxa de Compromisso (31/12/2010)

Eixo Prioritário	Fundo Programado	APROVAÇÕES				Taxa de compromisso (%)
		Nº Operações	Investimento Total Elegível	Despesa Pública	FEDER	
	1	2	3	4	5	6=5/1
Eixo Prioritário 1	89.958.171	117	110.024.383	39.945.243	28.151.986	31,3%
FEDER	89.958.171	117	110.024.383	39.945.243	28.151.986	31,3%
Eixo Prioritário 2	18.322.055	36	19.386.354	19.386.354	11.471.550	62,6%
FEDER	18.322.055	36	19.386.354	19.386.354	11.471.550	62,6%
Eixo Prioritário 3	60.985.850	61	53.346.256	50.636.008	26.631.099	43,7%
FEDER	60.985.850	61	53.346.256	50.636.008	26.631.099	43,7%
Eixo Prioritário 4	5.685.940	7	2.286.763	2.286.763	1.600.734	28,2%
FEDER	5.685.940	7	2.286.763	2.286.763	1.600.734	28,2%
Total PO	174.952.016	221	185.043.756	112.254.368	67.855.368	38,8%

Nota:

Informação retirada do Anexo II.

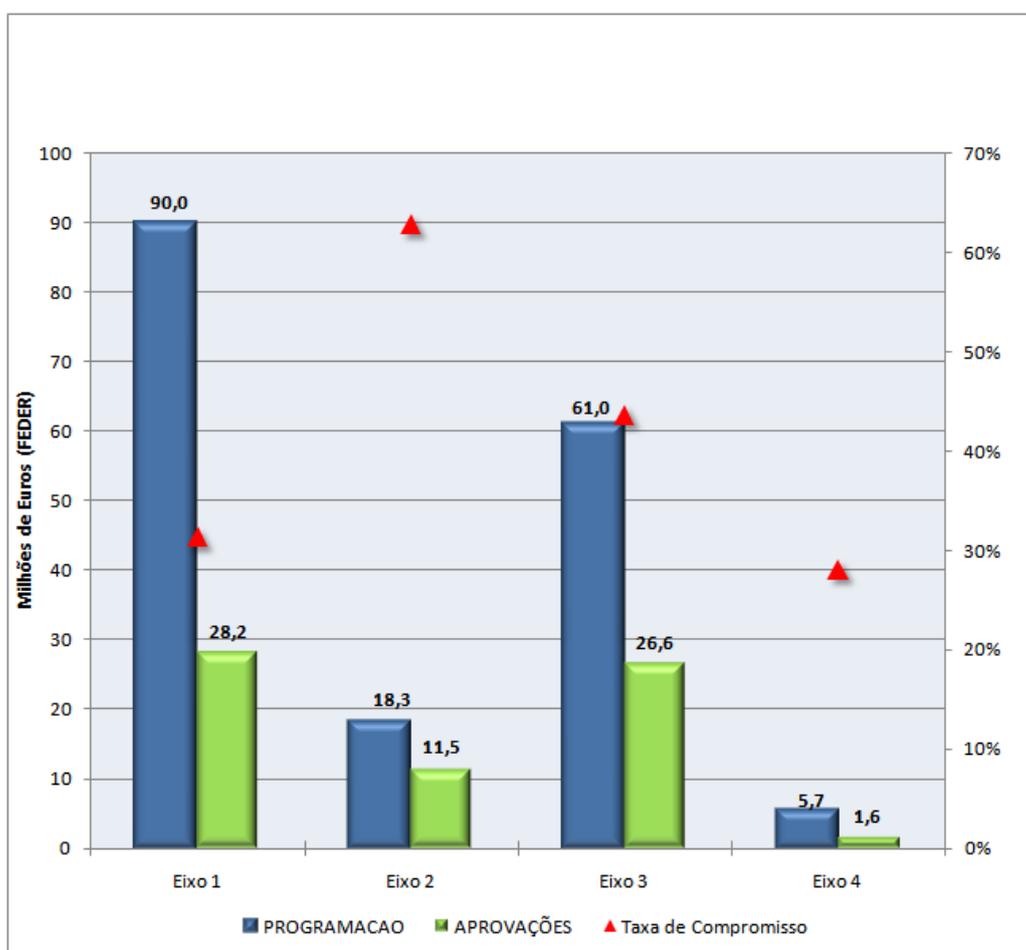
Neste quadro foram consideradas as operações aprovadas e não apenas os Planos de Acção.

Em 31/12/2010 o Programa tinha aprovado 221 operações num montante total de investimento de 185 milhões de Euros ao qual correspondia cerca de 67,9 Milhões de Euros FEDER (*Anexo II*).

Estas aprovações correspondem, a uma *taxa de compromisso* das dotações do Programa de 38,8%, a qual ascende no Eixo 2 a 62,6%.

O Eixo 1 registou no entanto o maior número de operações aprovadas (117) e maior montante de FEDER comprometido (28 Milhões de Euros), logo seguido do Eixo 3 com 26 Milhões.

Gráfico 2.6 – Taxas de Compromisso por Eixos

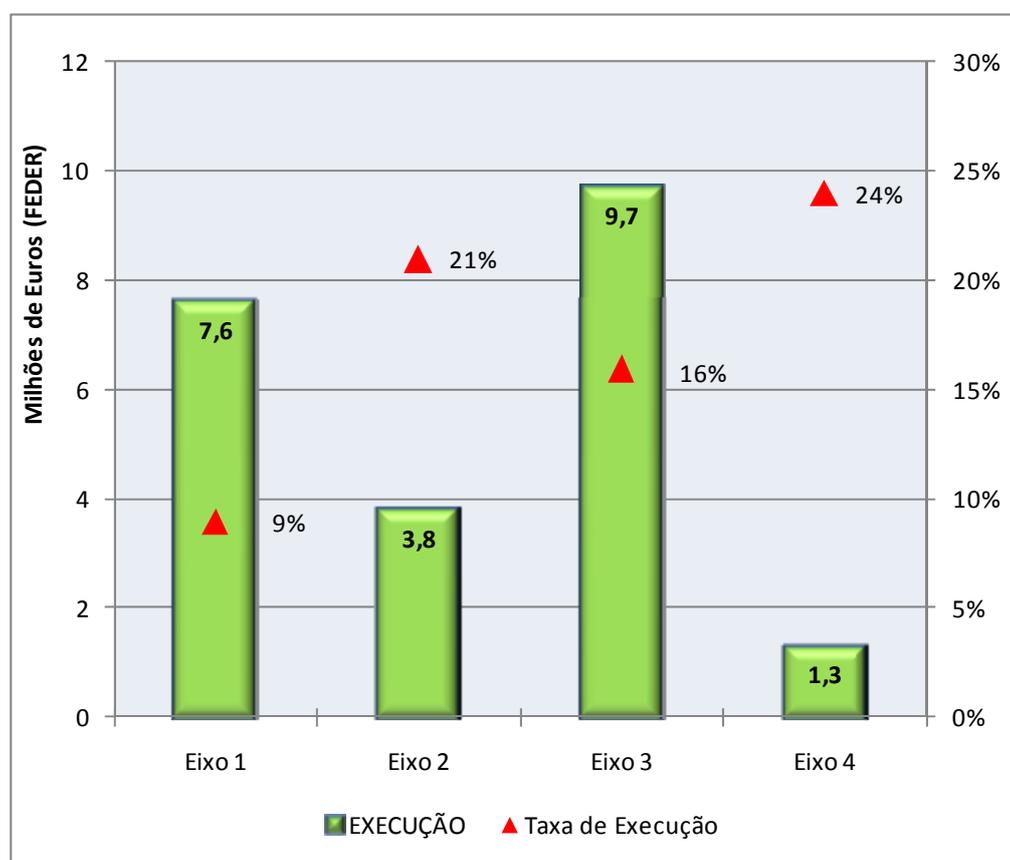


Execução financeira e pagamentos aos beneficiários

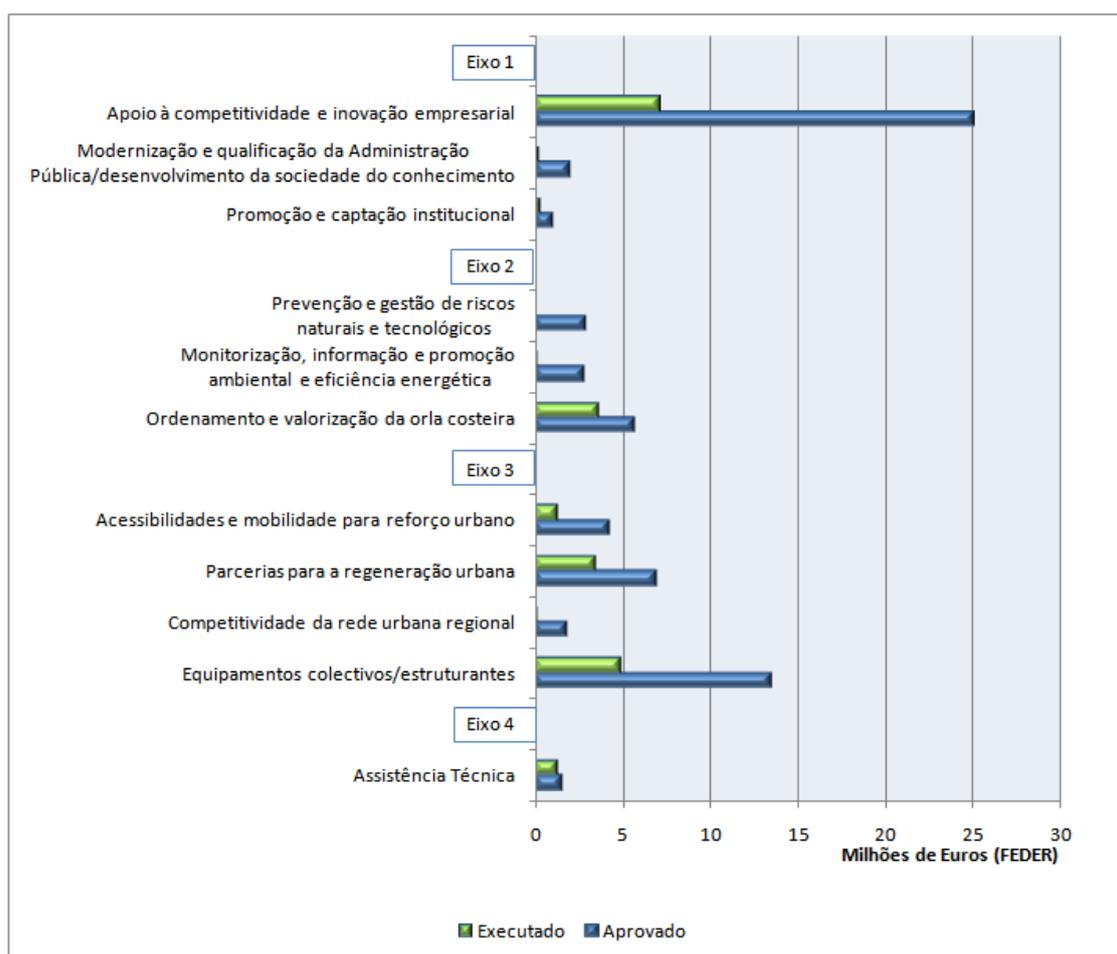
No final de 2010, tinha sido paga pelos beneficiários e contabilizada pela Autoridade de Gestão cerca de 58,8 milhões de Euros de despesa a que correspondia 22,5 milhões de Euros de FEDER, representando uma taxa global de execução de aproximadamente 13% (*Anexo II*).

O Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano, registava o maior valor absoluto de execução (9,7 milhões de Euros) e os Eixos 2 e 4 as maiores taxas de execução (20,9% e 23,6% respectivamente).

Gráfico 2.7 – Taxas de Execução por Eixo



A área de intervenção “Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial” apresentava em 31/12/2010 o maior valor absoluto de aprovações com cerca de 25 milhões de Euros de FEDER atribuído, que correspondia a 105 milhões de Euros de investimento. A taxa de realização destas aprovações (EX/AP) é no entanto bastante mais baixa (28,3%) do que a verificada noutras Áreas como sejam o “Ordenamento e Valorização da Orla Costeira” (64,6%), as “Parcerias para a Regeneração Urbana” (49,6%) ou os “Equipamentos Colectivos/Estruturantes” (36,5%).

Gráfico 2.8 – Aprovações e Execução por Área de Intervenção

A Tabela 2.3 – Realização Financeira⁹ apresenta nas colunas 3 e 4 os montantes de despesa elegível certificada a 31/12/2010 aos serviços da União Europeia. Este montante de 626,7 mil Euros corresponde a uma taxa de 3,6%, é ainda muito reduzido nesta fase, uma vez que abrange apenas a 1ª Certificação efectuada em Outubro de 2009 pela Autoridade de Gestão. Efectivamente, por questões relacionadas com melhorias no Sistema de Informação do PO e respectiva recuperação de histórico (*adiante explicadas no ponto 2.7.1*), a 2ª Certificação do Programa apenas foi submetida com êxito pela Autoridade de Gestão à Autoridade de Certificação (IFDR) em Dezembro de 2010, tendo seguido para os serviços da CE em Março de 2011 e como tal não se encontra contabilizada neste Relatório.

⁹ Integra a informação do Anexo XII – Anexo I do Reg. (EU) n° 832/2010, e do Quadro 1 da Norma IFDR – Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2010.

Tabela 2.3 – Realização Financeira e Pagamentos (31/12/2010)

Eixo Prioritário	PROGRAMAÇÃO		DESPESA CERTIFICADA			DESPESA EXECUTADA/ VALIDADA			PAGAMENTOS	
	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	Despesa Privada	Despesas pagas aos beneficiários ²	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
	1	2	3	4	5=3/1	6	7	8	9	10
Eixo Prioritário 1	187.069.291	Custo Total	107.421	107.421	0,057%	31.264.329	16.817.695	14.446.634	8.323.825	6.798.520
FEDER	187.069.291		107.421	107.421	0,057%	31.264.329	16.817.695	14.446.634	8.323.825	6.798.520
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 2	35.234.722	Custo Total	299.755	299.755	0,851%	6.436.341	6.436.341	0	1.348.854	1.530.026
FEDER	35.234.722		299.755	299.755	0,851%	6.436.341	6.436.341	0	1.348.854	1.530.026
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 3	121.971.700	Custo Total	0	0	0,000%	19.164.606	17.796.811	1.367.795	8.077.552	4.573.939
FEDER	121.971.700		0	0	0,000%	19.164.606	17.796.811	1.367.795	8.077.552	4.573.939
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Eixo Prioritário 4	8.122.771	Custo Total	219.516	219.516	2,702%	1.914.418	1.914.418	0	1.243.528	580.106
FEDER	8.122.771		219.516	219.516	2,702%	1.914.418	1.914.418	0	1.243.528	580.106
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0			0				
Total PO	352.398.484	Custo Total	626.692	626.692	3,611%	58.779.695	42.965.266	15.814.429	18.993.760	13.482.591
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório	352.398.484	Custo Total	626.692	626.692	3,611%	58.779.695	42.965.266	15.814.429	18.993.760	13.482.591
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório										
Total das despesas correspondentes à intervenção			0	0	0	0	0	0	0	0

Notas de Preenchimento:

Os montantes das colunas 3 e 4 são expressos em termos cumulativos.

Financiamento Total do PO: Custo Total do Programa.

Base de cálculo da contribuição da União: base para aplicação da taxa de co-financiamento do eixo prioritário (custo total (3) ou despesa pública (4))

Total das despesas elegíveis certificadas pagas pelos beneficiários: despesa elegível certificada

Contribuição pública correspondente: componente pública das despesas elegíveis certificadas.

Taxa de execução (%): calculada de acordo com a base de cálculo aplicável a cada eixo prioritário.

¹ Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão. Corresponde a Custo Total Elegível Executado.

² Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários, com base em informação a fornecer pela Entidade Pagadora (IFDR / OI).

Para melhor compreensão foi acrescentada à Tabela 2.3 a informação constante do Quadro 1 anexo à Norma IFDR - Estrutura e Conteúdo do Relatório de Execução 2010

À data de elaboração deste Relatório a taxa de execução constante da coluna 5 do Quadro situa-se já nos 9,9% e se analisarmos a despesa certificável real a 31/12/2010 constante da coluna 6 obteremos uma taxa de 16,7%.

Durante o ano 2011 prevê-se que o envio de Certificações de Despesa aos serviços da Comissão Europeia entrem dentro de uma periodicidade regular de 3 a 4 por ano, em função da despesa validada.

As despesas pagas aos beneficiários, como reembolsos ou adiantamentos, ascendiam em 31/12/2010 a 19 milhões de Euros o que corresponde a uma *taxa de pagamento* de 28% e de *reembolso* de 84%.

Tal como previsto no Artº 82º do Reg. (CE) nº 1083/2006, a Comissão Europeia, na sequência da aprovação da Decisão do Programa (Outubro 2007) enviou em Novembro de 2007, o pré-financiamento de cerca de 3,5 milhões de Euros correspondente a 2% da participação dos fundos no Programa Operacional.

A segunda tranche do pré-financiamento (3%) conforme previsto, já foi paga em 2008 (30/04/2008) e a terceira no valor de 4,4 milhões de Euros (3,5%) em Abril de 2009.

Tabela 2.4 – Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (31/12/2010)

Fundo	Pagamentos aos Beneficiários			Pagamentos aos Organismos Intermediários		Pagamentos da Comissão			Taxa*
	Organismo responsável	Montante	Data**	Montante	Data**	Montante	Data	Montante acumulado	
FEDER	IFDR	14.809.378	31-12-2010			3.499.040	09-11-2007	3.499.040	
	IAPMEI	2.321.378	31-12-2010	2.957.588	22-12-2010	5.248.560	30-04-2008	8.747.600	
	TP	1.863.002	14-12-2010	2.404.654	20-10-2010	4.373.800	20-04-2009	13.121.400	
						361.191	19-03-2010	13.482.591	
	Total 2010		18.993.760		5.362.242		13.482.591		13.482.591
TOTAL Geral		18.993.760		5.362.242		13.482.591		13.482.591	

* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE (calculada para total de valores acumulados)

** Data do último pagamento efectuado.

O organismo designado pelo Estado Membro como responsável pelo pagamento aos beneficiários, é o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), excepto no caso dos Sistemas de Incentivos, onde são os organismos intermédios que efectuam os pagamentos (organismos pagadores).

Até 31/12/2010, foram pagos aos beneficiários, pelos Organismos Pagadores no Eixo 1 (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação - IAPMEI e Turismo de Portugal, IP), cerca de 4,2 milhões de euros. Foi pago pelo IFDR aos beneficiários por ordem da Gestão do Programa a verba de 15 milhões de Euros FEDER no âmbito dos 4 Eixos do Programa. De acordo com a Tabela 2.3 foi pago aos beneficiários do Eixo 1 cerca de 43,8% deste montante (8,3 milhões de Euros) para uma despesa efectuada de perto de 31,3 milhões de Euros.

Os pagamentos recebidos da Comissão Europeia (13,5 Milhões de Euros) eram à data de 31/12/2010 inferiores aos pagamentos efectuados no Programa (19 milhões de Euros), registando-se um saldo negativo de 5,5 milhões de euros, situação que ficará regularizada com o reembolso do 2º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) emitido pela Autoridade de Gestão em Dezembro de 2010. Os juros obtidos pelo pré-financiamento foram de 181.498 euros¹⁰ e as recuperações e devoluções no final do ano ascendiam a 378.395 euros.

¹⁰ A utilizar em conformidade com o previsto no Artº 83º do Reg. (CE) nº1083/2006.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos Fundos

Repartição da contribuição comunitária por formas de financiamento

A 31/12/2010, a maioria das operações aprovadas integram-se na forma de financiamento “ajuda não reembolsável”. Nas “Ajudas reembolsáveis” estão incluídos os projectos dos Sistemas de Incentivos e o SAFPRI. Apenas a iniciativa Jessica foi considerada “Outra forma de financiamento”.

Tabela 2.5 – Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento (31/12/2010)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	188	44.975.347	13.913.921	30,94%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	32	17.880.022	6.104.049	34,14%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento	1	5.000.000	2.523.376	0,00%
TOTAL		221	67.855.368	22.541.346	33,22%

Verifica-se que 188 das 221 operações aprovadas, 66% do FEDER, foram aprovadas através de **ajudas não reembolsáveis** e apenas 26% em **ajudas reembolsáveis**. Os melhores rácios de execução verificam-se nas ajudas reembolsáveis (empréstimos) com 34,1% de execução face às aprovações.

Gráfico 2.9 – Formas de Financiamento (Aprovações)



Repartição da contribuição comunitária por tipo de território

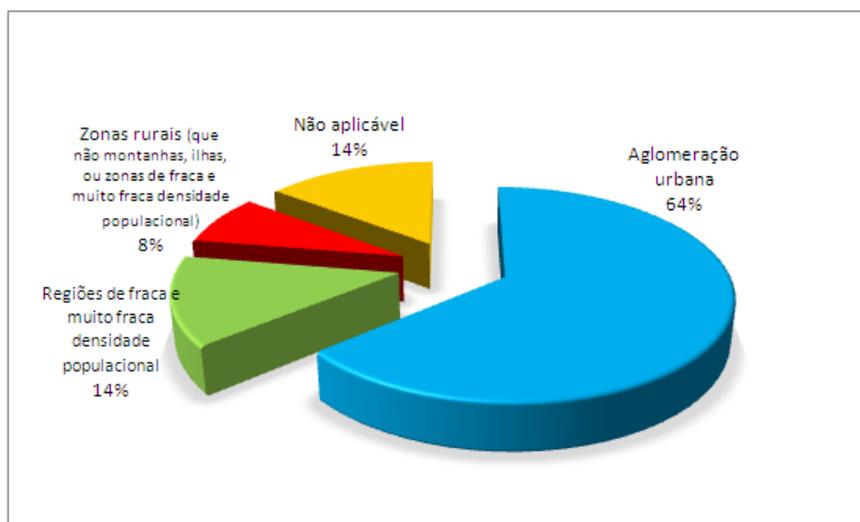
Relativamente à **abordagem territorial**, 169 das 221 operações aprovadas, correspondendo a 64% do FEDER, foram aprovadas em concelhos classificados como “**aglomeração urbana**” e apenas 21,5% em “**zonas rurais**” ou “**regiões de fraca ou muito fraca densidade populacional**”.

Tabela 2.6 – Repartição da contribuição da União por Tipo de Território (31/12/2010)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	169	43.400.216	15.602.663	35,95%
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	20	9.263.122	1.355.025	14,63%
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	9	5.297.379	1.989.612	37,56%
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica				
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável	23	9.894.652	3.594.046	36,32%
TOTAL		221	67.855.368	22.541.346	33,22%

As “zonas rurais” apresentam um ligeiro melhor comportamento relativamente à execução (37,56%) do que o registado nas “aglomerações urbanas”.

Gráfico 2.10 – Tipo de Território (Aprovações)



Repartição da contribuição comunitária por actividade económica

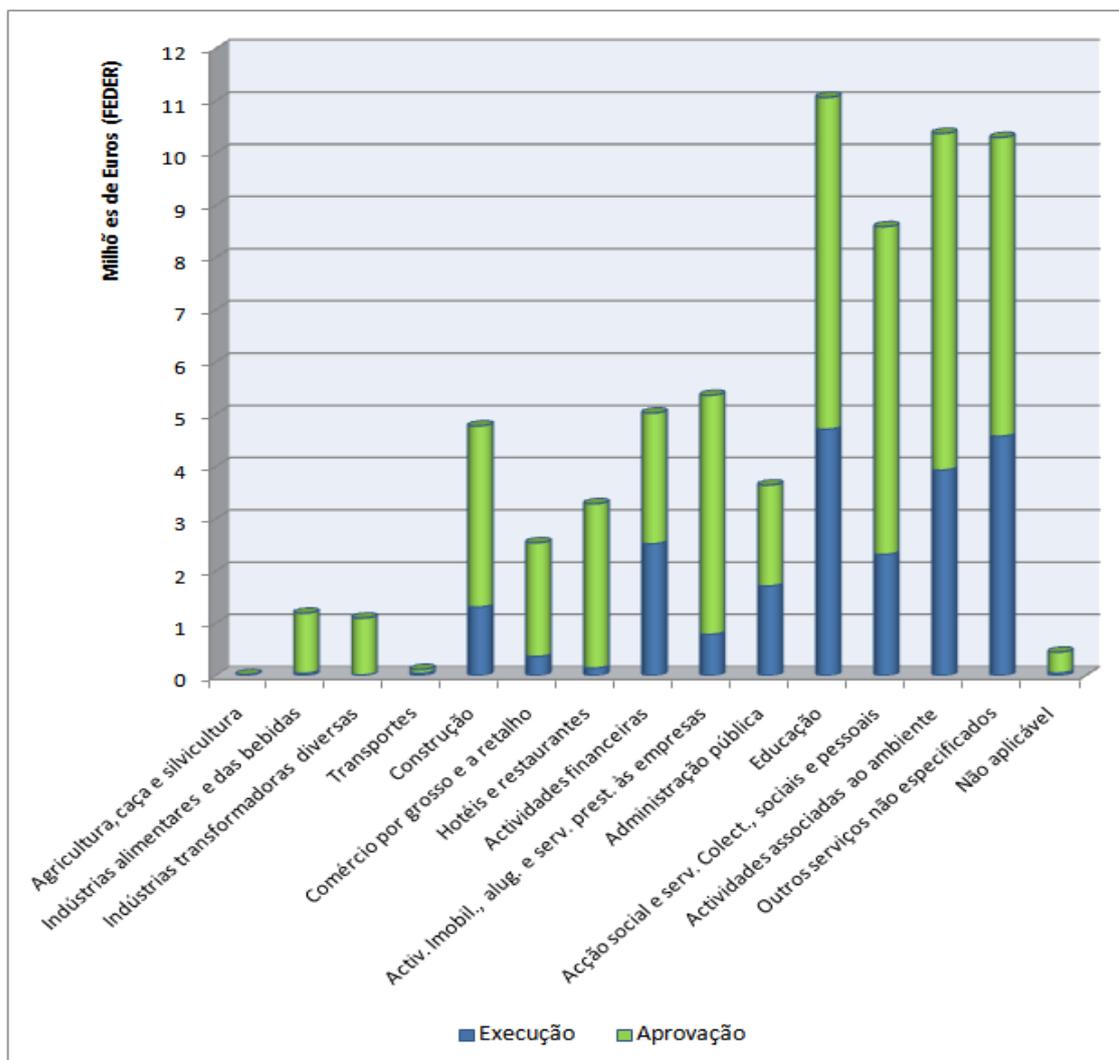
A Actividade Económica da “Educação” registou um maior montante FEDER comprometido (16,3% das aprovações) seguida das “Actividades associadas ao Ambiente” (15,3%) e dos “Outros Serviços não especificados”(15,1%) onde se encontravam inseridos entre outros os projectos na área da cultura e as reabilitações para fins culturais.

Tabela 2.7 – Repartição da contribuição da União por Actividade Económica (31/12/2010)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	1	16.875	0	0,00%
02	Pesca				
03	Indústrias alimentares e das bebidas	7	1.193.104	43.630	3,66%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis				
05	Construção de material de transporte				
06	Indústrias transformadoras diversas	6	1.098.779	10.000	0,91%
07	Extracção de produtos energéticos				
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente				
09	Captação, tratamento e distribuição de água				
10	Correios e telecomunicações				
11	Transportes	2	115.692	43.893	37,94%
12	Construção	8	4.778.018	1.311.434	27,45%
13	Comércio por grosso e a retalho	19	2.541.726	365.049	14,36%
14	Hotéis e restaurantes	10	3.288.817	143.655	4,37%
15	Actividades financeiras	2	5.024.747	2.523.376	50,22%
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	31	5.365.053	788.562	14,70%
17	Administração pública	14	3.645.448	1.714.331	47,03%
18	Educação	17	11.066.852	4.715.506	42,61%
19	Actividades de saúde humana				
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais	22	8.592.621	2.317.962	26,98%
21	Actividades associadas ao ambiente	34	10.377.666	3.933.247	37,90%
22	Outros serviços não especificados	44	10.301.495	4.582.245	44,48%
00	Não aplicável	4	448.474	48.456	10,80%
TOTAL		221	67.855.368	22.541.346	33,22%

As CAE “Actividades Financeiras” (50,22%) e “Administração Pública” apresentam as melhores taxas de execução face às aprovações (47,03%). Para este último caso, contribui a execução das candidaturas de Assistência Técnica.

Gráfico 2.11 – Actividade Económica (aprovações e execução)



2.1.4. Informação sobre o apoio por grupos alvo

A distribuição das aprovações e execução por grupos-alvo (beneficiários) encontra-se identificada na tabela 2.8.

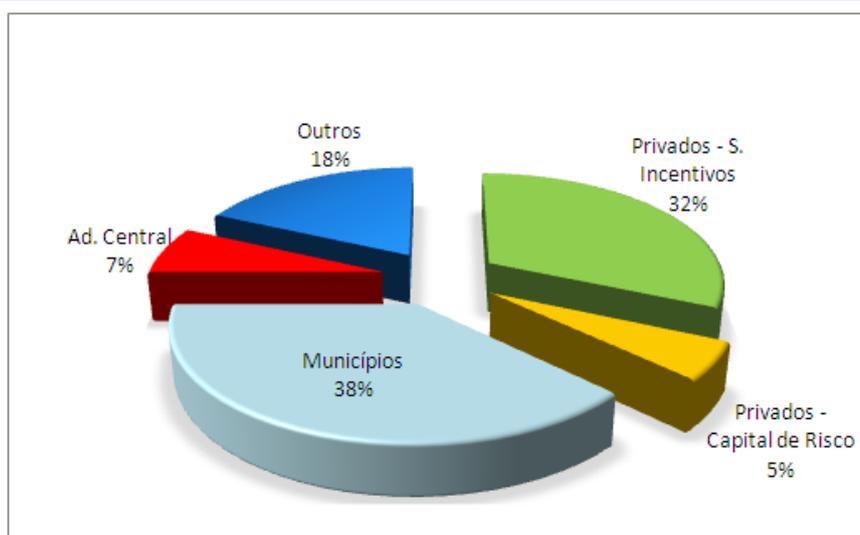
Verifica-se que os grupos-alvo de maior significado no Programa são os Municípios (Eixos 2 e 3) e os Privados (Empresas) no âmbito dos Sistemas de Incentivos (Eixo 1).

Tabela 2.8 – Repartição das Aprovações e Execução por Tipologia de Beneficiário (31/12/2010)

unid: euro

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
102	Administração Directa Serviços Periféricos	8	4.702.011	1.774.315	37,74%
103	Administração Indirecta Serviços Personalizados	11	6.426.459	3.441.477	53,55%
105	Empresas não Financeiras Públicas participadas maioritariamente pelo Sector Público	8	2.142.208	1.420.909	66,33%
107	Administração Autónoma Local	69	25.769.414	9.477.600	36,78%
109	Instituições do Ensino Superior	3	62.047	0	0,00%
202	Não PME	1	1.709.550	0	0,00%
203	Empresa de Média Dimensão	20	1.804.813	250.932	13,90%
204	Pequena Empresa	37	8.455.280	914.065	10,81%
205	Micro-empresa	41	8.983.119	2.540.462	28,28%
212	Entidade Privada sem fis lucrativos	15	2.135.422	198.209	9,28%
213	Instituições do Ensino Superior	1	109.671	0	0,00%
215	Associações Empresariais	1	56.694	0	0,00%
216	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional Local	4	54.555	0	0,00%
217	Fundações, Organizações não Governamentais (ONG) e outras Associações	2	5.444.127	2.523.376	46,35%
TOTAL		221	67.855.368	22.541.346	33,22%

A leitura do gráfico infra permite concluir que os *municípios* absorveram a maioria (38%) dos fundos aprovados no Programa (montante global superior a 26 milhões de Euros de dotação FEDER). Os *beneficiários privados* no âmbito dos sistemas de incentivos ou do capital de risco aprovaram cerca de 25 milhões de Euros (37%) e as entidades de *Administração Pública Central e Outros* registaram aprovações no montante de 17 milhões de Euros (7%).

Gráfico 2.12 – Tipologia de Beneficiário (aprovações)

Os Municípios registam igualmente o maior valor de Execução (9,5 milhões de Euros).

2.1.5 Apoio restituído ou reutilizado

Apoios restituídos

Até 31/12/2010, não existiram verbas utilizadas, por parte da AG, na sequência da anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa Operacional tal como previsto no n.º 2.º do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

2.1.6 Análise qualitativa

Durante o ano 2010, o nível de compromissos e de execução do PO Algarve 21 aumentou significativamente relativo aos anos anteriores, apesar do agravamento geral da situação económica e financeira do País (*Anexos II e IX*).

Apesar de terem sido abertos menos concursos, em particular no que respeita aos Sistemas de Incentivos, o montante aprovado cresceu 65% durante o ano 2010, atingindo no final do ano um nível de aprovações de 185 milhões de Euros de Investimento total elegível e 67,9 milhões de Euros FEDER (*total de operações aprovadas*).

A taxa de compromisso aumentou para 39% e o número de candidaturas aprovadas (221 em 31/12/2010) duplicou em relação ao final de 2009 (112). (*Anexo VII*)

Foram abertos concursos pela primeira vez nas tipologias da “Gestão Activa de Espaços Protegidos”, “Energia”, “Prevenção de riscos naturais e tecnológicos” e “Mobilidade Territorial”.

No que respeita à **execução** os montantes de despesa validada pela Autoridade de Gestão ascendia no final do ano a 58,8 Milhões de Euros de Investimento Elegível e 22,5 Milhões de Euros de FEDER, valor que duplicava a execução acumulada até final de 2009. A taxa de execução passou de 3,8% no final de 2009, para 12,9% em 31/12/2010, valor em linha com os restantes PO Regionais do QREN.

Verifica-se que, no geral, as áreas de apoio às empresas (Eixo 1) apesar de terem avançado mais rapidamente no início do Programa, apresentavam níveis de compromisso e execução mais baixos, que outras Áreas de investimento como sejam a “Reabilitação Urbana e Rural”, “Protecção do Ambiente e prevenção de riscos” ou o “Investimento em Infraestruturas Sociais”.

Tabela 2.9 – Aprovações e execução por Áreas de Investimento - Temas Prioritários (contribuição da União) (31/12/2010)

unid: euro

Nº	Áreas - Temas Prioritários	Fundo					
		Programado	Aprovação			Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
1	Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo	63.694.188	80	23.091.825	36,25%	6.768.483	29,31%
2	Sociedade da Informação	8.658.701	26	4.025.888	46,50%	519.086	12,88%
3	Transportes	23.643.768	5	4.290.000	18,14%	1.311.434	30,57%
4	Energia	1.846.753	5	466.396	25,25%	33.689	7,22%
5	Protecção do ambiente e prevenção de riscos	17.381.692	25	9.162.270	52,71%	3.820.592	41,70%
6	Turismo	7.424.208	13	2.595.879	34,97%	7.043	0,27%
7	Actividades culturais	7.330.188	8	3.262.950	44,51%	247.505	7,59%
8	Reabilitação urbana e rural	12.374.026	26	6.976.297	56,38%	3.457.541	49,56%
9	Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
10	Investimento em infra-estruturas sociais	19.275.792	17	11.066.852	57,41%	4.715.506	42,61%
11	Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão	0	0	0		0	0,00%
12	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	6.605.591	7	1.142.928	17,30%	320.373	28,03%
13	Assistência técnica	5.685.940	9	1.774.084	31,20%	1.340.093	75,54%

A tabela 2.9 apresenta a programação, as aprovações e a execução do Programa por grandes Áreas de Investimento para a *dimensão* - **Tema Prioritário** a 31/12/2010. A previsão efectuada no texto da Decisão do Programa relativamente às despesas de *earmarking*, ou seja que contribuem para a Estratégia de Lisboa, ascendia a 67% das despesas totais programadas. Analisando os resultados obtidos com base na situação a 31/12/2010, verifica-se que cerca de 71,6% dos projectos aprovados estavam inseridos em temas prioritários de *earmarking*. No que respeita à execução esse peso é de cerca de 68,7%.

Os maiores montantes aprovados verificam-se nas áreas de “Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo” – 23 milhões de Euros, “Investimento em infraestruturas sociais” – 11 milhões de euros, “Protecção do Ambiente e Prevenção de Riscos” – 9,2 milhões de euros e “Reabilitação urbana e rural” – 6,9 milhões de Euros. As áreas com maior execução, foram a “Assistência Técnica” (75,5% de taxa de execução) e “Reabilitação urbana e rural” e “Protecção do Ambiente e prevenção de riscos” com 49,6% e 41,7%, respectivamente.

Em 31/12/2010, apenas a área da “Adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários” não registava aprovações.

Dos 45 temas com programação prevista no texto da decisão do PO, 47% tinham sido alvo de aprovações em 2010 (21 temas) contra 16 no final de 2009 (36%).

No âmbito dos temas prioritários “*earmarking*” (Tabela 2.10) destaca-se com maiores taxas de execução face às aprovações o tema “Outras Medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito de empreendedorismo” (93%).

Das 221 candidaturas aprovadas até 31/12/2010, 159 inserem-se em temas “*earmarking*”.

Gráfico 2.13 - Aprovações e execução por Áreas de Investimento – Temas Prioritários

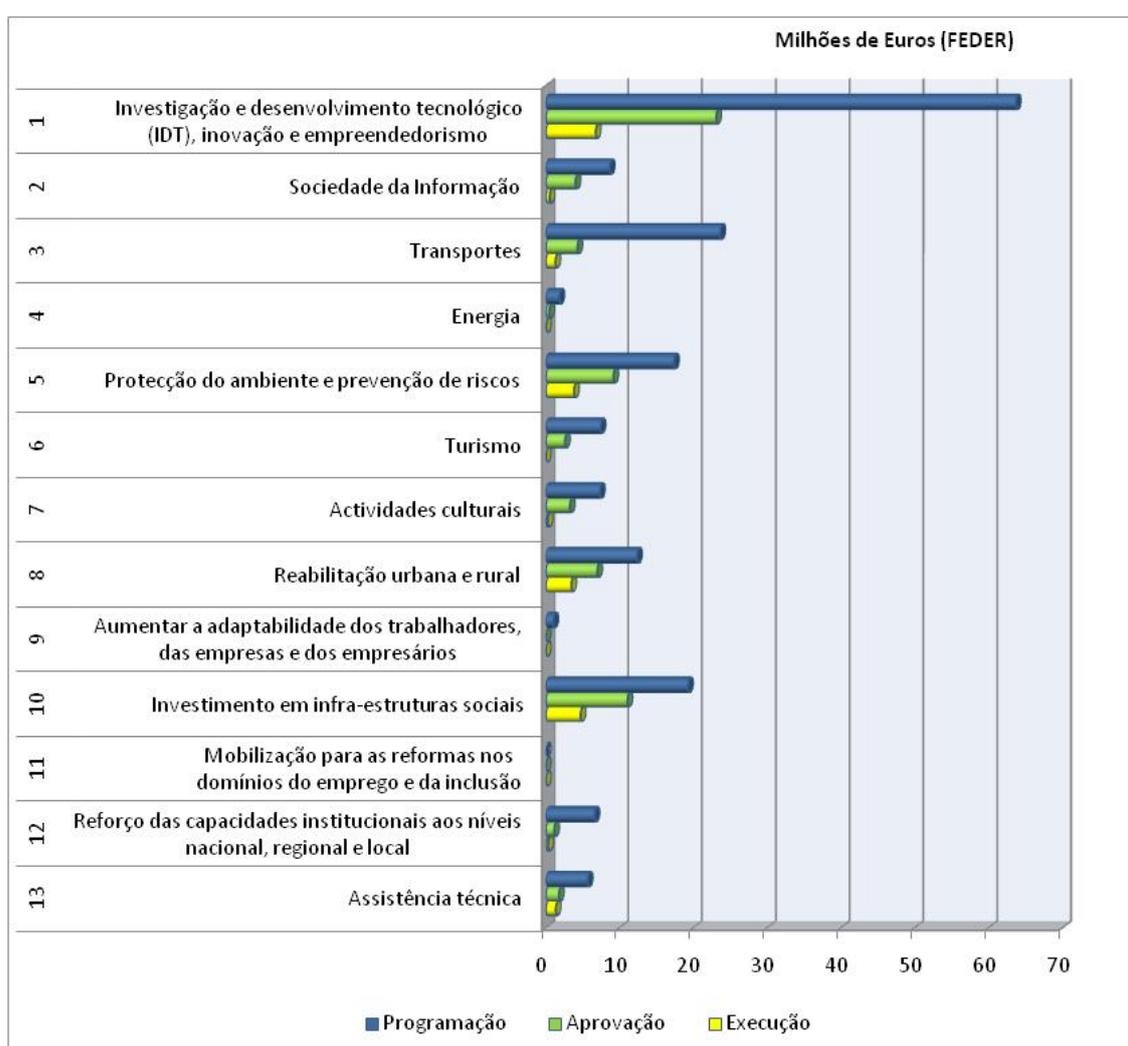


Tabela 2.10 – Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União) (31/12/2010)

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado	Aprovação		Execução		
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		63.694.188,00	80	23.091.825	36,25%	6.768.483	29,31%
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	3.687.696	0	0	0,00%	0	0,00%
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	2.655.844	0	0	0,00%	0	0,00%
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação entre PME, entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	8.436.364	3	986.035	11,69%	21.648	2,20%
4	Apoio à I&DT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços a serviços de IDT em centros de investigação)	6.280.519	10	737.323	11,74%	321.742	43,64%
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	3.093.506	0	0	0,00%	0	0,00%
6	Ajuda às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	4.093.506	0	0	0,00%	0	0,00%
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	6.342.857	33	14.670.862	231,30%	2.893.815	19,72%
8	Outros investimentos nas empresas	4.103.896	33	3.043.604	74,16%	140.299	4,61%
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	25.000.000	1	3.654.000	14,62%	3.390.980	92,80%
Sociedade da Informação		8.658.701	26	4.025.888	46,50%	519.086	12,89%
10	Infra-estruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)	1.856.104	0	0	0,00%	0	0,00%
11	Tecnologias da informação e comunicação	2.677.922	18	2.372.213	88,58%	294.267	12,40%
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	0	0	0		0	0,00%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	3.093.506	8	1.653.676	53,46%	224.818	13,60%
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	-		0	0,00%	0	0,00%
Transportes		23.643.768	5	4.290.000	18,14%	1.311.434	30,57%
16	Transporte ferroviário	2.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
22	Estradas nacionais	2.062.338					
23	Estradas regionais/locais	11.394.416	5	4.290.000	37,65%	1.311.434	30,57%
24	Pistas para ciclistas	2.062.338					
25	Transportes Urbanos	0	0	0		0	0,00%
26	Transportes multimodais	2.000.000	0	0	0,00%	0	0,00%
30	Portos	4.124.676	0	0	0,00%	0	0,00%
31	Transporte por via navegável (regional e local)	0					
Energia		1.846.753	5	466.396	25,25%	33.689	7,22%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	1.846.753	5	466.396	25,25%	33.689	7,22%

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado	Aprovação		Execução		
		Montante	Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		17.381.692	25	9.162.270	52,71%	3.820.592	41,70%
44	Gestão dos resíduos privados e industriais	3.557.532	0	0	0,00%	0	0,00%
47	Qualidade do ar	462.468	1	166.667	36,04%	4.215	2,53%
48	Prevenção integrada e controlo da poluição	462.468					
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	340.304					
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas	2.041.714					
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	2.585.117					
52	Promoção de transportes urbanos limpos	1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	4.124.675	5	2.960.951	71,79%	0	0,00%
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	2.776.245	19	6.034.652	217,37%	3.816.377	63,24%
Turismo		7.424.208	13	2.595.879	34,97%	7.043	0,27%
55	Promoção dos recursos naturais	1.523.377	10	2.288.930	150,25%	7.043	0,31%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	4.124.675	0	0	0,00%	0	0,00%
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	1.776.156	3	306.949	17,28%	0	0,00%
Actividades culturais		7.330.188	8	3.262.950	44,51%	247.505	7,59%
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	1.031.169	1	1.789.700	173,56%	208.322	11,64%
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	5.267.850			0,00%		
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais	1.031.169	7	1.473.251	142,87%	39.183	2,66%
Reabilitação urbana e rural		12.374.026	26	6.976.297	56,38%	3.457.541	49,56%
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural	12.374.026	26	6.976.297	56,38%	3.457.541	49,56%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
63	Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização de trabalho	1.031.169	0	0	0,00%	0	0,00%
Investimento em infra-estruturas sociais		19.275.792	17	11.066.852	57,41%	4.715.506	42,61%
75	Infra-estruturas educativas	12.213.454	17	11.066.852	90,61%	4.715.506	42,61%
76	Infra-estruturas de saúde	4.062.338					
77	Infra-estruturas de assistência à criança	1.000.000					
79	Outras infra-estruturas sociais	2.000.000					
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão		0	0	0		0	0,00%
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes	0	0	0		0	0,00%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		6.605.591	7	1.142.928	17,30%	320.373	28,03%
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	6.605.591	7	1.142.928	17,30%	320.373	28,03%
Assistência técnica		5.685.940	9	1.774.084	31,20%	1.340.093	75,54%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	4.124.675	7	1.600.734	38,81%	1.340.093	83,72%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	1.561.265	2	173.350	11,10%	0	0,00%
Total Temas Prioritários (a)		174.952.016	221	67.855.368	38,79%	22.541.346	33,22%
Total EARMARKING		116.656.343	159	48.588.209	41,65%	15.494.306	31,89%
% de Earmarking no Total				71,61%		68,74%	95,99%

categorias de earmarking

(a) Não inclui os Planos de Acção e Programas Estratégicos da Política de Cidades

A Tabela 2.10, bem como os Gráficos 2.14 a 2.26, permitem uma análise mais detalhada por tema prioritário:

Gráficos por área de investimento

Gráfico 2.14 – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

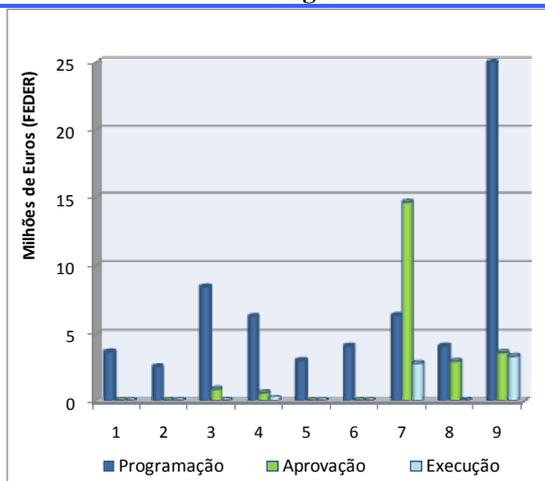
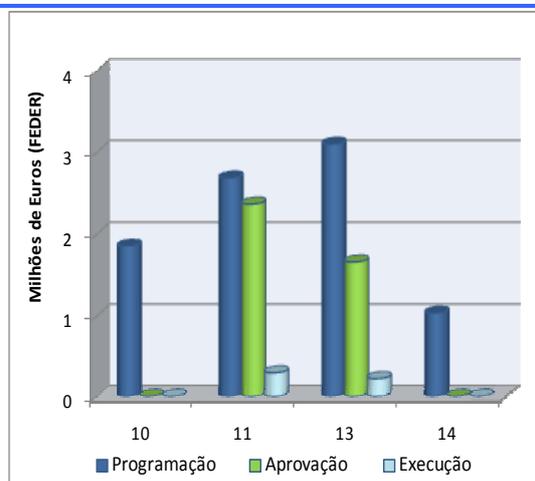


Gráfico 2.15 – Sociedade de Informação



❖ Investigação e Desenvolvimento Tecnológico:

- Área de investimento com maior número de candidaturas aprovadas (80). A prioridade dada ao financiamento dos temas previstos nesta área de investimento, nomeadamente no que respeita aos temas 3,4, 7, 8 e 9 contribui para a criação de empregos sustentáveis através do apoio directo às pequenas e médias empresas em conformidade com a alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1080/2006 de 5 de Julho.
- Taxa de aprovação de 36% e taxa de execução de 29%.
- Todos os temas desta área são “*earmarking*” e apenas os temas 1, 2, 5 e 6 não registam aprovações. Encontram-se em preparação candidaturas ao tema 2.
- As maiores taxas de execução são as dos temas 9 (93%) e 4 (44%).

❖ Sociedade de Informação:

- 26 operações aprovadas
- Taxa de aprovação de 46,5% e taxa de execução de 12,9%.
- Todos os temas desta área são “*earmarking*” excepto o 12.
- Dos temas programados no PO, apenas os temas 10 “Infraestruturas telefónicas (incluindo redes de banda larga)” e o tema 14 “Serviços e aplicações para as PME (cibercomércio, educação...)” não registaram operações aprovadas. Neste último existe investimento efectuado embora não sendo dominante no âmbito das operações aprovadas.
- A maior taxa de execução é a do tema 13 (12%).

Gráfico 2.16 – Transportes

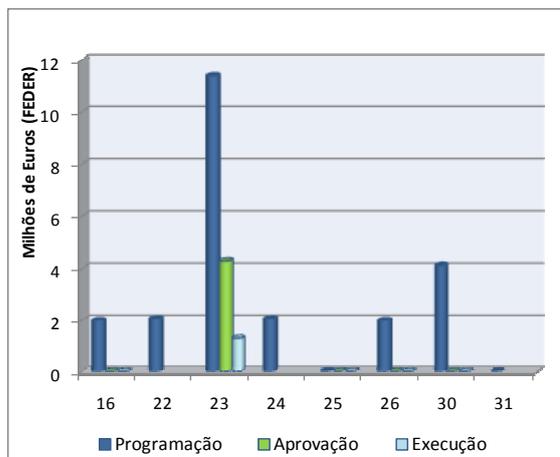
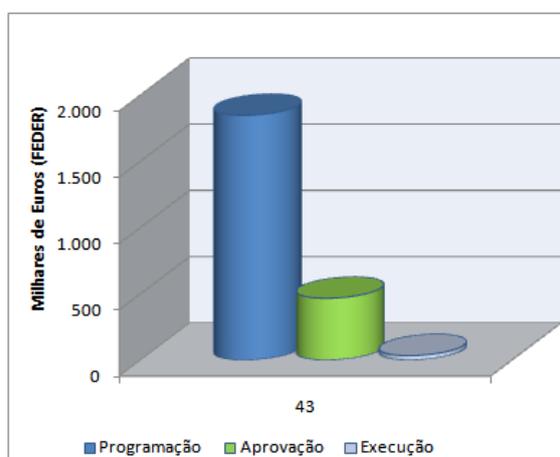


Gráfico 2.17 – Energia



❖ Transportes:

- 5 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 18,1% e taxa de execução de 30,6%.
- Apenas os temas 16, 22, 24, 26 e 30 desta área são “*earmarking*” e até ao momento não registam aprovações. Encontra-se em preparação a abertura do tema 24.
- O único tema com taxa de execução é o tema 23 (31%).

❖ Energia:

- 5 operações aprovadas
- Taxa de aprovação de 25,3% e taxa de execução de 7,2%.
- O único tema desta área é “*earmarking*” (43).

Gráfico 2.18 – Protecção do Ambiente e Gestão de Riscos

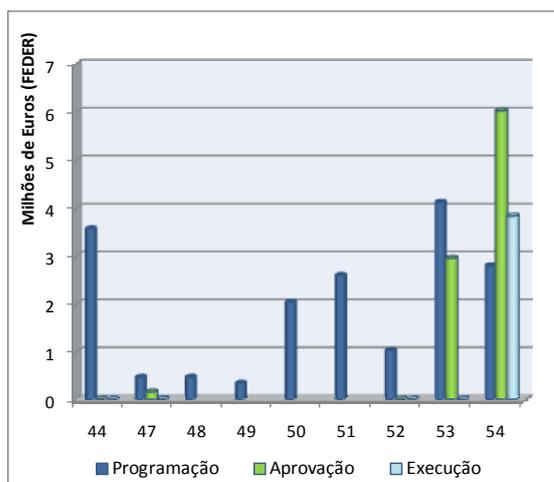
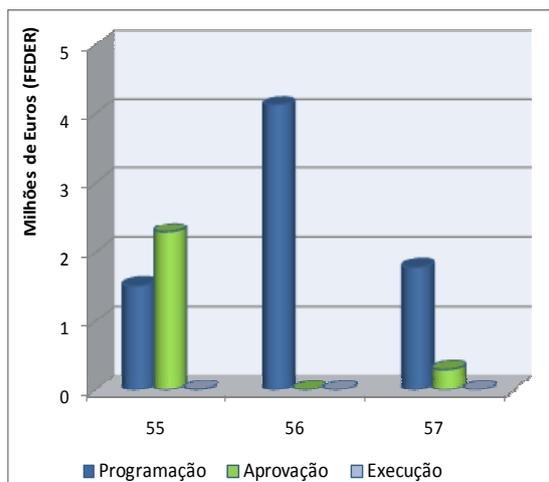


Gráfico 2.19 – Turismo



❖ Protecção do Ambiente e Gestão de Riscos:

- 25 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 53% e taxa de execução de 42%.
- Apenas os temas 44, 52 e 53 desta área são “*earmarking*” e apenas os temas 47, 53 e 54 registam aprovações. É provável que nem todos os temas venham a registar aprovações no PO Algarve uma vez que o investimento nestas áreas será fortemente complementado pelo POVT (Fundo de Coesão). Verifica-se assim a concentração da execução no caso do PO Algarve apenas nalguns temas.
- Destaca-se o tema 54 “Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos” (217% de taxa de aprovação), com execução de 63,2%.

❖ Turismo:

- 13 operações aprovadas
- Taxa de aprovação de 39,47% e taxa de execução de 0,27%.
- Nenhum tema desta área é “*earmarking*” e contam com operações aprovadas os temas 55 e 57. No tema 56 existe investimento aprovado embora não seja dominante no âmbito das operações aprovadas.
- Destaca-se o tema 55 “Promoção dos recursos naturais” com aprovações superiores ao programado (150% de taxa de aprovação).

Gráfico 2.20 – Actividades Culturais

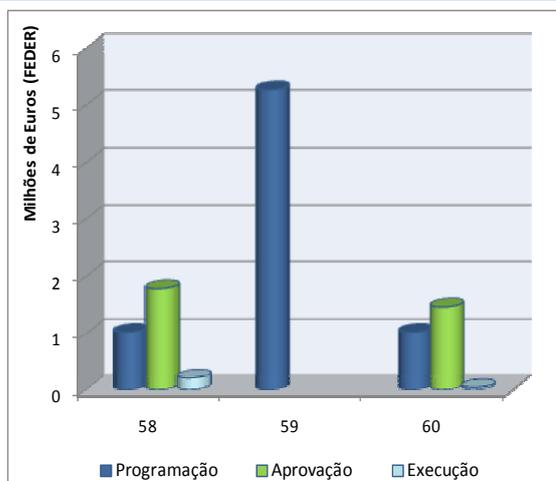
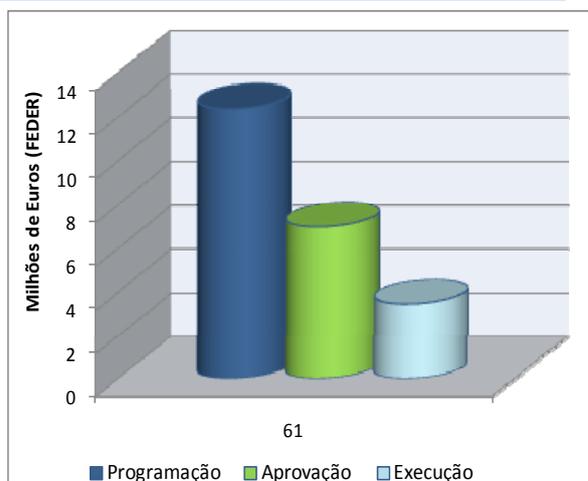


Gráfico 2.21 – Reabilitação Urbana e Rural



❖ Actividades Culturais:

- 8 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 44,51% e taxa de execução de 7,59%.
- Nenhum tema desta área é “*earmarking*”.
- Destacam-se os temas 58 e 60 com aprovações superiores ao programado (173,6% e 143% de taxas de aprovação respectivamente). Apenas o tema 59 não regista aprovações. Algum do investimento que contribuía, para este tema está classificado no tema 61.
- A maior taxa de execução regista-se no tema 58 (11,6%).

❖ **Reabilitação Urbana e Rural:**

- 26 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 56,4% e taxa de execução de 49,6%.
- O único tema desta área é “*earmarking*”.

Gráfico 2.22 – Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

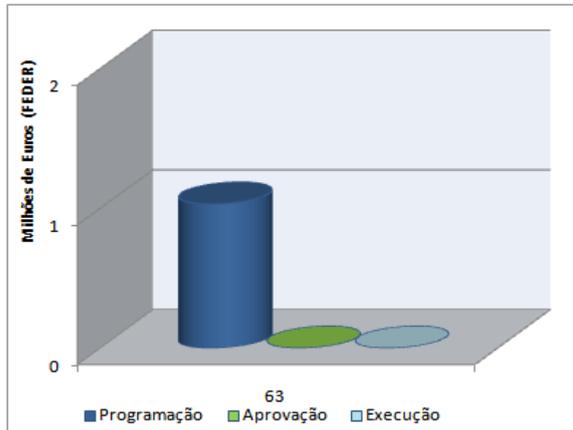
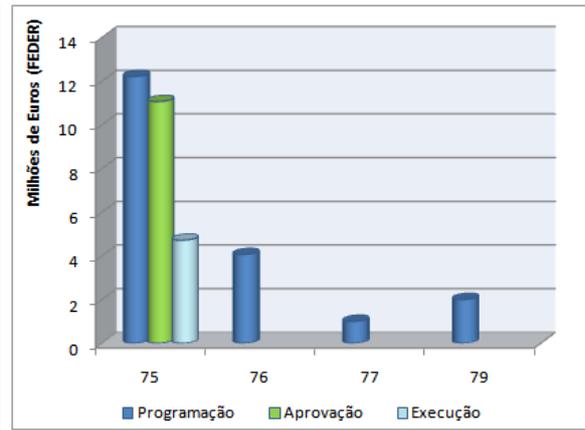


Gráfico 2.23 – Investimento em infraestruturas sociais



❖ **Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários:**

- Não se registaram operações aprovadas

❖ **Investimento em infraestruturas sociais:**

- 17 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 57% e taxa de execução de 43%.
- Apenas o tema 75 – “Infraestruturas educativas” é “*earmarking*”, sendo o único que regista aprovações (taxa de aprovação = 90,6%).
- Está em preparação a abertura do tema 76. O tema 77 regista investimento efectuado embora minoritário, no âmbito das operações aprovadas no tema 75.

Gráfico 2.24 – Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão

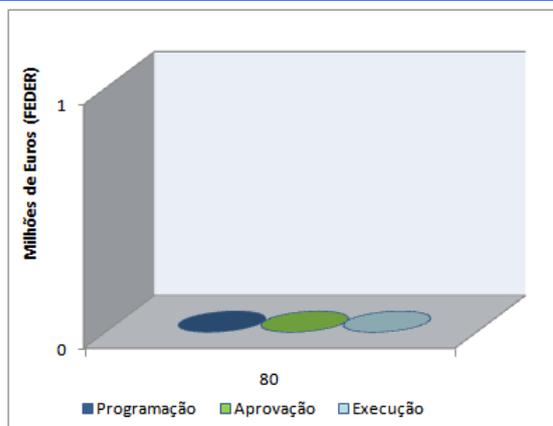
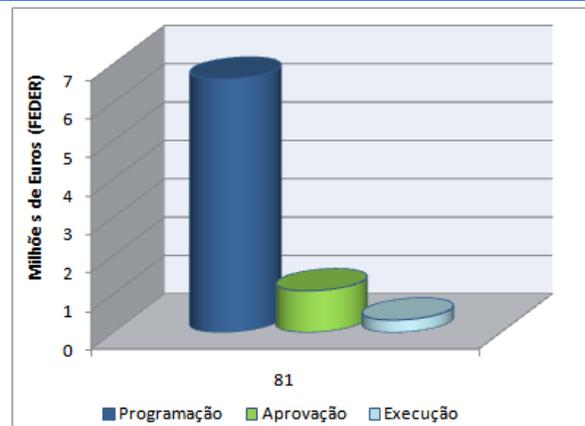


Gráfico 2.25 – Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local



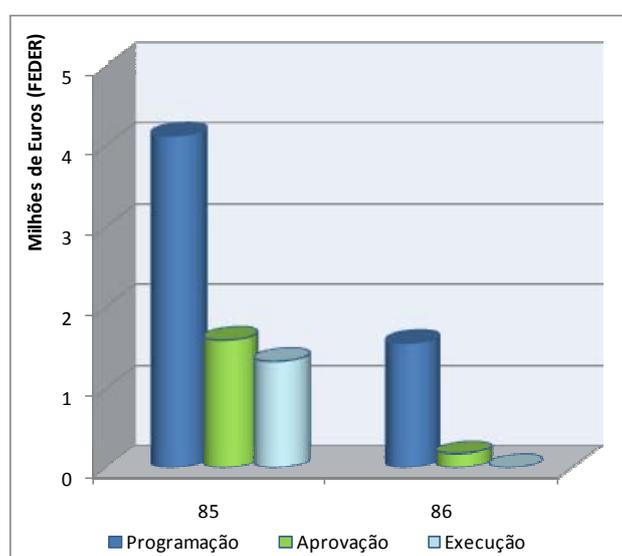
❖ **Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão:**

- Não está previsto no PO do Algarve

❖ **Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local:**

- 7 operações aprovadas.
- Taxa de aprovação de 17,3% e taxa de execução de 28%.
- O tema desta área não é “*earmarking*”.

Gráfico 2.26 – Assistência Técnica



❖ **Assistência Técnica:**

- 9 operações aprovadas.
- Não existem temas “*earmarking*” nesta área de investimento.
- A taxa de aprovação é de 31,2% e taxa de execução é de 75,5%.
- Regista-se a maior execução no tema 85 “Preparação, execução, acompanhamento, inspeção” (84%).

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário:

Mercados Públicos

Os regulamentos publicados para acesso às áreas de intervenção do Programa Operacional obrigam ao cumprimento dos preceitos comunitários em matéria de mercados públicos, quando se trate de entidades a que se aplicam as directivas comunitárias e a legislação nacional que as transcreve.

Nos casos em que é exigido como condição de acesso que o processo de concurso das obras esteja em fase de intenção de adjudicação – ou em que, mesmo sem essa exigência, o avanço dos projectos candidatos já tenha atingido esse fase - é possível verificar logo “à entrada” se os pressupostos e procedimentos básicos para assegurar a transparência e o acesso em igualdade de condições de todos os potenciais concorrentes foram cumpridos. Se se verificar que o projecto candidato não obedeceu às regras em vigor nesta matéria, o projecto poderá ser logo à partida excluído.

Para além disso, mantêm-se em vigor as orientações para o secretariado técnico do Programa no sentido de verificar, em sede de pagamento da comparticipação comunitária, o cumprimento da legislação nacional e comunitária em matéria de contratação pública de obras e fornecimentos. Antes do primeiro pagamento relativo a um contrato público, a Estrutura Técnica verifica a documentação relevante relativa ao processo de concurso e à adjudicação que o suporta, de acordo com *check-list* criadas para o efeito, e só concretizará a ordem de pagamento depois de obter toda a informação necessária que lhe permita concluir pelo cumprimento da legislação aplicável. Este tipo de procedimento é aliás semelhante para qualquer despesa verificada. Para a correcta implementação destes procedimentos tem contado fortemente a experiência adquirida na segunda metade do QCA III.

Em 2009, foram aperfeiçoadas as *check-list* e instrumentos de trabalho em uso nestas matérias com vista à sua integração no Sistema de Informação do PO e foram melhoradas as orientações constantes do Manual de Procedimentos e Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo, bem como a sua operacionalização. Em 2010, foi aperfeiçoado o Sistema de Informação do PO como auxiliar dos beneficiários na actualização de informação sobre esta matéria, e da Estrutura Técnica nas verificações necessárias aos procedimentos de contratação pública, nomeadamente através da introdução de alertas e validações automáticas de documentos e processos.

Auxílios de Estado às Empresas

A Comissão Europeia considera que os auxílios de *minimis* são auxílios de reduzido valor concedidos a uma empresa que, por essa razão, não são susceptíveis de afectar de forma significativa o comércio e a concorrência entre Estados-Membros.

O Regulamento (CE) n.º 1998/2006 de 15 de Dezembro fixa um limiar máximo de acumulação dos auxílios, abaixo do qual existe isenção de notificação prévia à Comissão Europeia. Esse máximo é de 200 000 euros durante o período de três exercícios financeiros (ou de 100 000 euros no que se refere às empresas no sector dos transportes rodoviários), sendo que para os anos de 2009 e 2010 foi alargado o limite para 500 000 euros, no contexto das medidas anti-crise.

A Comissão Europeia, no final do ano 2010, através da Comunicação - Quadro Temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica, de 1 de Dezembro de 2010, entendeu não dar continuidade ao regime de excepção temporário - montante limitado de auxílios compatíveis.

No entanto, a Comissão abre a possibilidade de os Estados-Membros verem aprovada uma prorrogação da aplicação do limite máximo de acumulação de auxílios de *minimis* de 500.000 euros, para as candidaturas apresentadas pelos beneficiários até 31 de Dezembro de 2010. A transposição deste State Aid para a legislação nacional foi efectuada através da Portaria n.º 70/2011, de 9 de Fevereiro.

A Comissão Europeia adoptou um regulamento que autoriza automaticamente uma série de medidas de auxílio, isentando os Estados-Membros da obrigação de notificação prévia dos auxílios à Comissão (exige apenas o seu envio para informação, após a sua implementação). Este novo regulamento geral de isenção por categoria (RGIC) autoriza auxílios às PME, auxílios à investigação e desenvolvimento a favor das PME, auxílios ao emprego, auxílios à formação profissional e auxílios com finalidade regional, auxílios a favor do ambiente, auxílios à inovação, investigação e desenvolvimento para grandes empresas, auxílios sob a forma de capital de risco e auxílios a favor de novas empresas criadas por mulheres empresárias.

Em relação aos regimes de *minimis*, a Comissão Europeia autoriza a sua aplicação desde que os mesmos sejam transparentes e que o Estado-Membro assegure o cumprimento dos limites

máximos de apoio. Para este efeito, e à semelhança do que aconteceu no período de programação anterior (2000-2006), manteve-se a opção de uma base de dados nacional dos apoios (Registo Central de Auxílios de *minimis*). Ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR) cabe a responsabilidade pelo registo, acompanhamento e controlo de acumulação dos apoios financeiros concedidos.

Os anos 2009 e 2010 evidenciam números de registos muito elevados. Tal situação fica-se a dever ao contributo dado pelas ajudas de *minimis* concedidas no âmbito dos instrumentos de engenharia financeira.

Os registos com data de decisão entre 01.01.2008 e 31.12.2010, totalizaram 154.181 registos. Este número corresponde a 130.534 projectos dos quais beneficiaram 76.949 empresas, que corresponde a um volume financeiro total de 1.695 M€

No caso do **Algarve**, sempre que um apoio *de minimis* no âmbito dos sistemas de incentivos é concedido em sede de Comissão Directiva do PO ALGARVE 21, o mesmo fica condicionado à consulta e verificação dos limites definidos no Regulamento (CE) nº 1998/2006 da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006 (calculados em função da referida base de dados nacional). Esta tramitação é desenvolvida pelo Programa Operacional POFC, enquanto coordenador da Rede Sistemas de Incentivos QREN.

Os auxílios concedidos ao abrigo da regra *de minimis*, no âmbito dos sistemas de incentivos e SAFPRI, totalizaram no período de 2008 a 2010 cerca de 7,2 milhões.

Tabela 2.11 – Apoios concedidos ao abrigo de *minimis* no período 2008-2010

Regime de Auxílios	Enquadramento Comunitário	Apoios Concedidos PO Algarve21	
		Nº Proj.	Montante (€)
SI Inovação	<i>Minimis</i>	9	65 781,57
SI Qualificação PME	<i>Minimis</i>	55	3 827 992,18
SI I&DT	<i>Minimis</i>	5	32 705,00
SAFPRI	<i>Minimis</i>	52	3 280 324,59
TOTAL		121	7 206 803,34

Fonte: IFDR

Para além dos apoios concedidos ao abrigo da regra *de minimis* existem ainda incentivos atribuídos ao abrigo do Regime Geral de Isenção por Categoria (X 404/2009) que totalizaram

no caso do Algarve, até 31/12/2010, 17.238.965 euros de incentivo, no conjunto dos Sistemas de Incentivos.

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A compatibilização entre os financiamentos comunitários e as políticas em matéria de ambiente tem sido uma prioridade constante ao longo da implementação dos vários Quadros Comunitários na Região, registando-se uma experiência relevante nesta matéria.

A conformidade entre os projectos financiados pelo Programa e as políticas comunitárias em matéria de ambiente, é assegurada através da participação dos serviços responsáveis (CCDR – Ambiente e Ordenamento e ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, nos casos aplicáveis) na análise dos projectos apresentados a concurso, emitindo parecer sobre diversas candidaturas, quer da área ambiental, como é o caso das infra-estruturas do litoral, quer de outras áreas, como por exemplo, a rede viária, ficando assim salvaguardados eventuais impactes sobre o ambiente. Para sistematização desta informação e permitir um acompanhamento destas questões durante e após as intervenções efectuadas no âmbito do Programa, foi criada uma *check-list* ambiental que acompanha as operações ao longo da sua implementação.

De referir, como mais valia, a participação de um representante de Organizações Não Governamentais (ONG) da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do Programa, a qual aprova os critérios de selecção de todos os regulamentos das áreas de intervenção do Programa e tem, assim, capacidade para propor ajustamentos ou soluções que permitam que os projectos a aprovar contribuam de forma mais eficaz para a salvaguarda do ambiente e para um desenvolvimento regional sustentável.

Alguns dos Regulamentos Específicos prevêem ainda a existência de critérios de selecção / ponderações relacionados com a incidência ambiental dos projectos como é o caso da Rede de Equipamentos Culturais, Mobilidade Territorial ou Parcerias para a Regeneração Urbana. Esta questão encontra-se no entanto mais desenvolvida no ponto 2.7.3 – Avaliação Ambiental Estratégica.

O Programa aprovou, até 31/12/2010, 24 projectos com incidência positiva directa em termos ambientais que ascendem a um montante de despesa pública de 6,5 milhões de euros, no âmbito das tipologias de operação “Acções de Valorização do Litoral” e “Acções de Valorização e Qualificação Ambiental”.

Não discriminação e igualdade de oportunidades

O princípio da não discriminação de género mas também de raça, religião, idade, orientação sexual ou deficiência está consagrado na legislação nacional e, tal como referido no texto do Programa, será integralmente cumprido não apenas pela tomada de medidas de discriminação positiva em favor de grupos de cidadãos com maior dificuldade potencial de acesso ao Programa como também, e sobretudo, pela eliminação de quaisquer entraves que dificultem ou impossibilitem um tratamento igual de todos os tipos de beneficiários.

Salienta-se aqui, pela sua importância neste âmbito, a medida tomada no quadro do Sistema de Incentivos à Inovação, o regime de apoios previsivelmente de maior dotação financeira e impacto na Região, que prevê a atribuição da majoração de 10 pontos percentuais do incentivo a conceder no quadro do empreendedorismo feminino ou jovem.

De acordo com a regulamentação publicada, considera-se para efeito de atribuição de majoração ao empreendedorismo feminino, os projectos liderados por mulheres que reúnam as seguintes condições:

- a. a empreendedora detém, directa ou indirectamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;
- b. a empreendedora desempenha funções executivas na empresa e mantém-nas, pelo menos, dois anos após a conclusão do projecto.

A atribuição da majoração “*empreendedorismo jovem*”, por seu lado, depende do preenchimento pelo jovem empreendedor das seguintes condições:

- a. ter uma idade compreendida entre os 18 e os 35 anos;
- b. possuir, directa ou indirectamente, uma participação igual ou superior a 50% no capital social, durante dois anos;
- c. desempenhar funções executivas na empresa e mantê-las, pelo menos, dois anos após a conclusão do projecto.

De notar que, em ambos os casos, a atribuição da majoração está sujeita a parecer positivo das entidades oficiais que velam pela não discriminação destes cidadãos: a Comissão da Cidadania e da Igualdade de Género e o Instituto Português da Juventude.

Poderá destacar-se, no quadro do empreendedorismo feminino ou jovem, a aprovação, até 31/12/2010, de 5 projectos no SI Inovação, com um montante de investimento elegível de 3,6 milhões de euros.

Os contributos positivos do Programa para a igualdade de oportunidades resultam também de actuações de medidas materiais, através do impacto que podem vir a ter na organização da vida dos cidadãos, como é o caso da ocupação das crianças e dos jovens, do apoio social à população idosa e das oportunidades de dinamização de iniciativas de valorização e ocupação das mulheres em zonas deprimidas.

Nesta fase poderá destacar-se a aprovação, até 31/12/2010, de 17 Centros Escolares (inclui pré-escolar) no Eixo 3, com um montante de investimento de 22 milhões de euros.

No que diz respeito à consolidação das unidades de apoio social (Creche, Centro de Dia, Lar de Idosos, Lar de Apoio, etc), o apoio no âmbito do QREN será canalizado no caso do Algarve para o POPH (FSE – Apoio ao Investimento a resposta integradas de Apoio Social), em face dos reduzidos montantes FEDER atribuídos à Região. Por seu lado, as medidas de animação sócio-económica e equipamentos colectivos (em particular centros escolares) a implementar nos territórios do Interior, com reflexos na ocupação das mulheres nestas zonas deprimidas, deverão ficar a cargo das intervenções do FEADER¹¹.

¹¹ Recorde-se que a Deliberação do Conselho de Ministros nº 420 de 31/08/2006, destinou o montante de 200 milhões de Euros para intervenções FEADER no Algarve, montante superior ao FEDER.

2.3. Problemas significativos encontrados na implementação do Programa Operacional e medidas tomadas

Às naturais dificuldades sentidas no arranque de qualquer novo período de programação, juntaram-se, no caso do Algarve, condicionalismos que lhe são específicos e que decorrem, desde logo, do seu estatuto de *phasing out*, entendendo-se naturalmente que, num contexto de escassez acentuada de recursos, o sucesso na aplicação da estratégia definida passa pela aplicação prática dos princípios de concentração e selectividade e pela definição cuidada dos mecanismos de operacionalização.

Nos anos 2009/2010 acentuaram-se três factores de contexto que marcaram a primeira metade do QREN e que acresceram dificuldades à situação particular do Algarve:

- O prolongamento da sobreposição do período de execução dos dois períodos de programação (QCA III e QREN), apesar do efeito claramente positivo desta Medida relativamente ao aproveitamento de recursos do QCA III. Esta sobreposição foi sentida na disponibilidade de recursos humanos até ao final do 3º trimestre de 2010, data em que foram entregues os processos finais do QCA III aos serviços da Comissão Europeia.
- A crise financeira internacional que agravou os indicadores da economia portuguesa e desmotivou os investidores.
- O contexto de fortes restrições orçamentais motivado pela crise da dívida soberana que afectou não só a Administração Pública Central e Local como também os respectivos fornecedores (privados).

Neste contexto sistematizam-se em seguida os problemas identificados e as medidas tomadas ou a tomar. Questões mais específicas encontram-se detalhadas no Ponto 3 no final da análise de cada Eixo prioritário. Algumas das dificuldades sentidas e apontadas no Relatório de Execução de 2009 não foram ainda resolvidas pelo que se mantém, com os ajustamentos adequados.

- ❖ **Dificuldade na concretização da estratégia regional** – O modelo regulamentar criado, com instrumentos nacionais centralizados, e a pressão para o arranque do QREN, tornaram mais complexa a concretização da estratégia regionalmente definida, espartilhando por

sectores distintos as diversas iniciativas necessárias à concretização de intervenções territoriais integradas.

Medidas tomadas / a tomar:

- Permitir a possibilidade de introdução de Regulamentos de cariz regional para intervenções territoriais integradas.
- Promover a articulação entre Fundos (Ex: FEDER / FEADER) através de grupos de trabalho que identifiquem as áreas e medidas de complementaridade a operacionalizar em cada Região.
- Diversificação da abertura de concursos com maior incidência nas áreas mais estratégicas da política regional.

❖ **Fraco nível de aprovações** – o novo modelo regulamentar do QREN, na qual estão definidos regulamentos específicos para cada uma das áreas de intervenção dos Programas Operacionais Regionais, associado ao facto das candidaturas serem apresentadas mediante avisos de abertura de concursos, alterou significativamente os procedimentos adoptados no período de programação anterior, principalmente para os promotores públicos. Estas alterações, tendo presente que os promotores públicos não se encontravam familiarizados com os novos procedimentos, dificultaram de alguma forma, num período inicial, a apresentação das candidaturas. A entrada em vigor de novas versões dos sistemas de informação também criou dificuldades iniciais de adaptação que se prolongaram ao longo do ano 2009.

Por outro lado, o modelo adoptado tornou o processo de aprovações mais moroso e mais complexo para as Estruturas Técnicas, uma vez que obriga à adaptação dos instrumentos de notação, formulários, check-list para cada Tipologia de operação a concurso.

No caso do Algarve a exigência de maior selectividade motivada pela limitação das dotações do Programa, tem também contribuído para um nível de aprovações genericamente menos elevado do que a média do QREN.

Medidas tomadas:

- Sessões de divulgação/esclarecimentos para os promotores privados e acompanhamento mais personalizado para consultores e promotores públicos através de documentos de apoio, esclarecimentos por mail/telefone, reuniões presenciais para melhorar a qualidade das candidaturas e prestar apoio sobre o funcionamento dos Sistemas de Informação.

- Abertura de concursos em novas tipologias dos projectos públicos (Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – acções materiais; Gestão activa de espaços protegidos e classificados; Energia e Mobilidade territorial).
- Abertura de concursos em contínuo para reduzir os tempos individuais de decisão.

Medidas a tomar:

- Agilização do processo de concursos, permitindo em certas situações do tipo operações integradas, promotores únicos, fechos de redes de equipamentos públicos ou assistência técnica a simplificação dos procedimentos.

- ❖ **Fraca execução/dificuldades dos beneficiários e fornecedores** – que se traduziram nalgum atraso de pagamentos e de operacionalização, por parte dos beneficiários, e nalgumas situações de pré falência com atrasos de execução das empreitadas, por parte dos fornecedores.

Medidas tomadas:

- As medidas tomadas pela Coordenação do QREN relativamente à atribuição de adiantamentos iniciais, veio em parte melhorar a liquidez dos beneficiários, podendo no entanto, vir a repercutir-se de forma menos positiva, à medida que as operações entram na segunda metade da sua execução, e o efeito do adiantamento se anula.
- Em paralelo tem sido efectuado um esforço da parte das Estruturas do Programa para encurtar prazos de análise de pedidos de pagamento, fomentando a utilização dos adiantamentos contra-factura que passaram a ser utilizados pela primeira vez nos sistemas de incentivos.
- Foi igualmente reforçado o acompanhamento dos promotores com vista a ultrapassar dificuldades administrativas, burocráticas ou de utilização do sistema de informação.
- Foi aprovada na Comissão Directiva do PO de 7 de Dezembro uma Orientação de Gestão para “disciplinar” procedimentos e definir penalizações para atrasos de execução, a qual deveria entrar em vigor a partir de Março de 2011. Tal não chegou a acontecer uma vez que foi assinado o “2º Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP” que se sobrepunha nalguns casos aquela orientação.

Medidas a tomar:

- Reprogramação com ajustamento “em alta” de taxas de participação.

- ❖ **Atraso nos pagamentos aos beneficiários e nas transferências para os Organismos Pagadores** – Ao longo do ano 2010, os prazos de pagamento por parte do IFDR (Autoridade de Pagamento) alongaram-se relativamente a anos anteriores, atingindo tempos médios superiores 20 dias. Este facto dificulta a cadência de reembolsos a cada operação e por consequência aos respectivos empreiteiros e fornecedores prejudicando o ritmo de apresentação de despesas.

Igualmente, conforme referido no ponto 3.1.3, os atrasos nas transferências para os Organismos Intermédios (Pagadores), prejudicam a celeridade que se quer imprimir aos reembolsos às empresas.

Medidas a tomar:

- Sensibilizar o IFDR para manter prazos de pagamentos/transferências máximos de 10 a 15 dias, o que ajudaria a manter ritmos mensais de apresentação de despesa por parte dos beneficiários de projectos em curso.

- ❖ **Carência de meios humanos especializados** – o facto de apenas no 2º semestre de 2008, ter ficado concluída a constituição do secretariado técnico do PO (Coordenadores nomeados a 31 de Julho - Despacho de transição a 23/10/2008) retardou os trabalhos referentes à definição da estrutura de gestão e controlo e à implementação dos procedimentos do PO Algarve 21. A implementação das estruturas e dos sistemas de gestão apresenta dificuldades acrescidas no caso do Algarve, pela exiguidade da dotação da Assistência Técnica neste período de programação, associada a uma maior complexidade e diversidade dos instrumentos a implementar, como já referido. Com efeito, a indexação (inferior à regulamentar) às reduzidas verbas gerais do Programa, cria dificuldades ao nível da cobertura das novas exigências financeiras relacionadas, por exemplo, com os sistemas de informação, com a contratação de organismos intermédios ou mesmo com a avaliação ou controlo.

Finalmente, a morosidade dos processos de contratação não facilitou o reforço da Estrutura Técnica relativamente a valências em falta, e à saída de elementos, entretanto verificada.

No ano 2009, agravou-se esta situação, com a redução dos meios humanos da Estrutura Técnica que já tinha trabalhado com limitação das dotações em relação às valências em falta (jurídica, sistemas de informação). Em 2009, a estrutura foi reduzida em 1 técnico especialista e um Coordenador técnico (controlo). Os técnicos dos Ex-GAT que

acompanhavam a parte física das candidaturas passaram de 9 para 3, e finalmente registaram-se 2 ausências transitórias de cerca de meio ano cada¹² na Equipa do Eixo 1.

Em 2010 não foram resolvidas dificuldades que impediram o reforço da estrutura em áreas especializadas. Por outro lado, $\frac{3}{4}$ do ano foram ainda ocupadas com os trabalhos de encerramento de QCA III, que se revelaram, ao contrário do que se esperava, bastante mais exigentes em meios humanos e em tempo.

Medidas tomadas / a tomar:

- Concluir processos de contratação das novas valências ou compensar através da admissão de estagiários ou “*out sourcing*” nas áreas respectivas.
- Reforçar a equipa de controlo interno para permitir o cumprimento das exigências previstas na Descrição de Sistema de Gestão e Controlo.
- Formação para Secretariado Técnico em áreas especializadas.

Finalmente e embora não tenha sido ainda transmitido à Autoridade de Gestão os resultados do Relatório Anual de Controlo por parte da Autoridade de Auditoria, apresenta-se na Tabela 2.12 os resultados dos “follow-up” das recomendações decorrentes das Acções de Controlo efectuadas ao Programa.

¹² Licenças de parto

Tabela 2.12 – “Follow-up” das Recomendações decorrentes de Acções de Controlo efectuadas ao PO Algarve 21

N.º Sequencial do Controlo	Entidade Responsável pela Acção de Controlo (a)	Ano do Controlo	Sumário (b)	Relatório		Principais conclusões	Montante das correções financeira (Quando aplicável)			Recomendações			
				N.º	Data		Custo Total Elegível	Despesa Pública Total	Fundo	N.º	Descrição da Recomendação	Aplicação da Recomendação (c)	Estado da Recomendação (d)
1	AC	2009	Acção de controlo prévia ao envio da Declaração de Despesas e Pedido de Pagamento à Comissão Europeia	Inf nº 09/000742	29-12-2009	"Face aos resultados das verificações efectuadas e aos elementos disponibilizados pela AG em sede de contraditório, concluiu-se que os procedimentos desencadeados pela AG, no âmbito da selecção das operações e da validação da despesa, à excepção do montante irregular..., oferecem uma garantia razoável... Concluiu-se que a despesa apresentada pela AG satisfaz os requisitos necessários à certificação de despesa à CE, em conformidade com o disposto na alínea b) do artº 61º do reg (CE) nº 1083/2006, de 11/07/2006"	14715,93	14715,93	8829,56	1	Recomendação 1 - que a AG assegure, de futuro, que a classificação final de mérito das operações é correctamente atribuída.	Registou-se apenas um erro pontual na folha de cálculo de um dos projetos que não teve repercussões noutros projetos nem na hierarquia de mérito do respetivo concurso	Situação ultrapassada
										2	Recomendação 2 - que a AG proceda à revisão da ficha de verificação dos pedidos de pagamento de forma a garantir que os documentos de despesa cumprem todos os requisitos de regularidade formal previstos no artº 36º do CIVA.	Foi incluída na ficha de verificação dos pedidos de pagamento a alínea f) do ponto 2 que evidência a análise relativa a esta matéria	Satisfeita
										3	Recomendação 3 - que a AG proceda à correcção financeira da despesa considerada não elegível e à dedução desse valor no próximo pedido de certificação de despesas.	A despesa não elegível foi deduzida por compensação no mesmo projecto a 30/06/2010, conforme evidência no ficheiro do Sistema de Gestão de Dívidas	Satisfeita
2	AA	2010	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (ALGARVE21)	Rel. Nº 2010/1745	10-12-2010	"Com base no exame efectuado supra, consideramos que os sistemas de gestão e controlo estabelecidos para o Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013, CCI nº 2007PT161PO005, respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão e funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesa apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo precedente, entendemos dever salientar o seguinte: a) A Autoridade de Gestão deve implementar as recomendações resumidas no quadro abaixo, com vista a suprir insuficiências identificadas na auditoria (vide Anexo 1), e que determinaram a avaliação qualitativa de cada um dos requisitos chave do sistema de gestão e controlo do programa apresentada em Anexo 5; b) Esta auditoria não envolveu o controlo de operações, com base em amostragem adequada, para verificação das despesas declaradas, conforme previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho, pelo que a opinião a transmitir no parecer anual, apoiada em auditorias de sistemas e de operações, poderá, eventualmente, ser diferente e com impacto materialmente relevante."				1	Regularizar a situação contratual dos trabalhadores que exerciam funções nas estruturas do QCA III.	Encontram-se assinados todos os contratos de trabalho a termo celebrados no âmbito do PO Algarve 21 com 14 trabalhadores que exerciam funções no QCA III.	Satisfeita
										2	Desenvolver os compromissos assumidos na DSGC relativamente aos recursos humanos para a estrutura do ALGARVE21.	O encerramento do QCA III permitiu reafectar, para o Controlo Interno do PO Algarve 21 (QREN), os meios humanos disponíveis a tempo inteiro (1 técnica). O reforço de meios humanos para o Controlo Interno será reequacionado no âmbito do processo de reestruturação da administração pública, nomeadamente no âmbito da previsível fusão entre as CDR e DR Economia.	Parcialmente Satisfeita
										3	Desenvolver as acções de supervisão da actividade dos organismos intermédios, previstas na descrição e nos protocolos.	A Autoridade de Gestão tem implementado um conjunto de mecanismos e procedimentos visando acompanhar e monitorizar as funções dos organismos intermédios objecto de delegação no âmbito dos sistemas de incentivos. As acções de acompanhamento e monitorização são desempenhadas ao longo das várias fases do ciclo de vida das candidaturas. O procedimento contínuo de supervisão das funções delegadas é desenvolvido em várias dimensões ao longo das diferentes fases do ciclo de gestão dos projectos e será desenvolvido em conformidade com a última versão da DSGC.	Parcialmente Satisfeita
										4	Reverificar os procedimentos de análise e decisão das operações que constituíram a nossa amostra, avaliando a necessidade de proceder a uma extensão dessas verificações em função do risco.	No caso concreto das operações analisadas na amostra da presente Auditoria, foram reverificados os procedimentos de análise e decisão das operações e foi confirmada a existência de todos os requisitos previstos nas condições de admissibilidade.	Satisfeita

N.º Sequencial do Controlo	Entidade Responsável pela Acção de Controlo (a)	Ano do Controlo	Sumário (b)	Relatório		Principais conclusões	Montante das correções financeira (Quando aplicável)			Recomendações			
				N.º	Data		Custo Total Elegível	Despesa Pública Total	Fundo	N.º	Descrição da Recomendação	Aplicação da Recomendação (c)	Estado da Recomendação (d)
5											<p>A evidência da aprovação do montante total FEDER que dá cobertura às 5 operações aprovadas nesta fase encontra-se no quadro anexo à respectiva Acta.</p> <p>Informa-se que a AG, após esta situação, passou a incluir, em todos os Avisos de Abertura de Concurso, menção à possibilidade de ultrapassar o valor colocado a concurso, por decisão da Comissão Directiva, ponderados as dotações do Programa e o interesse das candidaturas em causa.</p>	Satisfeita	
6 e 7											<p>As obrigações de informação e publicidade por parte dos beneficiários são confirmadas nas visitas de acompanhamento dos projectos infraestruturais e nas evidências apresentadas nos projectos imateriais. Esta confirmação (check-box) foi acrescentada na ficha de verificação dos pedidos de pagamento e na ficha de relatório da visita ao local, de forma a evidenciar esta verificação por parte dos técnicos do PO (engenheiros) que acompanham as obras no local.</p>	Parcialmente Satisfeita	
8											<p>Sujeitar os contratos de aluguer operacional de viaturas ao cumprimento dos formalismos de aprovação exigidos.</p>	(Ver recomendação 14)	Em análise
9											<p>Confirmar a legalidade e o enquadramento dos bolséis afectos à operação.</p>	Foi confirmada a legalidade e o enquadramento de todos os bolséis afectos à operação.	Satisfeita
10 e 11											<p>Prever na descrição do SGC do PO Algarve21 a realização de verificações de gestão administrativas e no local, adequadas à especificidade do SAFPRI.</p>	<p>Após reunião de PO financiadores das Linhas de Crédito PME Investe I e II, realizada a 10 de Março de 2011, está a ser preparado pelo PO Algarve21 um plano de verificações de gestão administrativas e no local, que incluirá verificação das conclusões e recomendações desta Auditoria. Neste sentido, estão a ser ultimadas as check lists de verificação. Este projecto está também incluído na amostra do 1º Plano de Controlo. A próxima revisão da DSGC, em curso neste momento, incluirá a informação necessária aos vários níveis, adequada à especificidade do SAFPRI.</p>	Parcialmente Satisfeita
12											<p>A AG deverá dar conhecimento à IGF das observações julgadas oportunas sobre a matéria.</p>	<p>Todas as empresas com operações contratadas no âmbito do SAFPRI estão enquadradas em CAE previstas no Regulamento.</p> <p>As empresas com a CAE 69 – Actividades jurídicas e de contabilidade, CAE não prevista na alínea c) do nº 2 do artigo 8º Regulamento do SAFPRI, contratadas na Linha de Crédito PME Investe II, estão enquadradas no nº 3 do Artigo 8º do Regulamento do SAFPRI, cuja lista de CAE enquadráveis foi alargada.</p>	Satisfeita

2.4. Mudanças no contexto da execução do Programa Operacional:

*Contexto sócio-económico*¹³

O ano de 2010 caracterizou-se pela recuperação generalizada da actividade económica a nível mundial, após a contracção global registada no ano anterior. Esta recuperação foi impulsionada pelo grupo das economias avançadas e pelos países emergentes em desenvolvimento.

A **economia europeia** fortaleceu-se, devido, em grande medida, à melhoria do desempenho de países como a Alemanha, Reino Unido, Holanda e Suécia. Todavia, no conjunto da **área euro** registaram-se comportamentos díspares continuando alguns países como a Espanha, Grécia, Irlanda e Chipre a evidenciar situações recessivas nas suas economias.

O ano de 2010 ficou igualmente marcado pelas tensões nos mercados financeiros internacionais, causadas pelas perturbações nos mercados da dívida, em especial nos países da área euro. Estas perturbações foram em larga medida influenciadas pela crise orçamental na Grécia e estenderam-se por efeito de contágio a outros países vulneráveis em matéria de contas públicas, onde Portugal se incluiu.

Com a finalidade de acalmar os mercados acerca das dívidas soberanas e da situação orçamental dos estados membros, foram criadas no seio da área euro instrumentos financeiros como o Mecanismo de Estabilidade Financeira e o Fundo Europeu de Estabilização Financeira.

A melhoria do enquadramento internacional evidenciou-se nomeadamente na aceleração de comércio internacional facto que se reflectiu favoravelmente no impulso das exportações portuguesas e contribuiu dessa forma para a ligeira recuperação económica verificada no país.

Em 2010 **Portugal** registou um crescimento económico de 1,4%, após a forte quebra observada no ano anterior (-2,6%). Esta evolução reflectiu, por um lado, o expressivo crescimento das exportações (8,7%), proporcionado, como se referiu, pelo aumento da procura externa e, por

¹³ **Fontes:** Boletim Estatístico, Banco de Portugal; Centros de emprego, Estatísticas Mensais, IEFP; Contas Nacionais e Regionais, INE; Estatísticas do Turismo, INE; Impactur, Indicadores de monitorização e previsão da actividade turística, Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo, Universidade do Algarve; Índice do Custo de Trabalho, INE; Inquérito à avaliação bancária da habitação, INE; Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados da hotelaria, INE; Inquérito ao Emprego, INE; Inquérito aos projectos de obras de edificação e de demolição de edifícios, INE; Mercado de Emprego, Informação Mensal, IEFP; Mercado de Emprego, Estatísticas Mensais, IEFP; Relatório Anual de 2010, Banco de Portugal; Relatório trimestral, ANA - Aeroportos de Portugal SA; www.ine.pt, (base de dados), Instituto Nacional de Estatística; www2.seg-soc.pt, Segurança Social; <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Nota: parte dos dados utilizados têm carácter provisório ou são estimativas

outro, o dinamismo do consumo privado (2,0%) e do consumo público (3,2%), ambos com crescimentos acima do PIB.

Em contrapartida, o investimento – componente da despesa cujo dinamismo é fundamental para assegurar o crescimento sustentável da economia – voltou a registar uma queda em 2010 de 4,8%, embora mais moderada do que a observada no ano anterior.

A retracção do investimento, tanto na componente empresarial, como na pública, influenciou negativamente o mercado de trabalho, continuando o desemprego a registar quedas sucessivas. Neste contexto a taxa de desemprego aumentou para valores da ordem dos 11%, prosseguindo assim a trajectória de crescimento observada na última década.

No actual quadro de desaceleração económica com perspectivas recessivas já anunciadas para 2011 e 2012, não é expectável uma inversão desta tendência no futuro próximo.

No que respeita às contas públicas, as medidas anti-crise adoptadas em 2009 e a política orçamental expansionista seguida naquele ano, originaram um elevado défice orçamental (-9,4% do PIB), com reflexos no aumento da dívida pública. Daí que em 2010, o Governo tenha reiniciado o processo de consolidação orçamental, não só por pressão da Comissão Europeia, mas também para obstar aos receios dos investidores e às apreciações menos abonatórias das agências de *rating*, quanto à sustentabilidade das contas públicas e à real capacidade do Estado Português solver os seus compromissos.

Perante a situação adversa dos mercados internacionais reflectida nas subidas sucessivas nos custos do financiamento e no aumento do risco associado às operações financeiras, o Governo teve de acelerar o processo de consolidação orçamental, adoptando em Maio de 2010, um conjunto de medidas adicionais para reforçar a contenção da despesa pública. Posteriormente, em Setembro, e com o intensificar da crise soberana, o Governo anunciou novo conjunto de medidas de consolidação a integrar no Orçamento do Estado para 2011.

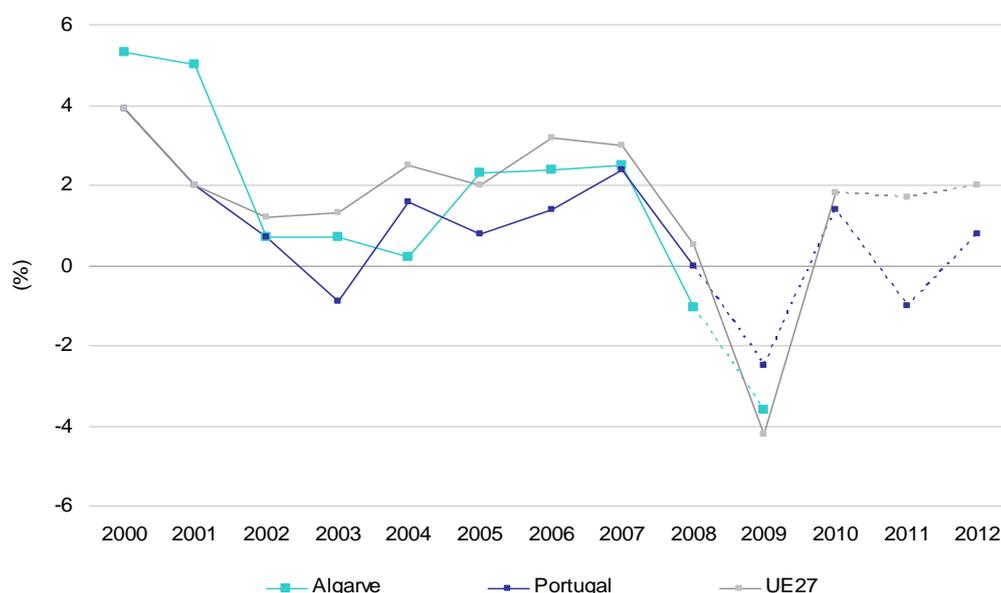
Este esforço permitiria reduzir o défice das contas públicas no final de 2010 para -7,3% do PIB e nos anos dois seguintes para -4,6% e -3% do PIB.

Estas metas foram recentemente alteradas em resultado do pedido de auxílio financeiro apresentado pelo Governo, em Abril de 2011, junto da União Europeia e do posterior acordo entre a Comissão Europeia, BCE e FMI, em que a trajectória de ajustamento do défice público em percentagem do PIB passou a ter o seguinte faseamento: -5,9% em 2011, -4,5% em 2012 e -3% em 2013.

Apesar da melhoria do enquadramento internacional e do crescimento ténue da economia portuguesa em 2010, subsistiram debilidades estruturais que conjugadas com a persistência de problemas conjunturais, dificultaram a obtenção de melhores níveis de desempenho e de aproveitamento as nossas capacidades.

No caso do **Algarve**, os dados mais recentes relativos às Contas Regionais, ainda de carácter provisório, referem-se a 2009, ano em que o **PIB regional** terá decrescido 3,6% em termos reais, sendo esta evolução, semelhante à do Alentejo (-3,5%), a menos favorável no conjunto das regiões portuguesas.

Taxa real de crescimento real do PIB
(valores preliminares e previsões a tracejado)
Fonte: Eurostat: INE

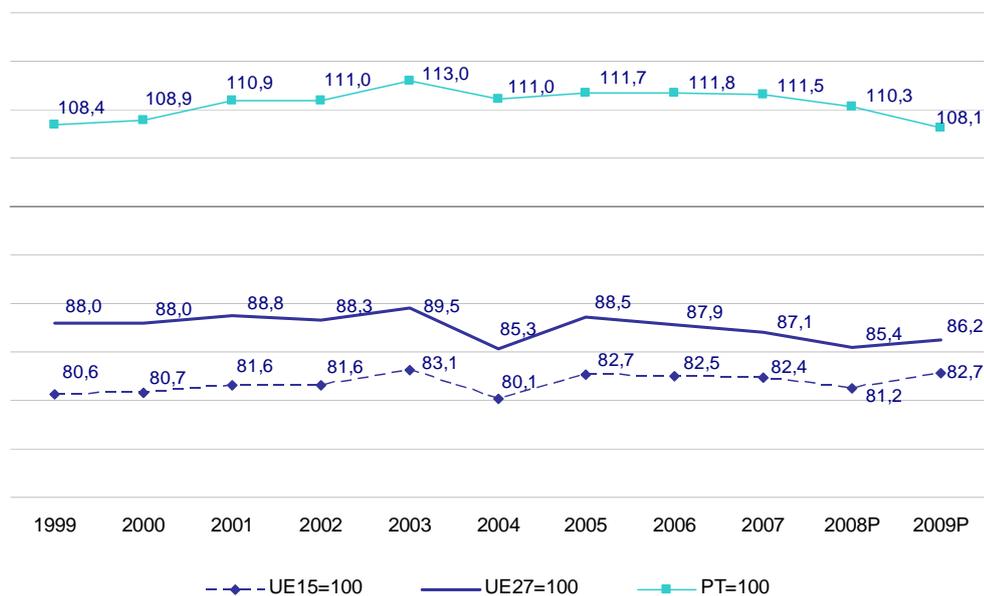


O **PIB per capita** do Algarve, cerca de 17,1 mil euros, continua a ser o 3º mais elevado do país, embora tenha decrescido face ao ano anterior, o que aconteceu em todas as regiões. O índice de disparidade regional passou de 110,3 em 2008, para 108,1 em 2009, posição similar à de 1999. Esta aproximação à média nacional (100) verificou-se igualmente na Madeira e em Lisboa, regiões que ocupam o lugar cimeiro na produção de riqueza por habitante. A comparação com a média europeia (em Paridades do Poder de Compra) aponta para uma subida da posição relativa do Algarve face a período homólogo, quer em relação ao grupo dos 27 países membros, quer à Europa dos 15.

A **produtividade** aparente do trabalho, equivalente a 31,6 mil euros em 2009 (média nacional 29,6 mil €) apresentou evolução semelhante, com o índice de disparidade regional a situar-se em 106,8.

Algarve. PIB per capita

Fonte: Contas Regionais (Base 2006), INE
(2008 e 2009: dados preliminares)



Algarve. Produtividade aparente

Fonte: Contas Regionais (Base 2006), INE
(2008 e 2009: valores provisórios; ETC – Equivalente a tempo completo))

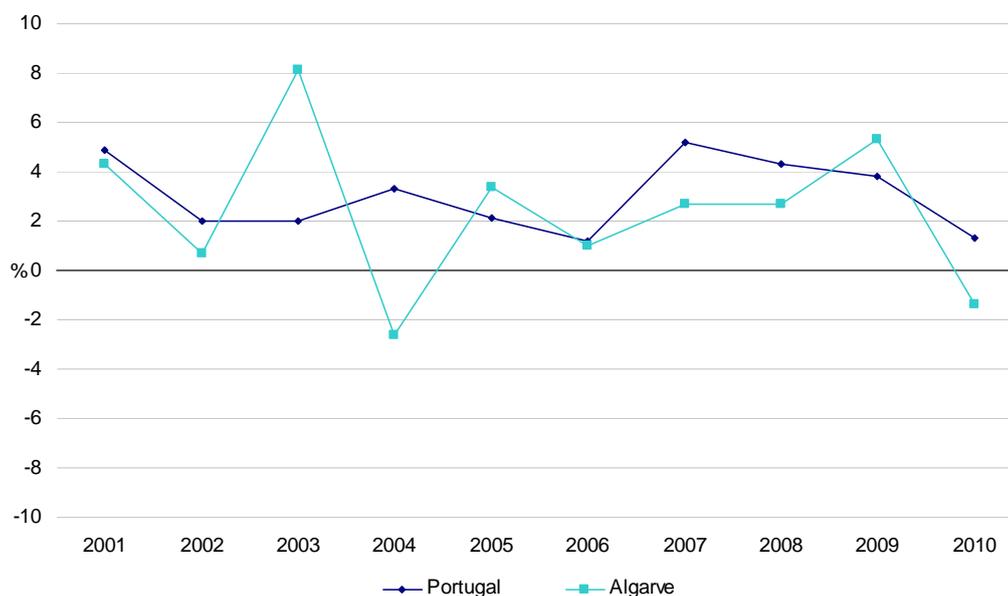


Em 2010, o **índice do custo de trabalho** (ICT) registou, no Algarve, uma taxa de variação média anual negativa (-1,4%) o que não sucedia desde 2004. Embora a nível nacional se tenha verificado também uma quebra, a mesma não foi tão acentuada, fixando-se em 1,3%. A variação anual do ICT (corrigida dos dias úteis) foi semelhante no “comércio e reparação de veículos automóveis e motocicletas” (-2,4%) e nas actividades de “alojamento, restauração e similares” (-2,3%), tendo sido praticamente nula no caso da “construção” (0,1%).

Índice do custo do trabalho

Taxa de variação média anual (corrigida dos dias úteis)

Fonte: INE



O **comércio internacional de bens** voltou a apresentar um desempenho menos positivo, contrariando a recuperação observada a nível nacional em 2010. No caso das exportações de bens, o valor transaccionado (cerca de 0,3% do total nacional) pelos operadores com sede na região foi 7% inferior ao do ano anterior e bastante divergente do crescimento de 16% registado no país. A proporção de bens de alta tecnologia exportados a partir do Algarve foi de 3,4%. Realce-se que, embora tal reflecta uma quebra face a 2009, a região apresenta uma posição mais vantajosa, dado que a nível nacional a exportação daquele tipo de bens representa 3%. As importações diminuíram de forma mais acentuada, quase 12% em relação a período homólogo (+11% a nível nacional), o que contribuiu para que a taxa de cobertura das importações pelas exportações subisse para 43%, a nível regional.

Como seria de esperar, a situação económica teve efeitos significativos no **mercado de trabalho**, e o Algarve ressentiu-se particularmente, sobretudo no que respeita ao desemprego.

A **população média empregada** (193,5 mil indivíduos) diminuiu 3,3% face a período homólogo. Esta contracção foi mais acentuada no Algarve do que a nível nacional (-1,5%). A taxa de emprego regional (15 - 64 anos) situou-se nos 65,2%, valor próximo da média nacional (65,6%) e apresentou a maior descida no conjunto das regiões portuguesas, em relação a 2009. A taxa de emprego masculina foi de 69,4%, e a feminina de 60,7% (-3,8pp e -1,6%, respectivamente, do que em 2009).

A situação afectou sobretudo os trabalhadores por conta própria (-3500 indivíduos ou -7,8% em termos homólogos), mas o emprego também diminuiu de forma significativa entre os que trabalham por conta de outrem (TCO) (-3000 indivíduos ou -2% face a 2009). A tendência de aumento dos contratos com termo observada em anos anteriores inverteu-se e quer estes, quer os contratos sem termo, decresceram, 2,5% e 1,9%, respectivamente. A proporção dos contratados a termo face ao total de TCO rondou 29,1%, mantendo-se praticamente inalterada em relação ao ano anterior.

Por outro lado, refira-se que a proporção de população empregada com três ou mais empregos anteriores (48%) cresceu, o que tem acontecido continuamente nos últimos anos. Esta mobilidade laboral, mais significativa no Algarve do que no país (34%) não se deve à existência de um mercado de trabalho com uma oferta alargada, em termos quantitativos ou qualitativos, que incentive à mudança de emprego. Decorre antes do perfil económico regional, muito dependente das flutuações sazonais associadas à procura turística, o que conduz a um maior recurso à contratação a termo certo de curta duração, mas também à estrutura mais frágil do tecido empresarial regional, com maior dificuldade em enfrentar períodos de crise prolongada e manter postos de trabalho permanentes.

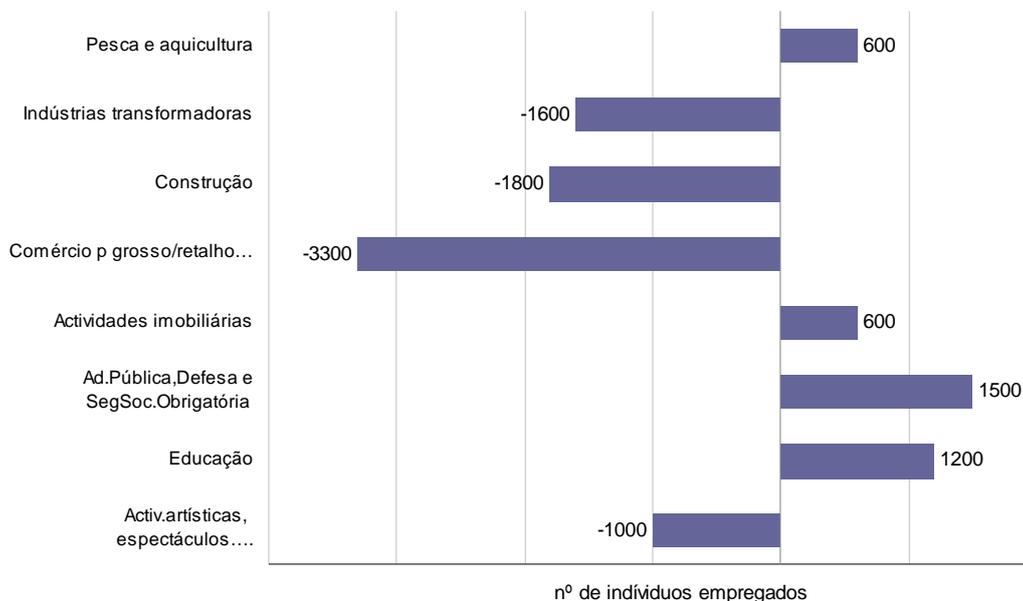
Em 2010 assistiu-se a uma ligeira diminuição da proporção de trabalhadores não qualificados (CNP=9), sendo agora cerca de 16,5% do total da população empregada. Na área da educação e da formação ao longo da vida, considerada factor-chave para o aumento da competitividade, refira-se o ligeiro aumento da taxa de abandono precoce da educação e formação de 29,6% para 30,7% (média nacional 28,7%). A taxa de escolaridade do ensino secundário passou de 35,8% para 38,2% e a do ensino superior aumentou de 14,4% para 14,8%. Por outro lado, a proporção da população com idade entre os 25 e 64 anos que participou em actividades de educação e formação em 2009 foi de 5% (média nacional de 5,7%).

A análise das actividades económicas com maior importância no emprego regional evidencia situações distintas. Se, por um lado, o emprego diminuiu na “construção” (-1800 empregados) e no “comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos...” (-3300), por outro no

“alojamento e restauração” (+100) e na “administração pública, defesa e segurança social” (+1500) registou-se um acréscimo face a 2009.

Algarve. Actividades económicas com maior variação absoluta do emprego (2009/2010)

Fonte: INE



No que se refere ao **desemprego**, os efeitos da desaceleração económica foram particularmente sentidos no Algarve; o número de desempregados ascendeu aos 29 800 e a taxa de desemprego atingiu 13,4%, sendo este o valor mais elevado a nível nacional (média 10,8%). Simultaneamente, a região apresentou, pelo segundo ano consecutivo, o crescimento homólogo mais acentuado da taxa de desemprego (3,1pp face a 2009).

A taxa de desemprego masculina e feminina foram praticamente iguais, mas o crescimento homólogo foi mais acentuado (3,9 pp) no primeiro caso. O grupo etário dos 15-24 anos continua a ser o que mais dificuldade tem em obter emprego, com a respectiva taxa a atingir 28,8% em 2010 (22,4% no país).

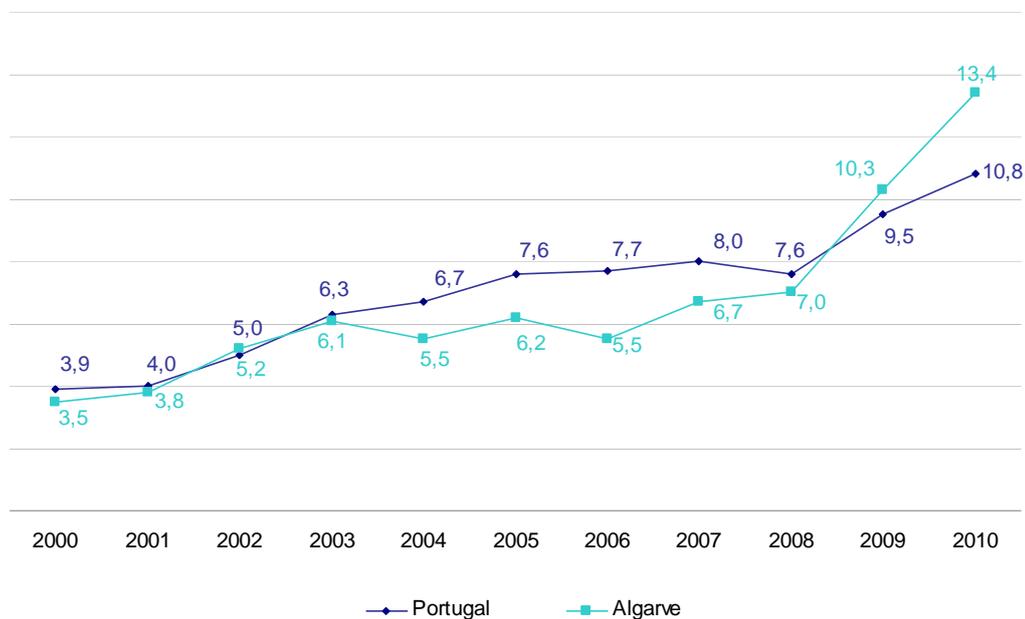
De acordo com o Inquérito ao Emprego de 2010 (INE) os desempregados de longa duração representavam 48% do total, no Algarve. Esta proporção, apesar de elevada é, ainda assim, inferior à média nacional (54,3%) e revela uma evolução positiva face a 2009, quando atingiu 65%.

A informação do IEFP, referente aos desempregados inscritos nos centros de emprego regional no final do ano, indica que o maior de grupo, entre os procuravam novo emprego, era oriundo do “alojamento, restauração e similares” (8,8 mil indivíduos) situação recorrente nesta época do

ano, seguindo-se os da “construção civil” (5,2 mil), e do “comércio por grosso e a retalho” (3,6 mil).

Taxa de desemprego (%)

Fonte: INE



É de assinalar que o maior crescimento homólogo, em termos absolutos, ocorreu na “construção” e “actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio às empresas” o que, a par de outros indicadores associados à construção e habitação, indicia que o “sector” continua a ser particularmente afectado, embora se tenha verificado uma desaceleração face a dinâmicas anteriores mais negativas.

Embora não sendo possível avaliar com a profundidade desejável os efeitos sociais decorrentes da crise económica, noticiados com frequência na comunicação social, em muitos casos na sequência dos alertas de responsáveis por instituições de apoio social, como por exemplo o Banco Alimentar, é importante analisar os poucos indicadores já publicados referentes a 2010, com desagregação regional. No campo dos **apoios sociais** assinala-se a diminuição do número de beneficiários de subsídio de desemprego (-3,6%, em termos homólogos) e do subsídio social de desemprego (-64%). Dado o aumento em 10,5% do número de desempregados inscritos nos centros de emprego regionais, esta situação poderá ser explicada pelas regras mais apertadas e pelo maior controlo na concessão deste tipo de subsídios, pela eventual perda de direito aos mesmos por parte de desempregados de muito longa duração ou até por as condições de oferta do mercado dificultarem o cumprimento dos requisitos para acesso ao subsídio de desemprego, em particular. Como consequência, em final de Dezembro de 2010, 49% dos desempregados

não recebia nenhum destes tipos de apoio. No caso do rendimento social de inserção o número de beneficiários (11,9 mil) também se reduziu face a 2009 (-15%).

Apesar dos sinais menos positivos da economia regional em várias áreas, a **actividade turística** evidenciou uma recuperação na maioria dos indicadores analisados, tendo-se mesmo verificado crescimento nalguns deles.

O movimento de passageiros no aeroporto de Faro aumentou 5,5% face a 2009, ano em que a variação homóloga foi de -7,1%. Se, em 2009, os três principais mercados emissores para o Algarve tinham decrescido, durante o actual período esta situação só se manteve no caso do Reino Unido (-3,4%), já que o movimento de passageiros de e para a Alemanha e Holanda cresceu 12,9% e 12,2%, respectivamente.

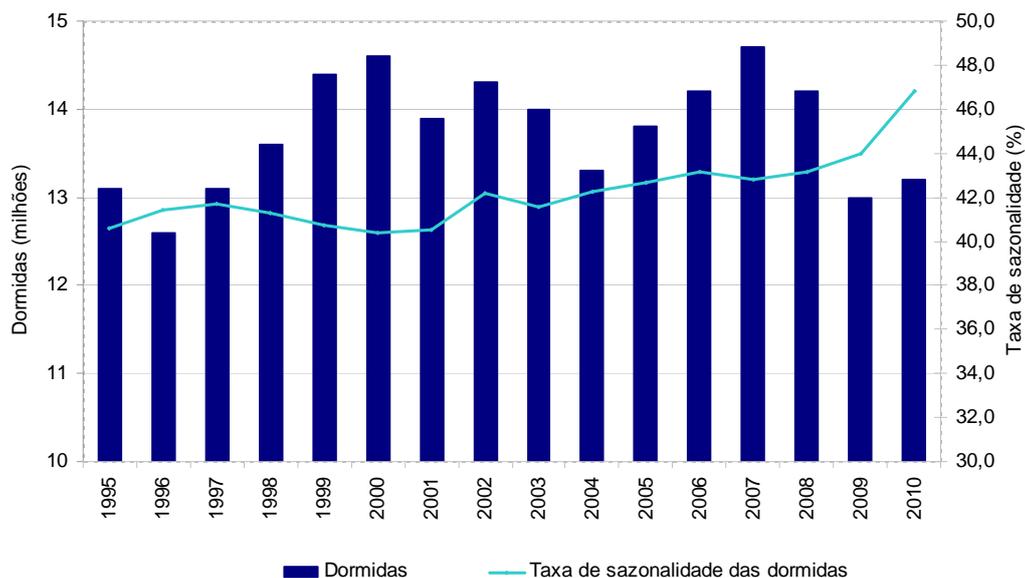
As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros também evoluíram favoravelmente (2,2%) e de forma idêntica à média nacional (2,1%). Para este desempenho contribuiu quer a subida das dormidas de residentes no estrangeiro (1,8%), quer de residentes em Portugal (4,1%). Os hotéis apresentaram o melhor desempenho, com mais 5,4% de dormidas do que em período homólogo, seguidos dos hotéis-apartamento que subiram 1,1%. Os apartamentos e os aldeamentos turísticos registaram uma quebra de cerca de 8% e 1%, respectivamente, face a 2009.

Em 2010 assistiu-se a um acentuar da tendência de concentração das dormidas no 3º trimestre: a taxa de sazonalidade que em 2009 se situava nos 44%, passou a 46,8%. Observou-se um maior aumento desta taxa entre os residentes em Portugal (de 53,5% para 57,8%) do que no caso das dormidas de hóspedes oriundos do estrangeiro (de 40,4% para 42,3%).

A estada média (4,5 noites) manteve-se praticamente inalterada em relação à de 2009 e o preço médio por dormida (24,8€) situou-se 4,8% acima do valor do período homólogo. Embora o preço médio seja inferior à média nacional (32,2€), o crescimento foi superior ao do país (2,8%). No caso dos proveitos totais dos estabelecimentos, o Algarve alcançou também subida homóloga mais significativa (5,1%) do que o conjunto das regiões portuguesas (2,5%). No RevPar, a dinâmica negativa anterior desacelerou para -1,7% (-2,8% em termos médios nacionais).

Algarve. Dormidas e taxa de sazonalidade

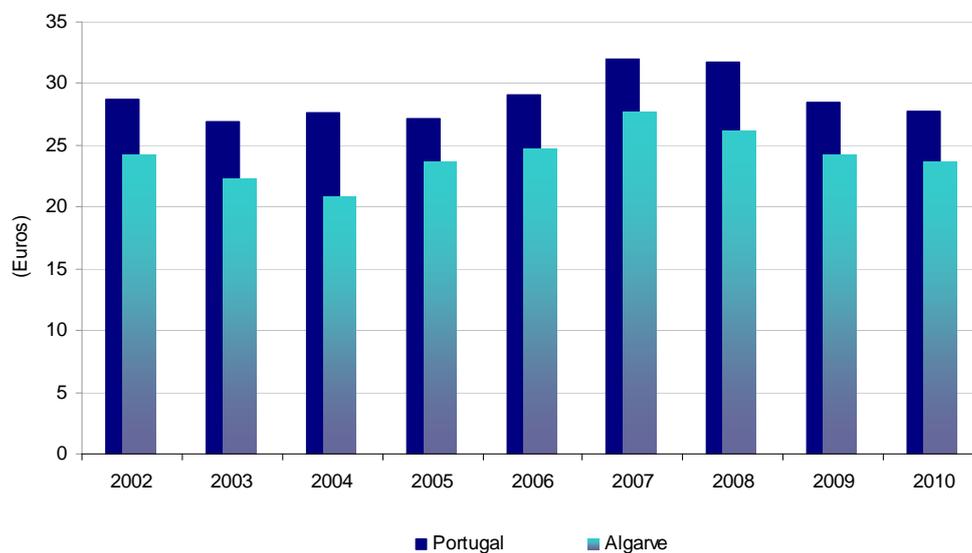
Fonte: INE e CCDRALgarve



RevPar

(Revenue per available room)

Fonte: Projecto Impactur, CIITT, UAIG



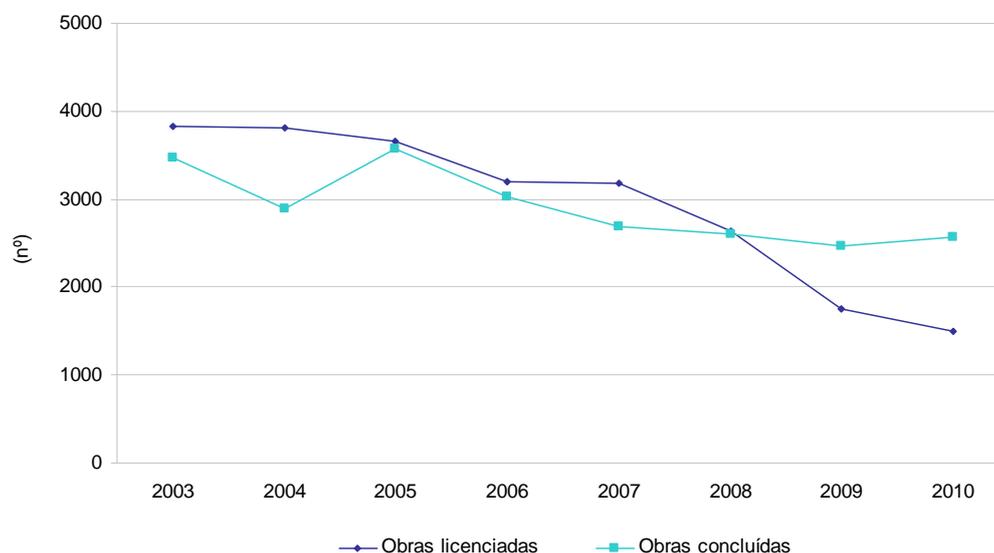
A **construção** e também a imobiliária foram particularmente afectadas e têm demonstrado maior dificuldade em recuperar, sobretudo na região, onde têm peso significativo, embora os vários indicadores indiquem alguma melhoria face ao ano transacto.

O Investimento em construção decresceu 5,8% a nível nacional, relativamente a período homólogo (-11,7% em 2009), sendo aceitável supor que no Algarve esta variação tenha sido mais acentuada. Os números do emprego e desemprego nestas actividades confirmam a existência de problemas, que se traduzem igualmente na diminuição do total de obras licenciadas, de forma muito mais significativa na região (-13,8% em termos homólogos) do que no país (-6,7%). Sobre o licenciamento importa referir que, em 2010, o número de licenças concedidas para construção nova representou apenas 54% do total. Este facto é importante na medida em que as licenças com este fim representavam 80% em 2005, tendo a sua proporção diminuído constantemente desde então. Esta situação verifica-se também a nível nacional, embora de forma menos marcada: as licenças para construção nova constituíram 67% do total em 2010, tendo decrescido apenas 9 pp em relação a 2005.

Durante 2010, os empresários algarvios da construção optaram por concentrar esforços na conclusão de obras, o que se reflectiu num crescimento de 4,1% em termos homólogos, que contrariou a tendência observada desde 2006, bem como a evolução ocorrida a nível nacional, onde este indicador decresceu 1,3% face ao ano anterior.

Algarve. Edifícios licenciado¹⁴s e concluídos¹⁵

Fonte: INE



O imobiliário da região voltou a valorizar-se, na perspectiva das entidades financeiras concessionárias de crédito, após 2 anos consecutivos em que tal não se verificou. O valor médio global/m² atribuído à habitação no âmbito da avaliação bancária subiu 3,8% face a 2009.

¹⁴ Total inclui obras de edificação e demolição licenciadas

¹⁵ Total inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções concluídas

O recurso ao **crédito bancário** por parte do sector empresarial cresceu ligeiramente em 2010. Tomando como indicador os saldos registados no final de Dezembro, constata-se um aumento de 2,7% no montante dos empréstimos concedidos às sociedades não financeiras da região, face ao mesmo mês de 2009. Este valor revela uma contracção em relação a anos anteriores mas, mesmo assim, é superior ao crescimento registado a nível nacional, 0,4% em termos homólogos.

Em 2010 as empresas tiveram maior dificuldade em honrar os seus compromissos bancários. O montante de empréstimos concedidos e não pago pelas empresas com sede no Algarve representava 6,2% no final do 4º trimestre, 1pp mais do que em período homólogo. No país, essa percentagem não sofreu alteração em relação a 2009, fixando-se em 5%, tendo sido as empresas do sector da construção as que apresentaram o rácio de crédito vencido mais elevado (7,2%).

Num quadro de elevada incerteza em relação à evolução do rendimento das famílias e num contexto de desaceleração da actividade empresarial, de forte contenção orçamental e de restrições no acesso ao crédito, os agentes económicos adoptaram comportamentos defensivos que se traduziram na maioria das vezes, no adiamento ou mesmo anulação de iniciativas de investimento que noutras condições teriam lugar.

Este **conjunto de factores provocou alterações no contexto socioeconómico que condicionou os resultados dos Programa Operacionais** e cujo efeito mais visível está reflectido no *gap* entre os valores registados nas taxas de compromisso dos PO e os valores alcançados nas taxas de execução.

Atento a esta realidade o Governo adoptou em meados de 2010 um conjunto de 12 medidas destinadas a obstar a atrasos e a acelerar a execução de projectos empresariais, entre as quais se referem: o mecanismo excepcional de ajustamento de projectos, a anulação de comprovativos de licenciamento, a simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do investimento, a eliminação da necessidade de pré-avaliação no Sistema de Incentivos à Inovação, a celeridade na resposta aos processos de alegações contrárias e ajustes à decisão e a desativação de incentivos em projectos não contratados.

A dinâmica das **obras públicas** também não ajudou, em 2010, o sector da construção. Com o encerramento do QCA III e num contexto de fortes restrições orçamentais nos maiores beneficiários públicos do PO Algarve 21 (QREN), Autarquias e Administração Central, os

projectos têm avançado mais devagar e nem sempre o pagamento da facturação das obras em curso é efectuado dentro dos prazos previstos.

As áreas mais dinâmicas são a “Educação” com a construção de 17 escolas e a “Valorização da Orla Costeira” com intervenções em curso em várias zonas do litoral do Algarve de que são exemplo Armação de Pêra, Carvoeiro, Vila do Bispo, Cabanas e algumas zonas balneares do concelho de Olhão. Destacam-se algumas reabilitações na área da Política de Cidades como o caso do Cine-teatro de Loulé e 5 intervenções de acessibilidades maioritariamente no Interior da Região.

Com a preocupação de acelerar a execução, o Governo assinou um Memorando de Entendimento com a Associação de Municípios, que se aplica ao Algarve em particular no que respeita ao incremento de adiantamentos iniciais e na possibilidade de apresentação de candidaturas em balcão permanente para as operações previstas na contratualização.

A gestão do PO incrementou o lançamento de concursos em áreas novas e desenvolveu um esforço de redução dos tempos de análise de operações e de pedidos de pagamento.

Legislação relevante

A legislação identificada neste ponto abrange as publicações efectuadas durante o ano de 2010 e anos anteriores, de âmbito comunitário, nacional ou de natureza mais específica, com reflexos directos na implementação e execução da intervenção do PO Algarve 21.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
RCM 25/2006	10-03-2006	Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e programas operacionais para o período de 2007-2013
Reg. (CE) 1080/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Reg. (CE) 1081/2006	05-07-2006	Relativo ao Fundo Social Europeu
Reg. (CE) 1083/2006	11-07-2006	Estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão
Reg. (CE) 1084/2006	11-07-2006	Institui o Fundo de Coesão e revoga o Reg. (CE) n.º 1164/94
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	01-09-2006	Altera o Anexo IV relativo às "Categorias de despesas" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Adenda Reg. (CE) 1083/2006	21-12-2006	Altera o Anexo III relativo aos "Limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento" do Regulamento (CE) n.º 1083/2006
Rect. Reg. (CE) 1083/2006	02-02-2007	Nova alteração ao Anexo III (limites máximos aplicáveis às taxas de co-financiamento) do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Rect. Reg. (CE) 1828/2006	15-02-2007	Apresentação de um conjunto de regras pormenorizadas relativas à administração dos instrumentos financeiros da coesão.
2007/C 68/06	24-03-2007	Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2007-2013 — Mapa nacional dos auxílios estatais com finalidade regional, aprovado pela Comissão em 7.2.2007
RCM 86/2007	03-07-2007	Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013.
DL 287/2007	17-08-2007	Aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013
DL 312/2007	17-09-2007	Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais.
Desp. 23 021/2007	04-10-2007	SEOTC (19.09.2007): Aprova o lançamento, com carácter experimental e demonstrativo, de acções preparatórias com vista à eficaz implementação do instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação financiado pelos Programas Operacionais Regionais 2007-2013, no âmbito da Política das Cidades POLIS XXI
Com. Minist. Coord. QREN	04-10-2007	Aprova o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Saúde
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Património Cultural
Com. Minist. Coord. POR	09-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Requalificação da rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POVT	15-10-2007	Aprova o Regulamento Específico Mobilidade Territorial
Com. Minist. Coord. POR	06-11-2007	
Com. Minist. Coord. POFC e Com. Minist. Coord. POR	16-10-2007 13-12-2007	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
Port. 1462/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT). Alterada pela Portaria 711/2008, de 31 de Julho
Port. 1463/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME). Alterada pela Portaria 250/2008, de 4 de Abril
Port. 1464/2007	15-11-2007	Aprova o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)
COCOF 07/0037/03 (remetida pelo IFDR via Ofício n.º2580 de 30.06.2008)	29-11-2007	Orientações para a determinação das correcções financeiras a aplicar às despesas co-financiadas pelos fundos estruturais e pelo Fundo de Coesão em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos públicos
DL 2/2008	04-01-2008	Define o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos, nos termos dos regulamentos comunitários aplicáveis, designadamente os Regulamentos (CE) n.os 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, e 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). (QREN). ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
RCM 2/2008	07-01-2008	Cria a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). Revoga: a RCM 112/2007, de 21.8. QREN.

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. Norm. 4-A/2008	24-01-2008	Fixa a natureza e os limites máximos de custos elegíveis, no âmbito do co-financiamento pelo FSE, e pelos FEDER, FEADER e FEP, quando lhes seja aplicável.
RCM 22/2008	07-02-2008	Altera a RCM 67/2007, de 9.5, que cria a estrutura de missão Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, ao abrigo do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pelo DL 105/2007, de 3.4, que a republicou. (QREN).
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais
Com. Minist. Coord. POR	08-02-2008	Aprova o Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos
RCM 24/2008	13-02-2008	Cria a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-A/2008, de 11.04.
RCM 25/2008	13-02-2008	Cria as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN. Rectificada pela Decl. de Rectif. 19-B/2008, de 11.04.
DL 37-A/2008	05-03-2008	Estabelece as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER). (QREN). Cfr. Port. 596-B/2008, de 8.7, e outras portarias publicadas no mesmo dia. ALTERADO: pelo DL 66/2009, de 20.3, com republicação.
Port. 229-A/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida «Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas», ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, que estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável (...)
Port. 229-B/2008	06-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) (...)
Port. 232-A/2008	11-03-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação das Componentes Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN).
Ofício-Circular IFDR n.º0001165	18-03-2008	Boas práticas em matéria de verificações que devem ser efectuadas pelas Autoridades de gestão nos projectos co-financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão
Deliberação sobre a contratualização com subvenção global (Aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais)	19-03-2008	Orientações para a contratualização com subvenção global entre as autoridades de gestão dos PO Regionais e as associações de municípios baseadas em NUTS III
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Energia
Com. Minist. Coord. POR	28-03-2008	Aprova o Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Com. Minist. Coord. POR	01-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR	04-04-2008	Aprova o Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Port. 250/2008	04-04-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME).

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Port. 286/2008	11-04-2008	Altera a Port. 1211/2006, de 13.11, que regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), ao abrigo do disposto no artigo 13.º do DL 326/99, de 18.8, e no artigo 8.º do DL 94/2006, de 29.5. Com republicação. QREN.
DL 68/2008	14-04-2008	Estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN). NUTS.
DL 74/2008	22-04-2008	Altera e republica o Decreto-lei n.º312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais
Desp. 11 949/2008	28-04-2008	Estabelece o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos respectivos Programas Operacionais (PO).
RCM 72/2008	30-04-2008	Procede à primeira alteração às RCM 24/2008 e 25/2008, de 13 de Fevereiro, no sentido de clarificar o estatuto dos secretários técnicos das estruturas de missão dos programas operacionais e do Observatório do Quadro Referência Estratégico Nacional. (QREN).
RCM 75/2008	08-05-2008	Altera a RCM 155-A/2006, de 17.11, designando a estrutura de missão por ela criada para exercer, em acumulação e sem custos acrescidos, as funções de gestão a delegar pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Valorização do Território, no âmbito dos financiamentos do Fundo de Coesão para o domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos. QREN.
Com. Minist. Coord. POR e Com Minist Coord POFC	08-05-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	08-05-2008	Define as condições e o modo de reconhecimento de Estratégias de Eficiência Colectiva, bem como a tipologia de incentivos públicos e respectivas condições de atribuição.
Port. 357-A/2008	09-05-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. QREN. ALTERADA: pela Port. 496-A/2008, de 23.6; Port. 1229-A/2008, de 27.10, 1.º Supl.
Desp. 13 083/2008	09-05-2008	SEAAL (15.04.2008): Determina distribuição do contingente de estagiários a recrutar para a segunda edição do Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), pelas diferentes entidades, a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do DL 94/2006, de 29.5. Autarquias. QREN.
DL 80/2008	16-05-2008	Define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN). [CCDR Algarve].
DL 81/2008	16-05-2008	Estabelece o enquadramento nacional dos apoios a conceder ao sector da pesca no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR. (QREN).
Desp. 14 439/2008	26-05-2008	Fixação das normas de transição a observar no sistema de auditoria e controlo do QCA III. Por força do disposto no n.º 6 do citado artigo 68.º, a transição entre o Observatório do QCA III e o Observatório do QREN produz efeitos mediante despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto ministro que tutela, simultaneamente, o Observatório do QCA III e do Observatório do QREN.
Desp. 14 759/2008	28-05-2008	É criada a equipa de projecto designada por equipa para o reordenamento e requalificação da rede escolar, abreviadamente identificada por REDESCOLAR, a qual funciona na dependência directa da Ministra da Educação, com enquadramento nos PO Regionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 -2013 e sedeada em Faro.
COCOF 08/0020/03 (remetida pelo IFDR via e-mail em 04.06.2008)	29-05-2008	Nota de Orientações para a adopção de procedimentos simplificados na gestão de projectos submetidos a Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão 2007-2013

Diploma	Data de Publicação	Resumo
RCM 90/2008	03-06-2008	Determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»
Norma IFDR n.º01/2008 – Processo de Certificação de Despesas	04-06-2008	Define os modelos padronizados e as condições específicas aos quais deve obedecer a prestação de informação a transmitir pelas Autoridades de Gestão à Autoridade de Certificação, no âmbito do processo de certificação de despesas.
IFDR/UCGO - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	05-06-2008	Definição de grandes projectos e conteúdo das decisões
Desp. 16.068/2008	12-06-2008	MFAP / MAOTDR (02.06.2008) Regula os aspectos complementares do circuito financeiro do FEDER e do Fundo de Coesão, dotando-o de regras claras e de aplicação inequívoca a todas as entidades que intervêm nas funções de gestão e de pagamento.
D. Reg. 13/2008	18-06-2008	Altera o D. Reg. 84-A/2007, no que se refere a prazos
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no IAPMEI, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo para o estabelecimento o regime de fluxos financeiros celebrado entre o IFDR, IP a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Turismo de Portugal, IP	24-06-2008	Define o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, no âmbito do Programa Operacional do Algarve, através de delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários no Turismo de Portugal, IP, enquanto organismo intermédio responsável pela gestão de sistema de incentivos.
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o IAPMEI, IP no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico - IAPMEI, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e o Instituto do Turismo de Portugal, IP no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Turismo de Portugal, IP no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a AIECEP, EPE no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – AIECEP, EPE no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Protocolo entre a Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 e a Agência de Inovação, SA no âmbito da Gestão dos Incentivos do QREN	24-06-2008	Define os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão do PO Regional e o Organismo Técnico – Agência de Inovação, SA no âmbito do modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas QREN
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	02-07-2008	Aprova o Regulamento do SAPFRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
Desp. 18 120/2008	07-07-2008	QCA III / QREN 2007-2013: Estabelece a relação nominativa do pessoal que transita da Estrutura de Apoio Técnico do POEFDS para a Estrutura de Missão do POPH.
Desp. 18 223/2008	08-07-2008	QREN 2007-2013: Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18223/2008 a n.º 18235/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro, in: D.R. N.º 130/2008, Série II, de 8 de Julho: . Despacho n.º 18223/2008 - Aprovação do Regulamento Específico que Define o Regime de Acesso aos Apoios Concedidos no Âmbito da Tipologia de Intervenção n.º 2.3, «Formações Modulares Certificadas», do Eixo n.º 2» (implica Transição entre o QCA III e o QREN); (...)

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Port. 596-B/2008	08-07-2008	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.4.1, «Apoio à Gestão das Intervenções Territoriais Integradas», da medida n.º 2.4, «Intervenções territoriais integradas», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER, ao abrigo do artigo 4.º do DL 37-A/2008, de 5.3. (QREN). (...)
Desp. 18.348/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Assunção das responsabilidades inerentes ao Programa Operacional Regional do Algarve do QCA III pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve do QREN.
Desp. 18.349/2008	09-07-2008	MAOTDR (25.06.2008) Nomeação da secretária técnica coordenadora do Programa Operacional Regional do Algarve responsável pela coordenação geral e acompanhamento das questões transversais.
Desp. 18 359/2008	09-07-2008	Governo / QREN 2007-2013 / Legislação-base / Emprego e Formação profissional / Fundos Estruturais / FSE / Programas Operacionais / Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Despachos de n.º 18359/2008 a n.º 18370/2008 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Ministro - D.R. n.º 131, Série II de 2008-07-09: Despacho n.º 18359/2008 - Aprovação do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Tipologia de Intervenção 5.2 «Estágios Profissionais», (...)
Com. Minist. Coord. POR do Continente	15-07-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico da Saúde
Port. 711/2008	31-07-2008	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT).
Anúncio 719/2008	19-08-2008	Governo / IFDR / QREN / Sistema de Informação / Anúncio de Concurso - Anúncio de Concurso n.º 719/2008 do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional - Descrição/objecto do concurso: Aquisição de serviços para produção de anúncio de televisão para promoção institucional da marca QREN, nos termos e condições definidos no programa de concurso e no caderno de encargos.
DL 175/2008	26-08-2008	Cria o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
Protocolo de articulação entre o FEDER e o FEADER celebrado entre as Autoridades de Gestão do PRODER e as Autoridades de gestão dos PO do QREN, no domínio da Agenda dos Factores de Competitividade	02-10-2008	Regula a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	09-10-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC
Norma IFDR nº2/2008 Sistema Contabilístico de Dívidas	16-10-2008	Institui o Sistema Contabilístico de Dívidas FEDER e Fundo de Coesão, que visa assegurar toda a informação necessária ao acompanhamento individual de cada um dos processos de dívida por parte das Autoridade de Gestão, da Autoridade de Certificação, da Entidade Pagadora FEDER e do Fundo de Coesão e das Entidades Pagadoras dos Programas Operacionais.
Desp. 26 194/2008	20-10-2008	Nomeação dos coordenadores de unidade do Programa Operacional Regional do Algarve.
Desp. 26 863/2008	23-10-2008	Pessoal que transita para o Secretariado Técnico do PO Regional do Algarve do QREN.
Orientações Técnicas - IFDR/02/2008 - Transmissão da nota do Comité de Coordenação dos Fundos	27-10-2008	Publicação da lista de beneficiários - sistematiza o formato, a forma e a periodicidade da informação, a publicar por operação, relativa aos dados dos beneficiários de fundos comunitários
Desp. 27 671/2008	29-10-2008	Presidente da CCDR Algarve (17.10.2008): Delegação de competências na Directora de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, para Outorgar em nome da CCDR -Algarve contratos ou outros acordos que interessem à prossecução das suas atribuições no âmbito do QREN.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	19-11-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Norma IFDR nº 3/2008 -	12-12-2008	Identifica os aspectos operacionais do procedimento de contingência

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Procedimento de Contingência do registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão		adoptados pelo IFDR no âmbito do sistema de informação e de identificação dos elementos de informação e registo contabilístico de dívidas FEDER e Fundo de Coesão
Com. Minist. Coord. POR e Com. Minist. Coord. POFC	31-12-2008	Aprovação da versão revista do Regulamento do SAPFRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
Com. Minist. Coord. POR do Continente	30-01-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Norma IFDR n.º 1/2009 - Parcerias público - privadas promovidas por municípios	30-01-2009	Identificação sumária da base legal das parcerias público - privadas e análise do enquadramento de parcerias público - privadas por municípios para efeito de co-financiamento, no âmbito do QREN, da construção e exploração de infra-estruturas colectivas em que o beneficiário seja uma empresa de direito privado
Desp. 4749/2009	09-02-2009	É aprovado o Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 6.12 — Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social, do Eixo 6 — Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social (POPH), e das correspondentes tipologias de intervenção dos seus Eixo 8 — Algarve e Eixo 9 – Lisboa.
Desp. 5849/2009	20-02-2009	SEDR (11.12.2008): Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, determina a verificação do princípio da adicionalidade relativamente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013. Atribuições do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), estabelecidas no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril.
Portaria n.º 184/2009	20/02/2009	Aumento do limite por empresa dos auxílios concedidos ao abrigo do regime de minimis.
DL 65/2009	20/03/2009	Altera o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, aprovado pelo DL 287/2007 de 17/08, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
DL 66/2009	20-03-2009	Procede à primeira alteração ao DL 2/2008, de 4.1, que definiu o modelo da governação dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural para o período 2007-2013, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, controlo, informação, acompanhamento e avaliação dos referidos instrumentos, e procede à primeira alteração ao DL 37-A/2008, de 5.3, que estabeleceu as regras gerais de aplicação dos programas de desenvolvimento rural (PDR) financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e aprovados nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, para o período de 2007 a 2013. Republica, como anexo I, o DL 2/2008, de 4.1, e, como anexo II, o DL 37-A/2008, de 5.3.
Portaria 353-A/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, aprovado pela Portaria 1463/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Portaria 353-B/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, aprovado pela Portaria 1462/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Portaria 353-C/2009	03/04/2009	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, aprovado pela Portaria 1464/2007 de 15/11, ajustando-o ao actual contexto económico internacional (novas disposições de flexibilização)
Reg. (CE) n.º 284/2009	07-04-2009	Altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, no que diz respeito a certas disposições relativas à gestão financeira
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Com. Minist. Coord. POR do Continente	17-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local
Com. Minist. Coord. POR do Continente	21-04-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Mobilidade Territorial
DL 99/2009	28-04-2009	Procede à segunda alteração ao DL 312/2007, de 17.9, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais. A comissão de acompanhamento e a comissão de gestão do QCA III mantêm-se em funções até 31 de Dezembro de 2009.
Reg. (CE) nº 396/2009	06-05-2009	Regulamento (CE) n.º 396/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, que altera o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 relativo ao Fundo Social Europeu para alargar os tipos de custos.
Reg. (CE) nº 397/2009	06-05-2009	Altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que respeita à elegibilidade dos investimentos em matéria de eficiência energética e de energias renováveis no sector da habitação
Declaração de Rectificação 33/2009	19/05/2009	Rectificação ao Anexo I do DL 65/2009 (limites máximos de incentivos às empresas, expressos em equivalente de subvenção bruta)
Com. Minist. Coord. POR do Continente	28-05-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Com. Minist. Coord. POR do Continente	05-06-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Assistência Técnica
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Mobilidade Territorial
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação das alterações do Regulamento Específico Optimização da Gestão dos Resíduos
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação das alterações do Regulamento Específico promoção e Capacitação Institucional
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Revisão do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-08-2009	Aprovação da revisão do Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local
RCM 74/2009	26-08-2009	Procede à primeira alteração à RCM 25/2008, de 13.2, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
Reg. (CE) nº 846/2009	01/09/2009	Altera o Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão e prevê as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
Com. Minist. Coord. QREN	18/09/2009	Revisão aprovada do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.
RCM 91/2009	22-09-2009	Procede à segunda alteração à RCM 25/2008, de 13.2, que criou as estruturas de missão para os programas operacionais de assistência técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, bem como os secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN.
Despacho MAOTDR nº 10/2009	24/09/2009	Fixa as regras comuns relativas a tipologias de despesas não elegíveis a financiamento pelo FEDER e Fundo de Coesão.
Com. Minist. Coord. POR do Continente	25-09-2009	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
Desp. 22 143/2009	06-10-2009	SEDR (24.09.2009): Constituição do grupo de trabalho para a coordenação das Estratégias de Eficiência Colectiva PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve. QREN. [CCDR Algarve]. Rectificado pela Decl. de Rectif. 2633/2009, D.R. II Série, de 28.10.2009.
REGULAMENTO (CE) Nº 1177	30-11-2009	Altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos

Diploma	Data de Publicação	Resumo
Desp. 523/2010	08-01-2010	MEID (23.12.2009): Nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 artigo 8.º e do artigo 17.º do DL 321/2009, de 11.12, dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, atento o disposto no DL 18/2008, de 29 de Janeiro, republicado pelo DL 278/2009, de 2.10, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), designadamente na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º e nos artigos 109.º e 110.º, delegeo, no Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento (SEAID): Comissões de coordenação e desenvolvimento regional, em matéria de desenvolvimento regional e de fundos comunitários, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 17.º do DL 321/2009, de 11.12; Quadros comunitários de apoio e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN); Programa de iniciativa INTERREG; Programas operacionais regionais do Continente (PO); âmbito do QCA III. Delegação também, nos restantes secretários de Estado.
Desp. 4967/2010	19-03-2010	MEID (11.03.2010): Ao abrigo e nos termos conjugados da alínea b) do n.º 2 do artigo 52.º do Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, do n.º 5 e dos anexos VI, VII e VIII da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2009, de 22 de Setembro, do n.º 3 do artigo 19.º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 17.º do Decreto -Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, renova a da comissão de serviço da licenciada Maria Filomena Pinto Belchior Coelho, titular do cargo de secretária técnica do Programa Operacional Regional do Algarve.
Desp. 4968/2010	19-03-2010	MEID (11.03.2010): Ao abrigo e nos termos conjugados da alínea b) do n.º 2 do artigo 52.º do Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, do n.º 5 e dos anexos VI, VII e VIII da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2009, de 22 de Setembro, do n.º 3 do artigo 19.º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 17.º do Decreto -Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, determino o seguinte d) O licenciado Rodrigo Manuel Ferreira Brum, para o cargo de secretário técnico do Programa Operacional Regional do Algarve, com efeitos a 1 de Março de 2010.
Desp. 6816/2010	19-04-2010	SEAL (08.04.2010): Determina a simplificação de procedimentos destinados a tornar mais simples e céleres a execução de investimentos de iniciativa municipal na operacionalização do QREN. Para efeitos da instrução do procedimento previsto no n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, seja dispensada a apresentação de contrato de financiamento, sendo bastante a apresentação, pelo município interessado, de uma declaração, a emitir pela entidade de gestão, que ateste a aprovação da operação, fixe a taxa de co -financiamento, [QREN]. o valor do investimento total e do investimento elegível Despacho n.º 6816/2010. D.R. n.º 75, Série II de 2010-04-19
Deliberação da CMC do QREN	20/04/2010	Alteração ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão.
Com. Minist. Coord. Do Continente	20-04-2010	Alteração aos regulamentos Específicos relativos a tipologias de investimento susceptíveis de financiamento pelos programas Operacionais Regionais do Continente
Regulamento (EU) N° 437	19-05-2010	Altera o Reg (CE) n.º 1080/2006 no que respeita à elegibilidade de intervenções habitacionais a favor de comunidades marginalizadas

Diploma	Data de Publicação	Resumo
D.Norm. 12/2010	21-05-2010	MEID/MADRP/MTSS: Alteração ao despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro, que fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), para o período de programação de 2007-2013. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 84 -A/2007, de 10 de Dezembro, com a redacção introduzida pelas Declarações de Rectificação n.os 3/2008 e n.º 5 -A/2008, de, respectivamente, 30 de Janeiro e 8 de Fevereiro, e pelo Decreto Regulamentar n.º 13/2008, de 18 de Junho, e do disposto no artigo 17.º do DL 321/2009, de 11.12. [QREN].
Com. Minist. Coord. POR do Continente	09-06-2010	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Energia
Regulamento (EU) N° 539	16-06-2010	Altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão no que respeita à simplificação de certos requisitos e no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira
Com. Minist. Coord. POR do Continente	18-06-2010	Aprovação das alterações ao Regulamento Específico Energia Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Lei 31/2010	02-09-2010	Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infra-estruturas afectas ao desenvolvimento de plataformas logísticas. (QREN).
Desp. 14 107/2010	08-09-2010	MAOT (06.08.2010):Simplificação do conteúdo dos documentos de enquadramento estratégico (DEE). No sentido da optimização da aplicação das verbas do QREN, designadamente as relativas à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento inseridas no POVT — Eixo II e ao Ciclo Urbano da Água — vertente em baixa — modelo não verticalizado relativo aos POR, estipulam os respectivos regulamentos específicos a necessidade de elaboração de um documento de enquadramento estratégico (DEE).
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-10-2010	Aprovação do Regulamento Específico da Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Com. Minist. Coord. POR do Continente	14-10-2010	Aprovação do Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Portaria 1101/2010	25-10-2010	Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME,
Portaria 1102/2010	25-10-2010	Alterações ao Regulamento do Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
Portaria 1103/2010	25-10-2010	Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação,
Comissão de Acompanhamento	29-10-2010	Aprovação dos critérios de selecção das operações de Requalificação da Rede Escolar do 2º e 3º ciclo
Comissão de Acompanhamento	02-11-2010	Aprovação dos critérios de selecção da Iniciativa JESSICA
Com. Minist. Coord. POR do Continente	06-12-2010	Aprovação do Regulamento Específico Património Cultural
Com. Minist. Coord. POR do Continente	07-12-2010	Aprovação do Regulamento Específico Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa
RAR 140/2010	20-12-2010	Recomenda ao Governo que accione os mecanismos necessários à concretização do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE); Avalie a execução do PROVERE no que respeita à região do Algarve e promova as iniciativas necessárias para que o mesmo se assuma como uma resposta à crise e à fractura interior-litoral nesta região.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57 do Regulamento (CE) nº1083/2006 -Durabilidade das operações

Não ocorreu durante o ano 2010 nenhuma situação que afectasse as condições de atribuição da comparticipação a uma operação, tal como previsto no nº2 do artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho.

2.6. Complementaridade

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

Durante os anos 2008/2009 tinham sido efectuados contactos com a Direcção Regional de Agricultura do Algarve no sentido de encontrar soluções práticas de articulação entre a actuação do Programa Operacional Regional e algumas áreas do Programa de Desenvolvimento Rural financiado pelo **FEADER** com especial relevância para o desenvolvimento regional. Foi o caso particular, do Subprograma 3 - “Dinamização das Zonas Rurais” onde as estratégias de desenvolvimento local e os grupos de acção local terão papel preponderante.

Face à limitação de verbas FEDER disponíveis no PO Algarve 21, seria fundamental uma intervenção estruturante do Subprograma referido nas Áreas de Baixa Densidade da Região, que representam 2/3 do território. Uma das áreas concretas em que tem sido desenvolvido trabalho diz respeito à rede de “Centros Educativos Comunitários Multiserviços”.

Durante o ano 2008, foi acordada a listagem de projectos prioritários neste âmbito entre os serviços do Ministério da Educação, a Direcção Regional de Agricultura do Algarve, a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) e a CCDR e foi iniciado o processo de negociação para a sua integração para apoio do PRODER. Em 2009, esta listagem constou como anexo do Contrato de Delegação de competências assinado entre a AG e a AMAL, tendo sido feita referência à complementaridade entre FEDER e FEADER no texto do Contrato. Desta forma seria possível articular as intervenções do FEDER e do FEADER de modo a que este possa co-financiar centros educativos nas zonas do interior algarvio. As verbas FEDER, via

PO Algarve 21, apoiariam prioritariamente os equipamentos do mesmo tipo situados nas áreas litorais/urbanas da Região.

Ao longo de 2010, este trabalho foi acompanhado directamente pela AMAL, tendo sido concluído com a preparação de uma proposta de alteração ao Programa PRODER para inclusão dos “Centros Educativos Comunitários Multiserviços” no caso específico do Algarve. Esta proposta (criação de uma nova Medida) viria a ser aprovada na Comissão de Acompanhamento do PRODER já em 2011. Prevê-se durante este ano, concluir a operacionalização desta Medida e iniciar a aprovação das respectivas operações.

Em 2010 foram igualmente desenvolvidos contactos entre o MAOTDR e o MADRP, no sentido de articular financiamentos FEDER e FEADER no âmbito dos investimentos associados às “Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais” (Banda Larga). Prevê-se que a conclusão desta negociação ocorra em 2011.

No que respeita à Agenda Factores de Competitividade foi possível assinar o **Protocolo de articulação entre o FEDER e o FEADER**, celebrado em 02-10-2008 entre as Autoridades de Gestão do PRODER e as Autoridades de gestão dos PO do QREN, com o objectivo de articular procedimentos e demarcar áreas de actuação entre os 2 Fundos.

Este Protocolo regula a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN, designadamente no que respeita a:

- investimentos de empresas com actividades de primeira transformação e de comercialização por grosso de produtos agrícolas;
- investimentos de empresas relativos ao turismo em espaço rural e ao turismo natureza;
- investimentos de microempresas localizados em zonas rurais e abrangidos por Estratégias Locais de Desenvolvimento;
- iniciativas de internacionalização no mercado interno da U.E. de produtos alimentares.

Na área das Pescas e também com o objectivo de demarcar as intervenções do Fundo Europeu das Pescas (**FEP**) e do **FEDER**, está a ser ultimada uma Orientação Técnica com vista à elaboração futura de um **Protocolo de articulação** idêntico ao referido anteriormente.

Ao nível da **governança**, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, de salientar a articulação estabelecida com o POFC, enquanto organismo coordenador da Rede dos Sistemas de Incentivos QREN. Assim, é o POFC que tem dinamizado, entre outros, a publicitação de

Avisos, a recepção de candidaturas electrónicas através do Portal dos Incentivos, a manutenção e actualização do Sistema de Informação SiQREN, as revisões ao Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos.

Não obstante a Região Algarve estar em “*phasing-out*” e esta situação obrigar à concentração dos apoios na região, de registar a **articulação com outros PO** quanto à possibilidade de, nos projectos de investigação em consórcio, as entidades do sistema científico e tecnológico do Algarve que sejam parceiras de empresas nas regiões de Convergência (Norte, Centro, Alentejo) poderem apresentar despesas elegíveis a estes PO da Convergência num montante nunca superior ao valor das despesas elegíveis dessas empresas.

No âmbito da agenda Factores de Competitividade, e tendo presente que os financiamentos associados à Modernização Administrativa só poderão ser aprovados no Programa Regional, vale a pena referir que, apesar disso, existiu uma articulação com o POFC ao nível da produção dos instrumentos de avaliação das operações, nomeadamente, grelhas de análise dos critérios de selecção.

Conforme é do conhecimento geral e se encontra explicitado no ponto inicial deste Relatório “Apresentação do Programa”, *“as actuações FEDER no Algarve, apenas poderiam ser assumidas no âmbito do PO regional, excluindo dos restantes PO nacionais (POVT, POPH e POFC) qualquer intervenção deste fundo na Região”*.

As actuações efectuadas no âmbito destes PO na região do Algarve dizem assim respeito a outros Fundos, em particular o Fundo de Coesão no POVT e o FSE no POPH, e encontram-se devidamente retratadas nos respectivos Relatórios de Execução. As áreas de actuação encontram-se assim bem definidas, não tendo sido, até ao momento, desenvolvida nenhuma acção específica de articulação/complementaridade de financiamentos que se justificasse ser indicada neste ponto.

Na área da cooperação/parceria destaca-se o apoio dado pelo POVT no âmbito da montagem do Sistema de Informação definitivo do PO Algarve 21, que se encontra tratado no ponto 2.7.1. deste Relatório.

Finalmente, convirá igualmente esclarecer que as matérias relacionadas com a cooperação inter-regional a nível internacional são apoiadas no âmbito do POCTEP e tratadas consequentemente no respectivo Relatório de Execução.

O quadro apresentado em seguida sintetiza os montantes de investimento aprovados até 31/12/2010 para o Algarve no âmbito do POVT (Fundo de Coesão) e POPH (FSE):

Tabela 2.13 – Aprovações para o Algarve noutros PO do QREN

unid: milhões euros

Eixo Prioritário /Área de Intervenção	Proj. Aprov. (nº)	Aprovações (AP)	
		Investimento/ Custo total elegível	Fundo Comunitário
POPH (FSE)	766	148,3	100,2
POVT (Fundo de Coesão)	21	110,0	64,9
Eixo II	10	87,8	49,3
Eixo III	11	22,2	15,6

Os 21 projectos apoiados no POVT, apresentam uma dimensão média individual mais significativa e distribuem-se pelas áreas de “Redes e Infraestruturas de Água e Saneamento” (cerca de 87,8 milhões de euros de investimento aprovado com 49,3 milhões de euros de participação FEDER) e de “Combate à Erosão e Defesa Costeira” (cerca de 22,2 milhões de euros de investimento elegível e 15,6 Milhões de FEDER aprovado).

2.6.2 Instrumentos de engenharia financeira (JESSICA, JEREMIE e SAFPRI)

JESSICA

A iniciativa JESSICA (Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas) foi criada pela Comissão Europeia (CE) e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) com o objectivo de apoiar com fundos comunitários, projectos integrados em Programas de Desenvolvimento Urbano. Esta intervenção será gerida com o apoio do BEI e conta com fundos dos 5 PO regionais, do POVT e da Direcção Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF). Destina-se a operações que gerem algum “retorno” e recorre a mecanismos de “apoios reembolsáveis” para além dos habituais fundos perdidos.

O texto do Programa Operacional da Região do Algarve assume uma prioridade a este tipo de iniciativas referindo que, “*face ao reduzido montante de fundos estruturais comunitários afecto à Região do Algarve, há a intenção das autoridades de gestão de mobilizar recursos adicionais provenientes do Banco Europeu de Investimentos no quadro da iniciativa JESSICA*”.

Durante o ano 2009, foram desenvolvidas a nível central, algumas iniciativas no âmbito do processo de implementação do **JESSICA**. Concluiu-se o Estudo de Avaliação financiado pela DG Regio e o BEI e foi assinado pelas entidades acima referidas, o “Funding Agreement” com vista à criação do “Jessica Holding Fund” em 20 de Julho de 2009.

Este Fundo a ser gerido pelo BEI, foi criado com um montante de 130 milhões de Euros, em que 30 milhões são provenientes da contrapartida nacional (DGTF) e 100 milhões provêm do FEDER dos 6 Programas Operacionais envolvidos. A participação financeira do PO do Algarve é de 5 milhões de euros.

Ao longo do ano de 2009, realizaram-se ainda alguns seminários e conferências sobre este tema com entidades bancárias e associações empresariais.

Em Janeiro de 2010, foi realizada a primeira reunião do Investment Board – IB (Comité de Investimento) e realizadas ao longo do ano várias sessões de trabalho (nomeadamente em Junho, Julho e Setembro) que envolveram os membros do IB, da Comissão Europeia e representantes das tutelas governamentais, onde foram discutidas e tomadas decisões sobre a implementação da iniciativa.

Foram assim criadas durante a primeira parte do ano¹⁶ as estruturas operacionais de gestão, designadamente quanto à equipa associada à iniciativa (JNFP workforce) e à selecção do representante do BEI em Portugal, para o acompanhamento do JHFP (“local Holding Fund Officer”). Decorrente da alteração à composição do Comité de Investimentos, em Julho, procedeu-se em Agosto de 2010 à designação do Secretário Geral deste órgão.

Os primeiros pagamentos para criação do Fundo, ocorreram em Agosto / Setembro de 2010 e totalizaram 45 milhões de euros entre os quais 2,5 milhões da parte do Algarve.

A Comissão Directiva do PO Algarve 21 aprovou e ratificou as medidas tomadas nesta área em 17 de Setembro.

A segunda reunião do Comité de Investimento realizou-se em Outubro 2010.

¹⁶ Com algum atraso devido às mudanças governamentais de final de 2009.

Foi preparado um “Plano de Acção” e uma “Estratégia de Implementação” que previa e definia algumas orientações para a realização de um concurso para a criação dos “Fundos de Desenvolvimento Urbano” em cada Região que irão receber as candidaturas das operações a apoiar e financiar directamente as iniciativas no terreno.

Este concurso “Call for Expression of Interest” previa que o processo de selecção das entidades financeiras que irão constituir os “Fundos de Desenvolvimento Urbano” se desenvolvesse em várias fases:

- 1ª Fase – Aplicação dos **critérios de selecção** dos Termos de Referência do concurso e exclusão das entidades que não cumprem as condições de admissibilidade.
- 2ª Fase – As entidades admitidas apresentam propostas (“Business Plan”) e aplicam-se os **critérios de mérito**.
- 3ª Fase – Avaliação e negociação das propostas (ofertas) dos concorrentes com o BEI.
- 4ª Fase – Negociação dos termos e condições do Contrato final (“Operational Agreement”) a ser assinado com o BEI.

Apresentaram-se a concurso 11 entidades potencialmente constituintes de Fundos de Desenvolvimento Urbano.

No final de 2010, o concurso tinha passado à 2ª fase (após notificação das entidades seleccionadas) e realizou-se em Dezembro uma sessão de informação sobre a elaboração dos Planos de Negócio a entregar em Fevereiro de 2011.

Paralelamente a Autoridade de Gestão do PO do Algarve organizou uma sessão de apresentação da “Iniciativa JESSICA” aos eventuais beneficiários (autarquias, empresas e outros) que contou com as intervenções do Dr. Nuno Vitorino (Secretário Geral do Fundo JESSICA Portugal) e do Dr. Pedro Couto (Holding Fund Officer – BEI).

Esta sessão foi realizada em simultâneo com a apresentação de resultados do PO relativa a 2010, mas que por questões de agenda ocorreu já em 13 de Janeiro de 2011.



As principais dificuldades na implementação desta iniciativa decorreram da mudança de tutelas governamentais ocorrida em final de 2009, que atrasou algumas decisões relevantes e o grande peso de procedimentos burocráticos necessários nesta fase inicial de montagem das estruturas para funcionar no terreno.

Jeremie

Esta iniciativa não se aplica na Região do Algarve.

SAFPRI

Em paralelo e complementarmente aos Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas, os Programas Operacionais do Algarve, de Lisboa e o PO Factores de Competitividade, previram a possibilidade de criação de mecanismos complementares de financiamento e de partilha de risco no que respeita à Inovação.

Estes instrumentos financeiros proporcionam novas oportunidades de financiamento às PME, contribuindo para reforçar a solidez, a modernização, a competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial.

Nesse contexto, foi criado o Regulamento do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (**SAFPRI**), após a aprovação em 2 de Julho de 2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação do PO Factores de Competitividade e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.

Aí se estabelece que o SAFPRI será concretizado utilizando como veículo preferencial o Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação - FINOVA.

Nesse seguimento em 26 de Agosto de 2008 e a coberto do Decreto-lei nº 175/2008 foi criado o FINOVA, estabelecendo o referido diploma que a empresa PME Investimentos, SA., detida maioritariamente por entidades públicas, será a entidade gestora deste Fundo financeiro.

Neste âmbito e no seguimento da assinatura dos Protocolos entre as Autoridade de Gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade, dos PO Regionais de Lisboa e Algarve, Instituições de crédito e Sociedades de Garantia Mútua, entrou em vigor em Julho de 2008 a Linha de Crédito PME Investe/QREN (Linha de Crédito PME Investe I) e em Outubro do mesmo ano, a Linha de Crédito PME Investe II.

Em ordem à operacionalização destes instrumentos financeiros e no seguimento do convite dirigido pelo Gestor do PO Algarve, ao IAPMEI e ao Turismo de Portugal, IP, enquanto entidades gestoras do SAFPRI, foi apresentado por estes 2 Organismos uma candidatura conjunta ao PO Regional, destinada a garantir o financiamento, pelo FINOVA, dos custos com o pagamento de bonificações de taxas de juro, de comissões de garantia, bem como o reforço do Fundo Contra Garantia Mútua, referentes às Linhas de Crédito PME Investe I e II.

O investimento elegível da candidatura em causa ascendeu a 13,1 milhões de euros sendo a comparticipação comunitária 3,7 milhões de euros, a que correspondeu uma taxa de comparticipação FEDER de 27,8%.

O detalhe da execução desta candidatura encontra-se referido no ponto 3.1.2 deste Relatório inserido no tratamento do respectivo Eixo Prioritário.

Em 2010 e ao invés do sucedido no ano anterior, o recurso na região do Algarve às Linhas de Crédito PME Investe I e II foi residual.

Estas dificuldades sentidas devem-se, em boa medida, à existência e posterior surgimento de outras Linhas de Crédito (sem FEDER associado) com condições mais favoráveis e melhor adaptadas às necessidades das empresas, face à conjuntura económica desfavorável provocada pela crise financeira económica e social vigente neste ano.

De facto, a conjuntura recessiva vivida em 2009 e o crescimento anémico registado em 2010 avolumaram os problemas de tesouraria das empresas, levando a que a procura de crédito de médio/longo prazo tivesse sido preterida em favor das operações de curto prazo, com especial incidência no fundo de maneo, a fim de obviar a dificuldades de solvabilidade financeira

O movimento residual atrás referido traduziu-se na recomposição e redução tanto no número como no valor das operações aprovadas no ano de 2010.

Para obviar esta situação, no decorrer de 2010 foi iniciada uma reflexão sobre o desenvolvimento de um conjunto de outros instrumentos de apoio às empresas, associado a mecanismos de engenharia financeira na área do capital de risco.

2.7. Acompanhamento e Avaliação:

2.7.1 Acompanhamento

Actividades da gestão

Durante o ano 2010, foi aprovada uma alteração pela CMC dos Programas Operacionais Regionais do Continente, que abrangeu todos os Regulamentos Específicos (20/04/2010). Para além desta alteração registaram-se mais 6 alterações a Regulamentos Específicos. Foram aprovadas pela Comunicação de Acompanhamento, alterações a critérios de selecção em 2 Regulamentos.

A Autoridade de Gestão promoveu 6 reuniões de Comissão Directiva e 7 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa. Durante o ano foram abertos 18 concursos e estiveram abertos 22 concursos nas seguintes tipologias:

- Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (3)
- Sistema de Incentivos à Inovação (4)
- Sistema de Incentivos e Qualificação de PME (5)
- Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (2)
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais (1)
- Acções de Valorização do Litoral (1)
- Energia (1)
- Requalificação da Rede Escolar de 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (2)
- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (1)
- Mobilidade Territorial (1)
- Assistência Técnica (1)

Até ao final do ano, foram decididas cerca de 96% das candidaturas resultantes dos concursos encerrados até 31/10/2010 (87% no Eixo 3 e 100% nos restantes).

À semelhança do que foi efectuado nos Relatórios de Execução anteriores, apresenta-se em seguida um cronograma dos momentos relevantes do **sistema de gestão e acompanhamento** do PO Algarve 21 ocorridos durante o ano 2010:

08 Jan. – Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de um ajuste à decisão de 1 candidatura - Sistemas de Incentivos (SI - Vale Inovação).

26 Jan. – 1ª reunião do Comité de Investimento do JESSICA (Investment board).
– 7ª Reunião da **Rede de Avaliação do QREN**, para apresentação das conclusões preliminares do Estudo de Avaliação Global do QREN e pontos de situação de Indicadores e de Planos de Avaliação.

29 Jan. – 16ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 4 candidaturas – Sistemas de Incentivos (SI - Vale Inovação) e reprogramação de 5 candidaturas (4 SI – Vale Inovação e 1 SI – Qualificação PME).

02 Fev. – Envio da versão final da “Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do PO” para o IFDR.

03 Fev. – 15ª Comissão de Acompanhamento do PROALGARVE (QCA III) – Aprovação do Relatório de Execução Final. – Sessão de encerramento do PROALGARVE (QCA III).

23 Fev. – Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de 4 candidaturas de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (Tavira, Olhão, Faro e Silves).

02 Mar. – Aprovação por parte da Comissão Europeia da “**Descrição de Sistema de Gestão e Controlo do PO**”.

18 Mar. - Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos no consultório do Empreendedor integrado na Feira INFORMA.

19 Mar. – 1º Reembolso de despesas FEDER efectuado pela Comissão Europeia.

22 Mar. – 17ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 11 candidaturas – Sistemas de Incentivos (10 SI - Qualificação PME e 1 SI - Vale Inovação) e 3 candidaturas integradas no Programa de Acção para as Parcerias de Regeneração Urbana - PRU (1 Loulé e 3 Tavira); e reprogramações de 2 candidaturas de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

19 Abr. – Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos numa sessão dirigida a potenciais beneficiários dos Sistemas de Incentivos em Olhão.

21 Abr. – Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de 1 candidatura integrada no Programa Estratégico para as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI) – Formação e Criação Artística em Rede.

– 8ª reunião da **Rede de Avaliação do QREN**, para preparação de propostas de metas para os Indicadores Comuns Comunitários e ponto de situação da Monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica.

- 22 Abr.** – Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos numa sessão dirigida a potenciais beneficiários dos Sistemas de Incentivos em Lagos.
- 27 Abr.** – Workshop sobre Pagamentos nos Sistemas de Incentivos realizada na CCDR Algarve.
- 29 Abr.** – Participação da Equipa dos Sistemas de Incentivos numa sessão dirigida a potenciais beneficiários dos Sistemas de Incentivos em Albufeira.
- 07 Mai.** – Semana da Europa (Grande Evento Anual).
– Hastear da bandeira da Europa em Vila Real de Santo António e construção de uma bandeira da Europa com tampinhas de plástico pelos alunos das Escolas de VRSA.
- 20 Mai.** – 12ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 9 candidaturas - Sistemas de Incentivos (8 SI – Vale Inovação e 1 SI – I&DT) e de 3 candidaturas integradas no Programa de Acção para as Parcerias de Regeneração Urbana - PRU (2 Loulé e 1 Tavira).
- 02 Jun.** – Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de reprogramação de 1 candidatura da Assistência Técnica.
- 08 Jun.** – Sessão técnica com consultores no âmbito dos Sistemas de Incentivos realizada na CCDR Algarve.
- 14 Jun.** – Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de reprogramações de 4 candidaturas de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (2 Olhão, 1 VRSA e 1 Lagoa).
Foi ainda analisada e aprovada a proposta para a admissão de novos parceiros do Programa Estratégico para as Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI) – Algarve Central.
- 23 Jun.** – 4ª Reunião da **Comissão de Acompanhamento** do Programa (Faro), onde foi analisado e aprovado o Relatório de Execução de 2009 e foi feita a apresentação do Boletim do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais – “Algarve Conjuntura”.
- 05 Jul.** – 9ª reunião da **Rede de Avaliação do QREN**, para ponto de situação e reflexão das avaliações concluídas e futuras.
- 07 Jul.** – Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de reprogramações de 1 candidatura de Sistema de Apoio para a Modernização Administrativa; 2 candidaturas de Acções de Valorização do Litoral; 1 candidatura de Valorização e Qualificação Ambiental; 1 candidatura de Património Cultural e 1 candidatura da Assistência Técnica.
- 14 Jul.** – Acção de formação dada pela Novabase sobre o Sistema de Informação do PO – SIGA.21, para as estruturas técnicas da CCDR e AMAL.
- 21 Jul.** – Sessão informativa sobre AAC03-solar térmico realizada no AHETA no âmbito dos Sistemas de Incentivos.

- 02 Ago.** – 19ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 3 candidaturas de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (Albufeira, Faro e VRSA) e de reprogramações de 3 candidaturas - Sistemas de Incentivos (SI Inovação, SI I&DT e SI Qualificação PME); de 3 candidaturas de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa; 1 candidatura de Promoção e capacitação Institucional e de 2 candidaturas de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar e 1 candidatura de Património Cultural.
- 01 Set.** – 1ª transferência de verbas para o Fundo de Participação JESSICA.
- 17 Set.** – 20ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação de 22 candidaturas - Sistemas de Incentivos (SI Qualificação PME) e reprogramação de 1 candidatura dos Sistemas de Incentivos. Aprovação de um documento que sintetiza os procedimentos de submissão e tramitação da candidatura instrumental – Jessica.
- 22 a 26 Set.** – Participação do Algarve (PO Algarve 21), com um stand na **Mostra Portugal Tecnológico** que decorreu na FIL, em Lisboa. Apresentação do projecto promoção das Áreas de Acolhimento Empresarial.
- 28 Set.** – Envio da última versão da adenda ao relatório Final do PROALGARVE (QCA III) às Autoridades Nacionais.
- 29 Set.** – Envio aos Serviços da Comissão Europeia.
- 01 Out.** – Consulta escrita à **Comissão Directiva** para aprovação de 1 candidatura de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa integrada no Plano de Acção - Lojas do Cidadão - Loja do Cidadão de Portimão. Aprovação de reprogramações de 1 candidatura de Acções de Valorização do Litoral e de 1 candidatura de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da educação Pré-Escolar.
- 06 Out.** – 2ª reunião do Comité de Investimento do JESSICA (Investment board).
- 13 Out.** – 10ª reunião da **Rede de Avaliação do QREN**, para análise do 1º ciclo de avaliações do QREN e dos PO.
- 22 Out.** – Sessão técnica QREN para aceleração de projectos no NERA.
- 25 Out.** – Consulta escrita à Comissão de Acompanhamento do Programa para apreciação e aprovação dos Critérios de Selecção definidos para a Iniciativa JESSICA. A aprovação destes critérios, com data de 2 de Novembro, teve como principal objectivo a operacionalização na região desta Iniciativa.
- 29 Out.** – Consulta escrita à Comissão de Acompanhamento do Programa para apreciação e aprovação dos Critérios de Selecção para apreciação e aprovação dos Critérios de Selecção das operações da rede do 2º e 3º ciclo do ensino básico e escolas básicas integradas.
- 06 Nov.** – Publicação no site do BEI do concurso para apresentação de propostas para a gestão dos Fundos de Desenvolvimento Urbano (JESSICA).

- 11/12 Nov.** – **Encontro Anual** entre a Comissão Europeia e as Autoridades de gestão dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão (2007-2013).
- 19 Nov.** – Seminário sobre Sistemas de Incentivos QREN realizada na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve.
- 05 Dez.** – Envio da Monitorização Mensal (reportada a Novembro) no formato das novas Templates. Foi pela primeira vez testada a integração dos dados no Sistema de Informação do IFDR.
- 07 Dez.** – 21ª Reunião da **Comissão Directiva** para aprovação Orientações de Gestão sobre “Pagamento de Adiantamento Inicial às operações aprovadas” e “Penalizações por incumprimento de prazos previstos para a realização das operações”. Aprovação de 10 candidaturas de Acções de Valorização do Litoral; 7 candidaturas de Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; 1 candidatura de Gestão Activa de espaços Protegidos e Classificados (admissibilidade); 5 candidaturas de Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos; 5 candidaturas de Mobilidade Territorial; 18 candidaturas integradas nos Planos de Acção para as Parcerias para a Regeneração Urbana (Loulé, Olhão e Tavira); 7 candidaturas integradas Programa Estratégico para as Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação e 3 candidaturas da Assistência Técnica.
Foram ainda aprovadas reprogramações de 1 candidatura de Sistema de Apoio à Modernização Administrativa; 3 candidaturas das Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; 1 candidatura de Rede de equipamentos Culturais e 1 candidatura integrada no Plano de Acção para as Parcerias para a Regeneração Urbana.
- 27/28 Dez.** – A equipa da Novabase esteve na CCDR com o intuito de preparar o processo de Certificação de despesas.
- 28 Dez.** – 2º Pedido de Certificação entrou com êxito no Sistema da Autoridade de Certificação (IFDR) com corte a 31/10/2010.
- 13 Jan. 2011** – Apresentação dos Resultados do PO Algarve 21 em paralelo com a apresentação do instrumento JESSICA para a Política de Cidades.

Para além das tarefas habituais de Gestão referentes à admissão, aprovação e acompanhamento físico e financeiro da execução dos projectos aprovados, nomeadamente através da análise dos pedidos de pagamento recebidos, validação de despesas, execução no terreno e emissão de ordens de pagamento ao IFDR para reembolso dos promotores, destacam-se ainda alguns aspectos mais relevantes da actuação de gestão do Programa:

Montagem de iniciativas e de projectos estruturantes especiais:

A montagem de iniciativas que contribuam para a implementação da estratégia de desenvolvimento regional que suporta o período de programação do QREN é um dos desígnios

da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e tem merecido particular atenção por parte da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21.

Com efeito é objectivo da CCDR Algarve e em particular do PO ajudar a **dinamizar**, conjuntamente com outras entidades públicas e privadas, **projectos de natureza estruturante com significativo impacto económico na região do Algarve** que poderão vir a ser apoiados através dos instrumentos disponíveis no âmbito do PO.

Só o efeito conjugado de diversas iniciativas planeadas com uma dimensão de relevo mas executadas integradamente, poderão produzir efeitos numa Região onde a dispersão e a reduzida dimensão caracterizam o panorama das empresas não ligadas ao sector do Turismo.

Neste sentido, têm vindo a ser desenvolvidas um conjunto de iniciativas com vista a reforçar e consolidar os conceitos de um parque tecnológico na região, incubadora de empresas, rede de mobilidade eléctrica entre outros.

No que diz respeito ao **parque tecnológico**, agora designado por PTIA, Parque Tecnológico Internacional do Algarve, foi promovido o envolvimento de diversas entidades, através da elaboração e assinatura de um Memorando de entendimento com a Universidade do Algarve, o Município de Faro e a ANA, Aeroportos de Portugal, SA. Esse entendimento deu origem à consolidação da localização preferencial, e a um conjunto de outros pressupostos elencados em relatório utilizado na preparação do necessário Plano de urbanização (PU) para a zona, já em elaboração. Foi ainda desenvolvido um estudo de oportunidades de iniciativas empresariais relacionadas com o Aeroporto desenvolvido pelo parceiro ANA, Aeroportos de Portugal, SA. A Comissão Directiva do PO21, tem acompanhado a evolução destes desenvolvimentos.

Quanto ao alargamento da **rede de mobilidade eléctrica Mobi-e**, promoveu-se o entendimento entre o Gabinete de Apoio à Mobilidade Eléctrica em Portugal, e os diversos municípios do Algarve, tendo-se realizado diversas reuniões de trabalho e divulgação, inclusive com a AMAL, Associação de Municípios do Algarve. Foi, neste âmbito, preparado um Acordo para a Mobilidade eléctrica, a ser assinado entre o Estado e os Municípios. Pretende-se vir a apoiar nomeadamente os diversos PMME, Planos Municipais para a Mobilidade Eléctrica.

Entendeu-se também que a futura existência de um **parque tecnológico** na região será factor determinante para a criação de um **fundo de capital de risco** que promova e dinamize os projectos a instalar no primeiro com efeitos de sinergia mútuos.

A criação de massa crítica que viabilize em particular a implementação do Fundo de capital de risco, obriga a dinamizar e incentivar o aparecimento de, por exemplo, projectos nos sectores das **energias solares** e de **outras energias alternativas**, bem como também os que dizem respeito ao sector estratégico da **mobilidade eléctrica**, quer estejam associados à ampliação da rede Mobi.e já instalada, quer à dos **sectores emergentes** associados, que irão necessariamente surgir com a entrada em funcionamento da nova rede regional de carregamento eléctrico.

Decorrerá também, da implementação do PTIA e constituirá factor crucial de viabilização do projecto, a **criação de centros de investigação** e de formação a sediar no Pólo Tecnológico.

Esta prioridade da entidade que vier a dinamizar o PTIA será também prioridade da UALG reforçando as relações com outros centros de investigação internacional e aprofundando as ligações existentes no âmbito do “cluster do mar”.

Após esta 1ª fase de levantamento e concepção geral, deverão ainda ser desenvolvidos alguns estudos necessários à implementação dos projectos em causa.

Em suma, o PO Algarve 21 poderá ter intervenção não só na preparação dos espaços de acolhimento para as empresas, como no apoio directo a cada empresa que se vier a instalar, através dos Sistemas de Incentivos, como ainda nos instrumentos de capital de risco que impulsionarão o investimento estratégico a desenvolver.

Acompanhamento da execução dos projectos aprovados com visitas aos promotores

A equipa de Sistemas de Incentivos realizou durante o ano de 2010 cerca de 60 visitas de acompanhamento aos projectos aprovados no âmbito do PO Algarve21 – Sistemas de Incentivos.

Estas visitas tiveram como principal objectivo um melhor conhecimento do ponto de situação dos projectos, o esclarecimento de dúvidas e receios por parte dos Promotores, bem como a recomendação de medidas relacionadas com a execução dos projectos.

Desta forma, os promotores ficaram a conhecer o circuito de gestão dos projectos aprovados, os organismos intervenientes e a disponibilidade para apoio por parte da equipa técnica na Região.

Monitorização e reporte:

- Deu-se continuidade à **actualização mensal dos principais indicadores financeiros do Programa** no site www.ccdr-alg.pt/poalgarve21/. A informação disponibilizada diz respeito à programação financeira, aprovações e execução por Eixo e tipologia de despesa (bem como os respectivos rácios), listagem de operações aprovadas por Eixo, Área de intervenção e tipologia e finalmente o mapa de concursos abertos desde o início do Programa, contendo a respectiva tramitação até à decisão.

Esta informação, que também é distribuída e analisada em cada Comissão Directiva do Programa, faz parte de um conjunto mais amplo de variáveis que são enviadas ao IFDR no Reporte Mensal que por sua vez alimenta o processo de monitorização do QREN cujo responsável é o Observatório.

Apesar de mecanizado, este processo continuou a ser efectuado manualmente.

Tal como tinha sido previsto inicialmente, não foi possível durante o ano de 2010, o envio desta informação através do Sistema de Informação, prevendo-se que isto venha a ocorrer durante o próximo ano. Em Dezembro de 2010 esta informação passou a ser submetida directamente no Sistema de Informação do IFDR.

Trimestralmente, é também reportada a informação material através das várias tipologias de indicadores previstas para o efeito.

No final de Dezembro, iniciou-se um mecanismo de reporte rápido quinzenal (Observatório). Esta monitorização contém valores de aprovações e execução do **PO**.

Contratualização com os Municípios:

No início de 2009 foi efectuado um trabalho de recolha de prioridades dos Municípios pelas Estruturas Técnicas da CCDR e da AMAL (concluído em Fevereiro) em continuidade do trabalho já efectuado com a Rede Escolar no final de 2008. Este trabalho serviu de preparação do pacote de projectos que serviu de base à **contratualização com os Municípios** (contrato assinado em Maio 2009).

Tendo por base o Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto lei nº 74/2008, de 22 de Abril, e pelo Decreto-Lei nº 99/2009, de 28 de Abril, diploma legal que regula a governação do QREN, e as orientações emitidas pela CMC POR, por deliberação

aprovada em 19 de Março de 2008 foi celebrado no dia 06 de Maio de 2009 e ratificado pela CMC POR a 24 de Julho de 2009, o contrato de delegação de competências, sem subvenção global, entre a Autoridade de Gestão e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL). Esta contratualização com a Associação de Municípios abrange toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21 e envolve um montante financeiro de 25 Milhões FEDER.

Após a assinatura de contrato tornava-se necessário proceder a adaptações no Sistema de Informação do **PO** e alterar o Manual de Procedimentos e Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo.

As adaptações do sistema foram efectuadas e no final de 2010 tinham sido transferidos os processos dos projectos contratualizados.

Ao longo do ano 2010 foi efectuada formação estando a validação de despesa a ser efectuada em conjunto com a Autoridade de Gestão e sob a responsabilidade desta. A apreciação de candidaturas é da responsabilidade da Autoridade de Gestão (competência não delegada).

São efectuadas reuniões mensais de ponto de situação das questões que envolvem a contratualização (alterações de regulamentos, esclarecimentos sobre orientações de gestão, níveis de execução, análise da situação das operações em curso, etc).

O processo de revisão dos Manuais e de actualização da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo (DSGC) encontrava-se em curso no final do ano, embora com algum atraso devido à falta de meios do Secretariado Técnico, em particular na área do Controlo Interno, agravada pela absorção quase total de meios, com as tarefas de encerramento do QCA III, até final de Setembro.

O processo de Certificação de Despesas aos serviços da Comissão Europeia, nas áreas da Contratualização, apenas será efectuado com validação de despesas da inteira responsabilidade da AMAL, após a aprovação, pela Autoridade de Auditoria do QREN da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo actualizada, e respectiva credenciação da AMAL para as funções que lhe estão atribuídas. Até lá a responsabilidade da validação de despesas é da Autoridade de Gestão. Prevê-se que durante o 1º semestre de 2011 este processo possa estar concluído.

Manual de Procedimentos / Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo

O Decreto Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégica Nacional, confere às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do Continente, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 46º, as competências para propor regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo PO, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

Os documentos mais relevantes que contém as orientações técnicas do Programa são os seguintes:

Documento	Resumo
Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo – PO Algarve 21	Descreve os sistemas de gestão e controlo criados para o PO Algarve 21 tendo como objectivo ajuizar da sua eficácia.
Manual de Procedimentos – PO Algarve 21	Define o conjunto de regras e procedimentos a observar pelos beneficiários do Programa, desde a instrução das candidaturas ao encerramento das operações, pautando a articulação entre estes e a Autoridade de Gestão.
Manual de Procedimentos –Sistemas de Incentivos QREN	Define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes na rede do sistema de incentivos às empresas do QREN.
Manuais dos Organismos Intermédios – Sistemas de Incentivos	Definem os procedimentos inerentes às funções de cada um dos Organismos Intermédios do Sistema de Incentivos.
Plano de Comunicação do PO Algarve 21	Define a estratégia de comunicação cujos principais objectivos são divulgar, promover, informar e valorizar o PO e a União Europeia.
Manual de Identidade PO Algarve 21	Define normas básicas de utilização da marca Algarve21 e QREN.
Guia de Informação e publicidade para Beneficiários	Define as obrigações de informação e publicidade dos Beneficiários.

No prazo de doze meses a contar da data de aprovação do PO Algarve 21, foi apresentada à Comissão Europeia uma **descrição dos sistemas de gestão e controlo**, abrangendo designadamente os aspectos relativos à organização e aos procedimentos:

- Das autoridades de gestão e de certificação e dos organismos intermédios;
- Da autoridade de auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade.

Esta descrição foi acompanhada de um relatório, elaborado pela autoridade de auditoria (Inspeção Geral de Finanças) do qual constaram os resultados da avaliação dos sistemas

criados e que dava parecer quanto à sua conformidade. Em resultado do exame efectuado na altura à descrição dos sistemas de gestão e controlo do PO Algarve 21, a Inspeção-Geral de Finanças concluiu que os sistemas estabelecidos respeitavam os requisitos aplicáveis, tendo emitido um parecer sem reservas.

O Relatório e Parecer emitidos pela Inspeção-Geral de Finanças sobre a conformidade do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional Algarve 21 foram transmitidos à Comissão Europeia a 10-10-2008, via SFC 2007.

O documento foi revisto em 3 fases:

- Foi efectuada em *Fevereiro 2009* uma primeira versão de resposta aos comentários da Comissão Europeia feitos sobre a versão enviada em *Outubro de 2008*.
- Os comentários da Comissão incidiram sobre questões como: sistema de informação, estrutura de organização dos organismos intermédios, recursos humanos afectos à estrutura, verificações administrativas de gestão, segregação de funções e pista de auditoria.

A Autoridade de Gestão teve estes comentários em consideração e em *Agosto/Setembro 2009* o documento foi revisto com base em indicações superiores, no sentido de seguir o modelo do PO Norte para os PO regionais.

- Foram enviados os últimos elementos solicitados pela IGF em *Dezembro de 2009*, quando terminou o trabalho de transferência de dados do Sistema de Informação do Sistema de Incentivos para o Sistema de Informação do PO Algarve 21.
- O documento final foi enviado para a Comissão Europeia em *Fevereiro de 2010*, após parecer final positivo da IGF. Foi aceite em *Março de 2010*.

No final de 2010, o documento encontrava-se em fase de revisão entre outros, para a actualização e integração das funções da AMAL enquanto entidade intermédia no acompanhamento das operações contratualizadas.

Durante o ano 2008, foi elaborada uma primeira versão do **Manual de Procedimentos** do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (PO Algarve 21), com o objectivo de criar um conjunto de disposições/orientações de gestão e respectivos circuitos, organizados para utilização de todos os intervenientes no processo de análise de candidaturas, decisão de financiamento, acompanhamento, execução e encerramento das operações financiadas em todos os Eixos do Programa à excepção daqueles que se encontram abrangidos pelos regulamentos específicos do Sistema de Incentivos às Empresas – QREN.

Trata-se de documento de carácter normativo directamente subordinado aos Regulamentos Comunitários, ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão e aos Regulamentos Específicos, bem como à legislação nacional e comunitária aplicável, não dispensando o conhecimento e cumprimento do disposto naqueles documentos e diplomas.

O Manual de Procedimentos encontra-se estruturado na óptica do utilizador final (beneficiário), estando a informação organizada de acordo com o percurso expectável das operações. A estrutura aprovada na sua última versão é a seguinte:

- Secção A – Breve Caracterização do PO Algarve 21
- Secção B – Instrução da Candidatura
- Secção C – Decisão de Financiamento
- Secção D – Execução e Acompanhamento
- Secção E – Encerramento da Operação
- Secção F – Certificação de Despesa do Programa
- Secção G – Controlo Interno
- Secção H – Recuperações e Comunicação de Irregularidades
- Secção I – Publicidade e Informação
- Secção J – Avaliação do Programa
- Secção K – Quadros de Monitorização
- Secção L – Quadro Síntese dos Procedimentos
- Secção M – Legislação e Documentação Relevante

Trata-se de um documento dinâmico que deverá ser periodicamente alvo de revisão e actualização em função das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se vão introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Seguindo este princípio, durante o ano 2009, o documento foi todo revisto e completado com a inclusão de formulários e check-list adaptadas. Esta revisão foi efectuada em função de novas orientações de gestão, observações relativas à Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo. A última versão foi aprovada pela Comissão Directiva em Agosto de 2009.

Em 2010 e logo que foi possível disponibilizar-se meios libertados das tarefas de encerramento do QCA III, iniciou-se um novo exercício de revisão, que deveria incluir as alterações do Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão e as novas orientações decorrentes da assinatura dos Memorandos de Entendimento assinado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com implicações em curso ao nível de alterações de

Regulamentos Específicos. Prevê-se concluir este exercício logo que os respectivos processos se encontrem estabilizados.

Como parte integrante do Manual de Procedimentos do PO Algarve 21, foi elaborado o **Manual de Procedimentos - Sistemas de Incentivos QREN**, que pretende garantir a coerência de actuação dos Organismos Intermédios com as Autoridades de Gestão, no que respeita à definição de procedimentos e orientações a executar por cada interveniente da rede de sistema de incentivos visando o completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais e a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

Este manual define os procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes **na rede do sistema de incentivos às empresas do QREN**. Aplica-se aos projectos candidatos ao Sistema de Incentivos do QREN, criados para dar cumprimento às atribuições em matéria de Factores de Competitividade - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização e integrados no Eixo 1 do PO Algarve 21, nos seguintes regulamentos específicos:

- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, que visa intensificar o esforço nacional de I&DT e criar novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação, que visa a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento;
- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, que visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa no mercado global.

A elaboração do presente manual de procedimentos teve por base a proposta apresentada pelo grupo de trabalho, constituído para o efeito por elementos de várias Autoridades de Gestão, cujo trabalho decorreu numa primeira fase a partir de Março 2008 até ao final do ano.

Na sua elaboração foram tidos em consideração os contributos e validações das Autoridade de Gestão do Programa Operacional Factores da Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais pelas Autoridades de Gestão e dos Organismos Intermédios intervenientes.

Durante o ano 2010 foram efectuados ajustamentos a alguns capítulos entretanto introduzidos no Manual de Procedimentos, e que serão alvo de apreciação da Comissão Directiva do PO.

O “**Plano de Comunicação**”, o “**Manual de Identidade**” do PO Algarve 21 e o “**Guia de Informação e Publicidade**” a utilizar pelos beneficiários foram igualmente concluídos e aprovados em 2008.

Supervisão dos Organismos Intermédios (Sistema de Incentivos)

O procedimento contínuo de supervisão das funções delegadas pela Autoridade de Gestão do PO ALGARVE21 nos Organismos Intermédios (OI) associados à gestão dos sistemas de incentivos foi desenvolvido durante o ano de 2010 em várias dimensões ao longo das diferentes fases do ciclo de gestão dos projectos:

- **Dimensão – Controlo do trabalho** desenvolvido pelos OI nas fases de “avaliação e selecção de candidaturas” e de “verificação de despesa”

a) Na fase de **avaliação e selecção de candidaturas**

É controlado o trabalho desenvolvido pelos OI na fase de “avaliação e selecção de candidaturas” utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN. Como exemplo, por solicitação da Unidade Factores de Competitividade foram corrigidos vários pareceres dos OI sobre candidaturas (correção do texto do parecer, correção do montante de incentivo, correção de valores minimis, etc.).

Nesta fase têm também importância, enquanto momentos de troca de impressões com os vários OI, as reuniões de Comissão de Selecção (realizaram-se dez reuniões em 2010).

b) Na fase de **verificação de despesa**

É controlado o trabalho desenvolvido pelos OI na fase de “verificação de despesa” utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN. Como exemplo, no âmbito de Pedidos de Certificação de Despesa à C.E., é efectuado pela Unidade Factores de Competitividade um trabalho de cruzamento e validação de despesas registadas em sistema de informação.

- **Dimensão – Supervisão Geral** através da avaliação periódica da actividade dos OI, da normalização de critérios, orientações técnicas e de gestão e de procedimentos, e ainda da definição e uso de ferramentas informáticas normalizadas.

a) Avaliação periódica da actividade dos OI

A Unidade Factores de Competitividade monitoriza diariamente a actividade dos OI utilizando como principal ferramenta o sistema de informação SiQREN, mas também através de mapas de alerta de incumprimentos e de contactos por e-mail e telefónicos. Como exemplo, é monitorizado o cumprimento de prazos pelos OI (no âmbito de emissão de pareceres, alegações contrárias, ajustes à decisão, reclamações, celebração de contratos, pagamentos, etc.).

b) Normalização de critérios, orientações técnicas e de gestão e de procedimentos

Neste âmbito, a Unidade Factores de Competitividade define o critério regional a pontuar para os projectos, emite Orientações Técnicas e de Gestão (em 2010, foram publicadas duas Orientações Técnicas e cinco Orientações de Gestão) e promove a harmonização de procedimentos entre os vários OI (ao nível da análise de candidaturas, de análise de pedidos de pagamento, etc.)

c) Definição e uso de ferramentas informáticas normalizadas

A Unidade Factores de Competitividade assegura junto dos OI a actualização da ferramenta informática (pedidos de correcção de erros ao nível de incoerências em diferentes módulos, pedidos de dados em falta no sistema de informação, etc.).

Actividades de Controlo Interno

No âmbito da alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº1083/2006 de 11 de Julho a Autoridade de Gestão é responsável pela verificação de que os produtos e os serviços co-financiados foram fornecidos, e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efectuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais.

Conforme descrito no nº2 do artigo 13º do Regulamento (CE) 1828/2006 de 8 de Dezembro as verificações a realizar pelas Autoridade de Gestão, nos termos da alínea b) do artigo 60º do

Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho, incidem sobre os aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, consoante o caso.

A Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do POAlgarve 21 prevê que a **Unidade de Controlo Interno** seja responsável pelas **verificações no local de operações singulares** (*on-the-spot*) a realizar por amostragem, que incidem sobre os aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos.

Para além da realização destas verificações, são ainda acompanhadas as **acções de controlo** realizadas ao PO Algarve 21 por **entidades externas** (Tribunal de Contas Europeu, Comissão Europeia, Autoridade de certificação – IFDR, Autoridade de Auditoria – IGF).

Com a saída do chefe de projecto, em Janeiro de 2009, a equipa da Unidade de Controlo Interno ficou reduzida a apenas 1 técnica, não tendo a mesma sido reforçada, até ao momento.

O envolvimento obrigatório com o encerramento das actividades de controlo do PROALGARVE que ocorreu a tempo inteiro até Setembro/Outubro de 2010, veio limitar fortemente a disponibilidade para as tarefas do PO Algarve 21.

Neste contexto, e de acordo com o conteúdo funcional da Unidade de Controlo Interno, previsto na pág. 15 deste documento, o trabalho desenvolvido, no ano de 2010, incidiu essencialmente nas seguintes actividades:

- **Elaboração do 1.º Plano de Controlo:**

- ❖ Avaliação de risco e definição de procedimentos adequados para a selecção das operações a verificar no local;

Foi elaborado o 1.º Plano de Controlo, com base num universo de operações com despesa elegível acumulada até 31.10.2010. A amostra de operações foi calculada de forma a integrar todas as tipologias de operação, tendo sido estabelecido, para o efeito, um limiar mínimo de esforço de controlo de 10% para as operações financiadas no âmbito do Sistema de Incentivos e de 5% para as restantes operações.

Para determinação das operações a auditar foi efectuada uma grelha de risco com variáveis chave e factores de risco associados.

Assim sendo, foram programadas, para o ano 2011, 19 acções de controlo com a seguinte distribuição por eixo prioritário:

1º Plano de Controlo - Anos 2007-2010

Unidade: Euros

Fundo Estrutural	Universo			Amostra 2007-2010	
	Investimento Elegível Aprovado 31.10.2010	Despesa Elegível Realizada 31.10.2010	Nº de Projectos	Investimento Elegível Aprovado	Nº de Projectos
FEDER	164.233.091	27.413.778	713	62.277.796	19
Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento	110.839.416	10.453.079	121	52.158.667	12
Eixo II - Protecção e Qualificação Ambiental	5.063.425	2.219.597	14	1.520.371	2
Eixo III - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	46.097.705	13.332.615	34	6.846.725	4
Eixo IV - Assistência Técnica	2.232.545	1.408.486	4	1.752.033	1
Total	164.233.091	27.413.778	173	62.277.796	19

b) Preparação do **Caderno de Encargos**:

Na preparação do Plano Anual de Controlo foi efectuada a proposta de Caderno de Encargos até 31/12/2010 e entregue à secção competente para lançamento de concurso.

O caderno de encargos prevê que as auditorias a realizar devem comportar as seguintes vertentes:

- Fase I – Levantamento e análise da informação relativa à entidade beneficiária e à aprovação e execução da candidatura, junto das entidades intervenientes na gestão: Organismos Intermédios e Gestor do POAlgarve 21;
- Fase II – Verificação do processo técnico, financeiro e contabilístico, junto dos Promotores/beneficiários da candidatura.

- Acompanhamento de **auditorias externas** e “*follow up*” das recomendações.

Até ao final de 2010 foram realizadas ao PO Algarve 21 as seguintes auditorias levadas a cabo por entidades externas que foram acompanhadas pela Unidade de Controlo Interno:

a) Auditorias do Tribunal de Contas Nacional

“*Auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN*” (Abril 2009) – Relatório de Auditoria nº50/2009 – 2ª Secção (Dezembro 2009).

- b) Auditorias da Inspecção Geral de Finanças
“Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013 (POAlgarve21)” (Junho 2010) – Relatório nº 2010/1745) - Processo nº2010/12/A2/547 (Dezembro 2010).
- c) Auditorias do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
“Acção de Controlo Prévia ao envio da Declaração de Despesa e Pedido de pagamento à Comissão Europeia” (Outubro 2009) – 1º Pedido de certificação de Despesa do POAlgarve21 – Relatório Final – Informação nº09/00742 (Dezembro 2009).

Foi efectuado igualmente o *“follow up”* às seguintes auditorias já realizadas no Programa:

Auditorias realizadas por entidades externas

Unidade: Euros

Organismo Controlo	Nº Relatório final	Descrição	Data Relatório Final	Consequências Financeiras	Situação das Recomendações(*)
TCN - Tribunal Contas Nacional	Relatório nº50/2009 - 2ª secção Processo nº11/09 AUDIT	Auditoria ao Modelo e Governação e Controlo do Qren – Req. Nº	10-12-2009	-	Em implementação
IGF	Processo nº2010/12/A2/547 Relatório nº 2010/1745)	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do POAlgarve 21. Auditoria englobada na auditoria conjunta "Avaliação do sistema Comum constituído pelo POFC e regionais FEDER"	10.12.2010	n.i.	Aguarda-se conclusão final do relatório após apresentação de elementos adicionais.
IFDR - Unidade certificação	- Inf. IFDR nº09/00742	Acção de Controlo Prévia ao envio de Declaração de Despesas e Pedido Pagamento à Comissão Europeia –1º Pedido de Certificação	29.12.2009	8 829,56	Correcção financeira efectuada. A irregularidade identificada ficou sem efeito (reprogramação na comissão directiva de 16.07.2010). Restantes recomendações satisfeitas.

(*) Nas pág. 60 a 62 deste Relatório encontram-se discriminadas as acções de "follow up" das Auditorias efectuadas ao PO. (n.i) não identificadas

- Sistema Contabilístico da Dívida e comunicação de irregularidades

Procedeu-se à actualização do Sistema Contabilístico de Dívidas (SCD), tendo sido organizado, de acordo com a norma nº02/2008 de 16 de Outubro do IFDR, o sistema de contingência do “registo de Dívidas” com uma rotina de report à Autoridade de Pagamento e de Certificação (IFDR).

Para os montantes indevidamente pagos foram desencadeados os procedimentos de recuperação, em conformidade com a referida norma do Sistema Contabilístico da Dívida.

Não foram detectadas inelegibilidades que se enquadrem no conceito de irregularidade e que fossem susceptíveis de comunicação de irregularidades ao OLAF, por não atingirem o limiar de comunicação estabelecido no artigo 36º do Regulamento (CE) nº 1828/2006 de 8 de Dezembro.

Flexibilidade inter fundos – Despesas FSE

Para utilização da **flexibilidade inter-fundos** prevista nos Regulamentos Comunitários, foi publicado o Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional que estabelece que sejam apoiados os projectos que, conjuntamente com investimentos em outros domínios, incluam investimentos em formação profissional e sejam susceptíveis de ser apoiados nos eixos prioritários onde está previsto o accionamento de apoios a acções de formação profissional, designadamente no âmbito dos seguintes sistemas de apoios:

- Sistema de Incentivos à Inovação;
- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME;
- Sistema de Apoios à Modernização Administrativa;
- Sistema de Incentivos a Acções Colectivas.

Em relação a esta componente, importa salientar que é assegurado o seu acompanhamento específico ao longo de todo o ciclo de vida dos projectos, que permite obter um apuramento autónomo, dos respectivos níveis de execução, necessário ao controlo da flexibilidade inter-fundos prevista no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Com efeito, logo em sede de candidatura é recolhida a informação própria necessária ao apuramento e aprovação das respectivas despesas elegíveis, de acordo com as regras de elegibilidade estabelecidas, sobre as quais incidem taxas de apoio específicas (designadamente no âmbito dos sistemas de incentivo às empresas), sendo que em sede de acompanhamento e encerramento de projectos serão igualmente recolhidos os dados de execução correspondentes.

Em relação a cada projecto e em qualquer fase do processo, será sempre possível apurar os montantes aprovados e realizados em formação profissional separadamente dos correspondentes valores globais.

A flexibilidade inter-fundos é alvo de monitorização por Eixo prioritário por parte da Autoridade de Gestão através de Pontos de Situação periódicos.

Até ao final de 2010, foram aprovados 10 projectos com despesa FSE, resultando num saldo FEDER disponível de 17.317.541 euros, para utilização na flexibilidade inter-fundos.

Tabela 2.14 – Registo dos montantes FEDER aprovados na flexibilidade inter-fundos

euros				
Nº Projecto	Promotor	Data aprovação	FEDER aprovado	Saldo FEDER
Dotação PO ALGARVE21 na flexibilidade inter-fundos (10%)			17.495.201,60	17.495.201,60
1.998	Garrafeira Soares, S.A.	18-07-2008	52.809,60	17.442.392,00
2.039	Algadata, S.A.	18-07-2008	3.600,00	17.438.792,00
6.674	ALL DOMOTICS SA	30-07-2009	17.058,54	17.421.733,46
7.754	BÖER & SIEBERT, LDA	20-05-2010	2.116,00	17.419.617,46
16.537	GYRAD, LDA	17-09-2010	1.123,84	17.418.493,62
16.643	PRONTIQUEST, LDA	17-09-2010	13.674,40	17.404.819,22
16.670	ALGARESTRADAS, SA	17-09-2010	45.975,82	17.358.843,40
16.694	CANANA & FILHOS, LDA	17-09-2010	37.942,33	17.320.901,07
16.778	CONCEPTEK, SA	17-09-2010	2.560,00	17.318.341,07
16.784	PROJECTO 2, LDA	17-09-2010	800,00	17.317.541,07
TOTAL			177.660,53	17.317.541,07

* prevista no nº 2 do artigo 34º do regulamento (CE) nº 1083/2006.

Até ao momento não há despesa FSE registada, em virtude de estar em elaboração um menu/formulário próprio de pedido de pagamento para inscrição de despesas desta natureza.

Parceria e Subvenções Globais

Durante o ano de 2010, foi dado cumprimento aos preceitos nacionais e comunitários em matéria de parceria, tanto no que respeita à colaboração com as autoridades locais como com a sociedade civil.

Para além da participação dos agentes regionais mais representativos na **Comissão de Acompanhamento** do Programa (autarquias locais, associações empresariais e sindicais, organizações não governamentais) terem tido um papel activo na aprovação dos principais instrumentos operacionais para implementação do Programa, designadamente, regulamentos e critérios de selecção dos projectos, há que realçar a habitual estreita colaboração com a **Associação de Municípios do Algarve/Comissão Intermunicipal de Municípios (AMAL)**.

Com efeito, a AMAL foi consultada com regularidade sobre o processo de programação e implementação do Programa, tendo sido concluído o processo de negociação e contratualização com aquela Associação.

Nos primeiros meses de 2009 estabilizou-se o Plano de Acção associado ao Contrato de Delegação de Competências, para o qual se realizaram reuniões entre a AG, a AMAL e cada um dos Municípios da região, com o objectivo de definir a lista de prioridades nos diferentes domínios a contratualizar.

O contrato de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão e a AMAL, no âmbito do Eixo 2 e 3 do Programa, foi assinado em 6 de Maio de 2009 envolvendo um total de cerca de 25 Milhões de Euros FEDER e abrangendo toda a área geográfica de intervenção do PO Algarve 21. As tipologias previstas são as do Ensino Básico e Pré-escolar, Valorização e Requalificação Ambiental, Gestão Activa de Espaços Protegidos e Mobilidade Territorial.

No âmbito da contratualização são efectuadas reuniões periódicas ao nível técnico para discussão e articulação sobre procedimentos e orientações de interesse comum.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, são funções delegadas nos **Organismos Intermédios** (IAPMEI, TP, AICEP e ADI) as relativas à análise dos projectos, à contratação dos incentivos, ao controlo, ao acompanhamento da execução dos projectos e à interlocução com os promotores.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são desenvolvidas de acordo com a observância dos procedimentos que se encontram previstos no Manual de Procedimentos – Sistemas de Incentivos QREN.

O trabalho técnico desenvolvido pelos Organismos Intermédios em 2010 encontra-se sintetizado na tabela seguinte:

Tabela 2.15 – Trabalho de Parceria desenvolvido pelos Organismos Intermédios (ano 2010)

	IAPMEI	TP	AICEP	ADI
Pareceres emitidos	62	21	16	3
Contratos celebrados com promotores	27	8	10	1
Pedidos de pagamento analisados	40	16	3	1

A parceria com os Organismos Intermédios também se materializou na sua participação como oradores em eventos organizados pelo PO Algarve21, durante o ano 2010:

- Workshop sobre Pagamentos nos Sistemas de Incentivos, realizado em 27 de Abril em Faro (CCDR Algarve)
- Seminário Sistemas de Incentivos QREN, realizado em 19 de Novembro em Faro (EHTA)

No âmbito das parcerias importa ainda fazer referência ao papel do **Centro de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR)**.

De acordo com o previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, compete ao CODR o *“acompanhamento da execução e dos efeitos regionais das políticas públicas e dos respectivos instrumentos de execução no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região, em especial das operações que são objecto de financiamento pelos PO e pelos instrumentos de programação do FEADER e do FEP”*.

As actividades do CODR são exercidas em articulação com o Observatório do QREN e apoiam o exercício de competências da Comissão de Aconselhamento Estratégico do PO Algarve21.

O modelo de governação do QREN define ainda que, as competências de promoção da prossecução das prioridades do QREN, assegurando designadamente a coerência da implementação dos PO no cumprimento da estratégia de desenvolvimento definida, e de elaboração dos relatórios anuais de monitorização estratégica do QREN, da responsabilidade directa do Observatório do QREN, são exercidas em articulação com os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais.

Adicionalmente, o texto dos Programas Operacionais estabelece que os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais serão parte integrante da Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, coordenada pelo Observatório do QREN, e que integra todas as Autoridades de Gestão, o IFDR, I.P. e o IGFSE, I.P., bem como dos Centros de Racionalidade Temática.

A actividade do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Algarve é dinamizada pela CCDR, assegurando esta, a articulação das actividades realizadas pelo CODR com o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo a que se refere o artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 54/2007, de 27 de Abril.

O ano de 2010, marcou a consolidação do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais com o reforço da sua estrutura de recursos humanos, tendo-se iniciado a produção regular de um conjunto significativo de informação de apoio à Decisão Regional e lançado um conjunto de iniciativas de debate sobre temáticas regionais. De realçar nesta dinâmica a continuidade e

reforço das parcerias assumidas no contexto da recolha e tratamento da informação disponibilizada, destacando-se:

- Instituto Nacional de Estatística;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Centro Regional de Segurança Social do Algarve
- Ana, Aeroportos de Portugal, SA – Aeroporto de Faro;
- IMPACTUR, CIITT (Universidade do Algarve);
- CP -Comboios de Portugal;
- Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;
- EVA Transportes, SA;
- EP – Estradas de Portugal, SA;
- InIR – Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, IP
- Secretariado Técnico do POPH
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;
- CCDR Algarve - Organismo Intermédio do POCTEP para o Algarve;
- Estrutura de Apoio do PRODER
- Direcção Geral das Pescas e Aquacultura
- Euroscut, SA
- Eva Transportes, SA
- Banco Alimentar – Algarve
- Direcção Regional de Educação do Algarve
- Direcção Regional de Economia do Algarve
- Área Metropolitana do Algarve
- Câmaras Municipais do Algarve
- Associações Empresariais

A actividade regular do CODR Algarve, desenvolveu-se essencialmente em 2010, nas áreas da **Produção de informação e documentação** mas também no **lançamento de temáticas para o debate regional**.

No que respeita à **Produção de informação e documentação** destacam-se:

- A produção e divulgação de **4 Boletins de Conjuntura**, dois destaques trimestrais (com perto de 1600 downloads e 2200 visualizações em 2010). Assinale-se que o Prof. Adriano Pimpão, foi convidado a analisar o Boletim de Conjuntura enquanto elemento de apoio à monitorização da Região no âmbito da 4ª Comissão de Acompanhamento a 23/06/2010;
- Um Boletim anual de **Conjuntura das Dinâmicas Territoriais**;
- Cálculo de **Indicadores** para o relatório anual do Observatório do PROT, que serviu para alimentar os dois primeiros relatórios de monitorização;
- **Monitorização e relatórios temáticos** de aplicação das políticas públicas, em particular no impacto dos investimentos FEDER;

Relativamente ao **lançamento de temáticas para o debate Regional** foram reforçados durante o ano de 2010, reforçamos os debates em torno de temas pertinentes para a agenda regional no contexto do ciclo de conferências “Café Doglioni”, inserido no **Fórum de Desenvolvimento Regional**. Neste âmbito foram levados a cabo seis iniciativas com os respectivos temas e convidados:

25 de Fevereiro 2010	Debate Emprego e Desemprego	Prof. Alberto Melo, Dr. Oliveira das Neves e António Goulart
28 de Maio 2010	Prós e Contras da Edificação Dispersa	Vários
15 de Junho 2010	Saúde – Motor do Desenvolvimento Regional	Dr. Rui Lourenço
13 de Julho 2010	Modelos, Planos e Instrumentos – Ordenamento do Território	Prof. Jorge Gaspar
8 de Agosto 2010	Revisão dos PDM’s	Prof. Costa Lobo
12 de Outubro 2010	Estratégias e Políticas Publicas para a competitividade no Turismo	Prof. Fernando Perna

- Workshop Competitiv TUR - Vilamoura 28/10/10 - Algarve Tourism Competitiveness

Reunindo Empresários, Associações e Academias Regionais, Nacionais e Internacionais para debater os coaminhos para a competitividade em Turismo. Tendo deste encontro resultado um memorando de identificação de pistas para o apoio à decisão da CCDR Algarve.

- Conferência Internacional Tourism Competiveness on Mature Destinations – Faro 29/10/2010

Seminário aberto à Região, com mais de 110 participantes, tendo como orador convidado o Prof. Larry Dwyer, figura internacionalmente reconhecida como referência para as questões da Competitividade dos Destinos;

Ainda no âmbito da dinâmica do CODR, temos que realçar o apoio ao trabalho desenvolvido em torno do projecto **Algarve Acolhe** e da dinâmica das áreas empresariais e o acompanhamento da **avaliação do contributo do PO Algarve 21 para a competitividade do Turismo na Região**.

A estratégia para 2011 é melhorar e aprofundar as parcerias formais estabelecidas e alargar a rede de discussão e debate dos resultados visíveis com base nos compromissos e execução dos projectos financiados e acompanhar a dinâmica do desempenho da região em termos socioeconómicos e estruturais.

Neste contexto, está previsto no plano nacional de avaliação, o lançamento em 2011 do exercício de avaliação do PO Algarve 21, a acompanhar pelo CODR, e o estreitamento das

redes de contacto e de articulação com os CODR dos restantes PO Regionais e com o Observatório do QREN.

Encontro Anual

Em Novembro de 2010 realizou-se em Lisboa o Encontro Anual de 2010 entre as Autoridades Nacionais do QREN, Autoridades de Gestão e os serviços da Comissão Europeia para acompanhamento das questões relacionadas com a implementação/execução do QREN.

As questões especificamente relacionadas com o PO do Algarve, prendiam-se com a ausência de Certificações de despesa em 2010 e consideram-se ultrapassadas, conforme informação prestada no ponto 2.1.2. deste Relatório.

Os temas abordados foram a execução dos PO, o *overbooking*, a meta N+3, as medidas adoptadas para reforçar a execução, as missões de Auditoria, um ponto de situação do JESSICA e a Avaliação do QREN, entre outros.

Comissão de Acompanhamento

Durante o ano 2010 a Comissão de Acompanhamento do Programa reuniu uma vez, em Faro, no dia 23 de Junho e teve como principais objectivos a análise e aprovação do Relatório de Execução de 2009, a análise do ponto de situação actualizado do Programa e a apresentação do Boletim do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais “Algarve Conjuntura”.





Integrada igualmente nas actividades de acompanhamento, regista-se a reunião efectuada no dia 22 de Junho com a “*desk-officer*” Marika Sandell. Nessa reunião foi efectuado um ponto de situação do PO Algarve 21 e analisadas questões relacionadas com a execução e compromissos do Programa bem como questões de implementação operacional.

A Comissão de Acompanhamento do Programa foi consultada por escrito em 25 de Outubro com o objectivo de apreciar e aprovar os Critérios de Selecção definidos para a Iniciativa JESSICA. A aprovação destes critérios, com data de 2 de Novembro, teve como principal objectivo a operacionalização na região desta Iniciativa.

Esta Comissão foi ainda consultada por escrito em 29 de Outubro, como o objectivo de apreciar e aprovar os Critérios de Selecção das operações da “Rede do 2º e 3º ciclo do ensino básico e escolas básicas integradas”.

Sistemas de Informação

No final de 2007, o PO Algarve desenvolveu em colaboração com o PO Alentejo uma aplicação de contingência para recepção de candidaturas, bem como o respectivo “Guião de apoio ao preenchimento” disponível no nosso site www.ccdr-alg.pt.

Esta aplicação ficou disponível “*on-line*” a partir do início de 2008 ou seja foi utilizada para todos os avisos lançados, excepto para os sistemas de incentivos (Eixo 1), que utilizaram também um formulário “on line” no âmbito do Sistema de Informação gerido pelo PO Factores de Competitividade, o qual é utilizado para a gestão dos Sistemas de Incentivos do QREN em rede com as estruturas dos Programas Operacionais.

Durante o ano 2008 e parte de 2009 foi utilizado o **sistema de contingência** que contou com alguns aperfeiçoamentos decorrentes da evolução das regras e da utilização prática.

Durante o 1º Semestre de 2009, foram igualmente assinados protocolos com a Comissão de Coordenação da Região do Norte e com a Autoridade de Gestão do PO de Valorização do Território no sentido de poder utilizar os desenvolvimentos já efectuados nos respectivos Sistemas de Informação em relação ao Sistema base da Madeira.

Durante o 2º semestre de 2009 procedeu-se à adaptação do sistema em funcionamento no PO Norte à realidade do PO Algarve 21. Esta fase decorreu até à entrada em funcionamento do SI para o exterior e operacionalidade dos módulos que cumprem os requisitos previstos nos Artº 58 a 61 do Reg. (CE) nº 1083 e do Anexo III do Reg. (CE) nº 1828.

Em Setembro/Outubro de 2009 foi recuperado o histórico de todas as candidaturas que até ao momento tinham sido submetidas ao Programa, nas várias fases em que se encontravam.

Em finais de Outubro foi efectuada a primeira certificação de despesa do Programa com transmissão para o IFDR, dentro do Sistema de Informação.

Em Novembro de 2009 entrou em funcionamento para o exterior, o **Sistema de Informação definitivo** do PO Algarve 21 denominado **SIGA.21**, tendo sido substituído o sistema de contingência.

Após a entrada em produção do Front Office SIGA.21 e até ao final do ano foi finalizado o desenvolvimento das interfaces de interoperabilidade com SIQREN e foram efectuados com êxito testes de certificação de despesa incluindo incentivos.

Durante o ano de 2010 foram efectuados desenvolvimentos necessários ao ajustamento do Sistema a algumas especificidades do PO Algarve 21, para permitir uma maior agilização dos procedimentos da Gestão e dos beneficiários, nomeadamente no que diz respeito ao acompanhamento das operações, reprogramações, validações/alertas e procedimentos de contratação, entre outros. Foram igualmente corrigidos erros da aplicação que foram sendo identificados ao longo do ano.

Em Julho realizou-se nas instalações da CCDR uma acção de formação para todos os elementos do Secretariado Técnico do PO, desenvolvida pela empresa responsável pela concepção da aplicação informática.

Em Novembro o Sistema foi implementado na AMAL, como entidade intermédia nos circuitos de validação da despesa, e em Dezembro, após conclusão da recuperação de histórico, foi efectuado um primeiro exercício de certificação incluindo os Sistemas de Incentivos integrado com êxito no SI do IFDR em 28/12. Esta certificação apenas seria enviada aos serviços da Comissão Europeia já em 2011.

O POAlgarve21 utiliza os seguintes sistemas de informação referenciados nos pontos seguintes:

- Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve (SIGA.21)
- Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN-OI (SI QREN)
- Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SIGA – AC)

O Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve21 – SIGA.21 foi arquitectado em dois subsistemas interoperantes:

- SIGA.21.FO: FrontOffice
- SIGA.21.BO: BackOffice

O SIGA.21.FO está publicado num servidor da CCDR-ALGARVE para acesso ao público em geral, tendo por objectivo a captação de candidaturas.

Através deste módulo, os Beneficiários podem submeter candidaturas, pedidos de pagamento de operações aprovadas ou relatórios, consultar o estado de um pedido ou operação a que tenha permissões, produzir extractos, entre outras tarefas.

A vertente operacional do Sistema de Informação de Gestão do PO Algarve 21, o subsistema SIGA.21.BO, tem como objectivo principal implementar e gerir as candidaturas de projectos (gestão e acompanhamento de operações públicas ou equiparadas e operações de incentivo).

O SIGA.21.BO tenta agregar toda a informação relativa a um ciclo de vida de uma operação desde a sua fase de candidatura, permitindo um acompanhamento da execução.

Este sistema compreende mecanismos de *workflow* semi-estruturado e de auditoria que permitem definir mecanismos de segurança no acesso à informação e de rastreabilidade sobre as operações efectuadas no Sistema.

O **Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos QREN-OI-SI QREN** funciona em rede integrando as estruturas de gestão do POFC e dos Programas Regionais. Este Sistema de Informação é gerido pelo POFC e é utilizado pelas Autoridades de Gestão dos PO Regionais para gerir os Sistemas de Incentivos dos respectivos Programas. A Autoridade de Gestão do PO Algarve21 comunica com o Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos através de uma VPN-IP.

Apesar de seguir procedimentos normalizados e utilizar a mesma rede em termos físicos e tecnológicos, encontra-se assegurada a segregação de informação relativa a cada PO. A informação por PO relativa aos Sistemas de Incentivos às empresas é disponibilizada à respectiva Autoridade de Gestão que a integra nos respectivos sistemas de informação que incluem informação relativa a outros instrumentos de apoio de cada programa.

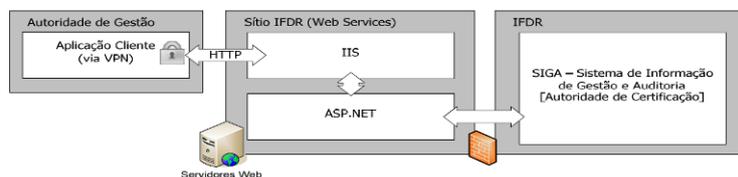
Sem detrimento da interoperabilidade e da passagem de dados mantém-se o acesso da Autoridade de Gestão do PO Algarve 21 ao Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, através de um login e password, sendo que este acesso lhe permite um acompanhamento de todas as fases do ciclo de vida dos projectos.

O modelo de **Sistema de Gestão e Auditoria da Autoridade de Certificação FEDER/Fundo de Coesão (SIGA AC)** corresponde a um plano vertical do Sistema de Informação do QREN e pretende corresponder às funcionalidades de certificação, pagamento, controlo e auditoria.

O SIGA-AC cumpre as exigências quanto à comunicação com o sistema de informação da Comissão Europeia – SFC2007. Assim, sempre que possível, a informação circulante em SIGA-AC tem uma agregação ao nível do eixo prioritário do PO.

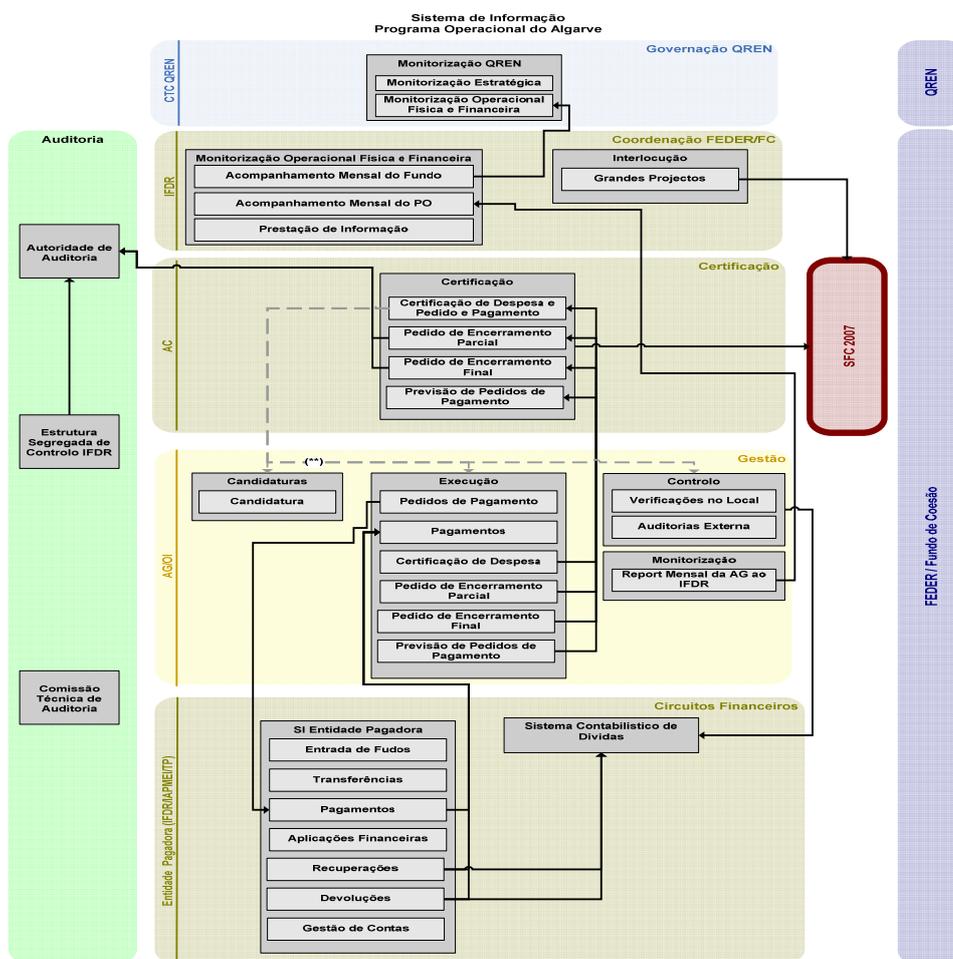
Outro aspecto importante que caracteriza o SIGA-AC releva da segregação clara das funções da Entidade Pagadora FEDER/FC (neste caso, o IFDR). Em conformidade, o modelo prevê a existência de uma área específica para a mesma, com a preocupação de segregação clara entre as funções da Autoridade de Certificação e as funções de gestão de recebimentos e pagamentos da Entidade Pagadora.

Na imagem seguinte pretende-se ilustrar de uma forma generalizada as principais componentes aplicacionais e características que suportam a solução de comunicação com a Autoridade de Certificação:



Os pedidos de certificação de despesa, bem como os pedidos de previsão de pagamento, pedidos de encerramento parcial e final, serão apresentados à Autoridade de Certificação, através de *webservices* publicados pelo IFDR cujo o acesso será realizado via “VPN IPsec”, no âmbito do Sistema de Informação da Autoridade de Certificação (SI FEDER/FC). Este serviço permite à Autoridade de Gestão registar e enviar os pedidos de certificação de despesas e respectivos anexos normalizados para o SI FEDER/FC.

Abaixo segue fluxograma dos Sistemas de Informação:



Legenda:
(*) - Neste fluxograma não se encontram espelhados os acessos para consulta
(**) - AC assinala verificações efectuadas no SI AG

2.7.2 Avaliação

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais e de Coesão (Regulamento n.º 1083/2006 de 11 de Julho) define como objectivo geral da avaliação o de “melhorar a qualidade, eficácia e a coerência da intervenção dos Fundos e a estratégia e execução dos programas operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros e as regiões em causa, tendo em conta o objectivo do desenvolvimento sustentável e a legislação comunitária pertinente em matéria de impacto ambiental e de avaliação ambiental estratégica”.

O que difere, em matéria de concepção geral da avaliação, neste actual quadro de programação relativamente aos anteriores, tem essencialmente que ver com uma perspectiva mais flexível do modelo de avaliação. Assim, em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido *à priori* – consubstanciado no período 2000-2006, num exercício muito abrangente e complexo, relativamente estandardizado de avaliação intercalar de todos os Programas Operacionais – o Regulamento aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Com esse objectivo foi constituído um grupo “Rede de Avaliação do QREN 2007-2013”, composto pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes das Autoridades de Certificação e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais.

Dando sequência ao trabalho desenvolvido nos anos 2008 e 2009, a **REDE de AVALIAÇÃO DO QREN 2007-2013**, durante o ano 2010, realizou quatro reuniões:

Reunião	Data	Assunto /Ordem de trabalho
7.ª Reunião da Rede	26-01-2010	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação das conclusões preliminares do Estudo de Avaliação Global do QREN• Ponto de situação os Indicadores Físicos e de Avaliação Estratégica Ambiental do QREN (estabilização de conceitos, e prazos)• Ponto de situação da implementação dos Planos de Avaliação
8.ª Reunião da Rede	21-04-2010	<ul style="list-style-type: none">• Indicadores Comuns Comunitários – preparação de propostas de metas• Monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica – ponto de situação

9.ª Reunião da Rede	05-07-2010	<ul style="list-style-type: none">• Ponto de situação de implementação do PGA e dos PO (procedimentos, metodologias e síntese dos principais resultados e conclusões dos exercícios já terminados)• Follow-up das avaliações concluídas ou em fase de conclusão• Reflexão sobre a preparação do próximo ciclo de avaliações intercalares
10.ª Reunião da Rede	13-10-2010	<ul style="list-style-type: none">• Análise do 1º ciclo de avaliações do QREN e dos PO – principais resultados e recomendações• Proposta de documento de orientações para o follow-up das avaliações• Resultados dos questionários aplicados aos membros dos Grupos de Acompanhamento• Apresentação dos primeiros resultados de avaliação do impacto Macroeconómico do QREN• Ponto de situação da implementação do PGA e sua actualização para o ano 2011-02-22 Proposta de documento de orientações para o próximo ciclo de avaliações intercalares do QREN e dos PO

Para além destas reuniões, houve ainda uma reunião técnica para estabilização do conteúdo dos Indicadores Comuns Nacionais e de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade, que se realizou no dia 1 de Fevereiro.

Em Novembro, foi entregue uma revisão/actualização do Plano de Avaliação do Algarve (aprovado em 23/12/2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais e posteriormente actualizado a 20 de Novembro de 2009).

Esta revisão é fundamentada nas seguintes razões:

- ❖ Crise financeira e alterações subsequentes nas condições sócio-económicas da Região que determinaram um atraso visível na execução do Programa, generalizadas também na maioria dos PO do QREN.
- ❖ Alterações ao Reg. (CE) nº 1083/2006 DE 11 de Julho, através do Reg. (UE) nº 539/2010 de 16 de Junho, motivados pelo reconhecimento da gravidade da crise financeira e económica instalada, as quais apontavam para uma maior flexibilidade nalguns procedimentos em particular os referentes ao artigo nº48, nº 3.

O calendário de avaliações proposto nesta revisão do Plano para o PO Algarve 21 é o seguinte:

DESIGNAÇÃO	INCIDÊNCIA	PRINCIPAIS OBJECTIVOS E FINALIDADES	LANÇAMENTO DO PROCEDIMENTO	CONCLUSÃO DO ESTUDO
Avaliações da operacionalização dos PO no Contexto da Estratégia do QREN (2007-2008)	PO/Fundo	<p>Avaliar o modo de operacionalização dos PO's na prossecução das prioridades estratégicas do QREN. Conteúdos específicos a definir em função das necessidades de cada PO/Fundo.</p> <p>Esta avaliação no caso do Algarve concretizou-se através do documento “Modelo Institucional do PO Algarve 21 – Contributos para uma Avaliação”.</p> <p>A Gestão do PO Algarve 21 integrou o exercício de avaliação efectuado pelo IFDR tendo, os respectivos contributos sido integrados na avaliação desenvolvida pelo IFDR no que respeita a questões de avaliação comuns</p>	Agosto 2007	Julho 2009
Avaliação Intercalar dos Programas Operacionais (2007-2010)	PO	Avaliar a performance e o impacte dos PO a meio do seu período de vigência, tendo em vista sobretudo eventuais necessidades de reprogramação no interior de cada PO	Final do 3º Trimestre de 2011	Julho de 2012
Avaliação Temática do Sector Turismo “Competitivetur”	PO / Sector Turismo	Avaliar a performance e o impacte do PO no Sector do Turismo na Região	Dez. 2009	Dez. 2011

As principais conclusões do “Estudo de Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão” desenvolvida pelo IFDR são as seguintes:

- a) Revisão global do modelo regulamentar vigente, de forma a uniformizar a sua estrutura, definindo claramente qual o papel e o conteúdo de cada instrumento regulamentador (R1 Regulamento Geral; Regulamentos Específicos; Avisos);
- b) Simplificação do modelo regulamentar através da transferência de um conjunto de normas de natureza horizontal dos actuais Regulamentos Específicos para o Regulamento Geral, conduzindo a maior uniformização dos conceitos e normativos aplicáveis, sempre que tal se justifique;
- c) Reforço da estabilidade/previsibilidade do modelo regulamentar através da determinação clara no Regulamento Geral de quais as matérias que poderão ser ajustadas por Regulamento Específico e quais as que serão objecto de adaptação em sede de Aviso;
- d) Revisão dos Critérios de Selecção, no sentido de os adequar melhor aos objectivos dos Programas Operacionais. Ao nível da harmonização, evidenciaram-se disparidades na estrutura dos Critérios de Selecção, bem como quanto à sua qualidade e objectividade. Neste contexto, a equipa de avaliação recomendou a diferenciação, por Programa Operacional, dos Critérios de Selecção em cada Regulamento, sempre que se justifique. Os subcritérios de selecção e as respectivas ponderações não deverão ser inseridos no texto ou nos anexos dos Regulamentos Específicos, garantindo-se assim a flexibilidade da gestão dos Programas ao longo do tempo, constituindo os Avisos, a sede apropriada para tal publicitação;
- e) Ponderação das modalidades de selecção de candidaturas, em particular da modalidade concursal, num conjunto significativo de casos em que outras soluções parecem mais adequadas. (1. Contratualização com entidades públicas de âmbito sub-regional; 2. Regiões com base económica débil incapazes de gerar uma verdadeira concorrência entre projectos em determinado domínio de intervenção; e 3. Escassez de dotações financeiras, o que pode justificar a preferência por investimentos estruturantes indispensáveis ao desenvolvimento do território). No caso das Assistências Técnicas recomenda-se uma flexibilização do modelo, com a passagem à apresentação de candidaturas em contínuo;

- f) Ponderação de diversas questões ligadas à elaboração dos regulamentos Específicos e à relação entre eles (fusões, cisões, sobreposições, lacunas, fronteiras ou sobreposições com outros fundos). Linhas divisórias mal definidas (Equipamentos Desportivos, Ambiente e Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos). Sobreposições FEADER e Fundo Social Europeu (sobretudo no caso de equipamentos colectivos de natureza social);
- g) Garantia da razoabilidade dos prazos de tramitação processual, bem como do seu cumprimento por parte das entidades decisoras. (1. A determinação de prazos para a emissão de pareceres sectoriais e a atribuição de pontuações aos projectos (nos casos em que tal está previsto). 2. Um melhor planeamento das publicações dos Avisos e das datas limites para apresentação dos projectos; 3. A revisão dos prazos de decisão sendo que os 90 dias parecem um período razoável para decisão);
- h) Promoção em articulação com as Entidades Gestoras, de acções de formação aprofundadas, focalizadas em áreas sensíveis da implementação dos Fundos Estruturais e de Coesão, e concentração, num centro de excelência, dos conhecimentos necessários à gestão do FEDER e FC. Casos identificados no Estado: entidades – Autoridades de Gestão e Comunidades Intermunicipais – e áreas temáticas a privilegiar, sobretudo, contratação pública, ambiente e análise e gestão de projectos);
- i) Revisão das condições de admissibilidade e aceitabilidade tanto das operações como dos beneficiários e à forma de designação das categorias de beneficiários nos diversos Regulamentos Específicos, de modo a obter uma maior harmonização entre si, na sequência do trabalho efectuado no quadro da Avaliação;
- j) Valorização formal da regulamentação do QREN – FEDER e Fundo de Coesão. A Equipa propõe elevar o Regulamento Geral a condição de Decreto-lei, passando a Regulamentos Específicos a Portarias dele emanadas.

Relativamente à avaliação temática – **“Competitive tur”** – o objectivo deste exercício é identificar o contributo que cada uma das áreas de intervenção do PO Algarve 21 pode ter na competitividade do Turismo e seleccionar uma bateria de indicadores que nos permita avaliar o desempenho dos projectos aprovados em cada uma delas. A avaliação global deste trabalho, irá permitir no final do exercício de programação, medir o impacto do PO Algarve 21 na eventual melhoria de competitividade da Região com as outras Regiões Nacionais e face às restantes Regiões do Mediterrâneo.

No conjunto dos exercícios de avaliação previstos no Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, decorreu durante o ano de 2010, o estudo de Avaliação da “Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos ao Investimento Empresarial” no contexto da Agenda Factores de Competitividade do QREN, desenvolvido pela empresa Augusto Mateus & Associados. Durante o ano de 2010 foi apresentado o relatório inicial (metodológico), realizados inquéritos e entrevistas, preparados os estudos de caso e desenvolvido o relatório final preliminar.

2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica - Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do PO Algarve 21

A Monitorização Ambiental Estratégica

No âmbito do relatório de execução relativo a 2009 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO - e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PO Algarve 21, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações inscritas no Relatório Ambiental da AAE¹⁷.

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2009, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE¹⁸.

A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efectuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no website daquela instituição.

¹⁷ A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

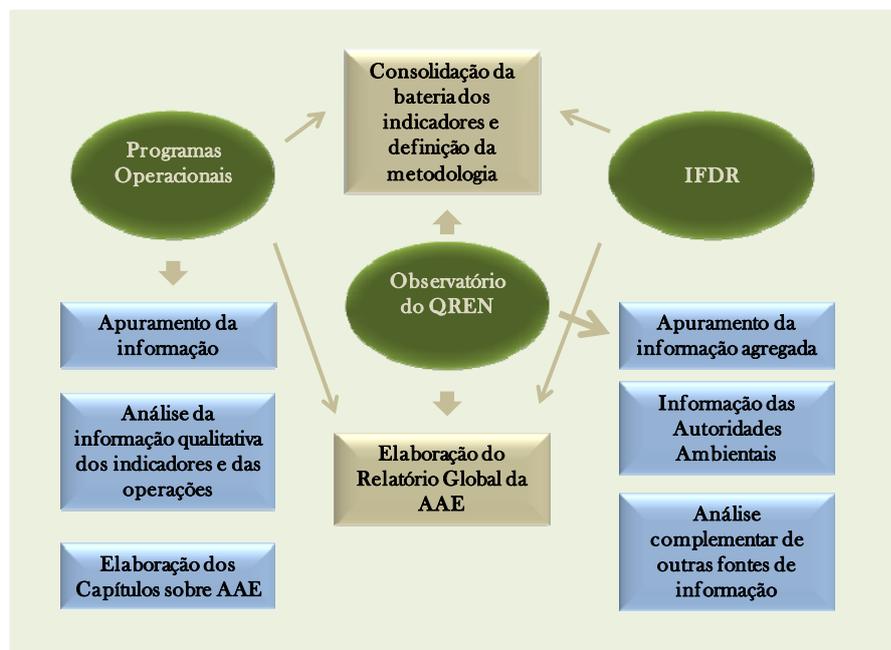
¹⁸ De acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objecto de divulgação pública.

Consolidação do Sistema de Monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

No reporte referente a 2009 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos¹⁹. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação

¹⁹ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado no ano passado, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projectos Apoiados e a Afectação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será actualizado em 2013 e 2014);
- O estudo contribuirá para:
 - identificar as alterações de uso do solo directamente induzidas pelos projectos apoiados;
 - identificar a contribuição do PO para os seguintes objectivos estratégicos²⁰ estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:
 - Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
 - Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
 - Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projectos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projectos apoiados; intensidade de materiais dos projectos apoiados; padrão de consumo de energia dos projectos apoiados; intensidade energética dos projectos apoiados; padrão de consumo de água dos projectos apoiados.

A integração do ambiente nas actividades de gestão e a aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do Programa Operacional Regional Algarve 21

A integração de considerações ambientais no PO Algarve 21 não se limitou à fase de programação, através da realização de uma avaliação ambiental estratégica pormenorizada. A AG do PO Algarve 21, em linha com o trabalho iniciado no final do QCA III²¹, considerou o

²⁰ A prossecução destes objectivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

²¹ A CCDR Algarve foi a primeira e única Região do País a criar um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS), que criando e mantendo um sistema operacional de monitorização do desempenho ambiental da região (com 130 indicadores) e que funciona como uma ferramenta de apoio à decisão. (<https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/>)

ambiente como um importante pilar da sua actividade de gestão, e como factor de competitividade regional, realizando processos de seguimento da Avaliação Ambiental Estratégica e recorrendo a mecanismos e ferramentas cujo principal objectivo é o de garantir um nível de protecção ambiental superior ao que teria sido alcançado na sua ausência.

Estes mecanismos e ferramentas consubstanciam-se em instrumentos sistematizadores de cumprimento das exigências comunitárias e nacionais no domínio ambiental, num envolvimento, sempre que necessário, das autoridades ambientais no processo de avaliação de admissibilidade e de mérito de operações submetidas no âmbito de áreas-chave da intervenção directa no ambiente e na incorporação de critérios e ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

Mecanismos de gestão com o envolvimento de autoridades ambientais

A parceria com as Autoridades Ambientais encontra-se activa desde a fase de elaboração dos Regulamentos Específicos. Salienta-se a este respeito, a participação das Autoridades Ambientais na determinação dos critérios de elegibilidade e de selecção de projectos inscritos nos Regulamentos Específicos na fase da sua elaboração.

Esta parceria não assumiu, no entanto, uma formalização expressa no caso do PO Algarve 21. Sempre que necessário, nomeadamente na fase de análise de candidaturas, foram envolvidos técnicos da CCDR Algarve e ARH Algarve especializados no domínio do Ambiente e Ordenamento do Território. Deste modo, a AG do PO não desenvolveu parcerias mais formais, uma vez que usufruiu dos conhecimentos de especialistas “in-house”, ao nível da entidade de acolhimento do Programa, a CCDR Algarve.

Na gestão do PO tem sido também desenvolvido um esforço importante na adopção de instrumentos e práticas ambientais voluntárias por parte dos proponentes de candidaturas nos seus restantes domínios de intervenção, designadamente a adopção de Sistemas de Gestão Ambiental e/ou métodos de Construção Sustentável, ou pela introdução de componentes de produção de energias renováveis como factores de valorização dos seus projectos.

Apresentação da incorporação de critérios/ponderações ambientais em sede de regulamentos específicos e/ou avisos.

A AG do PO Algarve 21 aplica um conjunto de mecanismos que incorporam, em diversas fases do ciclo da vida das operações, medidas que garantem o cumprimento da legislação de carácter

ambiental, bem como medidas que elevam o nível de protecção ambiental das operações apoiadas por este PO.

No que respeita à fase de selecção das operações, e num nível mais abrangente, o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão prevê, como uma das obrigações dos beneficiários que concorrem aos Programas Operacionais do QREN, o cumprimento das normas comunitárias e nacionais em matéria de ambiente, de forma a salvaguardar de uma forma rigorosa e generalizada a observância das mesmas. Num nível mais particular, os **Regulamentos Específicos** de cada área de intervenção em que o PO Algarve 21 intervém, incorporam um conjunto de critérios de carácter ambiental que visam constituir um enfoque mais reforçado, por tipologia de operações, de ponderações ambientais mais restritivas.

Numa análise mais específica, e tendo em conta cada área de intervenção em concreto, foram integradas nos Regulamentos Específicos, ponderações mais limitativas de cariz ambiental, das quais se destacam as seguintes:

- **Aplicação de critérios na selectividade das candidaturas (exemplos.):**
 - Prosseguir objectivos de valorização e requalificação das áreas litorais (*Acções de Valorização do Litoral*);
 - Valorizar acções previstas em documentos estratégicos de enquadramento ambiental (*Acções de Valorização e Qualificação Ambiental*);
 - Valorizar as que demonstrem ganhos ambientais e de sustentabilidade e contribuição para uma redução de dependência energética (*Mobilidade Territorial*);

- **Apresentação de pareceres de entidades com responsabilidade em matérias ambientais:**
 - Parecer da Estrutura de Apoio e Coordenação do Documento de Enquadramento Estratégico (DEE).

- **Demonstração de enquadramento específico e do cumprimento de normas específicas nacionais:**
 - Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e nos documentos produzidos pelo Grupo de Coordenação Estratégica para o Litoral (*Acções de Valorização do Litoral*);
 - PDM – Planos Directores Municipais (*todos os regulamentos no que respeita a acções materiais*);

- PERSU II (*Optimização da Gestão de Resíduos*).

➤ **Utilização das melhores práticas ambientais**

- Usando as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD)/Best Available Techniques (BAT) publicados pelo European Integrated Pollution Prevention and Control Bureau (European IPPC Bureau) (OGR, EXT).

Para além de critérios exigidos ao nível dos Regulamentos Específicos, são igualmente fonte de normas de carácter ambiental, o disposto ao nível dos **avisos de abertura de concursos**, que para além de enumerarem os critérios de selecção já apresentados nos Regulamentos a aplicar nas candidaturas, fornecem conforme as tipologias de intervenção, diferentes ponderações a que os mesmos são sujeitos para a sua classificação final.

Neste contexto, e com aplicação na fase de análise das candidaturas e com um maior enfoque na verificação física e documental no local, existe uma **check-list** que respeita a mecanismos de controlo do domínio ambiental. Esta *check-list* será utilizada igualmente nos controlos *expost*.

Durante o ano 2010, foram efectuadas reuniões com os sectores envolvidos (Ambiente e Ordenamento do Território) para articular e melhorar a metodologia na fase de instrução das candidaturas e de acompanhamento no local.

Este mecanismo permite uma sistematização de todas as verificações necessárias efectuar para salvaguardar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente na qual são verificadas, para além de aspectos já referidos, a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração de Impacto Ambiental ou Declaração da Autoridade competente em matéria de Avaliação de Impacte Ambiental que confirme ou não o seu enquadramento;
- Apresentação dos documentos que comprovem os licenciamentos e autorizações ambientais necessários no que respeita à fase em que se encontra a candidatura, sendo que a montante o cumprimento da legislação em matéria ambiental se encontra salvaguardado pelas autoridades competentes no decorrer da preparação da candidatura ao Programa.

Sempre que estes mecanismos sejam considerados insuficientes são desencadeadas consultas e pedidos de parecer às entidades competentes.

Em termos de mecanismos de gestão tendentes a assegurar o cumprimento das regras ambientais e de ordenamento do território, os **Sistemas de Incentivos** estabelecem procedimentos verificados pelos Organismos Intermédios em sede de admissibilidade dos projectos. Em sede de candidatura, os promotores dos projectos de investimento enquadrados no sector do Turismo terão que demonstrar que os seus projectos de arquitectura estão previamente aprovados pelos organismos competentes, nomeadamente pelos Municípios e, obviamente, pelo Turismo de Portugal, IP. Já no caso dos restantes sectores, o IAPMEI, em termos de admissibilidade, obriga os promotores a comprovarem o licenciamento dos projectos, ou em alternativa a entrega na Direcção Geral da Economia de todos os requerimentos de licenciamento necessários para o efeito.

Na fase do acompanhamento das operações, são assim evidentes as recomendações formuladas no âmbito das questões ambientais.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental.

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica:

1. Aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO Algarve 21;
2. Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO Algarve 21 é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objectivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíssem, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO Algarve nos mencionados objectivos estratégicos.

1. Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do PO Algarve 21

O PO Algarve 21 integra nos seus objectivos estratégicos as preocupações da Política Comunitária no domínio do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, visível em particular no **Eixo 2 – Protecção e Valorização Ambiental**, através de um conjunto de regulamentos

dirigidos à protecção à biodiversidade, à protecção de zonas ambientalmente sensíveis e à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

No entanto, uma leitura mais atenta da formulação estratégica do Plano mostra uma preocupação com a componente ambiental transversal aos outros dois eixos do PO. Esta abordagem centra-se na assumpção de que, numa região fortemente dependente da actividade turística, o desempenho da competitividade regional, passa inevitavelmente pela excelência e qualidade dos recursos ambientais. Para atingir este pressuposto, seria fundamental a capacidade de mobilizar os restantes sectores de actividade para esse objectivo. Esta preocupação materializou-se na definição de algumas tipologias na área Ambiental e nos requisitos de majoração ao nível das candidaturas de projectos. Como exemplo destacam-se: O estabelecimento de tipologias de investimento específicas no SI QPME e no Sistema de Apoio às Acções Colectivas (SIAC) nos domínios do Ambiente e da diversificação e eficiência energéticas; ou em alguns dos Regulamentos Específicos, nomeadamente a Rede de Equipamentos Culturais, Mobilidade Territorial ou Parcerias para a Regeneração Urbana, onde a metodologia de apuramento do mérito dos projectos prevê critérios ou subcritérios que valorizem a problemática da eficiência energética ou o desenvolvimento sustentável.

No que respeita aos projectos aprovados **até final de 2010** e tendo presente a relação estabelecida entre os objectivos estratégicos definidos em AAE e os indicadores para a mensurabilidade dos resultados esperados com concretização dessas operações, apresentamos, de seguida, algumas conclusões em matéria de desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do Programa.

O contributo do PO Algarve 21 para o objectivo **“Promover a Transparência, Participação, Responsabilidade, Eficácia e Coerência dos Serviços Públicos”** resulta de 3 projectos de *“lojas de cidadãos/centros multi-serviços”*, com contrato celebrado no final de 2010, e é avaliado através do indicador *“População servida”*, 74.000 habitantes. Os projectos de modernização dos serviços públicos, autarquias e serviços regionais, permitirão aumentar em 35 os *“serviços on-line orientados para as empresas”*.

A prossecução do Objectivo Estratégico **“Garantir a Universalidade no Acesso e Melhorar as Condições do Ensino”**, na vertente de ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar constitui um dos domínios de particular responsabilidade do PO Algarve 21, que com as 17 escolas contratadas, abrange 5.583 alunos desses níveis de ensino. Com estes projectos o PO Algarve 21 contribui igualmente para a **“Redução da Pobreza e Promoção da Equidade, Igualdade de Oportunidades e da Coesão Social”**. Para este objectivo Estratégico

é também relevante o contributo do PO Algarve 21 nas suas intervenções de Regeneração Urbana (3 Programas de Acção aprovados com 24 Operações contratadas).

O indicador “*população beneficiada por intervenções de regeneração urbana apoiadas*”, traduz o contributo do PO Algarve 21 para a “**Promoção da Melhoria da Qualidade do Ambiente Urbano**” abrange 10 185 pessoas das 3 cidades da Região com Programas de Acção aprovados no final de 2009.

Para atingir o objectivo “**Reforçar a Competitividade Territorial**” o PO Algarve 21 concorre com duas estratégias de eficiência colectiva – PROVERE, 2 Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação e 3 Parcerias para a Regeneração Urbana, no âmbito das quais se encontram 21 operações contratadas.

O objectivo estratégico “**Limitar o Crescimento de GEE**”, aferido através do indicador relativo às “*Emissões de GEE dos projectos apoiados*” (estimativas de redução) é aplicável exclusivamente aos grandes projectos. No caso do PO Algarve 21 não é aplicável.

O Eixo 2 do PO Algarve 21 prevê o financiamento de projectos no domínio do **Estímulo à redução, reutilização, e reciclagem de resíduos sólidos urbanos**. O cumprimento das Metas de Redução da Deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em Aterro é avaliado através dos indicadores relativos à “*quantidade total de RUB valorizada organicamente nos projectos apoiados*” e à “*variação na taxa de desvio de RUB para aterro*”. Até final de 2010 não estavam projectos contratados nesta tipologia.

O PO Algarve 21, no seu **Eixo 2**, apoia projectos noutros domínios ambientais, dos quais destacamos:

- **Intervenções em Áreas Classificadas e Biodiversidade:** com 4 projectos aprovados que abrangem 87,87 hectares, 0,2% das áreas sensíveis da Região. Trata-se de intervenções que concorrem para o objectivo “**Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas**”²²;
- **Reabilitação de locais contaminados,** concorre para o objectivo estratégico “**Controlar o Risco de Contaminação do Solo e Recuperar os Passivos Ambientais**” e será avaliado através do indicador “*Área reabilitada (em km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)*” abrangida por

²² Foram apenas consideradas as “Áreas protegidas” (43 663 ha no Algarve – 8,7% do território)

- acções de reabilitação e descontaminação ambiental. Até final de 2010 esta tipologia teve intervenção em 6 km²;
- A **“Redução do Risco de Erosão Costeira”** é concretizada, fundamentalmente, através de operações de regeneração dunar, com estruturas de engorda dunar e plantações de espécies autóctones, e caminhos de madeira sobrelevados e de reforço e valorização de falésias com requalificação na sua envolvente (1 projecto aprovado até final de 2010 com área de 4 ha). Destaca-se aqui o papel do Fundo de Coesão que através do POVT tem apoiado este tipo de iniciativas na Região.

No âmbito da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais, destaca-se também o contributo do PO Algarve 21 para o objectivo estratégico **“Minimizar os Danos Decorrentes de Efeitos Extremos Climáticos”**, medido através do indicador população abrangida pelos planos de emergência de protecção civil. No caso do PO Algarve 21 em 2010, foi aberto 1 concurso neste âmbito (até ao final de 2010 apenas foi contratado um projecto que prevê a aquisição de equipamentos de comunicação e apoio à decisão, para servir todo o Algarve).

Destacamos ainda com particular relevo o papel da Área de Intervenção: **“Monitorização, informação e promoção ambiental e eficiência energética”**, que não obstante a incapacidade de meios para grandes intervenções, procura ter forte dinâmica demonstrativa em projectos de eficiência energética e na implementação das Agendas Locais 21 nas autarquias do Algarve. Relativamente ao primeiro caso, foi aberto 1 concurso directamente relacionado com esta temática até final do ano 2010 (tipologia de operação: Energia, destinado a IPSS). Destaque-se neste âmbito a legislação (DL 78/2006) que prevê a obrigatoriedade de certificação energética dos edifícios. Estima-se que o efeito destas políticas comece a sentir-se durante o ano 2011, com a aprovação e execução das operações deste concurso (Energia). No caso da implementação das Agendas Locais 21 mantém-se uma aprovação no âmbito do concurso “Acções de Valorização Ambiental”.

2. Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o

objectivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

A Autoridade de Gestão do PO Algarve 21, e para as recomendações de carácter geral e que constam da Agenda da Valorização do Território, atribuiu uma atenção particular a esta matéria, prestando a informação recolhida ao nível das candidaturas apresentadas, e das operações contratadas até final de Dezembro de 2010 (quando aplicável).

Recomendações Gerais

Recomendação (R1): *Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos*

Todos os Regulamentos aplicados no PO Algarve 21 prevêm a verificação do cumprimento, em sede de apreciação de candidaturas, da legislação ambiental e de ordenamento do território. A verificação é registada nas ferramentas de análise de admissibilidade, técnico e de mérito (quando aplicável) e está prevista até à fase de encerramento das operações.

A aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados em cerca de 36,4% das candidaturas aprovadas.

Recomendação (R2): *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos*

As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 75% do total elegível, incluem 124 operações constituindo 63,6% do número de operações aprovadas e 24,4% do valor total de investimento. Encontram-se neste grupo projectos relativos a prevenção e minimização de riscos, estudos e planos, operações de demonstração e promoção, bem como acções de monitorização ambiental e de protecção de espaços protegidos, modernização administrativa, incentivos às empresas (I&DT e QPME), assistência técnica, entre outros.

Recomendação (R7): *Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas*

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adopção de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de protecção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 milhões de Euros.

Nesta perspectiva, os investimentos em infra-estruturas com construção sustentável ou gestão ambiental, não foram aqui considerados por não atingirem este montante.

Recomendação (R8): *As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem*

Os dois indicadores que sustentam esta recomendação visam quantificar por um lado, todas as operações que promovem em exclusivo acções destinadas à divulgação, comunicação e formação ambiental que foram apoiadas pelo Programa, e por outro lado, a totalidade dos cidadãos que beneficiaram das mesmas. As operações seleccionadas dizem respeito a projectos de valorização e qualificação ambiental e de acções de valorização do litoral.

Foram financiadas 44 acções abrangendo 434 023 pessoas (população residente na Região).

Recomendação (R9): *Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa.*

Os regulamentos e tipologias que fornecem informação para este indicador dizem respeito ao Eixo 2 e Sistemas de incentivos (SIDT e SI Inovação).

O indicador que sustenta esta recomendação visa quantificar as medidas de prevenção e/ou proactivas previstas no total de operações de protecção e valorização ambiental, tendo-se atingido até 52,9% (considerou-se por exemplo projectos de medidas preventivas de controlo de erosão costeira e medidas de redução de vulnerabilidade a cheias).

Recomendação (R10): *Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas*

Numa lógica de reconstruir e requalificar as infra-estruturas já existentes em detrimento da construção de novas, incluem-se fundamentalmente, tipologias de intervenção do Eixo 3, concretamente a requalificação da rede escolar, os equipamentos de saúde, a mobilidade territorial e as intervenções de regeneração urbana e redes urbanas para à competitividade e inovação. Nesta perspectiva 64,3% das intervenções em infra-estruturas correspondem a projectos de requalificação, remodelação ou adaptação²³.

A análise de avaliação ambiental estratégica aqui efectuada será complementada no reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente dos apoios ao QREN.

²³ Não são considerados os projectos imateriais.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Na sequência da análise geral do Programa efectuada no ponto 2.1 deste Relatório e antes de passar a uma análise detalhada de cada Eixo, recordam-se os principais rácios de desempenho do Programa por Eixo, à data de 31/12/2010 com base nos elementos constantes no *Anexo II* e *IX*.

Gráfico 3.1 – Taxa de Compromisso

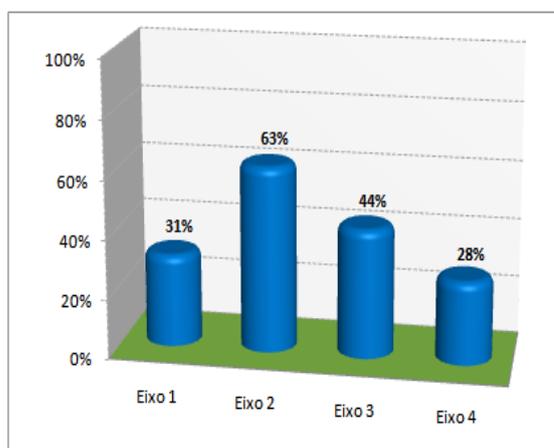


Gráfico 3.2 – Taxa de Execução

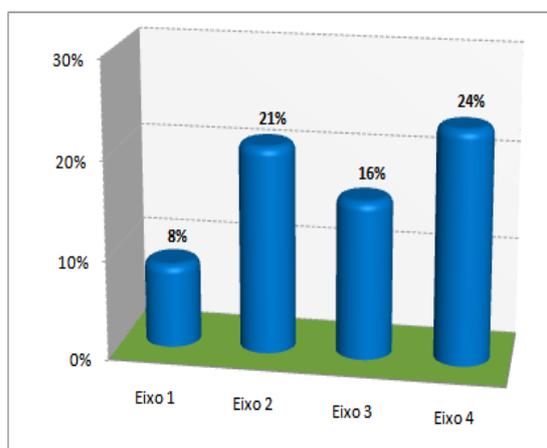


Gráfico 3.3 – Taxa de Admissibilidade

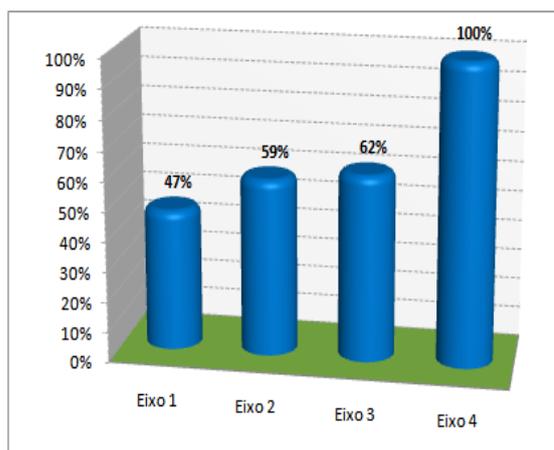


Gráfico 3.4 – Taxa de Aprovação bruta

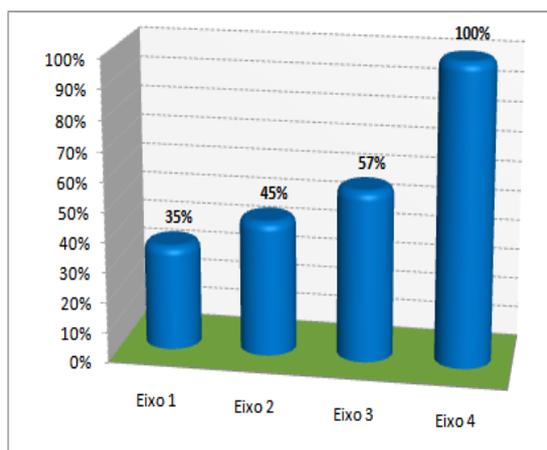


Gráfico 3.5 – Tempos médios de decisão

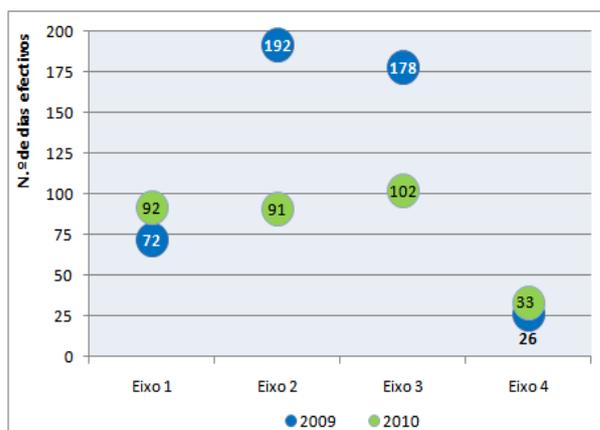
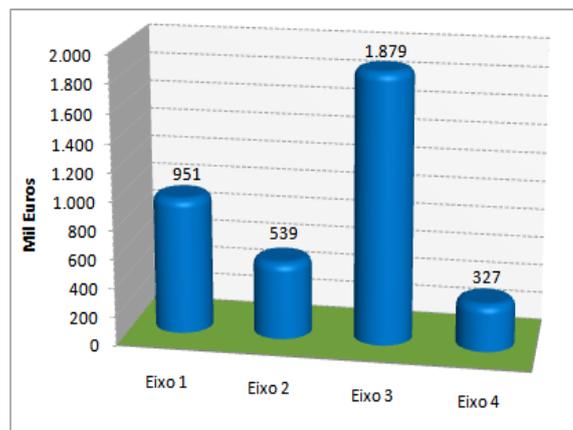


Gráfico 3.6 – Investimento Médio por operação



3.1 Eixo Prioritário 1:

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Em resultado do avanço do nível de compromisso do Eixo 1 e da execução dos projectos aprovados é possível registar alguns progressos significativos nos resultados e realização física face às metas estabelecidas para o horizonte 2015 (*Tabela 3.1*).

Tabela 3.1 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 1

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
Projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster do Turismo e Lazer	Realização Contratada		5	10	21			70%
	Realização Executada		0	0	0			0%
	Metas				30	80		
	Valor de Referência	0						
PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiado pelo PO	Realização Contratada		73	124	136			272%
	Realização Executada		0	0	0			0%
	Metas				50	150		
	Valor de Referência	0						
Parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização Contratada		-	-	0			0%
	Realização Executada			-	0			0%
	Metas				1	3		
	Valor de Referência	0						
Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas (regionais e locais), apoiados pelo PO	Realização Contratada		33	35	35			175%
	Realização Executada		0	1	18			90%
	Metas				20	50		
	Valor de Referência	0						

Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
Taxa de sobrevivência das novas empresas apoiadas que contribuem para a consolidar e valorizar o cluster Turismo e Lazer	Realização Contratada		-	-	-			-
	Realização Executada		-	-	-			-
	Metas				60	60		
	Valor de Referência	40						
Proporção de investimento empresarial em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia, apoiado pelo PO	Realização Contratada		-	40,3	53,84			108%
	Realização Executada		-	0	0			0%
	Metas				50	50		
	Valor de Referência	0						
Taxa de ocupação dos parques empresariais e tecnológicos apoiados	Realização Contratada		-	-	-			0%
	Realização Executada		-	-	-			0%
	Metas				50	50		
	Valor de Referência	0						
Processos submetidos por empresas através de serviços disponibilizados on-line por entidades públicas (regionais e locais), apoiados pelo PO	Realização Contratada		-	n.d	n.d			0%
	Realização Executada		-	n.d	n.d			0%
	Metas				1.000	4.000		
	Valor de Referência	0						

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2015	
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada		3	12	14			47%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					30		
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		-	2	3			38%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					8		
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada		-	0	62			103%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					60		
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - Contratada		90	189	231			84%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					275		
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada		3	9	13			52%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					25		
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada		-	0	674			225%
		Realização - Executada							0%
		Metas					300		
	10. Investimento total induzido (em M.Euros)	Realização - Contratada		-	50,70	73,50			37%
		Realização - Executada				0,00			0%
		Metas					200		
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29			54%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					54		
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada		-	-	-			n.d
		Realização - Executada				-			n.d
		Metas					n.a		n.d

n.d - não disponível
n.a - não se aplica

Observações: Apenas foram considerados nesta selecção os indicadores que contam exclusivamente com a contribuição deste Eixo. Não foram colocados os Core Indicators n.ºs 34, 35 e 40 por serem transversais a vários Eixos.

Destacam-se como mais significativos os resultados obtidos nos seguintes indicadores:

- ❖ *136 PME abrangidas pelo sistema de garantias apoiadas pelo PO*
Grau de concretização: **272%** (meta 2010)
- ❖ *35 serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas*
Grau de concretização: **175%** (meta 2010)
- ❖ *54% do investimento concentrado em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia*
O Grau de realização evoluiu de **81%** em 2009 para **108%** em 2010.
- ❖ *21 projectos empresariais apoiados que contribuem para consolidar e valorizar o cluster Turismo/Laser*
O grau de concretização evoluiu de **33%** em 2009 para **70%** em 2010
- ❖ 62 empregos criados na investigação
- ❖ 674 empregos criados (em equivalente tempo inteiro)

Regista-se as quantificações nulas dos indicadores referentes a parques tecnológicos, devido ao facto de ainda não terem sido abertos concursos para esta tipologia (*ver análise mais detalhada no ponto seguinte – análise qualitativa*).

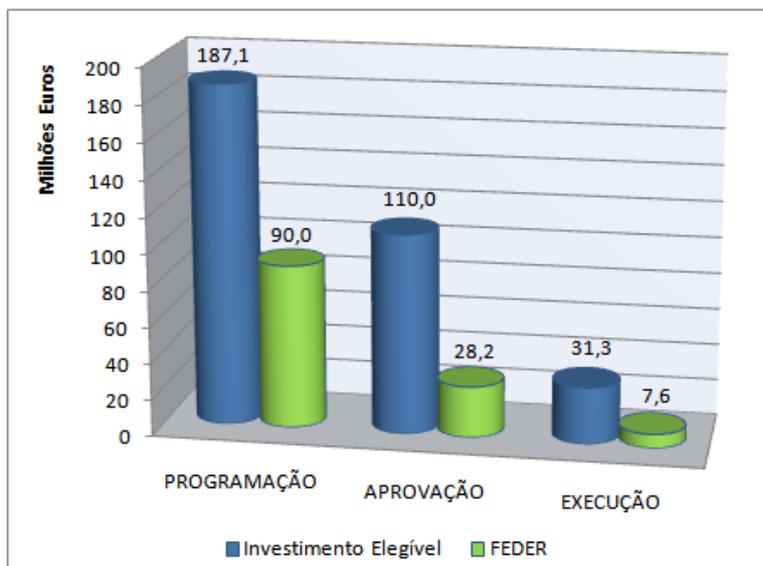
3.1.2. Análise qualitativa

Até ao final do ano 2010, foi colocado a concurso no Eixo 1, um montante de FEDER de cerca de 62,6 milhões de Euros em concursos encerrados a 31/12/2010, nos quais foram admitidas 157 candidaturas, com um custo total previsto de 148 milhões de Euros (*anexo IX*).

Durante o ano 2010, deram entrada no programa no âmbito do Eixo 1, 84 candidaturas das quais 61 foram admitidas e 43 aprovadas num montante de 40,3 milhões de Euros de investimento elegível, envolvendo cerca de 9,3 milhões de Euros FEDER.

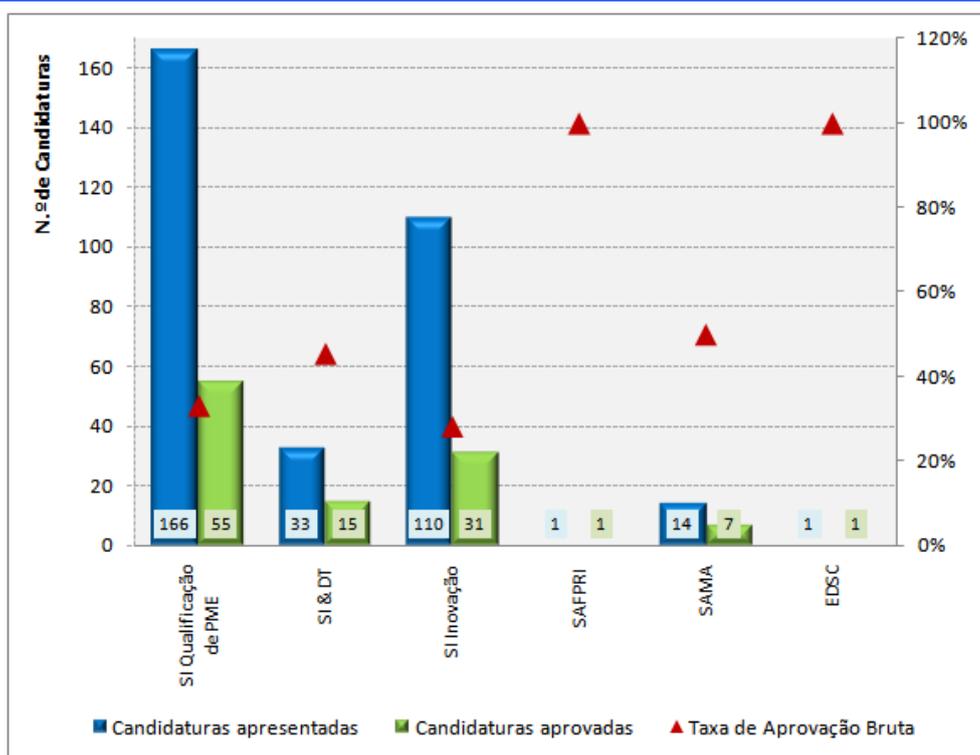
Cerca de 94% da totalidade das candidaturas aprovadas no Eixo tinham sido contratadas até ao final do ano.

Gráfico 3.7 – Eixo 1 – Programação, Aprovações e Execução



O Eixo 1 registava no final de 2010 um investimento elegível aprovado acumulado de cerca de 110 milhões de euros ao qual está associado um FEDER de cerca de 28 milhões, estes valores situam a taxa de compromisso face ao programado nos 31,3%. A execução em 31/12/2010 rondava os 31 milhões de euros de custo total, com um FEDER de 7,6 milhões de euros correspondente a uma taxa de execução de 8,5% e de realização de 27,1%. A estes valores está ainda associado um valor pago aos beneficiários de 8,3 milhões de euros FEDER. (*anexo II*).

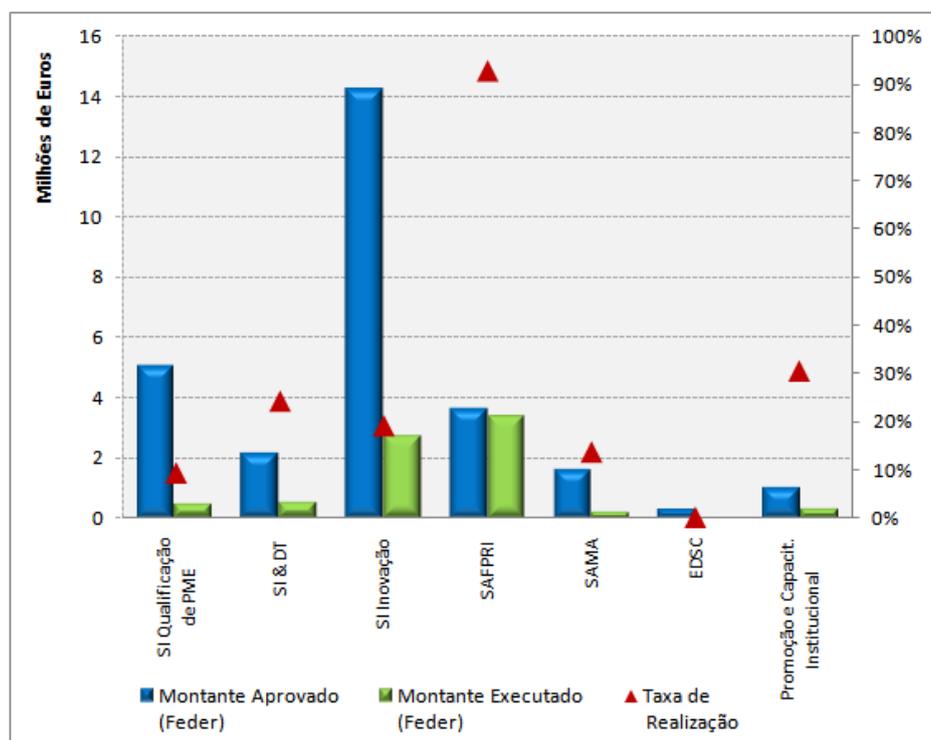
Gráfico 3.8 – Eixo 1 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



Até 31 de Dezembro, o Eixo 1 foi o que registou maior número de aprovações: 117 operações (*Anexo VII*), repartidas pelas seguintes áreas de intervenção:

- 102 operações no Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas;
- 9 operações de Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade de Conhecimento;
- 6 operações de Promoção Institucional da Região.

Gráfico 3.9 – Eixo 1 – Taxa de realização por tipologia de operação



Os principais **resultados** e **realizações** no âmbito do Eixo 1 encontram-se sistematizados de acordo com o modelo previsto no Reg. (CE) nº 846/2009, nos *anexos V e VI*. A tabela 3.1, apresentada anteriormente, sintetiza a aproximação às metas destes indicadores.

Área de Intervenção: Apoio à competitividade e inovação das empresas

Nesta Área de Intervenção “Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial” estão incluídos por um lado, os 3 Sistemas de Incentivos às Empresas, designadamente, Incentivos às QPME, Incentivos à I&DT e Incentivos à Inovação, e por outro, 1 sistema de Engenharia Financeira correspondente a uma candidatura às Linhas de Crédito PME Investe I e II, no âmbito do SAFPRI.

Até 31/12/2010 foram abertos 70 concursos nos Sistemas de Incentivos (inferior ao contabilizado em 31/12/2009 em virtude de orientações do IFDR sobre o conceito²⁴ de repartição de concursos), com uma dotação global de 82 milhões de euros de fundo, dos quais foram decididos 64. Os desvios dos tempos médios de decisão previstos e efectivos foram pouco significativos, tendo sido registado um tempo médio de decisão de 94 dias.

Durante o ano de 2010 foram abertos 7 concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, respeitando 1 ao SI I&DT, 2 ao SI Inovação e 4 ao SI QPME, nas suas diversas tipologias. De salientar a publicação de Avisos de Abertura de Concursos dirigidos a sectores específicos, como a energia – solar térmico.

Em 2010 registaram-se 43 candidaturas aprovadas nos Sistemas de Incentivos às Empresas, 45 candidaturas reprovadas, 15 desistências, 8 anulações e 46 contratações.

Desde o início do Programa, até final de 2010, foram apresentadas, 309 candidaturas nos Sistemas de Incentivos, tendo sido admitidas apenas 138. Destas, foram aprovados 101 projectos, envolvendo um investimento total elegível de 92 milhões de euros e um apoio comunitário de 22 milhões de euros.

Nos Sistemas de Incentivos às Empresas há a salientar, no âmbito do Regime Especial (SI Inovação), a aprovação de dois projectos, um referente ao Autódromo Internacional do Algarve em Portimão, com um investimento elegível de 34,4 milhões de euros, e outro a um empreendimento turístico – Martinhal Resort, com um investimento elegível de 26,1 milhões de euros.

De um total de 65 concursos encerrados até 31/12/2010 foram colocados a concurso, nos Sistemas de Incentivos, cerca de 59 milhões de euros (FEDER), tendo sido aprovados cerca de 25 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de utilização do fundo a concurso de 37%.

Comparando o número de candidaturas admitidas na **Área de Intervenção: Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial** (139) com as apresentadas (310), temos uma *taxa de admissibilidade* de 45%. Este valor reflecte um número relativamente elevado de projectos não elegíveis, maioritariamente devido à insuficiência de mérito das candidaturas e, também, ao não cumprimento de normas de elegibilidade do promotor e do projecto. Entre estas, avultam

²⁴ A partir de 12/01/2011, com reflexos nos reportes de Dezembro de 2010, a regra para a repartição de concursos, estabelecida pelo IFDR, passou a ser ‘Sempre que um aviso apresente dotações específicas diferenciadas mas que as mesmas não correspondam a tipologias de operação diferentes, não se justifica a sua repartição (ao contrário do que até agora estava a ser feito em contingência) ‘

como exemplos mais relevantes a candidatura não corresponder a uma despesa mínima elegível prevista no Aviso e a falta de enquadramento sectorial nos termos do Decreto-Lei 65/2009.

Em contrapartida, relacionando o número de candidaturas aprovadas (102) com as admitidas (139), obtém-se uma *taxa de aprovação* de 73%. Por outro lado, e tendo presente o número de contratos assinados (95) face aos projectos aprovados (102), a *taxa de contratação* situava-se nos 93%. Esta última taxa é ligeiramente superior se compararmos o fundo FEDER (95%).

A realização financeira no final de 2010, referente especificamente aos Sistemas de Incentivos às Empresas, continuou a apresentar valores baixos, que se cifraram em 3,7 milhões de euros de fundo comunitário, correspondendo a uma *taxa de realização financeira* de 17%.

Comparando o valor da comparticipação comunitária paga aos promotores (4,2 milhões de euros) com a execução FEDER (3,7 milhões de euros), temos que a *taxa de reembolso* no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, ascendia no final de 2010 a 113%.

Por último, relacionando os montantes FEDER das candidaturas aprovadas com o correspondente valor total previsto na programação para o horizonte 2007-2013, temos uma *taxa de compromisso* FEDER de 61%, nos sistemas de Incentivos e de 15% no SAFPRI.

Nos Sistemas de Incentivos, enquanto o SI QPME concentra o maior número de projectos (55), o SI Inovação apresenta o valor mais elevado em termos de investimento elegível. Daí as diferenças significativas no indicador *Investimento elegível médio por candidatura*. Assinale-se, a propósito, que o valor deste indicador no SI Inovação (2,5 milhões de euros por candidatura), está largamente influenciado pelos projectos do Regime Especial que, só por si, concentram mais de metade do investimento elegível aprovado no SI Inovação.

A candidatura SAFPRI foi apresentada no 4º trimestre de 2008, e foi aprovada com um investimento total elegível de 13,1 milhões de euros e uma comparticipação comunitária FEDER de 3,7 milhões de euros.

Nesta candidatura foram aprovadas até 31 de Dezembro, 149 operações nas Linhas de Crédito PME Investe I e II, com um valor de investimento de 46,1 milhões de euros.

Deste conjunto, 34 projectos integraram a **Linha de Crédito PME Investe I**, com um financiamento de 22,8 milhões de euros, a que correspondeu um valor médio por projecto da ordem dos 671 mil euros. Os restantes 115 projectos aprovados integraram a **Linha de Crédito**

PME Investe II, envolvendo um financiamento total de 23,3 milhões de euros e a que correspondeu um valor médio por projecto de 202 mil euros.

Tabela 3.2 – Linhas de Crédito PME Investe – Situação em 31/12/2010

Linhas de Crédito PME Investe	Unid.1000 euros									
	Nº de Operações		Valor das Operações		Valor Médio Oper.		Valor da Linha		% de utilização	
	Total	Algarve	Total	Algarve	Total	Algarve	Total	Algarve	Total	Algarve
PME Investe I	1.186	34	752.634	22.811	635	671	750.000	19.000	100%	120%
PME Investe II:	3.343	115	796.663	23.277	238	202	1.010.000	90.000	79%	26%
Comércio	1.139	41	190.989	6.083	168	148	200.000	10.000	95%	61%
Restauração	221	12	27.516	1.229	125	102	60.000	5.000	46%	25%
Geral	1.983	62	578.158	15.965	292	257	750.000	75.000	77%	21%
Sub - Total	4.529	149	1.549.297	46.088	342	309	1.760.000	109.000	88%	42%

Fonte: PME Investe

No âmbito da Linha de Crédito PME Investe II, a par de uma Linha de características genéricas (designada como “Dotação geral”), foram criadas 2 Linhas de crédito específicas: uma para o Comércio e outra para a Restauração. No Algarve dos 115 projectos aprovados até ao final de 2010 neste âmbito, 62 respeitavam à **Dotação geral**, envolvendo um financiamento de 16 milhões de euros; 41 respeitavam ao **Comércio**, envolvendo um financiamento de 6 milhões de euros e os restantes 12 provinham do sector da **Restauração** com um valor de financiamento de perto de 1,2 milhões de euros.

Considerando o valor de 19 milhões de euros fixado para o Algarve para a Linha de Crédito PME Investe I e de 90 milhões para a Linha de Crédito PME Investe II e tendo presente os projectos contratados até final de 2010, temos que a taxa de utilização daqueles dois instrumentos financeiros no final do ano foi respectivamente de 120% e de 26%.

A implementação dos Sistemas de Incentivos durante o ano 2010 registou um progresso significativo ao nível dos indicadores de resultado e de realização associados, com destaque particular para o número de PME abrangidas por sistema de garantias apoiado pelo PO, que ultrapassou largamente a meta intermédia de referência para 2010 (grau de concretização de 272%). Este indicador reflecte o significativo contributo do instrumento de engenharia financeira (SAFPRI / Linhas de Crédito PME Investe I e II) para a execução do PO.

O “*investimento empresarial concentrado em conhecimento, ambiente e média-alta e alta tecnologia*” representava no final de 2010 cerca de 54% do total do investimento aprovado, designadamente por via dos projectos do sector do turismo no SI Inovação que configuram serviços com forte intensidade de conhecimento (grau de concretização do indicador de 108%).

Os projectos aprovados contribuíram igualmente para bons graus de concretização dos indicadores comuns comunitários, sendo de salientar que os projectos de ajudas directas ao investimento nas PME concretizam 84% da meta prevista para 2015. Os projectos na área da sociedade de informação e as start-ups apoiadas também apresentam um bom grau de concretização da meta para 2015 (54%).

Dos 30 projectos de I&DT previstos já se encontravam aprovados 14 (47% da meta).

Quanto aos restantes indicadores relacionados com a área de apoio à competitividade e inovação das empresas, o grau de concretização já alcançado antevê o cumprimento da meta fixada para 2015.

Área de Intervenção: *Incentivo ao reordenamento de actividades económicas*

Esta área de intervenção passa fundamentalmente pelo apoio à deslocalização de algumas das actividades que se encontram nos centros urbanos e em áreas de vocação turística, para espaços especificamente vocacionados para o efeito.

O facto de não existirem operações aprovadas nesta área resulta da não existência ainda de regulamento específico para este tipo de intervenção.

Área de Intervenção: *Melhoria da Envoltente para a inovação empresarial*

Uma vez que não foram ainda aprovadas quaisquer operações no âmbito do apoio a “**Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística**” e “**Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica**” não foi possível quantificar alguns dos indicadores previstos no Eixo 1, nomeadamente, o número de “*Parques Empresariais e Tecnológicos apoiados*” (realização) e respectivas “*taxas de ocupação*” (resultado).

Vale a pena referir que a não abertura dos avisos de candidatura associados a estas tipologias de operação prende-se com o facto de a Autoridade de Gestão continuar a desenvolver um trabalho de levantamento e planeamento/ordenamento deste tipo de infra-estruturas, cujo resultado irá de certo influenciar os pressupostos dos avisos a abrir.

A ferramenta www.algarveacolhe.com, através da qual é possível fazer uma caracterização do território no que diz respeito à disponibilidade de espaços para o acolhimento empresarial

continua a ser um instrumento de interesse que, para além de disponibilizar informação fundamental para potenciais investidores na região, revela-se igualmente útil para apoio à gestão.

No que diz respeito aos Parques de Ciência e Tecnologia, e face às limitações financeiras de que o PO dispõe, tornou-se igualmente necessário que este tipo de projecto, de cariz estruturante, resultasse de um processo de planeamento participado, com o envolvimento de diversas entidades da região, no sentido de garantir a sua concretização e contribuição para o reforço da competitividade regional. Nesse sentido, tem sido dinamizado um trabalho de planeamento com a participação da CCDR, da Universidade do Algarve, do Município de Faro e a ANA, Aeroportos de Portugal, com o objectivo de consolidar alguns dos pressupostos de base para a implementação de um futuro Parque Tecnológico do Algarve.

Área de Intervenção: Valorização do cluster do Turismo e Lazer

Esta área de intervenção prevê um conjunto integrado de acções que, pela sua natureza, têm enquadramento em diferentes tipologias e regulamentos do Programa. Com efeito trata-se de uma estratégia de eficiência colectiva de cariz sectorial, pelo que grande parte das operações que darão resposta aos objectivos desta Área de Intervenção, serão apoiadas através dos diferentes Regulamentos Específicos do Programa em que forem enquadrados.

É possível nesta fase identificar um conjunto de operações aprovadas no âmbito do Sistemas de Incentivos à Inovação, que se enquadram naquilo que se considera a Valorização do Cluster Turismo e lazer.

Encontravam-se assim aprovados até 31-12-2010, no âmbito da “Valorização do cluster Turismo Lazer”, 10 projectos na área do turismo, com um incentivo associado que ascende a cerca de 7 milhões de euros, de acordo com a lista que se segue.

Tabela 3.3 – Projectos aprovados no âmbito do Cluster do Turismo e Lazer (31/12/2010)

Unidade: Euros

Nº Proj.	Nome Promotor	Tipologia / Regulamento Especifico	Descrição	Investimento	Elegível	Incentivo	Concelho
ALG-01-0203-FEDER-001639	PARKALGAR PARQUES TECNOLÓGICOS E DESPORTIVOS, SA	SI Inovação/Projectos do Regime Especial	PARQUE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE PORTIMÃO - AUTÓDROMO INTERNACIONAL DO ALGARVE	40.000.000,00	34.424.321,00	2.000.000,00	Portimão
ALG-01-0403-FEDER-005180	SAGRIMAR - EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS SA	SI Inovação/Projectos do Regime Especial	IMPLEMENTAÇÃO DE APARTAMENTOS TURÍSTICOS, ALDEAMENTO TURÍSTICO E HOTEL	26.759.115,06	26.113.087,07	2.000.000,00	Vila do Bispo
ALG-01-0203-FEDER-002769	MONTE DAS ESCANINAS - CULTURA E TURISMO, LDA	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	MONTRA DE QUALIDADE DE PORTUGAL PARA O MUNDO	1.018.658,00	555.019,00	360.762,35	Loulé
ALG-01-0403-FEDER-006875	GOOD MOMENTS - INDÚSTRIA CRIATIVA DE CULTURA E ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	TERTÚLIA ALGARVIA	379.037,04	379.037,04	246.374,08	Faro
ALG-01-0203-FEDER-013608	ALGURES NO PERCURSO, LDA	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS SOLUÇÕES DE MARKETING TECNOLÓGICO PARA O SECTOR DO TURISMO	330.890,00	312.051,00	202.833,15	Loulé
ALG-01-0203-FEDER-004870	EQUINOSTRUM - CLUBE EQUESTRE E DE LAZER DE FARO, LDA	SI Inovação/Inovação Produtiva	criação de centro equestre	766.660,07	713.697,06	463.903,09	Faro
ALG-01-0403-FEDER-002751	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	SI Inovação/Inovação Produtiva	PRODUÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS COM ELEVADO CONTEÚDO TECNOLÓGICO, UTILIZANDO AS NOVAS TECNOLOGIAS E ADOPC	278.203,00	277.453,00	152.599,15	Albufeira
ALG-01-0203-FEDER-004907	MARES MARAVILHOSOS - ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS, LDA	SI Inovação/Inovação Produtiva	AQUISIÇÃO DE CATAMARAN PARA PASSEIOS MARÍTIMO-TURÍSTICOS	657.535,00	645.335,00	419.467,75	Portimão
ALG-01-0203-FEDER-006863	SINGULAR CONCEITO, LDA	SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	criação de HEALTH CLUB-WELLNESS CENTER (SPA)	1.098.882,82	1.087.757,82	815.818,37	Faro
ALG-01-0203-FEDER-013175	DESCOBERTAS MIL, LDA	SI Inovação/Inovação Produtiva	QUINTA EVENTOS E DESCOBERTAS ? TRADIÇÃO E DIVERSO.	424.229,44	389.569,73	292.177,30	Tavira
				71.713.210,43	64.897.327,72	6.953.935,24	

Está igualmente previsto no âmbito da “Valorização do cluster do Turismo e Lazer” o apoio a projectos públicos com impacto no Turismo.

Área de Intervenção: *Modernização e Qualificação da Administração Pública/ Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento*

No âmbito da tipologia **Sistema de Apoio à Modernização Administrativa**, e no seguimento do convite público prévio à Agência para a Modernização Administrativa, para apresentação de candidatura de um Programa de Acção para a Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2ª geração (aprovado em 2009), foi aprovada em 2010 a operação Loja do Cidadão de Portimão, com um investimento de cerca de 1,5 milhões de euros e um FEDER associado de 926 mil euros.

Estas aprovações viabilizaram o contributo do PO Algarve 21 para a realização de um dos Indicadores Comuns Nacionais: “*Lojas do Cidadão, centros multiserviços e balcões únicos*”, que abrange uma população superior a 25 mil pessoas.

Relativamente ao indicador do Eixo 1, associado ao *Apoio à Modernização Administrativa*, “*Serviços orientados para empresas disponibilizados on-line por entidades públicas*”, importa referir que no final de 2010, a realização contratada ascendia a 35 serviços, com 18 serviços em funcionamento. Nesta data, não existia ainda informação disponível relativa aos resultados desta tipologia, ou seja, ao “*número de processos submetidos através do serviço já disponível*”.

Em termos financeiros o investimento acumulado elegível associado às operações aprovadas na área da **Modernização Administrativa** rondava, no final de 2010, os 2,9 milhões de euros, com um FEDER associado de cerca de 1,7 milhões de euros. A execução situava-se nos 420 mil euros de investimento.

Do aviso aberto em 2009 para a tipologia de operação “**Economia Digital e Sociedade do Conhecimento**” associada à área de intervenção **Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento** resultou a contratação, em 2010, de um projecto da responsabilidade da CIM (AMAL), “*Apetrechamento Tecnológico da EB1 do Algarve*”, com um investimento associado de 676 mil euros e um FEDER de 338 mil euros. Esta operação não apresentou execução em 2010, prevendo-se que em 2011 recupere o atraso apresentado.

Refira-se que a operação em apreço destaca-se como boa prática uma vez que, correspondendo a uma intervenção no âmbito do Plano Tecnológico da Educação que envolvia todos os Municípios, esta foi apresentada via Associação dos Municípios, ganhando-se assim em escala e simplificando o processo de aprovação (uma operação em vez de 16).

Finalmente e no que diz respeito aos Indicadores Comuns Comunitários, encontravam-se aprovados no final de 2010, 29 projectos associados à Sociedade de Informação, a que corresponde um grau de concretização da meta para 2015 de 54%.

Área de Intervenção: *Promoção Institucional da Região*

As operações aprovadas no âmbito da ***Promoção e Capacitação Institucional*** representavam, no final de 2010, um investimento total elegível de 1,6 milhões de euros com um financiamento associado de cerca de 1 milhão de euros, contribuindo directamente para o tema prioritário *Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local*.

Das 6 operações aprovadas, 5 estão associadas à implementação das Estratégias de Eficiência Colectiva – PROVERE, sendo que 3 operações, já concluídas em 31/12/2010, estavam relacionadas com as Acções Preparatórias das EEC e as outras 2, ainda em curso, dizem

respeito aos Projectos de Animação, Gestão e Coordenação das Parcerias das EEC PROVERE reconhecidas para o Algarve (Algarve Sustentável e Âncoras do Guadiana).

A execução, nesta data, situava-se nos 487 mil euros de investimento.

Em 31/12/2010 ainda não existiam operações aprovadas no âmbito das *Acções Colectivas*, que visam a criação ou melhoria das condições envolventes ao meio empresarial, prevendo-se a abertura de um concurso para apresentação de candidaturas durante o primeiro semestre de 2011.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No âmbito dos Sistemas de Incentivos (SI) e em resultado quer do desenvolvimento crescente das candidaturas entradas, dos investimentos aprovados e da execução dos mesmos, quer do acompanhamento regular dos promotores, detectaram-se alguns constrangimentos que dificultaram o andamento dos projectos e que a seguir se enumeram:

Relacionamento dos promotores com as instituições de crédito, em matéria de financiamento adicional e de obtenção de garantias bancárias

Foram múltiplas as queixas dos promotores sobre as dificuldades e exigências colocadas pelas instituições bancárias para a concessão de crédito (designadamente no âmbito das Linhas de Crédito PME Investe), bem como para a prestação de garantias bancárias. Em relação a este último aspecto, importa referir que a facilidade concedida aos promotores de solicitarem, após a aprovação do projecto, um pedido a título de adiantamento (PTA), no valor de 50% do incentivo aprovado (obrigatoriamente caucionado em 70% por uma garantia bancária) esbarrava frequentemente com exigências bancárias difíceis de satisfazer pelos promotores, originando atrasos no início e na execução das obras, que nalguns casos foram superiores a 6 meses.

Plano anual de concursos

Em 2010 o plano inicial de abertura de concursos que previa 2 fases de candidaturas aos Sistemas de Incentivos não foi cumprido por decisão colectiva da Rede Nacional. De facto e ao

invés da prática seguida em anos anteriores, em 2010 não houve 2 fases de concursos designadamente no SI Inovação Produtiva e no SI Inovação Empreendedorismo Qualificado, com a agravante ainda da abertura dos Avisos de Concursos para estas duas Tipologias de Operação ter ocorrido já na proximidade do final do ano (meados de Novembro de 2010).

Esta posição não teve o apoio do PO Algarve 21, não só por frustrar as expectativas de potenciais candidatos, mas também por penalizar a trajectória ascendente que os Sistemas de Incentivos começavam a evidenciar na Região, prejudicando o comportamento de indicadores como a taxa de compromisso e a taxa de execução.

Transferência de verbas para os Organismos Pagadores (IAPMEI e Turismo de Portugal) e beneficiários finais de projectos públicos

Em 2010 e em resultado de um maior número de projectos entretanto aprovados nos Sistemas de Incentivos e do acompanhamento regular dos promotores, o ritmo de execução aumentou. Desse modo aumentou também a frequência dos reembolsos aos executores pelos Organismos Intermédios (Pagadores), o que originou maior frequência nas solicitações junto do IFDR em ordem a garantir a transferência de verbas para os OI a fim de reporem os respectivos saldos e poderem, por essa via, satisfazer em tempo útil os pedidos de reembolso dos promotores.

Por vicissitudes de diversa natureza a transferência de verbas para os Organismos Intermédios (Pagadores) registou atrasos que, nalguns casos, penalizaram o ritmo de execução de projectos.

Os tempos de pagamento por parte do IFDR junto dos beneficiários finais também aumentaram, o que, face ao actual contexto económico e ao constrangimento financeiro sentido por alguns beneficiários, veio igualmente prejudicar a execução.

Dificuldades na concretização da estratégia prevista para o Eixo 1 e baixo nível de aprovação

O modelo regulamentar criado, com instrumentos nacionais centralizados, tornaram mais complexa a concretização de alguns domínios previstos no Eixo, espartilhando por sectores distintos as diversas iniciativas necessárias à concretização de intervenções integradas, ou não viabilizando o tipo de instrumentos necessários para o apoio das iniciativas pretendidas.

Por outro lado, a exigência de maior selectividade motivada pela limitação das dotações do Programa tem contribuído para um nível de aprovações genericamente menos elevado do que a média do QREN.

Medidas tomadas para resolver os problemas

As dificuldades sentidas pelos promotores relativamente às exigências colocadas pelas instituições de crédito para a concessão de financiamento e prestação de garantias bancárias, ficaram em parte atenuadas com a introdução, no âmbito das medidas adoptadas pelo Governo em meados de 2010 para fazer face aos efeitos da crise financeira e económica internacional, de uma nova modalidade de pagamento do incentivo: *o adiantamento contra factura*. Esta nova modalidade que já vigorava para projectos públicos, passou a aplicar-se com sucesso também aos projectos privados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, no seguimento da Orientação de Gestão n.º 4. Rev 2.1/2010.

Ainda no âmbito da aceleração da execução, importa referir que em 2010 foi criada, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, a Bolsa de Descatificação de Incentivo (BDI). Trata-se de um mecanismo, activado apenas em princípios de 2011 (OG n.º 10/2011), destinado a obstar a atrasos significativos, quer na fase de contratação, quer na fase de execução dos projectos. Os projectos incluídos na BDI que não cumpram os requisitos de regularização definidos serão anulados ou objecto de resolução dos respectivos contratos.

Relativamente ao **Plano anual de Concursos** e à não abertura no 1.º Semestre dos concursos do SI Inovação (produtiva e empreendedorismo qualificado), as medidas adoptadas foram as seguintes:

- Proposta de Aviso de Abertura de Concurso, específico para o Algarve, relativo ao SI Inovação (produtiva e empreendedorismo qualificado) no 1.º semestre de 2010. Esta proposta foi apresentada superiormente em devido tempo, mas acabou por não ter acolhimento junto da Rede dos Sistemas de Incentivos;
- Deliberação da Comissão Directiva do PO Algarve 21 em 17 de Setembro de 2010, remetida à Rede dos Sistemas de Incentivos, advertindo para a necessidade de ser mantido o ritmo regular (2 vezes ano) de abertura de novos concursos nos três Sistemas de Incentivos.

Quanto ao *circuito financeiro*, a Autoridade de Gestão adoptou uma atitude mais pró-activa e prudente, produzindo ordens de transferência junto do IFDR quase imediatas perante saldos nos Organismos Pagadores abaixo de 50% do montante de pré-financiamento. No caso do Turismo de Portugal, foi revisto para cima o montante de pré-financiamento, dado que os projectos acompanhados por este Organismo, são grandes consumidores de verbas (Sistema de Incentivos à Inovação).

Boas práticas

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, podemos apontar alguns projectos e também algumas metodologias de trabalho como boas práticas.

Ao nível dos *projectos*, de realçar que o promotor **Sunquays** adquiriu uma embarcação electro-solar, 100% ecológica, que corresponde à 1ª embarcação energeticamente independente a operar num território de excelência ambiental - o sistema lagunar do Parque Natural da Ria Formosa. O promotor **Alísios II** adquiriu para a unidade hoteleira um equipamento de dessalinização de água do mar, numa região onde a gestão dos recursos hídricos é premente face aos grandes consumos turísticos.

Quanto a metodologias de trabalho, de referir a apresentação da Equipa dos Sistemas de Incentivos, que é efectuada através de e-mail personalizado com indicação dos contactos da Equipa, a todos os promotores após a notificação da decisão de aprovação. Esta metodologia constitui uma forma de aproximação entre a gestão e o promotor para a resolução de questões na contratação, pagamentos, etc., bem como de publicitação do Programa.

Por último, de referir que no ano de 2010 foi publicado um Concurso específico no Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME – Diversificação e eficiência energética – Solar Térmico. Este aviso surgiu no contexto da Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020) e teve como principal objectivo apoiar as empresas a concretizarem mais facilmente os objectivos de eficiência energética e a utilização das energias renováveis, designadamente através da instalação de sistema solares térmicos.

No que diz respeito à tipologia *Economia Digital e Sociedade do Conhecimento* destaca-se como boa prática o projecto da responsabilidade da CIM (AMAL), “Apetrechamento Tecnológico da EB1 do Algarve”, uma vez que, correspondendo a uma intervenção no âmbito do Plano Tecnológico da Educação que envolvia todos os Municípios, esta foi apresentada via Associação dos Municípios, ganhando-se assim em escala e simplificação de processos, nomeadamente no âmbito da aprovação (uma operação em vez de 16).

3.2 Eixo Prioritário 2:

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Até 31 de Dezembro de 2010, o Eixo 2 já tinha realizado concursos no âmbito de todas as tipologias previstas nesta Área de Intervenção, excepto no âmbito da “Gestão de Resíduos”.

Relativamente ao ano anterior, registam-se alguns progressos quer em termos de realização, quer de resultados, embora não muito significativos uma vez que as metas são relativamente exigentes nestas áreas.

Tabela 3.4 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 2

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1063/2006)								
Intervenções de valorização da orla costeira apoiadas (planos de praia e de intervenção previstos nos POOC) ⁽¹⁾	Realização Contratada		4	4	11			37%
	Realização Executada		0	2	4			13%
	Metas				30	60		
	Valor de Referência	0						
Acções imateriais promotoras de boas práticas ambientais apoiadas, de abrangência supramunicipal ⁽²⁾	Realização Contratada		1	6	9			45%
	Realização Executada		0	0	0			0%
	Metas				20	45		
	Valor de Referência	0						

1) (Km de orla costeira onde foram implementados a 100% planos dos POOC / km totais de orla costeira abrangida pelos POOC) x 100

2) [(Kg resíduos depositados em aterro / (população residente x 365 + dormidas de turistas)] ano 2010 ou 2015 / [(Kg resíduos depositados em aterro / (população residente x 365 + dormidas de turistas)] ano 2007 x 100

Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1063/2006)								
Proporção de orla costeira valorizada	Realização Contratada		28	28,26	29,39			59%
	Realização Executada		0	28,15	28,64			57%
	Metas				50	75		
	Valor de Referência	25						
Volume de resíduos per capita/dia depositados em aterro (não valorizados)	Realização Contratada		-	-	0			0%
	Realização Executada		-	-	0			0%
	Metas				90	80		
	Valor de Referência	100						

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2015	
Ambiente	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada		-	-	0			0%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					10		
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar ³⁾	Realização - Contratada		-	1	1			100%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					1		
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada		-	5,23	6			60%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					10		
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	1			20%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					5		
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações ⁴⁾	Realização - Contratada		-	-	434.023			289%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					150.000		
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) ⁴⁾	Realização - Contratada		-	-	434.023			434%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					100.000		

3) Referente ao Regulamento Específico "Acções de Valorização Ambiental"

4) As operações aprovadas abrangem todo o território Algarvio

Observações: Apenas foram considerados nesta selecção os indicadores que contam exclusivamente com a contribuição deste Eixo. Não foram colocados os Core Indicators n.ºs 23 e 30 por serem transversais a vários Eixos.

n.d - não disponível

n.a - não se aplica

Os indicadores onde se registaram acréscimos, embora pouco expressivos, são os seguintes:

- ❖ Cerca de 30% da orla costeira abrangida pelos POOC, tinha sido intervencionada (ou seja 59% da meta prevista para 2010)
- ❖ Contratadas 11 das 30 intervenções de valorização da orla costeira previstas – planos de praia (representando 37% da meta para 2010)
- ❖ Apoiadas 9 acções imateriais promotoras de boas práticas ambientais, atingindo 45% da meta prevista para 2010.
- ❖ Registe-se a reabilitação de 6 Km² de áreas degradadas (60% da meta prevista para 2015).

A aprovação de 1 projecto de melhoria das condições de monitorização da qualidade do ar que contribui expressivamente para o cumprimento dos Indicadores Comuns Comunitários.

A Área de Intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos”, e apesar do encerramento tardio do aviso, regista a evolução mais significativa. O nº de projectos contratados atinge 20% da meta prevista para 2015 e a população servida ultrapassa as metas previstas, uma vez que se trata de projectos relacionados com os sistemas de comunicação que abrangem toda a Região.

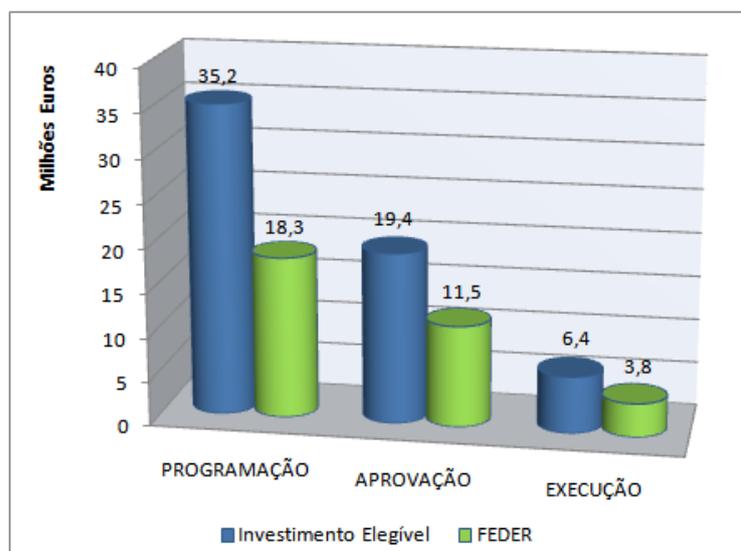
As quantificações nulas de indicadores referem-se à tipologia de Gestão de Resíduos em que o concurso lançado foi anulado (*ver detalhe no ponto seguinte*).

3.2.2 Análise qualitativa

Até final de 2010, tinha sido colocado a concurso no Eixo 2 um montante FEDER de 13,1 milhões de Euros em concursos encerrados a 31/12/2010, nos quais foram admitidas 47 candidaturas, com um custo total previsto de 30,5 milhões de Euros (*Anexo IX*).

O Eixo 2, representa 11% do total da programação do PO Algarve 21.

Gráfico 3.10 – Eixo 2 – Programação, Aprovações e Execução

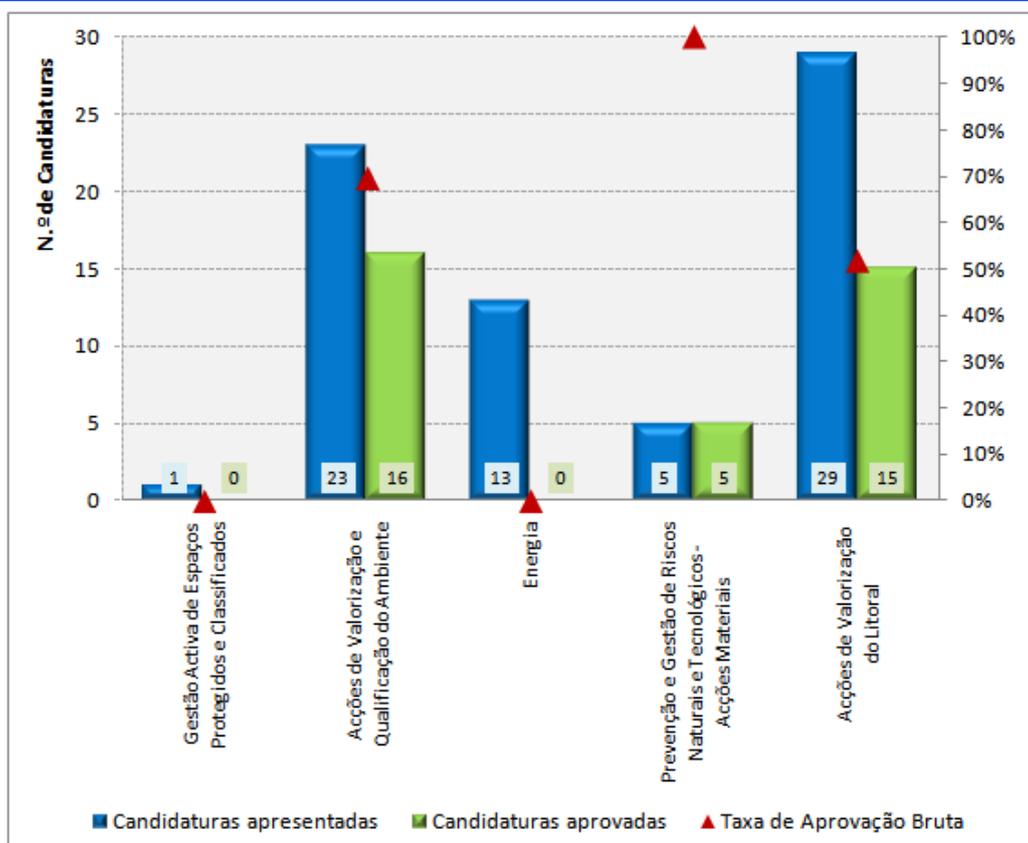


Até 31/12/2010, foram apresentadas 80 candidaturas, foram admitidas 47 e aprovadas 36 com um montante de cerca de 19,4 milhões de Euros de investimento total elegível e uma comparticipação FEDER de 11,5 milhões de Euros (*Anexo IX*).

O montante aprovado em finais de 2010 ascendia a 19,4 milhões de euros de investimento elegível que corresponde a 11,5 milhões de euros dos 19,4 programados.

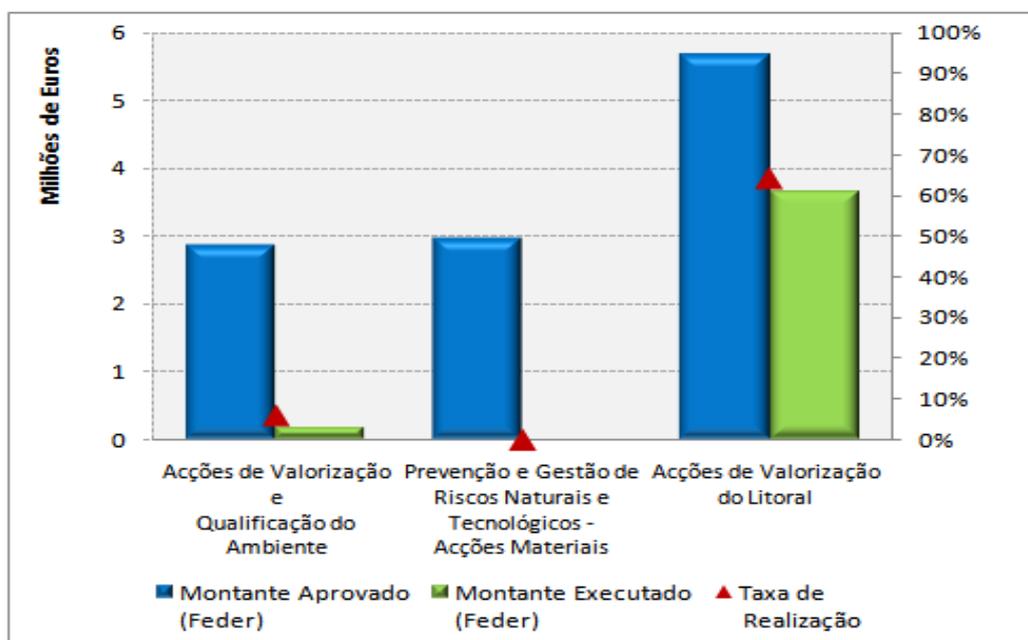
A taxa de compromisso do Eixo atingia assim o valor mais elevado do PO (62,6 %) no final de 2010.

Gráfico 3.11 – Eixo 2 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



A taxa de execução e de realização do Eixo representavam respectivamente 20,89% e 33,37%. (Anexo II).

Gráfico 3.12 – Eixo 2 – Taxa de realização por tipologia de operação



A taxa de realização das várias tipologias de operação atinge o valor mais elevado do Eixo e uma das maiores do PO no caso das “Acções de Valorização do Litoral” (64,6%).

Área de Intervenção: Áreas Classificadas e Biodiversidade

Em 2010 foi aberto concurso para a tipologia “*Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados*”, no âmbito das operações enquadradas pelo Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a Autoridade de Gestão e a Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL, o qual decorreu de 12/08/2010 a 29/10/2010 com uma dotação orçamental de 1,3 milhões de Euros FEDER.

Foi submetida 1 candidatura com um custo total de 0,8 milhões de Euros, que não foi admitida. A não admissibilidade da candidatura deve-se ao facto de não se enquadrar nas tipologias definidas no Aviso de concurso.

Área de intervenção: Estímulo à redução, reutilização e reciclagem de resíduos²⁵

No ano de 2008, decorreu o concurso na tipologia “**Optimização da Gestão de Resíduos**” . No âmbito deste Aviso foram submetidas e analisadas 9 candidaturas. A Comissão Directiva, decidiu anular o concurso uma vez que as operações entradas não respondiam às prioridades regionais que deveriam ser apoiadas nesta área.

Área de Intervenção: Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética

Durante o ano 2010, foram abertos dois concursos no âmbito da tipologia “*Acções de Valorização e Qualificação Ambiental*”. O primeiro aviso que se destinava a operações integradas nas Estratégias de Eficiência Colectiva – PROVERE, decorreu de 10/08/2010 a 15/09/2010, com uma dotação de 1,5 milhões de Euros. Foram submetidas 6 candidaturas com um custo total de 2,4 milhões de Euros e registou-se uma taxa de admissibilidade de 100%.

Após análise do mérito foram aprovadas as seis operações com um montante total de 2,3 milhões de Euros e um co-financiamento de 1,5 milhões de Euros.

²⁵ No âmbito da Reprogramação do PO em curso esta Área de Intervenção deixará de ser elegível ao PO regional e passará a ser apoiada no PO Valorização do Território.

O segundo aviso ocorreu de 12/08/2010 a 29/10/2010 com o objectivo de aprovar as operações enquadradas pelo Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a Autoridade de Gestão e a Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL. Registou-se a submissão de uma candidatura que foi admitida, aprovada e contratada.

Relacionando o número de candidaturas aprovadas com as admitidas, obtém-se uma taxa de aprovação líquida de 100%

A 31/12/2010 encontravam-se assinados 12 contratos nesta Tipologia de Operações, o que representava uma taxa de contratação de 75% (nº de candidaturas).

Em 31/12/2010, as aprovações atingiam um investimento total de 5 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 2,8 milhões Euros (*Anexo IX*).

A realização financeira no final de 2010, referente a esta tipologia apresentou valores baixos, registando-se em 172 mil euros de fundo comunitário, correspondendo a uma *taxa de realização* de 6% (*Anexo II*).

Em 2010, efectuou-se a abertura de um concurso no âmbito da tipologia “*Energia*” que decorreu de 19/07/2010 a 15/12/2010, com uma dotação de 1 milhão de Euros. Foram submetidas 13 candidaturas com um custo total de 1 milhão de Euros.

Face ao encerramento tardio do aviso, no final de 2010 ainda não se tinha iniciado o processo de análise destas operações.

Área de Intervenção: *Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos*

Durante o ano 2010, realizaram-se algumas reuniões com entidades públicas com responsabilidade nesta área com vista á operacionalização da tipologia “**Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – acções materiais**”. Em 23/08/2010 foi aberto o concurso que decorreu até 29/10/2010, com uma dotação de 3 milhões de Euros FEDER.

Foram submetidas 5 candidaturas com um custo total de 5,8 milhões de Euros e registou-se uma taxa de admissibilidade de 100%.

Após análise do mérito foram aprovadas as cinco operações com um montante total elegível de 4,9 milhões de Euros e um co-financiamento de 2,96 milhões de Euros (*Anexo VII*).

No âmbito da “**Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos**”, destaca-se o contributo das operações contratadas (sistemas de comunicações) para os “*Core Indicators*” através do indicador *População abrangida pelos planos de emergência de protecção civil*”, que ultrapassou as metas previstas para 2015 uma vez que abrange a população total da Região (434.023 pessoas servidas).

Uma vez que o processo de aprovação ocorreu já no final do ano, não se registou execução nesta Área de intervenção até 31/12/2010.

Área de Intervenção: Ordenamento e Valorização da Orla Costeira

Nesta área de intervenção foi aberto um concurso no âmbito da tipologia “**Acções de Valorização do Litoral**” que decorreu de 25/03/2010 a 15/04/2010, com uma dotação de 2 milhões de euros FEDER. Foram submetidas 18 candidaturas com um custo total de 11,8 milhões de Euros, das quais 2 desistiram e 5 não reuniram as condições de admissibilidade. Em 31/12/2010 esta tipologia registava uma taxa de admissibilidade de 77% (custo total).

A não admissibilidade de 5 candidaturas resulta do não enquadramento nas tipologias definidas no aviso, ou da ausência de requisitos obrigatórios previstos no Regulamento (não possuem projecto técnico ou deficiente formalização).

Após análise do mérito das operações admitidas, 1 candidatura obteve parecer desfavorável na sequência de não atingir o limite mínimo (mérito) exigido, e as restantes 10 foram aprovadas pela Comissão Directiva. As aprovações neste concurso atingiram um investimento total de 9,6 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 4,2 milhões Euros.

Relacionando o número de candidaturas aprovadas (10) com as admitidas (11), obtém-se uma taxa de aprovação neste concurso de 90%. A taxa de contratação no final do ano era de 70%.

Nesta Tipologia de Operação, encontram-se aprovadas 15 candidaturas que atingem um investimento total elegível de 9,4 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 5,6 milhões de Euros (*Anexo VII*).

No final de 2010 registou-se uma execução de 6 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 3,7 milhões de Euros atingindo-se uma taxa de realização de 64,6% (*Anexo II*).

Destaca-se a importância das acções a desenvolver nesta tipologia para a valorização do produto turístico “sol-praia” e “turismo de natureza”, através de intervenções que melhoram a segurança nestas zonas litorais e a qualificação e usufruto de alguns espaços urbanos adjacentes.

Estas intervenções públicas têm um impacto significativo nas actividades económicas privadas do litoral (pequeno comércio, hotelaria e restauração) reforçando a atractividade dos espaços e a qualificação da oferta.

3.2.3 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

A limitação de verbas deste Eixo, tornava indispensável no caso do Algarve, uma pré-definição das prioridades regionais para as áreas do Ambiente, a desenvolver com as entidades públicas com responsabilidades nesta área.

Realização de reuniões com entidades com responsabilidade nestas áreas de intervenção, com o objectivo de identificar a complementaridade e a prioridade das acções previstas nos instrumentos de política como sejam os Planos das Áreas protegidas (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Parque Natural da Ria Formosa) e os Programas POLIS e PROVERE. Foram igualmente efectuados contactos com as entidades públicas competentes com vista à concretização de um investimento conjunto e concertado em equipamentos de Protecção Civil.

A complexidade técnica subjacente à análise das candidaturas, nomeadamente sobre o mérito das candidaturas, face aos critérios de selecção fixados.

Sempre que necessário, o Secretariado Técnico recorreu à parceria com especialistas “in-house” ao nível da CCDR Algarve, ou a outras entidades com conhecimentos especializados nas áreas a analisar. Ex: Litoral ou Energia.

Dificuldades financeiras por parte dos beneficiários, decorrentes da situação financeira global, das baixas taxas de participação e do aumento do tempo médio de pagamento por parte do IFDR

Para este efeito foi aprovada e aplicada em 2010 uma Orientação de Gestão que prevê a possibilidade de concessão de adiantamentos iniciais de 30% do financiamento aprovado. Foram agilizados procedimentos para aumentar a celeridade na verificação dos Pedidos de Pagamentos. Foi incrementado o pagamento contra-factura.

Necessidade de articular, aquando do lançamento de avisos de abertura de concurso, os investimentos enquadrados na Estratégia de Eficiência Colectiva – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Realização de reuniões periódicas com as entidades líderes dos consórcios no sentido de identificar e operacionalizar as intenções de investimento, já que os investimentos âncoras previstos em cada um dos PROVERE serão financiados maioritariamente pelo FEDER.

Como **boa prática**, destacamos os procedimentos adoptados no Eixo 2 pela Autoridade de Gestão para garantir o cumprimento das questões ambientais.

Na apreciação técnica das candidaturas são aplicadas ponderações mais limitativas de cariz ambiental nos critérios de selecção das candidaturas e solicitados pareceres/licenciamentos obrigatórios de acordo com a tipologia da operação, nomeadamente:

- Pareceres das Direcções de Serviços de Ambiente e Ordenamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (nos casos aplicáveis);
- Pareceres da Administração da Região Hidrográfica do Algarve no caso das intervenções no domínio hídrico;
- Pareceres do ICNB no caso de intervenções em áreas protegidas.

Para além dos pareceres e para reforçar o cumprimento da legislação comunitária e nacional em matéria do ambiente, quando aplicável, estas Entidades validam o preenchimento inicial da “*check list*” ambiental, que permite monitorizar todas as verificações necessárias na fase de apreciação, acompanhamento e encerramento das candidaturas.

No âmbito da tipologia “Acções de Valorização do Litoral”, destaca-se como boa prática o projecto “Requalificação da Frente de Mar de Armação de Pêra”, dado que corresponde a uma intervenção urbanística conjugada com uma componente ambiental (reforço da arriba) em toda a frente urbana em contacto com o mar do concelho de Silves, e permitiu reforçar, valorizar e qualificar Armação de Pêra como centro de animação urbano-turístico.

3.3 Eixo Prioritário 3:

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A execução física do Eixo 3, tanto dos indicadores de Eixo Prioritário como dos Indicadores Comuns Comunitários consta da Tabelas 3.4.

À semelhança do registado no Eixo 1 e acompanhando o avanço dos níveis de compromisso, registaram-se progressos significativos nos resultados e na realização física do Eixo, face às metas de 2010 e de 2015.

Tabela 3.5 – Indicadores do PO (Resultado e Realização) e Comuns Comunitários – Eixo 3

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
Escolas do pré-escolar e EB1 intervencionadas	Realização Contratada		5	9	17			113%
	Realização Executada		0	4	7			47%
	Metas				15	30		
	Valor de Referência	0						
Projectos estratégicos para a competitividade da rede urbana	Realização Contratada		0	2	2			50%
	Realização Executada		0	0	0			0%
	Metas				4	6		
	Valor de Referência	0						
Extensão dos troços rodoviários (novos ou existentes) intervencionados	Realização Contratada			–	36,44			182%
	Realização Executada			–	0			0%
	Metas				20	38		
	Valor de Referência	0						
Projectos integrados (componentes física, social e económica) de regeneração urbana apoiados	Realização Contratada			3	3			150%
	Realização Executada			0	0			0%
	Metas				2	4		
	Valor de Referência	0						
Projectos integrados (componentes física, social e económica) de reabilitação urbana apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização Contratada			–	0			0%
	Realização Executada			–	0			0%
	Metas				3	6		
	Valor de Referência	0						

Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
Proporção de alunos do pré-escolar e EB1 (rede pública) integrados em regime lectivo normal	Realização Contratada		66	67	82,6			103%
	Realização Executada			63	67			84%
	Metas				80	95		
	Valor de Referência	60						
Tempo de percurso de pares OD nos troços rodoviários intervencionados ¹⁾	Realização Contratada		-	-	69			86%
	Realização Executada		-	-	0			0%
	Metas				80	70		
	Valor de Referência	100						
% de população urbana abrangida por programas estratégicos de competitividade	Realização Contratada		-	54	60			150%
	Realização Executada		-	0	0			0%
	Metas				40	60		
	Valor de Referência	0						
População residente beneficiada por projectos integrados de regeneração urbana apoiados	Realização Contratada		-	10.185	10.185			204%
	Realização Executada		-	0	0			0%
	Metas				5.000	10.000		
	Valor de Referência	0						
Emprego criado pelos projectos integrados apoiados nas áreas de baixa densidade	Realização Contratada		-	-	-			-
	Realização Executada		-	-	-			-
	Metas				60	120		
	Valor de Referência	0						

1) [(somatório dos tempos de percurso OD em minutos nos troços após intervenção / n.º de troços) - (somatório dos tempos de percurso OD em minutos nos troços antes da intervenção / n.º de troços)] / ((somatório dos tempos médios de percurso origem/destino)*,

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2015	
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	3		20%	
		Realização - Executada				1		7%	
		Metas					15		
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		-	-	0,85			17%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					5		
	15. Nº de Km de novas estradas nas RTE (*)	Realização - Contratada		-	-	0			n.a
		Realização - Executada				0			n.a
		Metas					n.a		
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		-	-	35,59			79%
		Realização - Executada				0			0%
		Metas					45		
19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		-	-	n.d			n.d	
	Realização - Executada				n.d	n.d		n.d	
	Metas								
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada		-	-	15.935			n.d	
	Realização - Executada				12.902			n.d	
	Metas					n.d			
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	9	17		68%	
		Realização - Executada				7		28%	
		Metas					25		
Saúde	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		1840	2849	5.583		80%	
		Realização - Executada				1.962		28%	
		Metas					7000		
Reabilitação Urbana	38. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	-		n.d	
		Realização - Executada				0		n.d	
		Metas					n.d		
Competitividade das Cidades	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada		-	0	24		69%	
		Realização - Executada				5		14%	
		Metas					35		
Inclusão Social	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		-	0	5		33%	
		Realização - Executada				0		0%	
		Metas					15		
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		5	9	17		61%	
		Realização - Executada				7		25%	
		Metas					28		

Observação: Apenas foram considerados nesta selecção os indicadores que contam exclusivamente com a contribuição deste Eixo. Não foram colocados os Core Indicators n.ºs 23 e 34 e 35 por serem transversais a vários Eixos e os indicadores 20 e 21 porque aguardam a definição de uma metodologia comum para sua quantificação.
n.d - não disponível
n.a - não se aplica

Educação

- ❖ *17 escolas intervencionadas até final de 2010.*
Grau de concretização: 113% (taxa de realização: 43%) (meta 2010)
- ❖ *5583 alunos beneficiam das intervenções*
Grau de concretização: 80% (meta 2015)
- ❖ *82,6% dos alunos integrados em regime lectivo normal*
Grau de concretização: 103% (meta 2010)

Política de cidades

- ❖ *3 Projectos integrados de regeneração urbana apoiados*
Grau de concretização: 150% (meta 2010)
- ❖ *10 185 residentes beneficiados por projectos de regeneração urbana apoiados*
Grau de concretização: 204% (meta 2010)
- ❖ *24 projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades*
Grau de concretização: 69% (meta 2015). Em 2009 era 0%

Transportes

- ❖ *36 Km de troços novos ou existentes*
Grau de concretização: 150% (meta 2010)
- ❖ *Redução de 30% do tempo de percurso OD*
Meta: redução de 20% em 2010.

Inclusão Social

- ❖ *17 projectos dirigidos aos jovens que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social*
Grau de concretização: 61% (meta 2015)

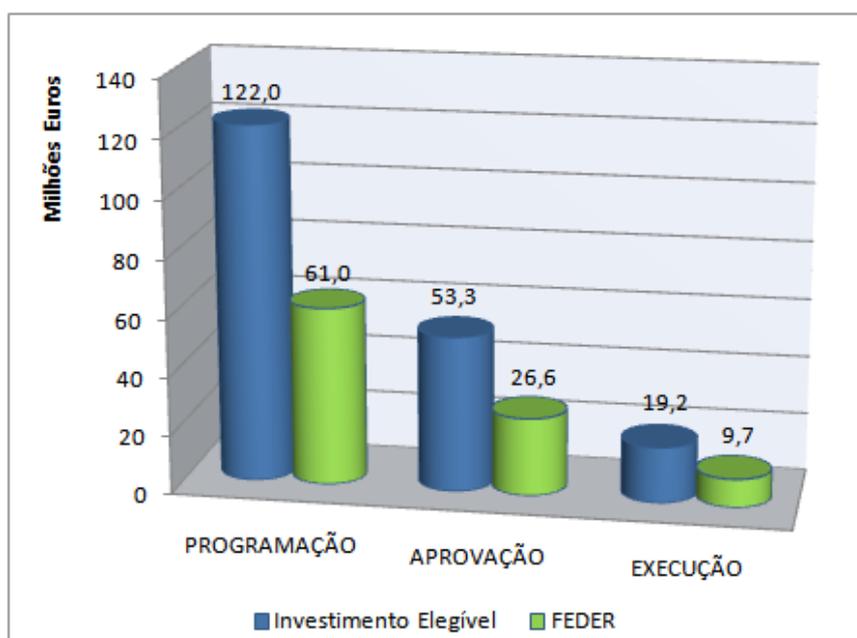
De referir as quantificações nulas nos 2 indicadores referentes às Áreas de Baixa Densidade, devido a algum atraso verificado nas aprovações de operações no âmbito dos PROVERE e também devido ao facto das iniciativas nas Áreas de Baixa Densidade estarem mais vocacionadas para os apoios do PRODER (FEADER).

3.3.2 Análise qualitativa

Até ao final de 2010, tinha sido colocado a concurso no Eixo 3 um montante FEDER de 47,6 milhões de Euros em concursos encerrados até 29/10/2010, nos quais foram admitidas 37 candidaturas, com um custo total previsto de 116,6 milhões de Euros (*Anexo IX*).

O Eixo 3, representa 35% do total da programação do PO Algarve 21.

Gráfico 3.13 – Eixo 3 – Programação, Aprovações e Execução

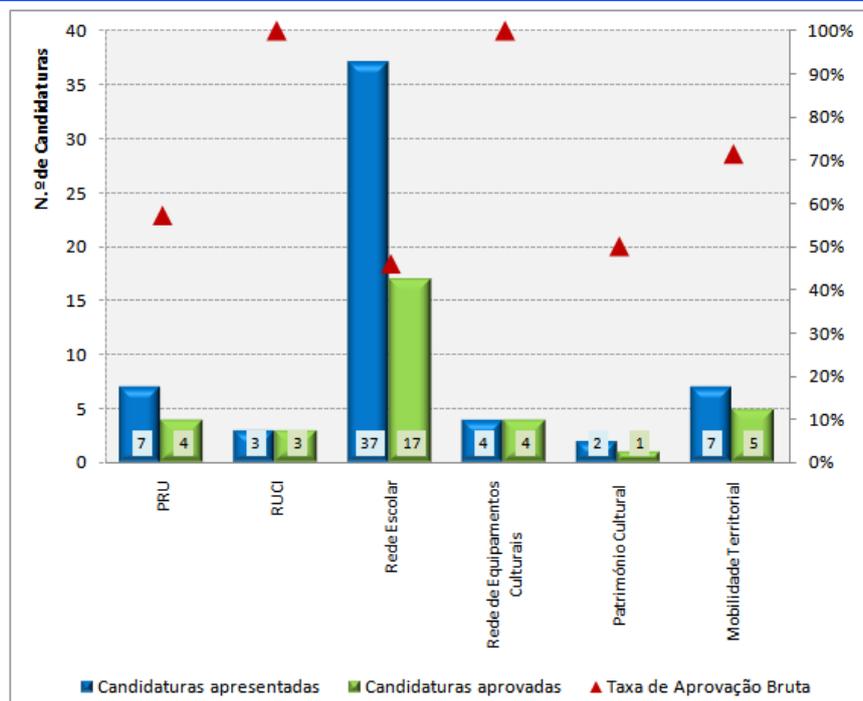


Até 31/12/2010, foram abertos no Eixo 3, 10 concursos, nos quais foram apresentadas 60 candidaturas e aprovadas 34, com um montante de investimento total elegível de 63,9 milhões de Euros²⁶ e uma comparticipação FEDER de 31,9 milhões de Euros¹⁸. A taxa de aprovação relativamente às candidaturas admitidas, atingia, no final do ano, 92% (*Anexo IX*) e a taxa de compromisso situava-se em 43,67%²⁷ (*Anexo II*).

²⁶ Inclui o valor aprovado na totalidade dos Planos de Acção aprovados.

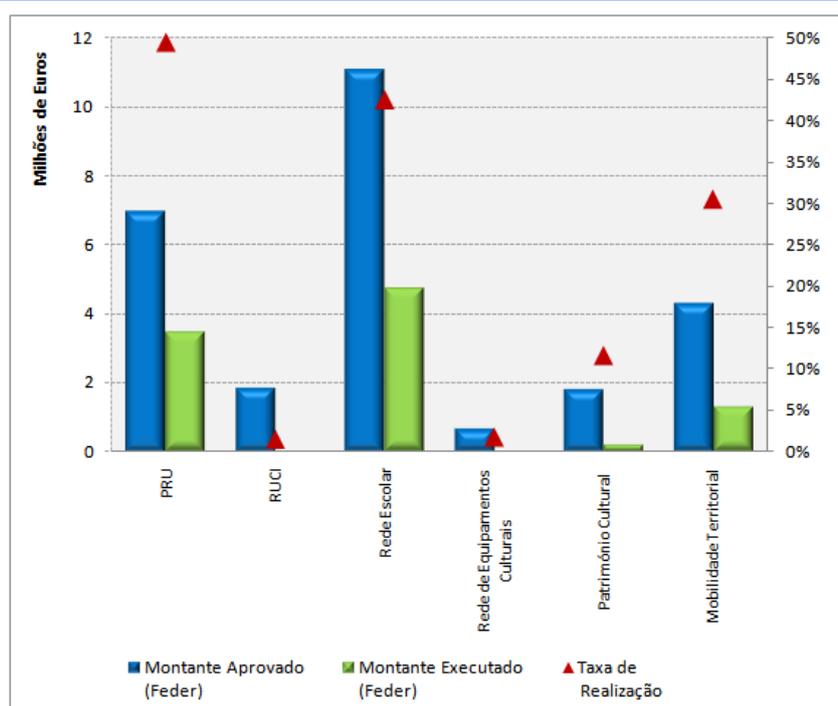
²⁷ Inclui apenas o valor das operações aprovadas no âmbito dos Planos de Acção.

Gráfico 3.14 – Eixo 3 – Taxa de aprovação por tipologia de operação



A execução em 31/12/2010 atingia os 19 milhões de Euros de custo total, com um FEDER de 9,7 milhões de euros correspondente a uma taxa de execução de 15,9% e de realização de 36,5%. A estes valores está ainda associado um valor pago aos beneficiários de 8 milhões de euros FEDER (*Anexo II*).

Gráfico 3.15 – Eixo 3 – Taxa de realização por tipologia de operação



Área de Intervenção: *Parcerias para a Regeneração Urbana*

Em 2009, tinha ficado encerrada a 1ª fase do concurso no âmbito desta Tipologia com a assinatura dos **Protocolos de Financiamento dos Programas de Acção**. Estes Protocolos assinados por todos os parceiros previam os montantes financeiros atribuídos a cada operação e indicavam que estes projectos deveriam ser submetidos à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 1 ano, em condições de serem aprovados.

Os três Programas de Acção aprovados previam assim a apresentação de 36 operações com um montante FEDER comprometido de 4 milhões de Euros para um investimento elegível de 6,7 milhões e um investimento total previsto de 26 milhões.

Durante o ano de 2010 decorreu o prazo previsto para a apresentação dos projectos identificados nos Programas de Acção. Foram submetidas 32 candidaturas, das quais uma desistiu e uma não reuniu as condições de admissibilidade. Foram aprovadas 25 operações, que representam um compromisso FEDER de 1,9 milhões de Euros. (Anexo VII).

As restantes 5 candidaturas foram submetidas já no final do ano, pelo que as respectivas decisões não ocorreram até 31/12/2010.

Até final de 2010, registou-se uma execução de 1,6 milhões de Euros de despesa pública e uma comparticipação de 0,9 milhões de Euros, atingindo-se uma *taxa de realização* de 47% e uma *taxa de reembolso* de 80% (Anexo II).

Área de Intervenção: *Competitividade da Rede Urbana Regional*

No início de 2010, no âmbito da tipologia **Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação** encontravam-se aprovados 3 Programas Estratégicos com um investimento, relativo aos beneficiários do Algarve, de 11,2 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 5 milhões de Euros, estando contratados apenas 2 destes Programas (50% da meta de realização do Eixo).

Estas aprovações incluem 2 candidaturas interregionais (Programas Estratégicos) em que a Região “leader” é o Alentejo. Uma relativa a Redes Ambientais ligadas à eficiência energética em que participa o Município de Silves, e outra que diz respeito a uma Rede de Marinas e

Portos de recreio, onde são parceiros no Algarve os Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão e VRSA e que não se encontra ainda contratada.

Durante o ano de 2010, decorreu o período obrigatório de submissão das operações individuais dos Programas Estratégicos (um ano após a assinatura dos Protocolos de Financiamento já firmados).

Registou-se a submissão de 11 candidaturas com um montante de 11 milhões de euros de investimento previsto no Programa regional “Algarve Central”.

Após a análise de mérito, 8 projectos foram propostos para aprovação. Os projectos aprovados, atingem o montante de 3,6 milhões de euros de investimento e uma comparticipação FEDER de 1,8 milhões de euros (*anexo VII*).

Apesar de se ter atingido uma elevada taxa de compromisso do Programa verificou-se ainda uma baixa execução (60,6 mil de euros de investimento e 27 mil euros de FEDER). A *taxa de reembolso*, ascendia no final de 2010 a 100% (*Anexo II*).

Como resultados destas aprovações, no final do ano, 60,5% da população urbana da região ficará abrangida por estas intervenções, o que ultrapassa a meta prevista (151%).

Área de Intervenção: “Equipamentos Colectivos / Estruturantes”²⁸

Enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências celebrado em Maio 2009 entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e dada a prioridade nacional estabelecida para a Rede Escolar, no âmbito do plano de combate à crise, deu-se continuidade à política, seguida em anos anteriores, à abertura de concursos em contínuo em várias fase:

- ❖ **3ª Fase – Projectos entrados até 31/12/2009** - Foram submetidas 7 candidaturas com um investimento proposto de aproximadamente 6 milhões de Euros. Duas não reuniram as condições de admissibilidade (operação não identificada na contratualização e candidatura sem dotação QREN à data – bolsa de overbooking), registando-se uma taxa de admissibilidade de 71%.

²⁸ Corresponde a uma autonomização de um conjunto de Regulamentos Específicos, cujas tipologias aquando da feitura do PO se encontravam integrados na Política de Cidades.

Após análise do mérito das operações admitidas, 1 candidatura não atingiu o limite mínimo exigido e 4 foram aprovadas com um investimento total de 3,5 milhões de euros e uma comparticipação FEDER de 1,75 milhões de euros. A taxa de aprovação (aprovadas/admitidas) foi assim de 80%.

- ❖ **4ª Fase – De 01/02/2010 a 30/06/2010** - Foram submetidas 4 candidaturas neste período, com um montante de 11 milhões de euros de investimento previsto. Uma candidatura não reuniu as condições de admissibilidade, registando-se uma taxa de admissibilidade de 75%.

Após a análise do mérito, os restantes 3 projectos foram aprovados, com um montante de 3,6 milhões de euros de investimento e uma comparticipação FEDER de 1,8 milhões de euros.

- ❖ **5ª Fase – De 18/08/2010 a 29/10/2010** – A dotação a concurso foi de 4,7 milhões de euros e não houve submissão de candidaturas.

A 31/12/2010 encontravam-se aprovados 17 projectos dos 28 previstos na contratualização, com um montante total de investimento elegível de 22 milhões de Euros e comparticipação FEDER de 11 milhões de euros (*Anexo VII*). Encontravam-se assinados todos os contratos, o que representa uma taxa de contratação de 100% para esta Tipologia de Operação.

O montante FEDER aprovado a 31/12/2010 no valor de 7,5 milhões de euros, o que representa 67,5% do previsto na contratualização.

A execução financeira desta tipologia de operação registava, no final do ano, uma despesa pública de 9,4 milhões de Euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 4,7 milhões de Euros e uma *taxa de realização* de 42,6% (*Anexo II*).

Comparando o valor da comparticipação comunitária paga aos promotores (4,2 milhões de euros) com a execução FEDER (4,7 milhões de euros), a *taxa de reembolso* ascendia, no final de 2010, a 89,9% (*Anexo II*).

Estas intervenções na tipologia “Requalificação da rede escolar”, permitiram ainda que 5583 alunos fossem beneficiados pela criação das 17 escolas contratadas, atingindo-se um grau de concretização de 80% face à meta prevista para 2015. Por sua vez estas intervenções apontam já para que 83% dos alunos se encontrem integrados em regime lectivo normal (103% da meta prevista para 2010) o que representa sem dúvida um forte contributo para a melhoria das condições de aprendizagem e para as condições da vida familiar.

Em Outubro de 2010 realizou-se uma consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento do PO ALGARVE 21 para aprovação dos critérios de selecção das operações de Requalificação da Rede do 2º. e 3º. Ciclo do Ensino Básico e Escolas Básicas Integradas, que foram aprovados a 8 de Novembro.

No âmbito da tipologia “**Rede de Equipamentos Culturais – Programação em Rede**” os 4 projectos aprovados atingem o montante de 2,2 milhões de Euros de investimento e uma comparticipação FEDER de cerca 0,7 milhões de Euros.

Durante o ano de 2010, foram assinados os protocolos de duas candidaturas inter-regionais cujos chefes de fila pertenciam à região de Lisboa e Alentejo e assinados os contratos das respectivas operações.

No final de 2010, face às dificuldades financeiras e às prioridades definidas por parte dos principais beneficiários, não foi possível ir além de 30 mil euros de despesa pública de execução a que corresponde uma comparticipação comunitária de 12 mil de euros. A *taxa de realização* em 31/12/2010 era apenas de 1,79% (*Anexo II*).

Relativamente à tipologia “**Valorização e Animação do Património Cultural**”, encontra-se aprovado 1 projecto com um investimento de 3,6 milhões de Euros e um co-financiamento de 1,8 milhões de Euros.

A execução financeira desta operação registava, no final do ano, uma despesa pública de cerca de 0,4 milhões de Euros, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 0,2 milhões de Euros e uma *taxa de realização* de 12% (*Anexo II*). Os pagamentos FEDER efectuados ascendem a 0,5 milhões de euros.

Área de Intervenção: *Acessibilidade e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano*

Durante o ano 2010, foi operacionalizada esta área de intervenção através da abertura de um concurso no âmbito da tipologia “**Mobilidade Territorial**”.

Enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências foi aberto um concurso contínuo que decorreu de 12/08/2010 a 29/10/2010, com uma dotação de 4 milhões de euros FEDER.

Pelo facto de se tratar de um Regulamento com grandes solicitações no âmbito da contratualização, a Autoridade de Gestão elaborou um documento técnico orientador com o objectivo de limitar as intervenções à estratégia definida para o PO.

Foram submetidas 7 candidaturas com um custo total de 10 milhões de Euros, das quais 2 não reuniram as condições de admissibilidade, registando-se uma taxa de admissibilidade de 71%. (*Anexo II*).

A não admissibilidade de 2 candidaturas resulta do não enquadramento nas orientações definidas, ou da ausência de requisitos obrigatórios previstos no aviso. Após análise do mérito foram aprovadas as 5 operações admitidas.

Em 31/12/2010, as aprovações atingiam um investimento elegível de 8,6 milhões de Euros e uma comparticipação FEDER de 4,3 milhões Euros, com uma *taxa de aprovação líquida* de 100% (*Anexo IX*).

Os projectos aprovados permitem uma redução do tempo médio de percurso que ultrapassa o previsto na meta para 2015.

A 31/12/2010 encontravam-se assinados 3 contratos nesta tipologia de operações, o que representava uma *taxa de contratação* de 60%. Algumas operações não tinham ainda resolvido no final do ano todas as condicionantes de aprovação.

Apesar da aprovação destas operações ter ocorrido já no final do ano, foi ainda possível obter uma execução em 31/12/2010 de 2,6 milhões de Euros (custo total), com um FEDER de 1,3 milhões de euros a que corresponde uma *taxa de realização* de 30,6% (*Anexo II*).

Área de Intervenção: Coesão Territorial nas Áreas de Baixa Densidade/Valorização Económica de Recursos Endógenos²⁹

Esta área de intervenção é operacionalizada através de *programas integrados de acções* que em conformidade com a sua natureza são enquadradas em diferentes tipologias/regulamentos do PO. Foram assim criadas *estratégias de eficiência colectiva* de cariz territorial que enquadram as operações que por sua vez são apoiadas através de vários Regulamentos Específicos sectoriais.

²⁹ Na reprogramação do PO, em curso à data deste Relatório, estas Áreas de Intervenção territoriais, pela semelhança da sua natureza, vão ser fundidas para permitir uma melhor integração dos espaços a interencionar.

Esta abordagem que foi considerada a mais adequada para a intervenção em territórios com debilidades específicas, deu origem no âmbito desta Área de Intervenção ao PROVERE “Algarve Sustentável” no âmbito do qual já foram aprovadas as seguintes operações:

Designação do Projecto	Concelho	Montantes Aprovados		EEC - PROVERE	Tipologia / Reg. Específico
		Fundo Comunitário	Investimento Elegível		
Valorização dos Açudes de Alcaria Cova, Galaxos, Várzea	Alcoutim	213.485,50	426.971,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Sinalização da Rede Natura 2000 - Algarve interior	Multi concelhos	70.461,50	140.923,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Estação de Biodiversidade de Loulé	Loulé	15.000,00	30.000,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Parque de Merendas e Autocaravanismo do Pereiro	Alcoutim	148.252,00	228.080,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Pólo Museológico da Água - Equipamento e Conteúdos	Loulé	145.704,00	224.160,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Via Algarviana 2	Multi concelhos	950.947,40	1.462.996,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Estação de Biodiversidade de São Brás de Alportel	São Brás de Alportel	12.753,00	19.620,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Remodelação do Sistema de Comportas e reparação dos Açudes do Parque Municipal do Sítio das Fontes	Lagoa	29.750,00	59.500,00	PA "Algarve Sustentável"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
		1.586.353,40	2.592.250,00		

Área de Intervenção: *Valorização do Guadiana e do Arade*³⁰

À semelhança da anterior, esta Área de intervenção não possui um envelope financeiro próprio, mas recorre ao apoio dos vários Regulamentos Específicos a partir da criação de *estratégias de eficiência colectiva* de cariz territorial. Neste caso foi criado o PROVERE “Âncoras do Guadiana” no qual se integram as seguintes operações aprovadas:

Designação do Projecto	Concelho	Montantes Aprovados		EEC - PROVERE	Tipologia / Reg. Específico
		Fundo Comunitário	Investimento Elegível		
Recuperação do sapal de Venta Moinhos Sul	Castro Marim	112.057,40	172.396,00	PA "Âncoras do Guadiana"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Cultivo Sustentável de Halófitas na RNSCM/VRSA	Castro Marim e VRSA	109.671,25	168.725,00	PA "Âncoras do Guadiana"	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
		221.728,65	341.121,00		

³⁰ Na reprogramação do PO, em curso à data deste Relatório, estas Áreas de Intervenção territoriais, pela semelhança da sua natureza, vão ser fundidas para permitir uma melhor integração dos espaços a interencionar.

Área de Intervenção: *Iniciativa JESSICA*³¹

Durante o ano de 2010 procedeu-se à submissão e aprovação de uma candidatura instrumental para implementação da iniciativa JESSICA no Algarve, no montante de 10 milhões de euros de custo total e uma comparticipação FEDER de 5 milhões o que permitiu operacionalizar a 1ª transferência para a criação do JESSICA HOLDING FUND, no valor de 2,5 milhões de euros para a região do Algarve.

Em Dezembro de 2010, foi aberto o concurso para a manifestação de interesse por parte de potenciais Entidades Gestoras dos Fundos de Desenvolvimento Urbano, entidades que irão gerir em cada Região as dotações atribuídas a esta iniciativa.

Durante o ano 2010, foi efectuada uma primeira identificação de intervenções que se inserem nos objectivos JESSICA, essencialmente com base nas operações previstas nos Programas de Acção e Programas Estratégicos, no âmbito da Política de Cidades (Áreas de intervenção anteriores).

Para esclarecimento dos potenciais beneficiários e estimular a montagem de operações a integrar nesta iniciativa, foi realizada a 13/01/2011³² uma Sessão Pública de apresentação em Faro que contou com a presença do Coordenador Nacional e de um representante do BEI.

3.3.3 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Problemas gerais

A **coexistência do processo de encerramento do QCA III** durante o ano 2010, que terminou a sua fase intensa de trabalho em 30/09/2010, não permitiu a necessária concentração de esforços por parte das equipas técnicas para apreciação de candidaturas e validação de despesa no PO Algarve 21 (2007-2013).

³¹ Ver ponto 2.6.2 para mais informação.

³² Prevista inicialmente para Dezembro 2010.

Por outro lado, também da parte dos executores o acentuar da crise económica e financeira acentuou as dificuldades em dispor de capacidade financeira suficiente para pagamento e dos compromissos decorrentes das aprovações do PO Algarve 21.

O **aumento do prazo médio de pagamentos** por parte do IFDR, não ajudou a esta situação.

Problemas específicos

- ❖ **Dificuldade de gerir um elevado número de solicitações no âmbito da contratualização, aliado à escassez de recursos do Programa**, sentido em particular no âmbito da Mobilidade Territorial.

Para facilitar a solução deste problema a Autoridade de Gestão elaborou um documento técnico orientador com o objectivo de indicar prioridades para as intervenções face à estratégia definida para o PO.

- ❖ A **baixa taxa de execução** deste Eixo deve-se, de forma mais específica, ao peso significativo das aprovações dos **Programas de Acção** e dos **Programas Estratégicos**, onde existe um desfasamento temporal entre a aprovação dos Planos e a submissão e posterior execução das operações. Algumas regras demasiado rígidas previstas nos Regulamentos da Política de Cidades dificultam a gestão operacional no sentido de após análise e ponderação dos objectivos a cumprir, permitir à Autoridade de Gestão poder viabilizar a substituição ou ajustamento de operações flexibilizar prazos. Esta rigidez atrasa a operacionalização de soluções para os problemas, atrasa a execução e dificulta a obtenção de resultados.
- ❖ No âmbito do Regulamento “**Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação**”, têm surgido atrasos significativos, na assinatura de protocolos pelo facto das operações integrarem, entidades beneficiárias de várias Regiões, e exigirem a articulação de procedimentos entre os vários Programas Operacionais.

Boas práticas

Ao nível dos *projectos*, de realçar o projecto “Centro Escolar EB1/JI de Vale de Rãs” que se considera não só um bom exemplo da política de **Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Algarve** dado que irá permitir a passagem de 3 escolas a funcionar em regime duplo para

regime normal e suspender o funcionamento das escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico de reduzidas dimensões, como constitui uma boa prática no que respeita ao **desempenho ambiental e eficiência energética** do Edifício.

O projecto de arquitectura, teve por base uma estratégia de desenho solar passivo e de desenho verde, que abarca grandes pontos de intervenção (aquecimento/arrefecimento, iluminação, ventilação) com o objectivo de recorrer a energias renováveis e reduzir os custos energéticos do edifício.

4. GRANDES PROJECTOS E PROJECTOS AMBIENTAIS

4.1 Grandes Projectos

Aquando da apresentação do Programa Operacional à Comissão Europeia, não foi preenchida a lista indicativa de grandes projectos por não se encontrar prevista a ocorrência dos mesmos. Caso se venha a concretizar algum projecto deste tipo, serão cumpridas as disposições legais previstas nomeadamente na Secção 2 do Capítulo II do Reg. (CE) n° 1083/2006 (Art° 39°, 40° e 41°).

4.2 Projectos Ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros

Não se encontra prevista a ocorrência de projectos ambientais com custo total entre 25 e 50 milhões de euros, nos termos do previsto no Reg. (EU) n° 539/2010.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

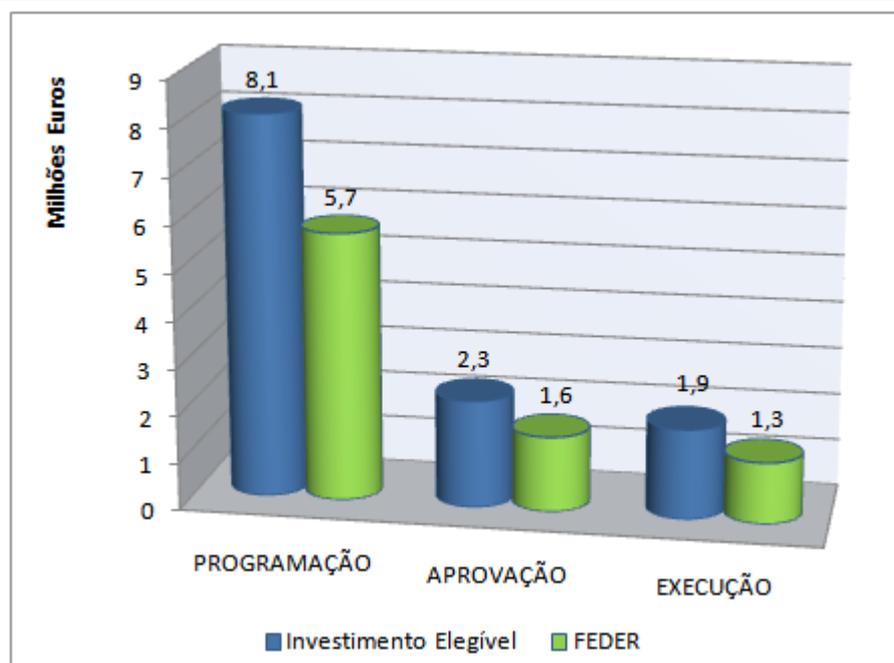
A dotação atribuída ao Eixo 4 – Assistência Técnica para o período 2007-2015 é de 8,1 Milhões de Euros de Investimento e 5,7 Milhões de Euros FEDER com uma taxa de comparticipação de 70%.

A percentagem da dotação da Assistência Técnica (Eixo 4) atribuída ao PO Algarve 21 no total da dotação do Programa representa assim 3,25%, ou seja, inferior aos 4% previstos no n.º 1 do artigo 46º do regulamento (CE) n.º 1083/2006 alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009.

Tal significa que a disponibilidade FEDER de 5,7 Milhões de Euros de FEDER a distribuir por 6 beneficiários (Autoridade de Gestão, Grande Área Metropolitana do Algarve no âmbito da contratualização e os 4 organismos intermédios).

Naturalmente, atendendo, por um lado às limitações orçamentais e por outro, ao tipo de beneficiários e respectivas competências (nos termos do artigo 42 e do n.º 2 do artigo 59 do Regulamento (CE) n.º1083/2006 de 11 de Julho), foram estimados, nos avisos de concurso, *plafonds* máximos anuais para cada tipo de beneficiário.

Gráfico 5.1 – Eixo 4 – Programação, Aprovações e Execução



No final de 2010 a *taxa de compromisso* (AP/PR) neste eixo era de 28% com uma *taxa de realização* (EX/AP) de 84%.

As operações ALG-04-1873-FEDER-000003 e 4, aprovadas em 2009, foram reforçadas³³ com o orçamento para o ano 2010, tendo em conta o previsto na alínea b) do ponto 8 do aviso de concurso “cada candidatura aprovada poderá ser sucessivamente reprogramada para exercícios seguintes, mediante aprovação da Comissão Directiva do PO “

Foi aberto um concurso em Setembro, tendo sido aprovadas três novas operações referentes aos organismos intermédios (AICEP, ADI e TP).

De referir que a AICEP que havia já apresentado uma candidatura em 2009, optou por encerrar esta primeira candidatura, tendo apresentado um pedido único e final em Abril de 2010. Apresentou posteriormente uma nova candidatura no final do ano.

Tabela 5.1 – Assistência Técnica - Execução a 31/12/2010

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ENTIDADE PROMOTORA	Data de Decisão	Data de Assinatura de Contrato	APROVAÇÃO		EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO (2)/(1)
					INVESTIMENTO ELEGÍVEL	FEDER ASSOCIADO (1)	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	FEDER ASSOCIADO (2)	
ALG-04-1873-FEDER-000001	Assistência Técnica I - CCDRALG-PO Algarve 2007-2013	CCDRAlgarve	08-09-2008	15-10-2008	281.378 €	196.964 €	281.378 €	196.964 €	100%
ALG-04-1873-FEDER-000002	Assistência Técnica - AICEP - 2008-2009	AICEP	04-08-2009	08-09-2009	12.329 €	8.630 €	12.329 €	8.630 €	100%
ALG-04-1873-FEDER-000003	Assistência Técnica - 2009 e seguintes - AMAL	AMAL	04-08-2009	11-09-2009	151.425 €	105.997 €	131.593 €	92.115 €	87%
ALG-04-1873-FEDER-000004	Assistência Técnica II - CCDRALG-PO Algarve 21 2007-2013	CCDRAlgarve	04-08-2009	01-09-2009	1.752.033 €	1.226.423 €	1.489.119 €	1.042.383 €	85%
ALG-04-1873-FEDER-000005	Assistência Técnica - 2010 - AICEP	AICEP	07-12-2010		27.134 €	18.994 €			
ALG-04-1873-FEDER-000006	Assistência Técnica	ADI	07-12-2010		12.214 €	8.550 €			
ALG-04-1873-FEDER-000007	Assistência Técnica - 2009/2010 - Turismo de Portugal	TP	07-12-2010		50.250 €	35.175 €			
TOTAL					2.286.763 €	1.600.734 €	1.914.418 €	1.340.093 €	84%

Relativamente à execução, por grandes componentes, sistematizada na tabela 5.2, verificamos que a maior fatia (71%) corresponde à componente “despesas com pessoal”. Isto deve-se essencialmente à forte limitação dos orçamentos que por vezes não cobrem outras obrigações das AG e OI, optando estas entidades por não incluir nestas candidaturas algumas despesas que embora regulamentares são suportadas com orçamentos próprios.

³³ Este reforço é normalmente efectuado após a aprovação do Orçamento (contrapartida nacional) de cada entidade beneficiária.

Tabela 5.2 – Assistência Técnica – Execução por componentes

Euros

COMPONENTES	Despesa Executada até 31/12/2010			TOTAL	OBSERVAÇÕES
	CCDR Algarve ALG-04-1873-FEDER-000001 ALG-04-1873-FEDER-000004	AMAL ALG-04-1873-FEDER-000003	AICEP ALG-04-1873-FEDER-000002		
DESPESAS COM PESSOAL	1.226.859 €	115.449 €	12.329 €	1.354.637	Incluiu todos os encargos obrigatórios com pessoal afecto ao PO Algarve 21
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	536.834 €	10.382 €	0 €	547.216	Incluiu despesas obrigatórias com Estudos de Avaliação do PO, implementação do Sistema de Informação, sistema de controlo interno, divulgação e comunicação do PO e despesas gerais de funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico (viaturas e deslocações para verificações físicas das operações e outras)
DESPESAS DE CAPITAL	6.804 €	5.761 €	0 €	12.565	Valor residual para renovação de equipamento (informático e administrativo/básico) afecto à Estrutura de Apoio Técnico
TOTAL DESPESA	1.770.497 €	131.593 €	12.329 €	1.914.418	
FEDER ASSOCIADO (70%)	1.239.348 €	92.115 €	8.630 €	1.340.093	

O maior peso com as “Despesas com pessoal” deve-se também às despesas relacionadas com os membros da Comissão Directiva, situação que não existia no QCA III.

As realizações físicas encontram-se retratadas na tabela seguinte:

Tabela 5.3 – Indicadores do PO (realização e resultado) – Eixo 4

Indicadores de Realização Física		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa	Realização - Contratada		100	100	100			167%
	Realização - Executada		100	100	100			167%
	Metas				60	100		
	Valor de Referência	0						
Indicadores de Resultado		2007	2008	2009	2010	2015	Total	Grau de concretização 2010
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
Cumprimento das regras n+3 e n+2	Realização - Contratada		-	-	n.a ^(a)			n.a
	Realização - Executada		-	-	n.a ^(a)			n.a
	Metas				100	100		
	Valor de Referência / Situação de Partida	0						

a) A alteração do Regulamento Comunitário n.º 1083/2006 de 11 de Julho, através do reg (CE) n.º 539/2010 de 16 de Julho, alterou a meta n+3 que passou a ser aplicável apenas em 2011. A meta prevista para 2010 é portanto “não aplicável”

Registe-se no caso do indicador “*Proporção de candidaturas submetidas on-line ao Programa*” foi já atingida a meta prevista para 2015, devendo ser ponderada a adaptação do indicador em futuras reprogramações.

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Para execução do programado no Plano de Comunicação do PO Algarve 21, no âmbito do cumprimento das obrigações dispostas no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, “...avaliação dos resultados das medidas de informação e publicidade em termos de visibilidade e notoriedade dos programas operacionais...” foram desenvolvidas medidas de informação e divulgação que seguiram as orientações e a estratégia nacional de comunicação do QREN.

Durante o ano de 2010, as acções de Informação e Divulgação estiveram centradas na divulgação dos projectos em curso, na abertura de novos concursos e na avaliação dos eventos de comunicação em sala.

Web site

O site do PO ALGARVE 21 www.poalgarve21.qren.pt, disponibilizou informação permanente actualizada, nomeadamente sobre os avisos de abertura de concursos, projectos aprovados e conteúdos noticiosos sobre as principais realizações.

No capítulo «Projectos Aprovados», foram publicados os resultados dos concursos com a explicitação da lista dos beneficiários, montantes, tipologias de operação e designação das operações. O site permitiu, igualmente, efectuar inscrições online em todas as iniciativas realizadas. O número total de visitas à página web do PO Algarve 21, em 2010, foi de 60 mil.



Anúncios de Imprensa

Foram realizadas campanhas, publicados anúncios na imprensa para promover as Sessões, Seminários, para divulgar a abertura de novas fases de concursos, para aumentar a visitação em Feiras, publicitar resultados. Os referidos eventos foram publicitados em jornais regionais e no Correio da Manhã.



Eventos, mostras e feiras

- **Consultório QREN** - realizada pelo PO Algarve 21 em parceria com a Enterprise Europe Network, **dirigidas a potenciais beneficiários do Sistema de Incentivos**
18 Março - Feira Informa 2010, Feira de Emprego em Loulé

➤ **Sessões realizadas pelo PO ALGARVE 21, dirigidas a potenciais beneficiários dos Sistemas de Incentivos:**

19 Abril – Biblioteca Municipal de Olhão

22 Abril – Auditório do Município de Lagos

27 Abril – Workshop sobre Pagamentos nos Sistemas de Incentivos

29 Abril – Biblioteca Municipal de Albufeira

8 Junho – Sessão Técnica com consultores

21 Julho – Sessão Informativa AHETA sobre AAC03 – Solar Térmico

22 Outubro – Sessão técnica QREN para aceleração de projectos no NERA, Núcleo Empresarial da Região do Algarve em Loulé

19 Novembro – Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve (EHTA) em Faro.



Olhão



Albufeira

➤ **Grande Evento Anual**

O momento alto do ano ocorreu em Maio durante a **Semana da Europa**, tendo envolvido directamente cerca de 3000 participantes nas várias iniciativas realizadas:

- 3 a 10 Maio - Exposição “10 Anos do Euro”, em co-organização com o Centro Europe Direct - *Centro Comercial Fórum Algarve Faro*
- 7 Maio - construção de uma bandeira da Europa com tampinhas de plástico pelos alunas das Escolas em Vila Real de Santo António (para sensibilização às questões ambientais e de reciclagem).
- 9 Maio - Foi hasteada a bandeira nas instalações da CCDR Algarve/PO Algarve 21
- Maio - Seminário Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social - Biblioteca Municipal VRSA



Praça do Marques de Pombal, Vila Real de Santo António

- Maio – Campanha nacional de distribuição de postais que circularam entre os dias 26 de Abril e 9 de Maio em todo o território nacional, gerando um contacto com 788106 pessoas (foram consumidos 245 000 postais).



Postal alusivo ao Algarve – Salinas de Tavira

- Maio - visita organizada de Deputados do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Regional da Assembleia da Assembleia da República. Visitaram projectos beneficiários do Sistema de Incentivos de Empresas QREN em S. Brás de Alportel e no MARF.



Z.I de S. Brás de Alportel

- 28 Maio - Seminário Edificação Dispersa - CCDR Algarve, Palacete Doglioni_Faro

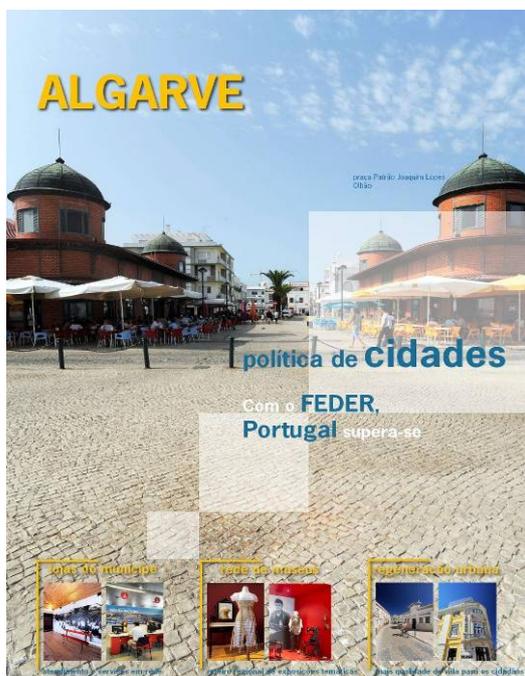
➤ *Outros Eventos*

"**Café Doglioni** " - Emprego e Desemprego, (24 de Fevereiro), Saúde (9 de Junho), Requalificação do Território, (13 Julho): Ciclo de encontros temáticos realizados com a presença de oradores especialistas, ao entardecer na CCDR Algarve, Palacete Doglioni - Faro

1 de Setembro a 31 de Dezembro - "**Exposição projecto TASA** " - Técnicas Artesanais Saberes Ancestrais - mesa expositiva desenvolvida a partir da recolha de artefactos, trabalhos artesanais e projectos. Projecto inovador para a valorização do produto artesanal com incorporação de design incluído na operação "Articular para Intervir". Divulgação do projecto efectuada em Alcoutim, S. Brás de Alportel, Monchique e Faro, ADLs e junto de Associações de Artesãos.



24 de Setembro - Espaço de divulgação do PO Algarve 21 na iniciativa **Cientistas ao Palco - Noite Europeia dos Investigadores** realizada no Centro Comercial Ria Shopping em Olhão. Participação dirigida à comunidade académica num evento organizado pela Universidade do Algarve através do CRIA.



- Exposição fotográfica **Algarve - Política de Cidades**

A exposição foi uma mostra de textos, fotografias, maquetas e vídeos dos projectos em execução ou já concluídos apoiados pelo Programa no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana (Centros históricos de Loulé, Olhão e Tavira) e das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação – Algarve Central.

Inclui a iniciativa "Algarve - do Reino à Região", um roteiro em Rede formado por 13 exposições apresentadas em igual número de municípios, em colaboração com outros parceiros. A ligação em rede das "Lojas do Município" e o projecto "Algarve Cultural", uma programação cultural em rede em vários espaços culturais da região, foram investimentos apresentados.

A iniciativa foi desenvolvida em parceria com o IFDR e esteve em itinerância em Lisboa, Faro e Olhão entre Setembro de 2010 e Janeiro 2011.



Faro



Olhão

➤ **Mostras e Feiras**

O Algarve participou, com um stand de 400 m², na **Mostra Portugal Tecnológico**, que decorreu entre 22 a 26 de Setembro na FIL, em Lisboa, onde destacou os principais *players* tecnológicos da Região incluindo projectos como o Autódromo Internacional do Algarve / Parque Tecnológico, apoiado pelo Eixo 1 do PO.



Depoimentos Vídeo



Gestor do PO e Ministro da Economia (MEID)

O PO Algarve 21 e a CCDR Algarve convidaram as empresas ligadas à área tecnológica e à investigação. A Universidade do Algarve associou-se ao evento e revelou alguns dos projectos mais inovadores da Região.

O stand dispôs de atendimento personalizado, privilegiou-se a componente interactiva e a apresentação de casos em suporte audiovisual.

Portugal Tecnológico – FIL – Lisboa



Barco solar no stand do PO Algarve 21



Vista geral do stand

Subordinado ao tema, «Algarve muito mais que turismo», o espaço do Algarve Tecnológico mostrou projectos, produtos e protótipos. Dos 6 projectos expostos no espaço cinco são beneficiários directos do PO Algarve 21.

Um dos projectos apresentados foi a promoção da Áreas de Acolhimento Empresarial da responsabilidade da CCDR Algarve.

ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL
encontre um espaço para a sua empresa,
find a location for your investment.

ALGARVE ACOLHE É UMA FERRAMENTA DE BASE WEB PARA APOIAR OS INVESTIDORES NO PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO DAS SUAS ACTIVIDADES EMPRESARIAIS.

Desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e pela Direcção Regional de Economia do Algarve, o projecto disponibiliza de forma prática informação georreferenciada recolhida junto dos Municípios e das áreas empresariais existentes, identificando disponibilidades, vantagens, acessibilidades e contactos.

www.algarveacolhe.com

CCDR Algarve | meids | AMAL | Algarve 21 | UNIO EUROPEIA

Refira-se que **stand** do PO Algarve 21 participou ainda noutras **Feiras**, nomeadamente na **Expomar** em Olhão (Abril 2010) e na **Fatacil** em Lagoa (Agosto 2010), as mais representativas

Feiras regionais. O número total de visitantes recebidos na Mostra e nas Feiras situou-se na ordem das 75 mil pessoas.



Lagoa



Olhão

➤ **Seminário de Apresentação de Resultados**

A apresentação dos Resultados do PO Algarve 21 em paralelo com a apresentação do instrumento JESSICA para a de Política de Cidades, teve uma cuidada preparação com uma identidade gráfica e imagem coerente com o grande evento que decorreu a 13 de Janeiro na CCDDR Algarve, Faro.



Exemplo dos materiais de Comunicação produzidos: Cartaz, Convite Programa, *Roll-up*, *Banner*

ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

Resultados
e novo instrumento
JESSICA
da Política de Cidades

13 Janeiro 2011
Auditório CCDR Algarve_Faro

Inscrições e programa www.ccdr-alg.pt
www.poalgarve21.qren.pt
telef. 289 895 220

Logos: CCDR Algarve, QREN, UNIAO EUROPEIA

PO ALGARVE 21
Resultados
e novo instrumento **JESSICA**
de Política de Cidades

CONVITE

PO ALGARVE 21
Resultados e novo instrumento JESSICA
de Política de Cidades

O Presidente da CCDR Algarve e da Comissão Directiva do PO Algarve 21, o Presidente da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, têm o prazer de convidar V. Exa. para o Seminário "Resultados e novo instrumento JESSICA da Política de Cidades", que terá lugar no próximo dia **13 de Janeiro**, a partir das **14.00 horas** na **CCDR Algarve**.

Rsf até ao dia 11 de Janeiro • Inscrições: www.ccdr-alg.pt • www.poalgarve21.qren.pt

13 de Janeiro 2011 • Auditório da CCDR Algarve
Praça da Liberdade, 2 • 8000 - 164 Faro
telef. 289 895 220

Logos: CCDR Algarve, ALGARVE 21, QREN, UNIAO EUROPEIA

ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

Resultados e novo instrumento JESSICA
da Política de Cidades

13 Janeiro 2011 - Auditório CCDR Algarve_Faro

Inscrições www.ccdr-alg.pt

Logos: ALGARVE 21, QREN, UNIAO EUROPEIA

Comunicação Social

No que respeita ao relacionamento com a comunicação social, durante o ano foram distribuídos 23 comunicados e publicadas 57 notícias na imprensa relacionadas com a actividade do PO Algarve 21 e para divulgação dos projectos apoiados.

The screenshot shows the 'barlavento online' website interface. The main article is titled 'Via Algarviana: Há 300 quilómetros de serra à sua espera (com vídeo)'. The article text describes the route, mentioning it is a 300 km trail through the mountains of the Algarve region, suitable for various modes of transport like horse, mule, bicycle, or on foot. It also mentions that the trail is shared by five countries and offers scenic views and local products like cork and honey. The article is dated Thursday, May 25, 2011.

The screenshot shows the 'barlavento online' website interface. The main article is titled 'Escolas algarvias começam a falar europês'. The article reports that 300 pre-school and primary school children from Vila Real de Santo António participated in the European Day celebration on May 9th. They made a large European Union flag using 25,000 blue and yellow paper plates. The article is dated Friday, May 26, 2011.

Articulação do PO com a Estratégia Nacional

A articulação entre o Plano de Comunicação do PO Algarve 21 e o Plano de Comunicação do QREN, decorrente da nossa participação regular nas reuniões da rede do Observatório do QREN, para além da troca de ideias, de experiências e da monitorização constante, permitiu a concretização das seguintes iniciativas conjuntas:

- **Suplemento QREN OJE** – publicação de reportagens escritas de histórias promissoras de projectos desenvolvidos por beneficiários do PO.

10 CASOS DE SUCESSO

Em defesa de um ambiente limpo e sustentável

Os casos de sucesso deste número são, essencialmente, casos de empresas com boas práticas ao nível da gestão e utilização de recursos naturais. Apresentam-se projectos de âmbito nacional (Delta e Greencyber) e local (Sunquays e Biocombus), e em todos eles, existe a linha comum de preservação do ambiente, de criação de uma economia "verde" e economicamente sustentável. O objectivo prioritário de todas estas empresas, que apostam num ambiente limpo, aproveitando a ajuda do QREN, é reduzir a sua pegada ecológica, contribuindo para um futuro mais sustentável.

SUNQUAYS
TURISMO "SLOW" E SUSTENTÁVEL

A ideia de transmitir valores a partir de um turismo sustentável está na base do lançamento do projecto Sunquays. O Algarve e a Ria Formosa são o espaço de desenvolvimento deste projecto que actua ao nível do turismo de natureza, concretamente no ecoturismo. O turismo sustentável é um pilar do negócio e tem um papel dinamizador, que diversifica para outras actividades de oferta turística. Assenta na valorização ecológica para um turismo "slow" e sustentável. A Sunquays pretende responder à necessidade de compatibilizar o turismo com a protecção e valorização ambiental/paisagística, promovendo o desenvolvimento económico-social da região do Algarve", afirma a responsável da empresa, Mariela Garcia.

O projecto consiste, tecnicamente, na utilização de painéis fotovoltaicos para captação de energia solar, que colocam a funcionar os motores eléctricos, ao mesmo tempo que armazenam a energia restante, não utilizada, num conjunto de baterias. Produz-se assim uma energia verde e limpa de CO2, amiga do ambiente, "carbon-free".

Sobre o ecoturismo e a Ria Formosa, Mariela Garcia afirma que o parque natural da Ria Formosa "é uma zona de excelência ambiental, e a conservação esse facto torna a eleição desta área como uma das sete Maravilhas Naturais de Portugal. É um sistema lagunar de grande sensibilidade, cuja importância ecológica é reconhecida internacionalmente, e sendo visado a ser alvo de protecção legal, pelas características naturais únicas que apresenta, e pela sua localização geográfica, particularidades que fazem da zona húmida um dos principais biótopos de suporte da avifauna. Cada vez mais o turismo nacional e internacional procura zonas onde a oferta turística assenta na exclusividade, distinção e qualidade, com locais secretos e paradisíacos ainda desconhecidos pela massificação turística, onde se preserva a memória, os costumes e tradições do passado, onde o tempo parece ter parado, ou mesmo andado para trás". Adianta que "o preservando os valores ambientais e cultivando o respeito pela Natureza se pode conservar áreas com estas características, como é o caso da Ria Formosa. Dar o ecoturismo ser fundamental para o desenvolvimento desta área sem perturbações e impactos nega-

tivos. A Sunquays quer mostrar tudo o que a Ria Formosa tem para oferecer, sempre em consonância com o ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade".

A Sunquays acredita que o seu trabalho pode gerar uma nova sensibilidade junto dos visitantes para um turismo sustentável. Segundo Mariela Garcia que "uma das razões fundamentais da criação deste projecto é a educação ambiental. É urgente transmitir valores que preservem o que temos de melhor, para as gerações vindouras". Além, a Sunquays pretende que os agrupamentos de escolas da região algarvia, assim como grupos de empresas venham conhecer a Ria Formosa. "A maioria dos visitantes que escolhe realizar um passeio de barco solar 100% ecológico, não poluente, vem porque quer desfrutar do Parque Natural da Ria Formosa de uma forma única e completamente diferente, não produzindo qualquer impacto ambiental", refere a mesma fonte.

Em termos de equipamento, os passeios permitem contemplar e descobrir a Ria Formosa, através de canais secundários e canais, visitando ilhas e ilhotas desertas, num ambiente calmo, exclusivo e mais silencioso, sem o ruído habitual de um motor comum e onde a contabilidade não perturbando as diversas aves – garça-real, cegonha branca, flamingo, colibri-verde, macarões, ostracodotos, pilotos, berridos entre muitas outras – e outras espécies que aqui habitam, observando os mariposados e trabalhar nos seus viveiros de amêijoas, berbigão, entre outras outras actividades, criando uma atmosfera de contacto efectivo com a Natureza.

Para Mariela Garcia a actuação do QREN, através do Algarve 21, foi fundamental, pois possibilitou a viabilização do projecto, na medida em que o investimento realizado nos equipamentos e despesas inerentes ao mesmo, foi co-financiado, e sem isso teria sido impossível a Sunquays desenvolver e por em prática algo há muito pensado.

BIOCOMBUS
OLIVICULTORES DE MURÇA

APROVEITAR RESÍDUOS DO BAGAÇO

O PROJECTO Biocombus, desenvolvido em copromissão, consiste no aproveitamento dos resíduos resultantes do processo de extração de azeite, em particular do Bagaço de amêijoas, que contém uma percentagem considerável de gordura, afirma Rui Dias, o responsável pelo projecto.

O gestor reconhece que dentro de uma óptica de optimização produtiva, "será possível integrar no processo os restantes resíduos provenientes do processo de extração de azeite, como o cascaço e a folha das amêijoas". Rui Dias

Em 2010 foram publicados três suplementos, tendo um deles sido acompanhado de uma conferência. O suplemento relativo às “Micro e Pequenas Empresas Inovadoras” foi publicado em Abril, o de “Qualificação de Activos”, em Junho, e o suplemento “Economia Mais Verde”, foi editado em Setembro. Para além da tiragem habitual do jornal, de 25 025 exemplares, existe ainda uma tiragem extra de 3 000 exemplares que são enviados para as mailing lists dos vários organismos do QREN, perfazendo um total de cerca de 28 mil leitores por cada edição. Os suplementos são ainda disponibilizados no website do OJE, cujos conteúdos contam com um total de 32 401 pageviews em 2010.

- **Programa da TSF “Objectivo 2013”** – difusão de largo espectro. Este programa de rádio divulgou 8 entrevistas de beneficiários do PO Algarve 21 e transformou a Rádio no meio de comunicação social com maior impacto em 2010. O programa teve uma audiência média acumulada de 5 896 433 e uma audiência média diária de 26,3 mil ouvintes.
- Acompanhamento do Serviço de *clipping* e da Análise Qualitativa do QREN, dos Fundos e do Programa Operacional - PO Algarve 21, através do serviço da Cision.

Obrigações de Informação e Publicidade a beneficiários

As **acções de comunicação** direccionaram-se, essencialmente, para os beneficiários, para os potenciais beneficiários do PO e para a comunicação social, não sendo possível calcular nesta fase a respectiva percentagem.

Foi feito um acompanhamento regular de beneficiários sobre o **Guia de Publicação** e apoio ao cumprimento do Manual de Identidade da Marca. Para além do atendimento telefónico diário, realizaram-se reuniões periódicas com visita a projectos nas instalações das empresas. Durante o ano 2010 foram efectuadas 62 visitas do universo total de 101 projectos aprovados, algumas com a presença do gestor. As visitas presenciais tiveram por objectivo monitorizar a execução dos projectos e fornecer explicações personalizadas de carácter prático sobre a política de Comunicação e Imagem do PO Algarve 21.

Visitas a empresas



Os principais canais de comunicação média utilizados foram a internet, a imprensa escrita e a televisão.

Indicadores de Comunicação

Até final de 2010 foram apurados os seguintes resultados para os indicadores previstos no Plano de Comunicação:

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação

Indicadores de Realização (*)	Unidade	Metas		Até 31-12-2010		Observações
		2010	2013	Realização	Grau de concretização	Realizações efectivas em 2010
		(a)		(b)	(b)/(a)	
Potenciais beneficiários Participantes em acções face aos convites enviados	%	40	40	40	100%	40
Beneficiários Downloads do manual de procedimentos de comunicação	N.º	100	145	1454	1454%	890
Público Iniciativas realizadas (exposições, participação em feiras, visitas organizadas)	N.º	6	9	15	250%	6
Comunicados de imprensa emitidos para a comunicação social	N.º	30	40	53	176,6%	23
Grandes eventos	N.º	3	5	3	100%	1
Comunicação Social Notícias publicadas na imprensa escrita	N.º	15	20	155	1033%	57
Reportagens na rádio e tv	N.º	3	5	28	933%	10

(*) As metas previstas para alguns indicadores foram subestimadas, pelo que se prevê uma revisão das metas com base nos resultados da avaliação externa a efectuar ao Plano de Comunicação (integrada na avaliação intercalar do PO).

Durante o ano 2010, participaram em média nas acções realizadas, cerca de 40% das entidades convidadas (grau de concretização de 100%). O Manual de procedimentos de comunicação esteve ao dispor dos beneficiários, os quais superaram largamente o número previsto de “downloads”. No que respeita ao público, realizaram-se 6 *Sessões Públicas* para divulgação de Concursos e 6 *Iniciativas Públicas* com larga visibilidade apoiadas pelo PO.

O *grande evento anual* ocorreu em Maio, durante a Semana da Europa e foi hasteada a respectiva bandeira no dia 9. Destaque especial para participação do Algarve no evento Portugal Tecnológico em Setembro.

Na totalidade, foram emitidos 23 *comunicados de imprensa* e publicadas 57 *notícias* sobre o Programa Operacional do Algarve, na imprensa escrita e realizadas cerca de 10 *reportagens* de Rádio e Tv.

Foram efectuadas visitas a mais de 50% das empresas beneficiárias do sistema de incentivos do PO – QREN, para explicação das regras de publicitação.

Cerca de 60 mil pessoas visitaram o site www.poalgarve21.qren.pt.

Destes 60 mil visitantes, estima-se que 30 000 são *potenciais beneficiários* que consultaram a página do PO e efectuaram *downloads* de documentos, atingindo-se 86% da meta prevista até final de 2010.

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação (cont.)

Indicadores de Resultado (*)	Unidade	Metas		Até 31-12-2010	
		2010	2013	Realização	Grau de concretização
		(a)		(b)	(b)/(a)
Potenciais beneficiários					
Acessos à página internet do PO Algarve e descargas	N.º	35.000	75.000	30.000	86%
Comunicados publicados no site	N.º	36	54	53	147%
Beneficiários					
Comunicados de imprensa por projecto aprovado ³⁴	N.º	50	60	23	46%
Público					
Participantes em sessões de inauguração	N.º	300	750	500	167%
Comunicação Social					
Artigos/ reportagens em órgãos de comunicação social regional em que o PO é referido	N.º	12	18	12	100%

(*) As metas previstas para alguns indicadores foram subestimadas, pelo que se prevê uma revisão das metas com base nos resultados da avaliação externa a efectuar ao Plano de Comunicação (integrada na avaliação intercalar do PO).

³⁴ Os *comunicados de imprensa associados aos projectos aprovados*, por norma, ocorrem pós comissão directiva, divulgando, assim, o conjunto dos vários projectos aprovados, ou seja, esta divulgação não se refere aos projectos de uma forma individual. Desta forma, entende-se que este indicador deverá ser revisto, alterando-se o “por” para “sobre projectos aprovados” para uma melhor eficácia da avaliação do mesmo.

Todas as comunicações que foram enviadas para a imprensa foram igualmente publicadas como notícias no site do PO. No final de 2010 tinham sido *publicados no site 53 comunicados*, sendo ultrapassada a meta proposta com um grau de concretização de 147%.

Igualmente as participações do público em sessões de inauguração ultrapassaram o previsto. Contabilizaram-se ao todo *500 participantes em sessões de inauguração* de 6 projectos do Sistema de Incentivos a Empresas.

O grau concretização nos *artigos/reportagens, em órgãos de comunicação social regional, em que o PO é referido* atingiu o previsto até final de 2010.

Tabela 6.1 – Indicadores de Comunicação (cont.)

Indicadores de Impacto (*)	Unidade	Metas		Até 31-12-2010 ³²	
		2010	2013	Realização	Grau de concretização
		(a)		(b)	(b)/(a)
Inquiridos que identificam PO Algarve 21/ FEDER ³⁵	%	15	20	100 ³²	667%
Inquiridos que sabem que o projecto teve apoio de fundos comunitários ³²	%	20	25	100 ³²	500%

(*) As metas previstas para alguns indicadores foram subestimadas, pelo que se prevê uma revisão das metas com base nos resultados da avaliação externa a efectuar ao Plano de Comunicação (integrada na avaliação intercalar do PO).

Os inquéritos realizados dirigiram-se nesta fase, exclusivamente a beneficiários e jornalistas, ou seja, não foram contemplados os potenciais beneficiários. Desta forma, todos os inquiridos identificam o PO Algarve 21.

³⁵ A contabilização refere-se a meados de 2011 (momento em que decorreu a avaliação efectuada – ver ponto Avaliação do Plano de Comunicação)

Orçamento do Investimento Financeiro em Informação e Publicidade.

Tabela 6.2 – Execução financeira acumulada do Plano de Comunicação

COMPONENTES	TOTAL				ANO 2008				ANO 2009				ANO 2010			
	Orçamento Previsto no Plano 2007-2015		Orçamento executado (2007-2010)		Orçamento Previsto no Plano 2008		Orçamento Executado 2008		Orçamento Previsto no Plano 2009		Orçamento Executado 2009		Orçamento Previsto no Plano 2010		Orçamento Executado 2010	
	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER	Despesa Total	FEDER
					(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
LOGOTIPO E MAT. COMUNICAÇÃO	93.000,00	65.100,00	44.577,93	31.204,55	60.000,00	42.000,00	22.299,93	15.609,95	12.000,00	8.400,00	10.878,00	7.614,60	3.000,00	2.100,00	11.400,00	7.980,00
DIVULGAÇÃO E PUBLICITAÇÃO (anúncios de imprensa e outros)	19.000,00	13.300,00	20.338,38	14.236,87	5.000,00	3.500,00	472,38	330,67	4.000,00	2.800,00	6.044,00	4.230,60	3.000,00	2.100,00	13.822,00	9.675,40
BOLETINS/ PUBLICAÇÕES	30.000,00	21.000,00	5.000,00	3.500,00	10.000,00	7.000,00			10.000,00	7.000,00			10.000,00	7.000,00	5.000,00	3.500,00
PRODUÇÃO DIGITAL	10.500,00	7.360,00	0,00	0,00	2.000,00	1.400,00			2.000,00	1.400,00			2.000,00	1.400,00		0,00
INTERNET e PUB.ON LINE	20.000,00	14.000,00	3.224,76	2.257,33	5.000,00	3.500,00			3.000,00	2.100,00	1.071,96	750,37	3.000,00	2.100,00	2.152,80	1.506,96
EVENTOS E FEIRAS	40.000,00	28.000,00	25.137,01	17.595,91	5.000,00	3.500,00	6.471,10	4.529,77	10.000,00	7.000,00	8.769,00	6.138,30	10.000,00	7.000,00	9.896,91	6.927,84
REPORTAGENS MULTIMEDIA	33.000,00	23.100,00	10.489,60	7.342,72	4.000,00	2.800,00	4.840,00	3.388,00	5.000,00	3.500,00	2.100,00	1.470,00	6.000,00	4.200,00	3.549,60	2.484,72
TRANSPORTES E LOGISTICA	7.200,00	5.040,00	1.090,13	763,09	1.200,00	840,00			1.200,00	840,00			1.200,00	840,00	1.090,13	763,09
DISTRIBUIÇÃO PAPEL E ELECTRONICA	6.000,00	4.200,00	0,00	0,00	1.000,00	700,00			1.000,00	700,00			1.000,00	700,00		0,00
RECURSOS HUMANOS / CUSTOS DE PESSOAL	230.961,00	161.672,70	50.084,38	35.059,07	24.000,00	16.800,00	0,00	0,00	32.400,00	22.680,00	18.621,73	13.035,21	33.210,00	23.247,00	31.462,65	22.023,85
RELAÇÕES PÚBLICAS	6.000,00	4.200,00	0,00	0,00	1.000,00	700,00			1.000,00	700,00			1.000,00	700,00		0,00
AVIAÇÃO EXTERNA DO PLANO	5.000,00	3.500,00	0,00	0,00		0,00							0	0,00		0,00
TOTAL	500.661,00	350.462,70	159.942,19	111.959,53	118.200,00	82.740,00	34.083,41	23.859,39	81.600,00	57.120,00	47.484,69	33.239,28	73.410,00	51.387,00	78.374,09	54.861,86
% Execução (FEDER) relativamente ao orçamento anual previsto (2)/(1)				32%				29%				58%				107%

O montante indicativo do orçamento do Plano de comunicação para 2007 - 2013 é de 500 mil euros de despesa publica a que corresponde uma dotação de 350 mil euros de FEDER.

Até 31/12/2010 tinha sido executado cerca de 32% do total previsto, o que corresponde a uma % de execução superior à execução geral do PO (13%).

Verifica-se nos que nos anos 2008 e 2009 as despesas de comunicação efectuadas, foram inferiores (29% e 58%) em relação aos respectivos orçamentos previstos.

Esta situação reflecte em parte a utilização da Assistência Técnica do QCA III, ⁽³⁶⁾ conforme previsto, no apoio às despesas de lançamento do QREN.

³⁶ Esta situação foi maximizada no caso do Algarve, em face das fortes limitações da Assistência Técnica do PO Algarve 21 (período QREN).

Em 2010 foi já atingida uma “velocidade de cruzeiro” relativamente às despesas de comunicação, tendo sido executado um montante ligeiramente superior ao previsto para esse ano (107%).

As componentes com gastos mais significativos são as referentes aos *recursos humanos* (40% do total da despesa em 2010), as relativas à *divulgação e publicitação* relativas a anúncios de imprensa e outras contrapartidas por publicitação do PO (18%) e os *materiais de comunicação diversos* (15%) que inclui não só cartazes, convites, *banners*, *roll-up* e folhetos, como também material específico relativo aos stands, produzido para participação em eventos e feiras.

Avaliação do Plano de Comunicação

Face às limitações de verbas da Assistência Técnica do PO Algarve 21, foi decidido incluir a avaliação das medidas de informação e divulgação do Programa no exercício de Avaliação Intercalar como forma de minimizar custos. Este exercício está previsto no Plano de Avaliação do PO para lançamento de procedimento no último trimestre deste ano, com resultados no ano 2012.

Sem prejuízo desta avaliação externa a efectuar no âmbito da Avaliação Intercalar, foram efectuados durante o ano 2011 e em complemento ao presente Relatório, um conjunto de 40 inquéritos online, numa amostra representativa a dois públicos alvo relevantes dentro do Plano de Comunicação do PO Algarve 21³⁷.

Foram executados dois inquéritos diferentes: com dados qualitativos, um sobre a unidade de comunicação do PO e outro sobre o website do PO. Estes, foram disponibilizados em formulário electrónico e enviados a uma amostra de 22 beneficiários e a 18 jornalistas, profissionais de comunicação social de jornais diários, jornais regionais, jornais regionais online, a rádios e TV's,

A confidencialidade, no tratamento dos inquéritos recolhidos, foi garantida e a sua informação foi posteriormente submetida a um tratamento estatístico agregado, sem recurso à identificação da entidade inquirida.

³⁷ Por se tratar de uma acção já desenvolvida em 2011, os resultados não foram integrados no RE 2010 (excepção – indicadores de impacto) e foram enviados aos serviços da CE, juntamente com a presente versão do Relatório de Execução, no cumprimento do previsto no artº 4º do Reg. (CE) nº 1828/2006 da Comissão de 8/12.

No decorrer do ano 2010, foi efectuado um pequeno exercício de avaliação das Sessões de Divulgação do PO sobre Sistemas de Incentivos, realizadas em parceria com o Europe Network da CCDR Algarve. A Enterprise Europe Network da CCDR Algarve trabalhou em parceria com a Comunicação do PO Algarve 21, tendo realizado “Inquéritos de satisfação ao participante” através da classificação de vários parâmetros com uma escala entre 1 e 4.

Uma das iniciativas teve um formato de “Consultório” e obteve uma avaliação global de 3,3, tendo a mesma classificação sido obtida para o parâmetro “utilidade para o desenvolvimento do seu negócio”.

Nas restantes sessões a avaliação global foi de 3,2. Os resultados evidenciam a satisfação dos participantes, sobretudo no que concerne ao desempenho dos oradores.

Boa Prática de Comunicação:

Exposição Algarve Política de Cidades - boa prática de parceria

Com o objectivo de divulgar as intervenções de **Regeneração Urbana e Competitividade e Inovação** no Algarve o Programa Operacional do Algarve – PO Algarve 21, em parceria com o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), organizou uma exposição dirigida ao público intitulada " Algarve Política de Cidades", sobre as intervenções em curso, apoiadas pelo FEDER.

Esta exposição esteve de início patente nas instalações do IFDR em Lisboa, sendo depois replicada na sede da CCDR Algarve/PO Algarve 21 em Faro.

No Algarve, a iniciativa pretendeu dar a conhecer ao cidadão o que estão a fazer as autarquias de Loulé, Olhão e Tavira nas intervenções de Regeneração Urbana nos Centros Históricos, e ainda o Programa para a Competitividade e Inovação (Algarve Central) nas suas várias componentes. Relativamente a este último revelou os projectos imateriais, as exposições temáticas da rede de museus, a programação cultural em rede e outros projectos que estão a ser desenvolvidos em parceria com os 6 Municípios envolvidos (Faro, Loulé, Olhão, Tavira, S. Brás e Albufeira) nas áreas da modernização/simplificação administrativa autárquica.

A exposição foi constituída por duas dezenas de cartazes e 4 apresentações multimédia e esteve patente em Lisboa, Faro e Olhão onde foi visitada por mais de 20 mil pessoas. Através de

textos, fotografias, maquetas e vídeos o público presenciou gratuitamente exemplos de intervenções em curso no período 2007-2013, na Região.

A comunicação da exposição foi focada na realização de campanhas desenvolvidas em parceria com as autarquias acolhedoras, tendo sido utilizados como canais a publicitação nas Agendas Municipais, de larga difusão e distribuição gratuita, complementada com a promoção na Internet.

A partir da imagem base desenvolvida, foram utilizadas ferramentas de distribuição electrónica, nomeadamente a rede social *facebook*, mailing directo e inseridos banners nos sites das autarquias, do PO Algarve 21 e na imprensa regional digital.

As campanhas estiveram activas, em cada local, durante no primeiro mês de funcionamento e no anterior à abertura ao público.



Faro



Olhão

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2011

Conclusões

Embora o ano 2008 tenha sido verdadeiramente o ano de arranque das aprovações e execução do Programa, e em 2009 se tenha concretizado o processo de implementação dos procedimentos internos de gestão e controlo, foi ainda necessário em 2010 completar algum trabalho nestas áreas.

Conforme previsto no Artº 71º do RE (CE) 1083/2006, “*os Estados Membros apresentam à Comissão uma descrição dos sistemas de gestão e controlo, que deve abranger designadamente os aspectos relativos à organização e aos procedimentos*” (...). Esta descrição, foi enviada (1ª versão) no caso do Algarve, em Outubro de 2008 aos serviços da Comissão Europeia. Em 2009, foram elaboradas mais 2 versões (Fevereiro e Outubro), tendo sido reenviada uma versão final, para validação à IGF, no final do ano. A aprovação dos serviços da Comissão Europeia ocorreu em Março de 2010.

Embora tenham ficado, logo em 2009, estabilizadas as funções e procedimentos de relacionamento externo e interno do Programa, bem como a definição do sistema de informação, o sistema de controlo, o manual de procedimentos interno e externo, ao longo do ano de 2010, iniciou-se um processo de aperfeiçoamento do **Sistema de informação** para permitir uma maior agilização dos procedimentos da Gestão e dos beneficiários (procedimentos de contratação, reprogramações, validações/alertas e produção de relatórios, entre outros), integração da AMAL enquanto entidade intermédia nos circuitos da validação de despesa e melhorar o módulo de Certificação de despesa para facilitar e rotinar estes procedimentos.

Alguns destes melhoramentos, bem como a operacionalização dos módulos de controlo e gestão de dívidas, decorrerão ainda seguramente ao longo do ano 2011.

Igualmente em 2011, deverá ser concluído e aprovado o processo de actualização *da Descrição de Sistemas* integrando a AMAL e oficializando assim o processo de transferência de processos que já ocorreu em 2010.

Uma segunda preocupação, na linha do já referido no *ponto 2.3* deste Relatório, prende-se com a necessidade de completar a **reflexão estratégica** e operacionalizar medidas sobre a concretização regional dos instrumentos criados, de forma a garantir uma cobertura eficaz das principais prioridades regionais, num contexto de recursos financeiros escassos.

Esta reflexão foi iniciada na Avaliação contratada pelo IFDR, no 2º semestre de 2009, subordinada ao tema “Modo de operacionalização dos PO na prossecução das prioridades estratégicas do QREN – Estudo de avaliação do Modelo de elaboração dos Regulamentos Específicos dos PO Regionais FEDER e Fundo de Coesão (2007-2013)”. Faltaria avançar com um modelo de operacionalização das Áreas de Intervenção com maior especificidade regional, passando necessariamente por afinar instrumentos já implementados (Regulamentos Específicos), que não chegou a concretizar-se.

Esta reflexão deveria ser retomada e poderá implicar propostas de ajustamento à proposta inicial do Programa a concretizar ao longo do ano de 2011 e a consolidar através do processo de Avaliação Intercalar a lançar no final do ano.

Estes ajustamentos a concretizar-se através de uma **reprogramação** aguardam a definição de regras gerais para o QREN, e deverão ser enquadrados pelo contexto das soluções para a crise económica e financeira que o País atravessa.

A fase de **reembolsos** dos incentivos reembolsáveis no âmbito do SI Inovação é uma questão com que a gestão do PO se irá deparar no futuro, antevendo-se algumas previsíveis situações de incumprimento, por parte dos beneficiários, por força de um prolongamento da actual crise económica. Para tal a estrutura da Autoridade de Gestão deverá dotar-se de meios para gerir eventuais “contenciosos” (área jurídica).

“O impacto da crise financeira na economia real, no mercado de trabalho e nos cidadãos” levou os serviços da Comissão Europeia a modificar a metodologia de cálculo da **Regra N+3/N+2**, através da aprovação do Reg. (EU) nº539/2010 de 16/06, que altera o Reg. (CE) nº1083/2006. Esta modificação para além de alterações no modo de cálculo, remetia a primeira aplicação desta Regra para 2011 (antes o efeito de corte automático previsto aplicava-se logo em 2010). Neste sentido, as Previsões que haviam sido efectuadas para 2010 foram igualmente ultrapassadas pela Execução obtida no ano, como é possível verificar na Tabela 7.1.

Tabela 7.1 – Resultados obtidos face às Previsões efectuadas para 2010

unid: euro

	Total de Pedidos de Pagamento previstos para 2010 (*)		Total da Despesa validada em 2010	
	Custo Total	Fundo	Custo Total	Fundo
Eixo 1	8.767.839	3.936.958	23.426.610	3.592.976
Eixo 2	1.338.663	552.974	4.647.208	2.754.155
Eixo 3	7.253.713	3.626.857	16.888.765	8.594.067
Eixo 4	1.084.120	758.884	1.350.398	945.279
TOTAL	18.444.335	8.875.673	46.312.981	15.886.477

(*) Informação de despesa prevista validar durante o ano 2010 que serviu de suporte à última versão de previsões enviada em 25/08/2010 à Autoridade de Certificação (revista em baixa na sequência das alterações ocorridas ao Reg.(CE) nº 1083/2006 - Metas N+2/N+3).

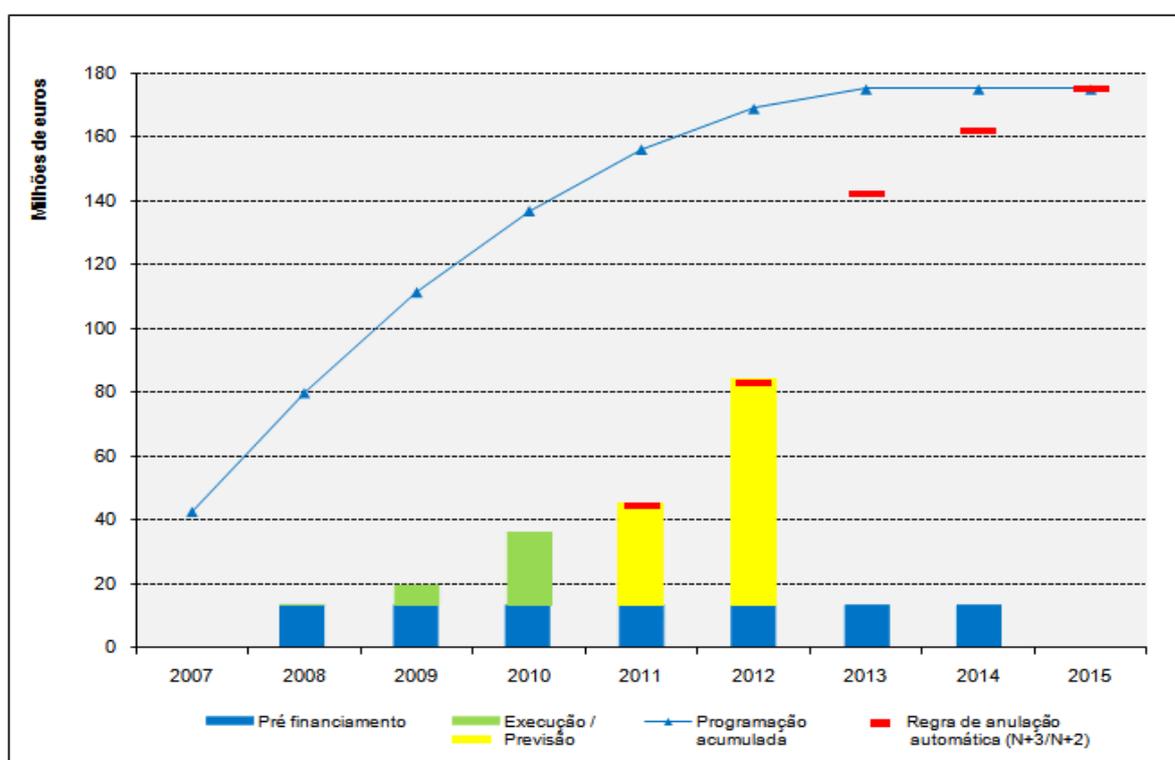
Para este cálculo foi efectuada a comparação entre as Previsões e a Despesa validada durante o ano 2011³⁸. No global as previsões efectuadas foram ultrapassadas em 79% registando-se um desempenho bastante superior ao previsto nos resultados dos Eixos 2 e 3.

Previsões e perspectivas

Importa agora perspectivar o próximo ano e os desafios que se lhe colocam.

O Gráfico 7.1, ilustra o perfil de programação acumulada, bem como o limite mínimo de execução admitido, de forma a evitar cortes devidos às regras de anulação automática.

Gráfico 7.1 – Programação Futura – Regra de anulação automática



Este limite mínimo cresce significativamente de 2012 para 2013, ano em que a Regra N+3 passa a N+2.

No ano 2008, foi possível a operacionalização efectiva das aprovações do Programa, com abertura de todos os Eixos. Em 2009 estas aprovações já efectuadas, começaram a produzir efeitos ao nível da execução. Em face da necessidade de executar totalmente o QCA III, não foi

³⁸ Não foi considerada a Despesa Certificada no ano, por não se ter considerado esta variável significativa durante o ano 2010. Com efeito por razões já expostas no ponto 2.1.2, o processo de certificação de despesas esteve interrompido durante uma parte do ano, tendo sido retomado no final do ano.

exercida grande pressão, junto dos beneficiários, para execução na 1ª metade de 2009, no âmbito do PO Algarve 21 (QREN).

Finalmente em 2010 iniciou-se uma “fase de cruzeiro” no que respeita à execução do QREN. Com efeito, apesar do agravamento da crise, no final de 2010, os níveis de execução quase tinham quadruplicado o nível do final de 2009, passando a taxa de execução de 3,8% para 12,9%.

**Tabela 7.2 – Previsão de Pedidos de Pagamento para 2011 e 2012
(Período de Programação 2007-2013)**

unid: euro

	Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2011		Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2012	
	Custo Total	Fundo	Custo Total	Fundo
Eixo 1	30.168.262	14.507.917	32.927.411	15.834.792
Eixo 2	13.721.676	7.135.272	10.398.081	5.407.002
Eixo 3	34.345.280	17.172.640	31.669.584	15.834.792
Eixo 4	2.963.653	2.074.557	2.206.940	1.544.858
TOTAL	81.198.871	40.890.386	77.202.016	38.621.444

Nota:

- os valores respeitam apenas aos períodos indicados, ou seja não são acumulados

A Tabela 7.1, relativa às Previsões de Pedidos de Pagamento Intermédios do PO Algarve 21, confirma efectivamente que o arranque da execução que se iniciou na 2ª metade de 2009, e que já foi reforçado em 2010, terá de ser ainda acrescido em 2011 e em 2012. O objectivo será apresentar no final de 2011 uma execução global que cubra a programação prevista para 2008, acrescida de 1/6 da programação de 2007 conforme a nova Regra. Este nível de execução, se comparamos com os níveis do PROALGARVE, não parecia difícil de atingir. Tratar-se-ia de executar montantes inferiores aos do ano de execução mais baixa do QCA III desde 2001 (42,2 milhões de euros Fundo em 2005). No entanto, o contexto de grave crise económica que o País atravessa e o cenário de forte consolidação orçamental, dificultam esta tarefa.

A execução indicada na Tabela 7.1 seria assim compatível com o cumprimento da regra N+3, no final de 2011 e 2012.

Em 2011, prevê-se o lançamento de concursos nas seguintes Tipologias por Eixo:

Eixo 1:

- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
- Sistema de Incentivos à Inovação
- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME
- Áreas de acolhimento empresarial / Parques de Ciência e Tecnologia
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
- SIAC

Eixo 2:

- Acções de Valorização do Litoral
- Gestão Activa de espaços Protegidos e Classificados
- Energia (Iluminação Pública e Mobilidade eléctrica)

Eixo 3:

- Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e pré-escolar
- Mobilidade territorial
- Saúde

Eixo 4:

- Assistência Técnica

Os **desafios para 2011** centram-se na capacidade de, em situação de recessão económico-financeira e contexto de forte consolidação orçamental, conseguir ultrapassar os principais problemas identificados:

- Avançar na regulamentação e abertura de concursos nas Áreas de vocação mais estratégica para a economia algarvia.
- Aumentar o nível de aprovações e os efeitos na economia, com subida do nível geral das taxas de comparticipação.
- Aumentar a execução dos projectos públicos e privados reduzindo os tempos de arranque dos investimentos e de pagamento por parte dos beneficiários públicos em contexto de fortes limitações orçamentais, cumprindo os limites mínimos da regra N+3.
- Cumprir as disposições regulamentares em matérias de sistemas de informação, avaliação, controlo interno e comunicação com as limitações nacionais e comunitárias ao orçamento da Assistência Técnica, em particular no caso específico do PO do Algarve.

GLOSSÁRIO e SIGLAS

ADI - Agência de Inovação

AG - Autoridades de Gestão

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AMA - Agência para a Modernização Administrativa

AMAL - Grande Área Metropolitana do Algarve

ARDU - Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos

ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve

BA – Banco Alimentar

CAE - Classificação Portuguesa de Actividades Económicas

CCDR — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CE - Comunidade Europeia

CIM - Comunidade Intermunicipal

CIRVER - Regulamento dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos

CMC - Comissão Ministerial de Coordenação

CODR - Centro de Observação das Dinâmicas Regionais

COMAC - Comissões de Autorização Comercial

DER - Divisão de Estudos Regionais

DR Educação – Direcção Regional de Educação

EDSC - Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

EEC - Estratégias de Eficiência Colectiva

EHTA - Escola de Hotelaria e Turismo

ENGIZC - Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira

ETA – Estação de Tratamento de Água

EU - União Europeia

FC – Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEP - Fundo Europeu das Pescas

FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação

FSE – Fundo Social Europeu

GAT – Gabinete de Apoio Técnico

GEPE - *Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação*

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

ICT – Índice do Custo do Trabalho

IDT - Investigação Desenvolvimento Tecnológico

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

IGF - Inspeção-Geral de Finanças

IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

INE – Instituto Nacional de Estatística

INOV-Social - Inserção de jovens quadros qualificados em instituições da economia social sem fins lucrativos.

JESSICA - *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*

MAOTDR – Ministério Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MARF - Mercado Abastecedor da Região de Faro

MFAP - Ministério das Finanças e da Administração Pública

MTS - Metro, Transportes do Sul, SA
NUTS - Nomenclaturas de Unidades Territoriais
OAU - Óleos Alimentares Usados
ONG - Organizações Não Governamentais
PAE - Programa de Apoio aos Equipamentos
PAECPE - Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego
PDR - Programas de Desenvolvimento Rural
PEPAL - Programa Estágios Profissionais na Administração Local
PIB - Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNSACV - Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
PO - Programa Operacional
POALGARVE – Programa Operacional Regional do Algarve
POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade
POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira
POPH - Programa Operacional do Potencial Humano
pp – Ponto Percentual
PROALGARVE - Programa Operacional do Algarve
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural
PROMAR - Programa Operacional de Pescas
PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PRPC - Programa de Recuperação do Património Classificado
PRU – Parcerias para a Regeneração Urbana
QCA - Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência de Estratégia Regional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
Regulamento (CE) – Regulamento (da Comunidade Europeia)
RevPar - *Revenue per Available Room*, ou Receita por Apartamento Disponível
RGIC - Regulamento Geral de Isenção por Categoria
RSI - Rendimento Social de Inserção
RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
SAMA - Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação
SCT - Sistema Científico e Tecnológico
SEAAL - Secretário de Estado da Administração Local
SFC 2007 - *System for Fund management in the European Community 2007*
SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação
SI PME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME
SI QPME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME)
SiQREN – Sistema de Informação do QREN
TP - Turismo de Portugal, IP
VAB - Valor Acrescentado Bruto
VRSA – Vila Real de Santo António

ANEXOS

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade									
FC-ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	0	83				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	0	39				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC- ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	0	103.335.792,62				→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	0	89.571.747,43				
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	0	13				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	0	10				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	0	24.558.052,28				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	0	54.040.152,55				
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável	0	18				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	0	33.508.338,55				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto	0	82.742.378,40				
FC-ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	0	7.184.369,54				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	0	30.865.053,78				
FC-ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	0	496.569,00				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto	0	19.694.104,71				

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	0	63.621.474,04				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	0	131.304.944,50				
FC-ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME	0	141				→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
FC-ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	0	136				
FC-ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco	0	0				
FC-ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	0	3.814.052,21				
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	0	3.219.834,04				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "4. N.º de projectos de I&DT". De acordo com o Working Document n.º 7 da CE entende-se por "Projectos de I&DT: projectos que visam criar novos conhecimentos (investigação) ou adaptar/aplicar conhecimentos existentes (desenvolvimento). Inclui também projectos que visam desenvolver infra-estruturas de apoio à investigação." (vide Metodologia para Indicadores Com

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	1.411.324,31				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação". De acordo com o Working Document nº 7 da CE inclui-se os projectos de I&D onde participam, pelo menos , uma empresa e/ou uma instituição de investigação. A cooperação deve manter-se enquanto dura o projecto. • Empresa: Organização produzindo produtos ou serviços para satisfazer necessidades do mercado tendo em vista alcançar o lucro. • Instituições de investigação: organizações onde o I&D é a principal actividade" . (vide Metodologia para Indicadores Comuns Comunitários, remetida pelo IFDR).
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	1.327.683,87				
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Acções Colectivas	0	0				
FC-ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Acções Colectivas	0	0			Não foi aberto concurso para o SIAC	→ Regulamento Especifico Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC → Regulamentação Específica do Intervir +
			Investimento elegível nas Acções Colectivas	0	0				
FC-ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T	0	0	0	0	Não foi aberto concurso para os parques de CT	→ Regulamento Especifico Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Especifico Valorização Económica dos Recursos Especificos (PO NORTE - Eixo 2) → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas	0	0	0	0		
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial	0	0	0	0		
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética	0	0	0	0	Não há ainda operações contratadas neste Regulamento	→ Regulamento Especifico "Energia"

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto						→ Regulamento Específico "Energia"
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto						
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	1	2	0	994.387,02	Tavira e Portimão	→ Regulamento Específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	25.278	74.000				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência
ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	18	35				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d	n.d				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	0	21			Nas EEC dos Sistemas de Incentivos não estão contabilizadas as que não têm âmbito territorial no Algarve	→ Documento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Valorização do Território									
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	0	36,44	1.311.434,41	2.322.085,50		→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Mobilidade Territorial
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-018	Realização	nº	ETARs construídas	n.a	n.a	n.a	n.a		→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano	0	0	0	0		→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0	0	0		→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	0	0				→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados	0	0	0	0		→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	0	0				→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA
VT-ICN-Tri-013	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	0	0	0	0		→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	0	1	0,00	52.084,80		
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	0	6	117.235,41	645.107,40	Se incluirmos o Regulamento "Acções de valorização e qualificação Ambiental"	
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	0	434.023			Dados 2009	→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	3	3	934.165,37	4.000.000,00	O montante contratado corresponde ao valor aprovado para os programas de acção. O valor executado corresponde à execução dos projectos dentro os programas de acção.	→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parceria para a regeneração urbana	13	13				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	0	10.185				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	6558	7011				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	0	2	27.255,74	3.460.000,00	O montante contratado corresponde ao valor aprovado para os programas de ação. O valor executado corresponde à execução das operações dentro os programas de ação	
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	6	12				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	4	8			Só incluímos os beneficiários do Programa	
VT-ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais	0	0	0	0		→ Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Equipamentos desportivos	n.a	n.a	n.a	n.a		
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	1	1	630.000	648.900	cine- teatro de Loulé	
		nº	Unidades de saúde	0	0	0	0		

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais	0	0				→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde à população a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento" (Tri 14).
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos	n.a	n.a				
		nº	População abrangida abrangidas por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	66.085	66.085			população residente do Concelho de Loulé - dados de 2009	
		nº	População abrangida por unidades de saúde	0	0				
ICN-AAE-018	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	0	0				→ Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (POVT) → Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência
ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	0	0,8				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	0	0				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	100	100			Todo o território Algarvio coberto.	→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos (POVT) → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais e Imateriais (PO Regionais do Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALGARVE 21

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira FEDER (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Potencial Humano									
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	7	17	4.715.506,43	11.316.722,05		→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a		
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a		
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a		
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a	n.a	n.a		
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	1.962	5.583				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste Indicador corresponde ao número de alunos a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Estabelecimentos de ensino" (Tri 15).
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	n.a	n.a				

Notas

- (*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-001.
- (**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-011.
- (***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-013.
- (****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)

unid: euro

Designação de Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	352.398.484	242.235.281	174.952.016	228.806.204	185.043.756	112.254.368	67.855.368	58.779.695	42.965.266	22.541.346	18.993.760	1.023.820	1.367.485	16.602.454	38,79%	12,88%	33,22%	27,99%	84,26%
FEDER	352.398.484	242.235.281	174.952.016	228.806.204	185.043.756	112.254.368	67.855.368	58.779.695	42.965.266	22.541.346	18.993.760	1.023.820	1.367.485	16.602.454	38,79%	12,88%	33,22%	27,99%	84,26%
(Fundo de Coesão)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	187.069.291	108.751.608	89.958.171	126.118.846	110.024.383	39.945.243	28.151.986	31.264.329	16.817.695	7.641.631	8.323.825	1.023.820	648.544	6.651.461	31,29%	8,49%	27,14%	29,57%	108,93%
01 - Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial				119.494.682	104.916.088	34.836.947	25.107.582	30.357.080	15.910.445	7.096.440	7.655.680	1.023.820	482.332	6.149.528			28,26%	30,49%	107,88%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (1)				16.487.884	11.127.924	5.059.362	5.059.362	964.941	468.255	468.255	519.505	85.639	51.250	382.616			9,26%	10,27%	110,94%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2)				4.012.038	3.403.184	2.407.563	2.168.199	753.227	531.352	524.136	588.593	225.945	64.457	298.191			24,17%	27,15%	112,30%
Incentivos à Inovação (3)				85.850.760	77.240.980	14.226.022	14.226.022	16.441.141	2.713.069	2.713.069	3.076.283	712.237	366.625	1.997.421			19,07%	21,62%	113,39%
SAFPRI (23)				13.144.000	13.144.000	13.144.000	3.654.000	12.197.770	12.197.770	3.390.980	3.471.300			3.471.300			92,80%	95,00%	102,37%
05 - Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento				5.029.675	3.551.577	3.551.577	1.991.476	420.209	420.209	224.818	280.403	0	55.585	224.818			11,29%	14,08%	124,72%
SAMA (26) (a)				4.218.955	2.875.977	2.875.977	1.653.676	420.209	420.209	224.818	280.403			55.585			13,60%	16,96%	124,72%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (66)				810.720	675.600	675.600	337.800	0	0	0	0	0	0	0			0,00%	0,00%	0,00%
06 - Promoção e Capacitação Institucional				1.594.489	1.556.719	1.556.719	1.052.928	487.041	487.041	320.373	387.742	0	110.627	277.115			30,43%	36,83%	121,03%
Promoção e Capacitação Institucional (27)				1.594.489	1.556.719	1.556.719	1.052.928	487.041	487.041	320.373	387.742	0	110.627	277.115			30,43%	36,83%	121,03%
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	35.234.722	29.808.367	18.322.055	25.570.802	19.386.354	19.386.354	11.471.550	6.436.341	6.436.341	3.827.635	1.348.854	0	8.333	1.340.521	62,61%	20,89%	33,37%	11,76%	35,24%
08 - Estimulo à Redução , Reutilização e Reciclagem de resíduos				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
Optimização da Gestão de Resíduos (60) ANULADO				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
09 - Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética				5.406.212	5.016.592	5.016.592	2.849.693	343.528	343.528	171.947	97.528	0	8.333	89.194			6,03%	3,42%	56,72%
Ações de Valorização e Qualificação do Ambiente (31)				5.406.212	5.016.592	5.016.592	2.849.693	343.528	343.528	171.947	97.528	0	8.333	89.194			6,03%	3,42%	56,72%
10 - Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos				5.787.287	4.934.918	4.934.918	2.960.951	0	0	0	0	0	0	0			0,00%	0,00%	0,00%
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - Acções Materiais (36)				5.787.287	4.934.918	4.934.918	2.960.951	0	0	0	0	0	0	0			0,00%	0,00%	0,00%
11 - Ordenamento e Valorização da Orla Costeira				14.377.302	9.434.844	9.434.844	5.660.906	6.092.813	6.092.813	3.655.688	1.251.327	0	1.251.327	0			64,58%	22,10%	34,23%
Ações de Valorização do Litoral (32)				14.377.302	9.434.844	9.434.844	5.660.906	6.092.813	6.092.813	3.655.688	1.251.327	0	1.251.327	0			64,58%	22,10%	34,23%
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	121.971.700	95.552.535	60.985.850	74.783.918	53.346.256	50.636.008	26.631.099	19.164.606	17.796.811	9.731.987	8.077.552	0	710.608	7.366.944	43,67%	15,96%	36,54%	30,33%	83,00%
12 - Parcerias para a Regeneração Urbana				16.672.875	13.293.828	10.583.580	6.976.297	6.603.694	5.235.899	3.457.541	3.273.146	0	3.273.146	0			49,56%	46,92%	94,67%
Parcerias para a Regeneração Urbana (41) (a)				6.672.875	3.293.828	3.293.828	1.976.297	1.556.942	1.556.942	934.165	749.770	0	749.770	0			47,27%	37,94%	80,26%
Parcerias para a Regeneração Urbana (98)				10.000.000	10.000.000	7.289.752	5.000.000	5.046.752	3.678.957	2.523.376	2.523.376	0	2.523.376	0			50,47%	50,47%	100,00%
13 - Competitividade da Rede Urbana Regional				5.189.648	4.090.404	4.090.404	1.840.682	60.568	60.568	27.256	27.256	0	27.256	0			1,48%	1,48%	100,00%
Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (40) (a)				5.189.648	4.090.404	4.090.404	1.840.682	60.568	60.568	27.256	27.256	0	27.256	0			1,48%	1,48%	100,00%
14 - Equipamentos Colectivos/ Estruturantes				44.081.447	27.382.025	27.382.025	13.524.120	9.877.475	9.877.475	4.935.756	4.777.150	0	710.608	4.066.542			36,50%	35,32%	96,79%
Rede Escolar (44)				38.254.759	22.133.704	22.133.704	11.066.852	9.431.013	9.431.013	4.715.506	4.238.550	0	312.556	3.925.995			42,61%	38,30%	89,89%
Rede de Equipamentos Culturais (52)				2.247.289	1.668.923	1.668.923	667.569	29.819	29.819	11.928	1.083	0	1.799	1.083			1,79%	0,16%	9,08%
Valorização e Animação do Património Cultural (47)				3.579.399	3.579.399	3.579.399	1.789.700	416.643	416.643	208.322	537.516	0	398.052	139.464			11,64%	30,03%	258,02%
15 - Acessibilidades e mobilidade para reforço do sistema urbano				8.839.948	8.579.999	8.579.999	4.290.000	2.622.869	2.622.869	1.311.434	0	0	0	0			30,57%	0,00%	0,00%
Mobilidade Territorial (50)				8.839.948	8.579.999	8.579.999	4.290.000	2.622.869	2.622.869	1.311.434	0	0	0	0			30,57%	0,00%	0,00%
EP4 - Assistência Técnica	8.122.771	8.122.771	5.685.940	2.332.638	2.286.763	2.286.763	1.600.734	1.914.418	1.914.418	1.340.093	1.243.528	0	1.243.528	28,15%	23,57%	83,72%	77,68%	92,79%	
18 - Assistência Técnica				2.332.638	2.286.763	2.286.763	1.600.734	1.914.418	1.914.418	1.340.093	1.243.528	0	1.243.528	0			83,72%	77,68%	92,79%
Assistência Técnica (73)				2.332.638	2.286.763	2.286.763	1.600.734	1.914.418	1.914.418	1.340.093	1.243.528	0	1.243.528	0			83,72%	77,68%	92,79%

(a) As aprovações contemplam apenas as operações aprovadas incluídas nos Planos de Acção/ Planos Estratégicos e não o valor dos Planos aprovados.



PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5067 de 10-10-2007

Anexo III - Aprovações e execução por NUT III até 31.12.2010 (valores acumulados)

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	221	185.043.756	112.254.368	67.855.368	58.779.695	42.965.266	22.541.346	33,22%
FEDER	221	185.043.756	112.254.368	67.855.368	58.779.695	42.965.266	22.541.346	33,22%
Fundo de Coesão								
NORTE								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
CENTRO								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
ALENTEJO								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
ALGARVE	221	185.043.756	112.254.368	67.855.368	58.779.695	42.965.266	22.541.346	33,22%
RAA								
RAM								
Multi-região Convergência								
Não regionalizável								

(a) Não inclui o valor de Planos de Acção/ Programas Estratégicos que não têm operações aprovadas

Anexo IV - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade



PROGRAMA: **PO ALGARVE 21**

Refº Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2010)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.a
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.a
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	n.a
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	74.000
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	35
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	21
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	0
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	0
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	434.023
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	10.185
ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	7011
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	0
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	15.935
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	n.a
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	n.a
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	6
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	0
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	0,8
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	0
ICN-AAE-025	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	100
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	5.583
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	17

Notas

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização - Contratada		11	19	29					
		Realização - Executada				0					
		Metas								54	
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada		-	-	-					
		Realização - Executada				-					
		Metas								n.d	
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - Contratada		-	-	3					
		Realização - Executada				1					
		Metas								15	
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		-	-	0,85					
		Realização - Executada				0					
		Metas								5	
	15. Nº de Km de novas estradas nas RTE	Realização - Contratada		-	-	n.a					
		Realização - Executada				n.a					
		Metas								n.a	
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		-	-	35,59					
		Realização - Executada				0					
		Metas								45	
	17. Nº de Km de novas ferrovias	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a					
		Realização - Executada				n.a					
		Metas								n.a	
	18. Nº de Km de novas ferrovias nas RTE	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a					
		Realização - Executada				n.a					
		Metas								n.d	
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d					
		Realização - Executada				n.d					
		Metas								n.a	
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d					
Realização - Executada					n.d						
Metas									n.d		
21. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d						
	Realização - Executada				n.d						
	Metas								n.a		
22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada		-	-	15.935						
	Realização - Executada				12.902						

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	transporte urbanos									n.d		
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	Realização - Contratada		0 ^{d)}	0							
		Realização - Executada			0							
		Metas								20		
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização - Contratada				n.a						
		Realização - Executada				n.a						
		Metas									n.a	
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a						
		Realização - Executada										
		Metas									n.a	
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionados	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a						
		Realização - Executada										
		Metas									n.a	
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada				0						
		Realização - Executada				0						
		Metas									10	
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar b ¹	Realização - Contratada			1	1						
		Realização - Executada				0						
		Metas									1	
29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada			5,23	6							
	Realização - Executada				0							
	Metas									10		
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - Contratada			n.d	n.d						
		Realização - Executada										
		Metas									n.d	
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização - Contratada				1						
		Realização - Executada				0						
		Metas									5	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações c ¹	Realização - Contratada				434.023						
		Realização - Executada				0						
		Metas									150.000	
33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) c ¹	Realização - Contratada				434.023							
	Realização - Executada				0							
	Metas									100.000		
Turismo	34. Nº de projectos	Realização - Contratada		5	11	27						
		Realização - Executada				0						
		Metas									50	
	Realização - Contratada			0	360							

Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Executada										
		Metas								250		
Educação	36. Nº de projectos	Realização - Contratada	5	9	17							
		Realização - Executada			7							
		Metas									25	
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada	1.840	2.849	5.583							
		Realização - Executada			1.962							
		Metas									7.000	
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - Contratada	-	-	n.d							
		Realização - Executada			n.d							
		Metas									n.d	
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada	-	0	24							
		Realização - Executada			5							
		Metas									35	
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada	-	0	5							
		Realização - Executada			0							
		Metas									15	
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada	5	9	17							
		Realização - Executada			7							
		Metas									28	

Notas:

a) Conforme metodologia recomendada pela CE deverá ser apurado após conclusão da operação

b) Trata-se de uma operação enquadrada no Regulamento Específico "Acções de valorização do Litoral"

c) As Intervenções aprovadas abrangem todo o território Algarvio

d) Foi efectuada uma correcção ao valor de 2009 - (nos SI só há projectos do earmarking 43, codigo este que não entra no método de cálculo deste indicador)

n.d - não disponível

n.a - não se aplica

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT I/II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
TOTAL PO ALGARVE 21	221								185.043.756	112.254.368	67.855.368	177.661
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	117								110.024.383	39.945.243	28.151.986	177.661
Apoio à Competitividade e Inovação das Empresas	102								104.916.088	34.836.947	25.107.582	177.661
ALG-01-0123-FEDER-000001	Linhas de Crédito PME Investe I e II	Engenharia Financeira	Aprovada	Algarve	Administração Pública	600000362	IAPMEI, I.P./ Turismo de Portugal, I.P.	13.144.000	13.144.000	3.654.000		
ALG-01-0101-FEDER-000361	Reforço das capacidades de desenvolvimento e comercialização com vista à internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	501427678	CESA CORREIA LIMITADA	62.112	21.739	21.739		
ALG-01-0101-FEDER-000437	Melhoria do sistema de controlo de gestão e de logística, certificação de serviços e internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503420344	Verdesul - Técnicas Agrícolas, Lda.	279.752	125.888	125.888		
ALG-01-0101-FEDER-000590	Certificação Sistema Gestão Qualidade pela Norma ISO 9001:2000, modernização e reforço do recurso a TIC na Organização e Gestão, inserção activa na Economia Digital, promoção internacional	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	505133300	Ecosistemasol - Construção de Espaços Verdes, Lda	75.123	33.805	33.805		
ALG-01-0101-FEDER-000704	Projecto de investimento na qualificação e promoção turística	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	505997215	Monte da Quinta Club, Actividades Hoteleiras, S.A.	352.765	123.468	123.468		
ALG-01-0101-FEDER-000915	Vocacionar a empresa para o modelo de negócio do futuro	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503171310	Turismo Motivatours Lda	161.538	72.692	72.692		
ALG-01-0101-FEDER-001998	Investimentos em TIC, economia digital e comercialização/marketing, para reforço da posição de líder regional do sector	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501496912	GARRAFEIRA SOARES - Comércio de Bebidas, SA	256.783	119.579	119.579	52.810	
ALG-01-0101-FEDER-002038	ECOSALT - Rotulagem ecológica do sal marinho tradicional e da flor de sal, para promover uma ética de consumo	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504032194	Necton - Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, S.A.	97.309	43.789	43.789		
ALG-01-0101-FEDER-002039	Divulgação/implementação dos produtos e serviços no mercado Argentino (Algardata Hotelaria e Algardata Aurorasoft)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502420227	Algardata - Sistemas Informáticos, S.A.	72.900	27.540	27.540	3.600	
ALG-01-0101-FEDER-002256	Gestão de qualidade e internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503550841	Hubel Industria da Água, Ambiente e Obras Públicas, S.A.	174.442	78.499	78.499		
ALG-01-0101-FEDER-003136	Otimização de Sistemas de Controlo de Produção e Marcação CE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503363243	ROFICER - Cerâmica da Fonte Salgada, lda.	5.000	3.750	3.750		
ALG-01-0101-FEDER-003808	Caracterização Ambiental da Exploração	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500091366	Eduardo Pinto Contreiras & Filhos, Lda	31.500	23.625	23.625		
ALG-01-0101-FEDER-004009	Ideia Critica Lda	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508802261	Ideia Critica Lda	35.139	15.812	15.812		
ALG-01-0101-FEDER-004072	Apolonia Supermercados, S.A.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502442786	Apolonia Supermercados, S.A.	220.249	77.087	77.087		
ALG-01-0101-FEDER-005895	ECOSOLAR-Valorização ecológica para um turismo sustentável	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508733235	SUNQUAYS Lda	247.442	111.349	111.349		
ALG-01-0101-FEDER-005978	Estudo geo-económico de pedra de calcário	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500091366	Eduardo Pinto Contreiras & Filhos, Lda	26.800	20.100	20.100		
ALG-01-0101-FEDER-006009	Informação para Gestão e Economia Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508779294	IMPRUV - Design & Web Information Technology, Lda	203.840	91.728	91.728		
ALG-01-0101-FEDER-006118	Competitividade e Sustentabilidade rumo à Excelência	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502217235	Mundo Aquático - Parques Oceanográficos de Entretenimento Educativo, SA	187.710	75.084	75.084		
ALG-01-0101-FEDER-006237	Internacionalização e Competitividade	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501464441	Sienave - Sienitos do Algarve, Lda.	471.826	212.322	212.322		
ALG-01-0101-FEDER-006325	Identificação e análise de produtos e processos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507344731	Algarstone - Mármore e Granitos, Lda.	5.680	4.260	4.260		
ALG-01-0101-FEDER-006341	Reorganização, Expansão e Internacionalização do Joro, Lda	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501942785	JORO Importação Comercialização Distribuição Equipamentos e Assistência Técnica, Lda	266.085	119.738	119.738		
ALG-01-0101-FEDER-006431	Produção de chouriço de atum com elevado teor de antioxidantes: viabilização do projecto e transferência de conhecimento	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507094417	Conservas de Peixe Dâmaso, Unipessoal, Lda.	25.000	18.750	18.750		

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação				Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALG-01-0101-FEDER-006674	Central de Projectos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507850963	All Domotics S.A.	76.790	42.019	42.019	17.059	
ALG-01-0101-FEDER-006702	Gestão de reservas, call centre e TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502142693	Algarve T - Cooperativa de Automóveis de Turismo do Algarve CRL	95.556	43.000	43.000		
ALG-01-0101-FEDER-006739	Internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	107647176	RUI FRANCISCO NEVES DIAS	58.734	26.430	26.430		
ALG-01-0101-FEDER-007857	CONQUISTAR- PROJECTO DE PROSPECÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	n.d.	501090665	ACRAL - ASSOC. DO COMERCIO E SERVIÇOS DA REGIÃO DO ALGARVE	114.534	56.694	56.694		
ALG-01-0101-FEDER-011438	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDOS UTILIZADOS EM PROGRAMAS DE ECOTURISMO NA RIA FORMOSA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508455316		21.774	16.330	16.330		
ALG-01-0101-FEDER-011609	PLANO DE PORMENOR DE ÁREA INDUSTRIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500091366	NATURANAUTICA, LDA EDUARDO PINTO CONTREIRAS & FILHOS, LDA	35.625	25.000	25.000		
ALG-01-0101-FEDER-012280	Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	158311035	Domingos Manuel Páscoa dos Reis Silva	38.669	17.401	17.401		
ALG-01-0101-FEDER-012325	Qualificação da Visualforma	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503536717	Visualforma - Form. E Programação em novas Tecnologias, Lda.	724.407	325.983	325.983		
ALG-01-0101-FEDER-012359	Internacionalização; Reforço das TIC na Gestão; Certificação ISO 9001; Economia Digital; Reforço da área de segurança no trabalho; Reforço dos equipamentos visando a protecção ambiental; Aposta na eficiência energética	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500939691	Odexilar - Produtos de Higiene e Limpeza Doméstica, Lda.	191.913	86.361	86.361		
ALG-01-0101-FEDER-012432	Qualificação TURALVOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501577602	Turalvor - Exploração Apartamentos Turísticos, Lha.	77.317	34.793	34.793		
ALG-01-0101-FEDER-012468	Exploração Turística do Empreendimento EDEN RESORT	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	509231012	Duarte & Filhos VI, Unipessoal, Lda.	58.414	24.747	24.747		
ALG-01-0101-FEDER-012593	Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos, novo sistema de gestão total	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	501072160	Marreiros, Lda.	26.901	12.105	12.105		
ALG-01-0101-FEDER-012653	Palavras Sem Fronteiras	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504400576	Inpokulis - Traduções e eventos, Unipessoal, Lda.	163.703	73.666	73.666		
ALG-01-0101-FEDER-012879	INOANGOLA2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507567862	Informat Soluções para a Gestão, Lda	74.250	33.413	33.413		
ALG-01-0101-FEDER-012880	Internacionalização e Qualificação do Empreendimento LONGEVITY WELLNESS RESORT Monchique	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	500386960	Montinho de Monchique (Construções), Lda.	494.819	247.409	247.409		
ALG-01-0101-FEDER-016206	Eficiência Energética: Certificação Energética; Certificação Qualificada	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504901095	Aisios II - Imobiliária e Turismo, SA	28.995	13.048	13.048		
ALG-01-0101-FEDER-016273	Internacionalização D.Medeiro	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	504714422	Dmedeiro Equipamentos Eléctricos, Lda.	358.880	152.467	152.467		
ALG-01-0101-FEDER-016323	Inovação na Área da Gestão, Comercialização e aposta na Economia Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502711868	Ave de Oiro - Soc. De Comércio de Aves e Carnes, Lda.	55.392	24.926	24.926		
ALG-01-0101-FEDER-016528	Frustock Sul Ibérico	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502899581	FRUSTCK - Produtos Alimentares, SA	103.970	43.663	43.663		
ALG-01-0101-FEDER-016537	RADPROTEC 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507428170	GYRAD - Controlo Qualidade e Protecção Radiológica, Lda.	56.659	25.988	25.988	1.124	
ALG-01-0101-FEDER-016571	Implementação e Certificação de um Sistema de Qualidade e melhoria na Organização e Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501305475	VAJRA, Emp. Solar de Alimentação e Energias Renováveis, Lda.	157.911	71.060	71.060		
ALG-01-0101-FEDER-016643	Lançamento da PRONTIQUEST	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509467458	PRONTIQUEST - Distribuição, Lda.	608.378	279.753	279.753	13.674	
ALG-01-0101-FEDER-016656	Internacionalizar para Espanha e Itália	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507859448	SYSTEMSIT - Sistemas Informáticos, Lda.	840.123	378.055	378.055		
ALG-01-0101-FEDER-016668	Internacionalizar para Brasil e Argentina	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508845815	BPO Consulting, Unipessoal, Lda.	836.027	376.212	376.212		
ALG-01-0101-FEDER-016670	Internacionalização e Dinamização Comercial da ALGARESTRADAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501386548	Algarestradas - Construção de Estradas e Obras Públicas, SA	386.934	182.736	182.736	45.976	
ALG-01-0101-FEDER-016678	Realização da Auditoria Energética e Auditoria da Qualidade do Ar Interior	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501549072	Grampiam - Investimentos Hoteleiros, SA	28.000	14.000	14.000		
ALG-01-0101-FEDER-016681	Qualificação e Internacionalização	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508838754	Blue Seven - Business Solutions, Lda.	241.150	108.518	108.518		
ALG-01-0101-FEDER-016683	Realização da Auditoria Energética e Auditoria da Qualidade do Ar Interior	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501181695	Vale do Garrão - Urbanização e Construção, Lda.	26.000	13.000	13.000		

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação				Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALG-01-0101-FEDER-016694	Internacionalização da Empresa	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501312463	Canana & Filhos - Empreiteiros, Lda.	320.298	152.815	152.815	37.942	
ALG-01-0101-FEDER-016740	Reforço das capacidades de Comercialização, Marketing, Distribuição e Logística	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508295157	Releve - Recursos Energéticos, Lda.	70.660	31.797	31.797		
ALG-01-0101-FEDER-016778	Descrver Sicientamente o Tipo de Projecto/Investimento	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508910587	Conceptek - Sistemas de Informação, SA	115.462	53.078	53.078	2.560	
ALG-01-0101-FEDER-016784	Certificação da Empresa pela ISSO 9001: 2008	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	502012064	Projecto 2 - Gabinete de Engenharia e Arquitectura, Lda.	76.660	34.847	34.847	800	
ALG-01-0101-FEDER-016813	Internacionalização LEIKEN SUL	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508187699	Leiken (Sul) - Equip. Proj. Instalações e Construção, Lda.	385.146	173.316	173.316		
ALG-01-0101-FEDER-016853	ALGARVE... GOLF I LOVE IT, AND YOU?	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Associação	506436535	Assoc. Turismo do Algarve	918.883	444.127	444.127		
ALG-01-0102-FEDER-001460	ANYFISH - Desenvolvimento de novas tecnologias para a produção de alimentos para peixes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS LDA	264.029	184.086	184.086		
ALG-01-0102-FEDER-001519	Best Mobile Hub - Portal Agregador de Serviços Móveis	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504924907	Inesting - Marketing Tecnológico, S.A.	211.140	95.013	95.013		
ALG-01-0102-FEDER-001586	GreenDiets - Formulação e teste de novas dietas à base de concentrados de microalgas para aplicação no sector da aquacultura	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504032194	Necton - Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, S.A.	296.007	265.531	210.801		
ALG-01-0102-FEDER-002590	Desenvolvimento de projectos na área de IT (sistema de suporte e atendimento ao cliente, sistema de posicionamento georreferenciado dos colaboradores e clientes, ferramenta de gestão integrada para a empresa)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	502420227	Algadata - Sistemas Informáticos, S.A.	318.991	127.596	127.596		
ALG-01-0102-FEDER-003397	ALFAETILICO - Estudo da viabilidade técnica e económico-financeira de uma biorrefinaria de polpa de alfarroba através do aproveitamento integral da sacarose e da celulose para biocombustível (inclui instalação de uma unidade piloto)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503673790	Agrupamento de Alfarroba e Amêndoa, C.R.L.	638.492	606.912	476.335		
ALG-01-0102-FEDER-004583	Clarificação da goma de alfarroba	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500002487	A Industrial Farenses, Lda.	32.000	24.000	24.000		
ALG-01-0102-FEDER-004670	BioOrnamental - diagnóstico de patologias ornamentais em peixes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503573140	Bioestratégia-Consultadoria, Formação, Management, Tecnologia e Inovação, Lda	33.000	24.750	24.750		
ALG-01-0102-FEDER-004689	Produção de poliquetas como alimento para peixes reprodutores em aquacultura	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508498040	INOVSEA Lda.	20.000	15.000	15.000		
ALG-01-0102-FEDER-005495	ProTur Booking - Plataforma de Gestão de Reservas Turísticas On-line	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503536717	VISUALFORMA - Formação e Programação em Novas Tecnologias, Lda	634.488	317.244	317.244		
ALG-01-0102-FEDER-006521	Óleos essenciais como enriquecimentos nutricionais no cultivo de larvas de peixes marinhos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507291565	Dandlen & Vasques, Lda	22.500	16.875	16.875		
ALG-01-0102-FEDER-006563	Potencial de aplicação de estímulos acústicos subaquáticos em aquacultura marinha	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508398614	MarSensing - Marine Sensing & Acoustic Technologies, Lda.	20.000	15.000	15.000		
ALG-01-0102-FEDER-006567	Caracterização nutricional e definição do tempo de vida de prateleira do chouriço de atum	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507094417	Conservas de Peixe Dâmaso, Unipessoal, Lda.	33.000	24.750	24.750		
ALG-01-0102-FEDER-006633	A4F-Algafuel, S.A.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508102391	A4F- ALGAFUEL, SA	288.999	231.199	231.199		
ALG-01-0102-FEDER-012733	Desenvolvimento e integração no ERP da Informat de dois novos módulos para Apuramento de Resultados por Centros de Proveitos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	507567862	Informat Soluções para a Gestão, Lda.	197.352	106.650	106.650		
ALG-01-0102-FEDER-013380	Micala - Desenvolvimento de um alimento microencapsulado para larvas de peixes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508447402	SPAROS LDA	393.186	352.956	298.899		
ALG-01-0103-FEDER-000966	Modernização e automatização de métodos / processos existentes	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	502835966	Quimiteste - Engenharia e Tecnologia, Lda	308.629	169.746	169.746		
ALG-01-0103-FEDER-001000	Upgrade de processos de fabrico	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	501773622	NOVACORTIÇA - Indústria Cortceira SA	167.117	75.203	75.203		
ALG-01-0103-FEDER-001313	TURIMARKETPLACE - Criação de um marketplace para o sector do Turismo	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508429900	Mirefugio Lda	340.270	187.149	187.149		
ALG-01-0103-FEDER-001639	PARQUE DE DESPORTOS MOTORIZADOS DE PORTIMÃO - AUTÓDROMO INTERNACIONAL DO ALGARVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	504395688	PARKALGAR PARQUES TECNOLÓGICOS E DESPORTIVOS, SA	34.424.321	2.000.000	2.000.000		
ALG-01-0103-FEDER-002751	Produção de novos serviços com elevado conteúdo tecnológico, utilizando as novas tecnologias, e adopção de novos métodos de utilização dos recursos naturais e energéticos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	504901095	ALISIOS II - IMOBILIARIA E TURISMO SA	277.453	152.599	152.599		
ALG-01-0103-FEDER-002769	Espaço integrado de animação turística e cultural como "Montra de Qualidade de Portugal para o Mundo"	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508451957	MONTE DAS ESCANXINAS - CULTURA E TURISMO, LDA.	555.019	360.762	360.762		

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-01-0103-FEDER-002808	Inovar, Organizar, Certificar e Internacionalizar a Empresa	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503998508	Transfursul - Construção e Metalomecânica, Lda.	996.233	547.928	547.928	
	ALG-01-0103-FEDER-004870	Criação de Centro Equestre	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507801113	Equinostum - Centro equestre e de laze de Faro, Ldar	713.697	463.903	463.903	
	ALG-01-0103-FEDER-004907	Aquisição de catamarã para passeios marítimo turísticos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508520770	Mares Maravilhosos - actividades marítimo turísticas, lda	645.335	419.468	419.468	
	ALG-01-0103-FEDER-005180	Implementação de Apartamentos Turísticos, Aldeamento Turístico e Hotel	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501068228	SAGRIMAR - Empreendimentos Turísticos, SA.	26.113.087	2.000.000	2.000.000	
	ALG-01-0103-FEDER-006853	criação de empresa de valorização de resíduos de construção e demolição	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	508688396	Reflexo do Progresso Resíduos, Lda.	1.008.484	756.363	756.363	
	ALG-01-0103-FEDER-006863	criação de HEALTH CLUB-WELLNESS CENTER (SPA)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508963761	Singular Conceito, Lda.	1.087.758	815.818	815.818	
	ALG-01-0103-FEDER-006867	CLEARWINDS - DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLO DE POLUIÇÃO DO AR	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	508472997	Clerawinds-Systems, S.A.	230.989	127.044	127.044	
	ALG-01-0103-FEDER-006875	TERTÚLIA ALGARVIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508596734	Good Moments - Indústria Criativa de Cultura e Alimentação Tradicional	379.037	246.374	246.374	
	ALG-01-0103-FEDER-007565	RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS TELEVISIVOS EM HD	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	503688860	TAKE 5 - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, Lda.	239.913	155.944	155.944	
	ALG-01-0103-FEDER-007569	INSTALAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO NOVO DATACENTER	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	505304775	FLESK - Produções Digitais, Lda.	344.817	224.131	224.131	
	ALG-01-0103-FEDER-007682	PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RC&D)	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501425845	GRUPO SILVA & SILVA, LDA	1.315.298	854.944	854.944	
	ALG-01-0103-FEDER-007754	Inovação na Transformação e Comercialização do Sal Marinho Artesanal	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507683072	Böer & Siebert, Lda.	180.591	117.781	117.781	2.116
	ALG-01-0103-FEDER-007775	criação de nova unidade de negócio no algarve para prestação de novos serviços.	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	503565393	RENAASCIMENTO - GESTÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS, LDA	393.478	255.760	255.760	
	ALG-01-0103-FEDER-008218	Aquisição de Equipamento para Produção de Cinema Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505052989	Flavour Productions - Laborató. Audiov. E Multimédia, Lda.	208.045	156.033	156.033	
	ALG-01-0103-FEDER-008248	Aquisição de Equipamento para Produção de Vídeo	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	501186972	Publirádio - Publicidade Exterior, SA	71.306	53.479	53.479	
	ALG-01-0103-FEDER-008263	Criação, Modernização, Requalificação ou Racionalização de Empresas	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	506968669	Recipe - Soc. Farmaceutica, SA	245.982	184.487	184.487	
	ALG-01-0103-FEDER-008288	Criação, Modernização, Requalificação ou Racionalização de Empresas	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	505026775	Farmácia Brito Oliveira, SA	298.795	224.096	224.096	
	ALG-01-0103-FEDER-013175	Quinta Eventos e Descobertas Tradição e Diversão	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	503727962	Descobertas Mil, Lda.	389.570	292.177	292.177	
	ALG-01-0103-FEDER-013256	Expansão e Requalificação de Uma Unidade de Transformação de Vidro Plano	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	500584095	Vidreira Algarvia, Lda.	360.102	234.067	234.067	
	ALG-01-0103-FEDER-013391	Capacitação para Desenvolvimento 3D e Plataforma de Marketing Digital	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	508257468	Sonha Pensa Imagina Comunica, Lda.	292.561	219.421	219.421	
	ALG-01-0103-FEDER-013425	Algareventos - Cozinha Industrial	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	509290884	Algareventos, Lda.	688.650	516.488	516.488	
	ALG-01-0103-FEDER-013490	CVL - Introdução de Novos Processos e Métodos	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Média empresa	500436258	Carlos Vida Larga, Lda.	687.852	378.319	378.319	
	ALG-01-0103-FEDER-013560	Projecto Algarve	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Não PME	502095857	SPAST - Soc. Portuguesa de Aluguer e Serviços de Texteis, SA	3.799.000	1.709.550	1.709.550	
	ALG-01-0103-FEDER-013604	SAFERAD 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Micro empresa	507428170	GYRAD - Controlo Qualidade e Protecção Radiológica, Lda.	165.540	124.155	124.155	
	ALG-01-0103-FEDER-013608	Desenvolvimento de Nonas Soluções de Marketing Tecnológico para o Sector do Turismo	Auxílios de Estado	Aprovada	Algarve	Pequena empresa	509266207	Algures no Percurso, Lda.	312.051	202.833	202.833	
Modernização e Qualificação da Administração Pública / Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento			9						3.551.577	3.551.577	1.991.476	
	ALG-01-0526-FEDER-000002	Facturação electrónica	Público	Aprovada	Algarve	Ent. Priv. Sem fins lucrativos	503420360	Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, SA	441.600	441.600	264.960	
	ALG-01-0526-FEDER-000003	Disponibilização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território na Internet	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	503420360	Globalgarve, Cooperação e Desenvolvimento, SA	57.960	57.960	34.776	
	ALG-01-0526-FEDER-000004	Loja do município de Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	87.554	87.554	43.777	
	ALG-01-0526-FEDER-000005	Desmaterialização e desburocratização de processos da CCDR Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	223.850	223.850	111.925	
	ALG-01-0526-FEDER-000006	DIGIURB - Desmaterialização dos processos de urbanismos	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	139.497	139.497	69.748	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
						Tipologia	NIF	Designação				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
ALG-01-0526-FEDER-000007	Processo de Modernização Administrativa	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	268.204	268.204	134.102		
PO303 (a)	Expansão das Lojas do Cidadão na Região do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	1.984.650	1.984.650	1.190.790		
ALG-01-0526-FEDER-000014	Loja de Tavira - Rede de Expansão das Lojas do Cidadão de 2ª Geração	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	114.012	114.012	68.407		
ALG-01-0526-FEDER-000015	Loja do Cidadão de Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	1.543.300	1.543.300	925.980		
ALG-01-0566-FEDER-000001	Apetrechamento Tecnológico	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	675.600	675.600	337.800		
Promoção Institucional da Região		6						1.556.719	1.556.719	1.052.928		
ALG-01-0627-FEDER-000001	Âncoras do Guadiana	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	504408755	Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	30.276	30.276	19.679		
ALG-01-0627-FEDER-000002	Ações Preparatórias do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)	Público	Concluída	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502091835	Associação Inn Loco	18.851	18.851	12.253		
ALG-01-0627-FEDER-000003	Elaboração de Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção PROVERE	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502064404	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	34.253	34.253	22.264		
ALG-01-0627-FEDER-000004	Promoção Institucional da Região - ARTICULAR PARA INTERVIR	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	1.062.731	1.062.731	690.775		
ALG-01-0627-FEDER-000010	Âncoras do Guadiana - 3ª fase - Projecto de Animação, Gestão e Coordenação da Parceria	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	504408755	Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	192.845	192.845	144.634		
ALG-01-0627-FEDER-000011	Algarve Sustentável - 3ª fase - Projecto de Animação, Gestão e Coordenação da Parceria	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502064404	Associação Almargem (Lider)	217.764	217.764	163.323		
		36						19.386.354	19.386.354	11.471.550	0	
Monitorização, Informação e Promoção		16						5.016.592	5.016.592	2.849.693		
ALG-02-0931-FEDER-000001	Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH8)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	1.034.167	1.034.167	517.083		
ALG-02-0931-FEDER-000002	Melhoria da Monitorização da Qualidade do Ar no Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	333.333	333.333	166.667		
ALG-02-0931-FEDER-000004	Valorização dos Açudes de Alcaria Cova, Galaxos, Várzea	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	426.971	426.971	213.486		
ALG-02-0931-FEDER-000005	Sinalização da Rede Natura 2000 - Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Centrais	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP	140.923	140.923	70.462		
ALG-02-0931-FEDER-000006	Reconstrução dos Açudes junto às povoações de Bentos e Fernandilho	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	169.623	169.623	84.812		
ALG-02-0931-FEDER-000008	Estação de Biodiversidade de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	30.000	30.000	15.000		
ALG-02-0931-FEDER-000009	Valorização das Margens da Ribeira da Torre e Recuperação do Dique - Portimão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	414.000	414.000	207.000		
ALG-02-0931-FEDER-000011	Agenda 21 Local de Monchique	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506826961	Município de Monchique	40.700	40.700	20.350		
ALG-02-0931-FEDER-000015	Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Centrais	503237965	Instituto da Água, IP	91.398	91.398	45.699		
ALG-02-0931-FEDER-000017	Parque de Merendas e Autocaravanismo do Pereiro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	228.080	228.080	148.252		

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-02-0931-FEDER-000018	Pólo Mudeológico da Água - Equipamento e Conteúdos	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	224.160	224.160	145.704	
	ALG-02-0931-FEDER-000019	Recuperação do Sapal de Venta Moinhos Sul	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP	172.396	172.396	112.057	
	ALG-02-0931-FEDER-000020	Via Algarviana 2	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	502064404	Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	1.462.996	1.462.996	950.947	
	ALG-02-0931-FEDER-000021	Estação de Biodiversidade de São Brás de Alportel	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Município de São Brás de Alportel	19.620	19.620	12.753	
	ALG-02-0931-FEDER-000022	Cultivo Sustentável de Halófitas na RNSCM/VRSA	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	503724645	Instituto Superior Dom Afonso III	168.725	168.725	109.671	
	ALG-02-0931-FEDER-000023	Remodelação do Sistema de Comportas e Reparação dos Açudes do Parque Municipal do Sítio das Fontes	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	59.500	59.500	29.750	
Ordenamento e Valorização da Orla Costeira			15						9.434.844	9.434.844	5.660.906	
	ALG-02-1132-FEDER-000001	Requalificação da Rua dos Pescadores e Largo Central de Salema	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	795.763	795.763	477.458	
	ALG-02-1132-FEDER-000002	Requalificação da Baixa do Carvoeiro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	130.820	130.820	78.492	
	ALG-02-1132-FEDER-000003	Requalificação da frente de mar de Armação de Pêra Nascente	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	1.428.973	1.428.973	857.384	
	ALG-02-1132-FEDER-000004	Operação de recolha e sistematização de dados geográficos da orla costeira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505309939	Município de Portimão	44.080	44.080	26.448	
	ALG-02-1132-FEDER-000005	Projectos de valorização do litoral do concelho de Vila do Bispo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	44.208	44.208	26.525	
	ALG-02-1132-FEDER-000012	Requalificação do Litoral do Carvoeiro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	626.676	626.676	376.006	
	ALG-02-1132-FEDER-000013	Passagens Deviveladas Pedonais na Meia-Praia	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505170876	Município de Lagos	24.800	24.800	14.880	
	ALG-02-1132-FEDER-000015	Planos de Praia da Ria Formosa - Projecto de Execução	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	275.520	275.520	165.312	
	ALG-02-1132-FEDER-000016	Requalificação dos Espaços Ribeirinhos - Projectos de Execução	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	506.140	506.140	303.684	
	ALG-02-1132-FEDER-000017	Requalificação Frente-Mar Armação Pêra-Poente	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	1.556.040	1.556.040	933.624	
	ALG-02-1132-FEDER-000018	Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508683424	Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	2.133.000	2.133.000	1.279.800	
	ALG-02-1132-FEDER-000019	Valorização das zonas balneares do concelho de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	392.154	392.154	235.292	
	ALG-02-1132-FEDER-000020	Revisão do POOC Odeixe/Vilamoura	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	456.200	456.200	273.720	
	ALG-02-1132-FEDER-000024	Requalificação do acesso e estacionamento da Praia do Barranco	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	159.010	159.010	95.406	
	ALG-02-1132-FEDER-000027	Qualidade e Segurança no Litoral do Algarve (QUASE)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508609720	Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP	861.460	861.460	516.876	
Prevenção e Gestão de riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais			5						4.934.918	4.934.918	2.960.951	
	ALG-02-1036-FEDER-000001	Veículos Estratégicos e Bombas de Grande Débito	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	680024379	Governo Civil de Faro	779.120	779.120	467.472	
	ALG-02-1036-FEDER-000002	Equipamentos de Comunicação e Apoio à Decisão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	680024379	Governo Civil de Faro	86.808	86.808	52.085	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-02-1036-FEDER-000003	Centro de Recursos Protecção Civil de Cachopo - Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	500.000	500.000	300.000	
	ALG-02-1036-FEDER-000004	Reequipamento Estratégico da Protecção Civil do Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	3.518.210	3.518.210	2.110.926	
	ALG-02-1036-FEDER-000005	Centro Municipal de Protecção Civil de Monchique	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506826961	Município de Monchique	50.780	50.780	30.468	
	61								53.346.256	50.636.008	26.631.099	0
Parcerias para a Regeneração Urbana									13.293.828	10.583.580	6.976.297	
	PO104001135 (a)	Centro Histórico e Zona Ribeirinha de Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	2.240.000	2.240.000	1.344.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000001	Núcleo Museológico da Água e Requalificação da Envolvente	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	313.386	313.386	188.032	
	ALG-03-1241-FEDER-000002	Reabilitação do Imóvel do Gaveto no Largo da Misericórdia	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	38.769	38.769	23.261	
	ALG-03-1241-FEDER-000004	Núcleo Museológico Islâmico, Posto de Turismo e Galeria	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	326.277	326.277	195.766	
	ALG-03-1241-FEDER-000005	Promoção da Baixa de Tavira e Animação	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	507985435	Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira	24.925	24.925	14.955	
	ALG-03-1241-FEDER-000008	Promoção do Plano de Parceria para a Regeneração Urbana	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	20.192	20.192	12.115	
	ALG-03-1241-FEDER-000010	Recuperação da Igreja da Misericórdia - Restaus Diversos	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	58.003	58.003	34.802	
	ALG-03-1241-FEDER-000011	Arraiais do Mundo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	40.000	40.000	24.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000012	Música nas Igrejas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	55.200	55.200	33.120	
	ALG-03-1241-FEDER-000020	Igreja da Misericórdia - Equipamento	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	5.182	5.182	3.109	
	ALG-03-1241-FEDER-000021	Recuperação da Casa do Despacho	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	42.142	42.142	25.285	
	ALG-03-1241-FEDER-000022	Casa do Despacho - Equipamento	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	501281800	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	8.595	8.595	5.157	
	ALG-03-1241-FEDER-000026	Recuperação da Igreja da Nossa Senhora das Ondas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	406.000	406.000	243.600	
	ALG-03-1241-FEDER-000027	Refuncionalização do Imóvel junto à Igreja das Ondas	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	154.000	154.000	92.400	
	PO104001136 (a)	Reintegrar o Centro Histórico Medieval no Centro de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.673.333	2.673.333	1.604.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000003	Cine-teatro Louletano	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	1.081.500	1.081.500	648.900	
	ALG-03-1241-FEDER-000006	Projecto de Dinamização do Comércio Tradicional - Noite Branca	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	107.844	107.844	64.706	
	ALG-03-1241-FEDER-000007	Estudo da Sinalética no Centro Histórico de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	25.200	25.200	15.120	
	ALG-03-1241-FEDER-000009	Estudo Acerca da Imagem do Comércio de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	508103053	Centro de Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	12.000	12.000	7.200	
	ALG-03-1241-FEDER-000014	Programa Universidade de Verão	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve	41.986	41.986	25.192	
	ALG-03-1241-FEDER-000015	Programa de Requalificação/ Reordenamento da Publicidade Exterior	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	508103053	Centro de Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	30.000	30.000	18.000	
	ALG-03-1241-FEDER-000016	Programa de Requalificação das Portas e Montras dos Estabelecimentos Comerciais	Público	Aprovada	Algarve	Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local	508103053	Centro de Loulé - Associação para o Desenvolvimento e Inovação do Comércio de Loulé	24.000	24.000	14.400	
	ALG-03-1241-FEDER-000018	Estudo de Requalificação da Envolvente do Largo da Matriz e Jardim dos Amuados	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve	9.950	9.950	5.970	

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
ALG-03-1241-FEDER-000019	Projecto de Dinamização das Actividades Económicas e Culturais no Mercado de Loulé	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505493870	Loulé Concelho Global, EM	63.260	63.260	37.956		
ALG-03-1241-FEDER-000023	Ações de Comunicação e Divulgação	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	10.000	10.000	6.000		
ALG-03-1241-FEDER-000025	Concurso de Ideias destinado a Promover a Criação de Indústrias Criativas	Público	Aprovada	Algarve	Instituições do Ensino Superior	505387271	Universidade do Algarve	51.475	51.475	30.885		
PO104001137 (a)	Centro Histórico e Frente Ribeirinha de Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.753.333	1.753.333	1.052.000		
ALG-03-1241-FEDER-000017	Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	343.942	343.942	206.365		
ALG-03-1298-FEDER-000001	Iniciativa JESSICA - Algarve	Público	Aprovada	Algarve	Fundações, ONG e outras associações	375280503	JESSICA Holding Fund	10.000.000	7.289.752	5.000.000		
Competitividade da rede Urbana Regional								4.090.404	4.090.404	1.840.682		
PO104002013 (a)	Algarve Central - Uma Parceria Territorial	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro (Líder)	6.800.000	6.800.000	3.060.000		
ALG-03-1340-FEDER-000001	Formação e Criação Artística em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	503704563	Devir - Associação de Actividades Culturais	600.000	600.000	270.000		
ALG-03-1340-FEDER-000002	Produção e Internacionalização Cultural	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	504043560	ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve	390.404	390.404	175.682		
ALG-03-1340-FEDER-000004	Iniciativas de Marketing Turístico Baseada nas TIC	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	560.000	560.000	252.000		
ALG-03-1340-FEDER-000006	Gestão Inter-Municipal do Programa Estratégico	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	340.000	340.000	153.000		
ALG-03-1340-FEDER-000007	Energias Renováveis e Eficiência Energética	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	700.000	700.000	315.000		
ALG-03-1340-FEDER-000008	Museus em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Município de São Brás de Alportel	800.000	800.000	360.000		
ALG-03-1340-FEDER-000009	Simplex Autárquico - Lojas dos Municípios em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	500.000	500.000	225.000		
ALG-03-1340-FEDER-000011	Estudo da Mobilidade Interurbana	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	200.000	200.000	90.000		
PO104002011 (b)	ECOS - Energia e Construção Sustentáveis	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local		Município de Moura (Líder) - entre outros Município de Silves	888.890	888.890	400.000		
PO104002014 (b)	Rede de Cidades com Marinas - Via Marítima para a Qualidade	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local		Município de Grândola (Líder) - entre outros Municípios de Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão e VRSA, IPTM	3.555.555	3.555.555	1.600.000		
Equipamentos Colectivos / Estruturantes								27.382.025	27.382.025	13.524.120		
ALG-03-1444-FEDER-000001	Ampliação da EB 1 n.º6 e construção de Jardim de Infância	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.198.902	1.198.902	599.451		
ALG-03-1444-FEDER-000002	Jardim de Infância de Ferragudo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506804240	Município de Lagoa	233.150	233.150	116.575		
ALG-03-1444-FEDER-000003	Nova Escola EB1 com Jardim de Infância (junto à EB2/3 José Carlos da Maia)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	2.151.040	2.151.040	1.075.520		
ALG-03-1444-FEDER-000004	Centro Escolar EB1/JI de Vale de Rãs	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.307.600	2.307.600	1.153.800		
ALG-03-1444-FEDER-000005	Construção da EB1 e JI de Vale de Pedras	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	1.920.000	1.920.000	960.000		
ALG-03-1444-FEDER-000006	Escola de Santo António	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de VRSA	1.823.215	1.823.215	911.608		
ALG-03-1444-FEDER-000007	EB 1 da Correieira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	43.200	43.200	21.600		
ALG-03-1444-FEDER-000008	Centro Escolar EB1/JI de Vale de Almancil	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502098139	Município de Loulé	2.048.400	2.048.400	1.024.200		
ALG-03-1444-FEDER-000018	Escola EB 1 e JI do Pontal	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505309939	Município de Portimão	2.527.600	2.527.600	1.263.800		
ALG-03-1444-FEDER-000023	Ampliação da EB1 / JI de Algoz - Silves	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506818837	Município de Silves	462.000	462.000	231.000		
ALG-03-1444-FEDER-000027	Ampliação da EB 1 n.º1 de Lagos (Escola do Bairro Operário)	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505170876	Município de Lagos	696.900	696.900	348.450		

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-03-1444-FEDER-000029	Ampliação da EB1 / JI de Moncarapacho - Olhão	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	1.139.708	1.139.708	569.854	
	ALG-03-1444-FEDER-000030	Requalificação e Ampliação da EB1 de Vale Carneiros - Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	625.452	625.452	312.726	
	ALG-03-1444-FEDER-000031	Centro Escolar da Horta do Carmo - Tavira	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	501067191	Município de Tavira	1.367.200	1.367.200	683.600	
	ALG-03-1444-FEDER-000034	Ampliação do Centro Escolar de Monte Gordo	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506833224	Município de VRSA	604.367	604.367	302.184	
	ALG-03-1444-FEDER-000036	Centro Escolar da Lejana - Faro	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro	2.048.400	2.048.400	1.024.200	
	ALG-03-1444-FEDER-000037	Centro Escolar da Guia	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503539473	Município de Albufeira	936.570	936.570	468.285	
	ALG-03-1447-FEDER-000001	Promotório de Sagres - Requalificação e Valorização	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600083012	Direcção Regional da Cultura do Algarve	3.579.399	3.579.399	1.789.700	
	ALG-03-1452-FEDER-000001	Algarve Cultural - Um Programa de Acção em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506971635	Teatro Municipal de Faro (Líder)	516.286	516.286	206.514	
	ALG-03-1452-FEDER-000002	Algarve Central - Programação Cultural em Rede	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506579425	Município de Faro (Líder)	733.714	733.714	293.486	
	ALG-03-1452-FEDER-000003	ARTESUL	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506971635	Teatro Municipal de Faro, EM	303.293	303.293	121.317	
	ALG-03-1452-FEDER-000004	ACTO 5	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506321894	Município de Olhão	115.630	115.630	46.252	
Acessibilidade e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano			5						8.579.999	8.579.999	4.290.000	
	ALG-03-1550-FEDER-000001	E.M. Altura - Furnazinhas - Troço Eira Verde	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506801969	Município de Castro Marim	2.811.695	2.811.695	1.405.848	
	ALG-03-1550-FEDER-000002	Circular de S. Brás - 2ª fase e Obras Complementares	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	503219924	Município de São Brás de Alportel	1.472.201	1.472.201	736.101	
	ALG-03-1550-FEDER-000003	Beneficiação da EN 122.1/EN 124	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506772446	Município de Alcoutim	1.695.983	1.695.983	847.992	
	ALG-03-1550-FEDER-000005	Beneficiação e Construção da EM 537 Burgau/Boca Rio/Salema	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	506730573	Município de Vila do Bispo	1.124.133	1.124.133	562.067	
	ALG-03-1550-FEDER-000006	Repavimentação da ER 267 Aljezur - Limite do Concelho	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	505932512	Município de Aljezur	1.475.987	1.475.987	737.994	
			7						2.286.763	2.286.763	1.600.734	0
Assistência Técnica			7						2.286.763	2.286.763	1.600.734	
	ALG-04-1873-FEDER-000001	Assistência Técnica do PO Algarve21	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	281.378	281.378	196.964	
	ALG-04-1873-FEDER-000002	Assistência Técnica - 2008 e seguintes - Aicep	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	12.329	12.329	8.630	
	ALG-04-1873-FEDER-000003	Assistência Técnica - 2009 e seguintes - AMAL	Público	Aprovada	Algarve	Administração Autónoma Local	502971096	AMAL	151.425	151.425	105.997	
	ALG-04-1873-FEDER-000004	Assistência Técnica - 2009 e seguintes - CCDRAIlg	Público	Aprovada	Algarve	Administração Directa Serviços Periféricos	600075818	CCDR Algarve	1.752.033	1.752.033	1.226.423	
	ALG-04-1873-FEDER-000005	Assistência Técnica - 2010 - Aicep	Público	Aprovada	Algarve	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	27.134	27.134	18.994	

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALG-04-1873-FEDER-000006	Assistência Técnica - 2008/2009/2010 - ADI	Público	Aprovada	Algarve	Entidade Privada sem fins Lucrativos	503024260	Agência de Inovação, S.A.	12.214	12.214	8.550	
	ALG-04-1873-FEDER-000007	Assistência Técnica - 2009/2010 - Turismo de Portugal	Público	Aprovada	Algarve	Administração Indirecta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	50.250	50.250	35.175	

- (a) Trata-se de Planos de Acção que a 31/12/2010 já dispunham de operações aprovadas, pelo que o valor considerado para efeitos de aprovações é o das operações individuais
 (b) Trata-se de Planos de Acção que a 31/12/2010 não dispunham de operações aprovadas, pelo que o valor do Plano não entra para efeitos de cálculo, mas consta a título informativo.



Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/ alteração dos Critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento de...	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Portaria nº 1462/2007 de 15-11, Portaria nº 711/2008 de 31-07 e Portaria nº 353-B/2009 de 03-04)	14-11-2007	ALG-02-2009-13	03-12-2009	01-02-2010
			ALG-02-2009-14	28-12-2009	19-03-2010
			ALG-02-2010-01	15-11-2010	31-01-2011
	Sistema de Incentivos à Inovação (Portaria nº 1464/2007 de 15-11 e Portaria nº 353-C/2009 de 03-04)	14-11-2007	ALG-03-2009-09	27-11-2009	01-02-2010
			ALG-03-2009-10	27-11-2009	31-01-2010
			ALG-03-2010-01	15-11-2010	10-01-2011
			ALG-03-2010-02	15-11-2010	10-01-2011
	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (Portaria nº 1463/2007 de 15-11, Portaria nº 250/2008 de 04-04 e Portaria nº 353-A/2009 de 03-04)	14-11-2007	ALG-01-2010-01	12-05-2010	18-06-2010
			ALG-01-2010-02	12-05-2010	30-06-2010
			ALG-01-2010-03	01-06-2010	30-11-2010
			ALG-01-2010-04	15-11-2010	14-01-2011
	Sistema de Apoio a Acções Colectivas (CMC POR em 04/04/2008 e CMC POFC em 08/05/2008)	08-04-2008	-	-	-
Apoios à Formação Profissional (CMC POR e CMC POFC em 30/04/2008)	-	-	-	-	
Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (CMC POR e CMC POFC em 02/07/2008, alteração em 31/12/2008)	24-07-2008	-	-	-	
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (CMC POR em 28/03/2008, alteração em 14/08/2009)	08-04-2008	-	-	-	
Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (CMC POR em 28/03/2008, alteração em 25/05/2009)	08-04-2008	-	-	-	
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (CMC POFC em 16/10/2007 e CMC POR em 13/12/2007, alteração em 14/08/2009)	14-11-2007	-	-	-	
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (CMC POR em 04/04/2008, alteração em 09/10/2008, alteração em 14/08/2009)	08-04-2008	-	-	-	
Promoção e Capacitação Institucional (CMC POR em 01/04/2008, alteração em 14/08/2009)	08-04-2008	-	-	-	
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (CMC POR em 09/10/2007, alteração em 14/08/2009)	14-11-2007	ALG-30-2010-01	12-08-2010	29-10-2010
	Optimização da Gestão de Resíduos (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 17/04/2009 e 14/08/2009)	03-03-2008	-	-	-
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 28/5/2009 e 14/08/2009)	14-11-2007	ALG-31-2010-02	10-08-2010	15-09-2010
			ALG-31-2010-03	12-08-2010	29-10-2010
	Energia (CMC POR em 28/03/2008, alteração em 14/08/2009)	08-04-2008	ALG-65-2010-01	19-07-2010	15-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 17/04/2009 e 14/08/2009)	03-03-2008	ALG-36-2010-01	28-03-2010	29-10-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais (CMC POR em 08/02/2008, alterações em 17/04/2009 e 14/08/2009)	03-03-2008	-	-	-
Acções de Valorização do Litoral (CMC POR em 09/10/2007, alteração em 14/08/2009)	14-11-2007	ALG-32-2010-02	25-03-2010	15-04-2010	
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	Política de Cidades-Parcerias para a Regeneração Urbana (CMC POR em 09/10/2007, alteração em 14/08/2009)	14-11-2007	-	-	-
		02-11-2010	ALG-98-2010-01	23-08-2010	26-08-2010
	Política de Cidades-Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (CMC POR em 09/10/2007)	14-11-2007	-	-	-
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (CMC POR em 09/10/2007, alterações em 19/11/2008, 17/04/2009 e 25/09/2009)	08-04-2008 08/11/2010	ALG-44-2010-03	01-02-2010	30-06-2010
			ALG-44-2010-04	12-08-2010	29-10-2010
	Rede de Equipamentos Culturais (CMC POR em 28/03/2008, alterações em 23/04/2008, 31/01/2009, 14/08/2009 e 25/09/2009)	08-04-2008	-	-	-
	Património Cultural (CMC POR em 09/10/2007, alteração em 30/01/2009)	14-11-2007	-	-	-
	Saúde (CMC POR em 09/10/2007, alteração em 15/07/2008)	14-11-2007	-	-	-
Equipamentos para a Coesão Local (CMC POR em 26/03/2008, alterações em 17/04/2009 e 14/08/2009)	08-04-2008	-	-	-	



Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/ alteração dos Critérios de selecção aprovados pela Comissão de Acompanhamento de...	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
E	Mobilidade Territorial (CMC POVT em 15/10/2007 e CMC POR em 06/11/2007, alterações em 14 e 21/04/09 e 14 e 31/08/2009)	03-03-2008	ALG-50-2010-01	12-08-2010	29-10-2010
EP4 - Assist. Técnica	Assistência Técnica (CMC POR em 19/03/2008, alteração em 05/06/2009)	08-04-2008	ALG-73-2010-03	13-09-2010	18-10-2010
Transversal	Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva (CMC POFC, CMC POR, MADRP e MTSS em 08/05/2008)	-	-	-	-
TOTAL	27+1		22 (a)	18 (b)	18 ©

(a) Concursos que estiveram abertos em 2010.

(b) Concursos que abriram em 2010.

(c) Concursos que encerraram em 2010.



Anexo IX - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.2010 (valores acumulados)

Designação de Eixo Prioritário / Área de Intervenção / Tipologia de Operação	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura											Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas		
		Total até 31-12-2010				em aberto a 31-12-2010		Encerrados a 31-12-2010			Tempos médios de decisão		Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura
		Nº	Fundo		%	Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	dos quais Decididos		Dias Previstos						
			Nº	mil euros						% do PO	Nº		mil euros	Nº	mil euros	Nº	mil euros	
		mil euros	Nº	mil euros	% do PO	Nº	mil euros	Nº	mil euros	Nº	mil euros	dias	dias	Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros
Total	174.952	99	148.269	84,75%	4	23.500	94	124.769	92	73.295	77	91	483	537.898	1.114	248	296.142	1.194
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	89.958	77	86.088	95,70%	4	23.500	72	62.588	71	28.348	83	92	336	333.084	991	157	147.916	942
01 - Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial		71	82.150		4	23.500	66	58.650	65	25.108	87	94	310	322.699	1.041	139	139.198	1.001
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (1)		24	21.150		1	4.000	23	17.150	22	5.059	77	81	166	44.085	266	76	21.095	278
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2)		26	10.700		1	1.500	25	9.200	25	2.168	89	95	33	9.025	273	21	7.756	369
Incentivos à Inovação (3)		20	50.300		2	18.000	17	32.300	17	14.226	98	111	110	256.445	2.331	41	97.202	2.371
SAFPRI (23)		1			0	0	1	0	1	3.654	-	-	1	13.144	13.144	1	13.144	13.144
05 - Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento		3	2.896		0	0	3	2.896	3	2.188	51	92	15	8.537	569	11	7.049	641
SAMA (26) (d)		2	2.500		0	0	2	2.500	2	1.850	57	66	14	7.726	552	10	6.239	624
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (66)		1	396		0	0	1	396	1	338	39	145	1	811	811	1	811	811
06 - Promoção e Capacitação Institucional		3	1.042		0	0	3	1.042	3	1.053	21	39	11	1.848	168	7	1.669	238
Promoção e Capacitação Institucional (27)		3	1.042		0	0	3	1.042	3	1.053	21	39	11	1.848	168	7	1.669	238
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	18.322	9	13.118	71,59%	0	0	9	13.118	8	11.472	64	91	80	43.387	542	47	30.531	650
07 - Áreas Classificadas e Biodiversidade		1	1.288		0	0	1	1.288	1	0	87	38	1	794	794	0	0	0
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (30)		1	1.288		0	0	1	1.288	1	0	87	38	1	794	794	0	0	0
08 - Estimulo à Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos		1	1.000		0	0	1	1.000	1	0	103	155	9	6.817	757	5	2.971	594
Optimização da Gestão de Resíduos (60) ANULADO (b)		1	1.000		0	0	1	1.000	1	0	103	155	9	6.817	757	5	2.971	594
09 - Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética		4	4.630		0	0	4	4.630	3	2.850	54	43	36	9.435	262	20	5.900	295
Ações de Valorização e Qualificação do Ambiente (31)		3	3.630		0	0	3	3.630	3	2.850	44	43	23	8.421	366	20	5.900	295
Energia (65)		1	1.000		0	0	1	1.000	0	0	85	-	13	1.014	78	0	0	0
10 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos		1	3.000		0	0	1	3.000	1	2.961	51	38	5	5.787	1.157	5	5.787	1.157
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais (36)		1	3.000		0	0	1	3.000	1	2.961	51	38	5	5.787	1.157	5	5.787	1.157
11 - Ordenamento e Valorização da Orla Costeira		2	3.200		0	0	2	3.200	2	5.661	59	183	29	20.554	709	17	15.874	934
Acções de Valorização do Litoral (32)		2	3.200		0	0	2	3.200	2	5.661	59	183	29	20.554	709	17	15.874	934
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	60.986	10	47.586	78,03%	0	0	10	47.586	10	31.874	58	102	60	160.310	2.672	37	116.578	3.151
12 - Parcerias para a Regeneração Urbana		2	9.000		0	0	2	9.000	2	9.000	87	369	7	52.450	7.493	4	36.612	9.153
Parcerias para a Regeneração Urbana (41) (d)		1	4.000		0	0	1	4.000	1	4.000	87	369	6	42.450	7.075	3	26.612	8.871
Parcerias para a Regeneração Urbana (98) (d)		1	5.000		0	0	1	5.000	1	5.000	-	-	1	10.000	10.000	1	10.000	10.000
13 - Competitividade da Rede Urbana Regional		1	4.000		0	0	1	4.000	1	5.060	54	204	3	21.035	7.012	3	21.035	7.012
Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (40) (d)		1	4.000		0	0	1	4.000	1	5.060	54 (a)	204	3	21.035	7.012	3	21.035	7.012
14 - Equipamentos Colectivos/ Estruturantes		6	30.586		0	0	6	30.586	6	13.524	50	51	43	76.807	1.786	25	49.489	1.980
Rede Escolar (44)		4	28.086		0	0	4	28.086	4	11.067	47	37	37	70.773	1.913	20	43.662	2.183
Rede de Equipamentos Culturais (52)		1	500		0	0	1	500	1	668	59 (c)	94	4	2.247	562	4	2.247	562
Valorização e Animação do Património Cultural (47)		1	2.000		0	0	1	2.000	1	1.790	51	65	2	3.787	1.894	1	3.579	3.579
15 - Acessibilidades e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano		1	4.000		0	0	1	4.000	1	4.290	87	38	7	10.018	1.431	5	9.442	1.888
Mobilidade Territorial (50)		1	4.000		0	0	1	4.000	1	4.290	87	38	7	10.018	1.431	5	9.442	1.888
EP4 - Assistência Técnica	5.686	3	1.477	25,98%	0	0	3	1.477	3	1.601	17	33	7	1.117	160	7	1.117	160
18 - Assistência Técnica		3	1.477		0	0	3	1.477	3	1.601	17	33	7	1.117	160	7	1.117	160
Assistência Técnica (73)		3	1.477		0	0	3	1.477	3	1.601	17	33	7	1.117	160	7	1.117	160

(a) Não se considera para efeitos de contagem de tempo, a candidatura inter regional, uma vez que a decisão depende da região líder

(b) Concurso suspenso em 21/10/2008 e anulado em 28/07/2009; para os tempos de decisão contou-se com a 1ª data.

(c) Foi considerada a data de decisão dos projectos regionais. O concurso inclui projectos inter regionais com líder de AG de outros PO cujos tempos de decisão não dependem da AG do PO Algarve.

(d) As aprovações contemplam o valor total dos Planos de acção/ Planos Estratégicos aprovados.



Anexo IX - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

Designação de Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Invest. Elegível Médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
	Nº	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	%	%	%	%	%	%	Nº	mil euros	%	%
Total	193	264.594	195.898	123.109	73.295	1.015	51%	55%	40%	49%	78%	89%	169	62.723	88%	86%
EP1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	116	126.122	110.352	40.273	28.348	951	47%	44%	35%	38%	74%	85%	109	27.152	94%	96%
01 - Apoio à Competitividade e Inovação Empresarial	102	119.495	104.916	34.837	25.108	1.029	45%	43%	33%	37%	73%	86%	95	23.911	93%	95%
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (1)	55	16.488	11.128	5.059	5.059	202	46%	48%	33%	37%	72%	78%	50	4.348	91%	86%
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (2)	15	4.012	3.403	2.408	2.168	227	64%	86%	45%	44%	71%	52%	14	2.062	93%	95%
Incentivos à Inovação (3)	31	85.851	77.241	14.226	14.226	2.492	37%	38%	28%	33%	76%	88%	30	13.848	97%	97%
SAFPRI (23)	1	13.144	13.144	13.144	13.144	3.654	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	3.654	100%	100%
05 - Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento	8	5.033	3.879	3.879	2.188	485	73%	83%	53%	59%	73%	71%	8	2.188	100%	100%
SAMA (26) (d)	7	4.222	3.203	3.203	1.850	458	71%	81%	50%	55%	70%	68%	7	1.850	100%	100%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (66)	1	811	676	676	338	676	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	338	100%	100%
06 - Promoção e Capacitação Institucional	6	1.594	1.557	1.557	1.053	259	64%	90%	55%	86%	86%	96%	6	1.053	100%	100%
Promoção e Capacitação Institucional (27)	6	1.594	1.557	1.557	1.053	259	64%	90%	55%	86%	86%	96%	6	1.053	100%	100%
EP2 - Protecção e Qualificação Ambiental	36	25.571	19.386	19.386	11.472	539	59%	70%	45%	59%	77%	84%	25	6.617	69%	58%
07 - Áreas Classificadas e Biodiversidade	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (30)	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
08 - Estimulo à Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos	0	0	0	0	0	0	56%	44%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
Optimização da Gestão de Resíduos (60) ANULADO	0	0	0	0	0	0	56%	44%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
09 - Monitorização, Informação e Promoção Ambiental e Eficiência Energética	16	5.406	5.017	5.017	2.850	314	56%	63%	44%	57%	80%	92%	12	1.611	75%	57%
Ações de Valorização e Qualificação do Ambiente (31)	16	5.406	5.017	5.017	2.850	314	87%	70%	70%	64%	80%	92%	12	1.611	75%	57%
Energia (65)	0	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0
10 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	5	5.787	4.935	4.935	2.961	987	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	52	20%	2%
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais (36)	5	5.787	4.935	4.935	2.961	987	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	52	20%	2%
11 - Ordenamento e Valorização da Orla Costeira	15	14.377	9.435	9.435	5.661	629	59%	77%	52%	70%	88%	91%	12	4.954	80%	88%
Acções de Valorização do Litoral (32)	15	14.377	9.435	9.435	5.661	629	59%	77%	52%	70%	88%	91%	12	4.954	80%	88%
EP3 - Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	34	110.569	63.873	61.163	31.874	1.879	62%	73%	57%	69%	92%	95%	31	28.306	91%	89%
12 - Parcerias para a Regeneração Urbana	4	36.612	16.667	13.956	9.000	4.167	57%	70%	57%	70%	100%	100%	4	9.000	100%	100%
Parcerias para a Regeneração Urbana (41) (d)	3	26.612	6.667	6.667	4.000	2.222	50%	63%	50%	63%	100%	100%	3	4.000	100%	100%
Parcerias para a Regeneração Urbana (98) (d)	1	10.000	10.000	7.290	5.000	10.000	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	5.000	100%	100%
13 - Competitividade da Rede Urbana Regional	3	21.035	11.244	11.244	5.060	3.748	100%	100%	100%	100%	100%	100%	2	3.460	67%	68%
Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (40) (d)	3	21.035	11.244	11.244	5.060	3.748	100%	100%	100%	100%	100%	100%	2	3.460	67%	68%
14 - Equipamentos Colectivos/ Estruturantes	22	44.081	27.382	27.382	13.524	1.245	58%	64%	51%	57%	88%	89%	22	13.524	100%	100%
Rede Escolar (44)	17	38.255	22.134	22.134	11.067	1.302	54%	62%	46%	54%	85%	88%	17	11.067	100%	100%
Rede de Equipamentos Culturais (52)	4	2.247	1.669	1.669	668	417	100%	100%	100%	100%	100%	100%	4	668	100%	100%
Valorização e Animação do Património Cultural (47)	1	3.579	3.579	3.579	1.790	3.579	50%	95%	50%	95%	100%	100%	1	1.790	100%	100%
15 - Acessibilidades e Mobilidade para Reforço do Sistema Urbano	5	8.840	8.580	8.580	4.290	1.716	71%	94%	71%	88%	100%	94%	3	2.322	60%	54%
Mobilidade Territorial (50)	5	8.840	8.580	8.580	4.290	1.716	71%	94%	71%	88%	100%	94%	3	2.322	60%	54%
EP4 - Assistência Técnica	7	2.333	2.287	2.287	1.601	327	100%	100%	100%	209%	100%	209%	4	647	57%	40%
18 - Assistência Técnica	7	2.333	2.287	2.287	1.601	327	100%	100%	100%	209%	100%	209%	4	647	57%	40%
Assistência Técnica (73)	7	2.333	2.287	2.287	1.601	327	100%	100%	100%	209%	100%	209%	4	647	57%	40%

(a) Não se considera para efeitos de contagem de tempo, a candidatura inter regional, uma vez que a decisão depende da região líder

(b) Concurso suspenso em e anulado em; para os tempos de decisão contou-se com a 1ª data.

(c) Foi considerada a data de decisão dos projectos regionais. O concurso inclui projectos inter regionais com líder de AG de outros PO cujos tempos de decisão não dependem da AG do PO Algarve.

(d) As aprovações contemplam o valor total dos Planos de acção/ Planos Estratégicos aprovados.



ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5067 de 10-10-2007

Anexo X: Realização Financeira (31/12/2010)

unid: euro

Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)
	1	2	3	4	5=3/1 ou 4/1
Eixo Prioritário 1	187.069.291	Custo Total	107.421	107.421	0,057%
FEDER	187.069.291		107.421	107.421	0,057%
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0		
Eixo Prioritário 2	35.234.722	Custo Total	299.755	299.755	0,851%
FEDER	35.234.722		299.755	299.755	0,851%
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0		
Eixo Prioritário 3	121.971.700	Custo Total	0	0	0,000%
FEDER	121.971.700		0	0	0,000%
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0		
Eixo Prioritário 4	8.122.771	Custo Total	219.516	219.516	2,702%
FEDER	8.122.771		219.516	219.516	2,702%
Despesas correspondentes à intervenção do FSE			0		
Total PO	352.398.484	Custo Total	626.692	626.692	3,611%
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral	352.398.484	Custo Total	626.692	626.692	3,611%
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral			0	0	0

Notas de Preenchimento:

Os montantes das colunas 3 e 4 são expressos em termos cumulativos.

Financiamento Total do PO: Custo Total do Programa.

Base de cálculo da contribuição da União: base para aplicação da taxa de co-financiamento do eixo prioritário (custo total (3) ou despesa pública (4))

Total das despesas elegíveis certificadas pagas pelos beneficiários: despesa elegível certificada

Contribuição pública correspondente: componente pública das despesas elegíveis certificadas.

Taxa de execução (%): calculada de acordo com a base de cálculo aplicável a cada eixo prioritário.



PROGRAMA: PO ALGARVE21

OBJECTIVO: CONVERGÊNCIA (Phasing Out)

CÓDIGO CCI: 2007PT161PO005

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5067 de 10-10-2007

Anexo XI - Template Monitoring Report for Financial Engineering Instruments (Holding Funds)

FORM I	Template Monitoring Report for Financial Engineering Instruments (Holding Funds)							
A GENERAL INFORMATION ON THE HOLDING FUND (JESSICA)								
A.1	Name of the HF	JESSICA - Joint of European Support for Sustainable Investment in City Areas						
A.2	Geographical scope of HF (national/regional)	Nacional						
A.3	Short description of HF (i.e. legal form, ownership structures, etc.)	<p>JESSICA is an initiative developed by the European Commission and the European Investment Bank (EIB), in collaboration with the Council of Europe Development Bank (CEB), in order to promote sustainable investment, growth and jobs in urban areas. JESSICA responds to the need for urban regeneration and urban investments, and is based on the scarcity of investment funds to finance integrated urban renewal and regeneration projects in pursuit of more sustainable urban communities.</p> <p>The JESSICA HOLDING FUND has been created based on the Funding Agreement signed on 20 of July 2009 between the Portugal Managing Authorities, the Direcção Geral do Tesouro e Finanças and the EIB. The EIB launched a Call for Expressions of Interest with the aim of selecting entities intended to act as Urban Development Funds (UDFs) that will receive resources from the JESSICA Holding Fund for Portugal JHFP, to facilitate the disbursement of European Union Structural Funds through financial engineering instruments in the form of actions which make repayable investments in public-private partnerships or other projects in Portugal NUTS 2 regions included in Integrated Plans for Sustainable Urban Development</p>						
A.4	Holding Fund manager	European Investment Bank - EIB						
A.5	Procedure for selecting the HF manager (short description)	The BEI will select Urban Development Funds (UDFs) that will receive resources from the JHFP to implement Urban projects. The functioning of JHFP is supervised by its Investment Board, consisting of independent Members appointed by the Portugal Managing Authority and DGTF after consultation with EIB						
A.6	Date of signature of funding agreement with MA	The Funding Agreement signed on 20 of July 2009						
B CONTRIBUTIONS TO THE HOLDING FUND								
B.1	CONTRIBUTIONS FROM OPERATIONAL PROGRAMME(S)							
B.1.1	Name of Operational Programme	POALGARVE 21	Total	Priority Axe III	Priority	Priority	Priority	Priority
B.1.2	ERDF resources	ERDF amounts committed in FA (in m EUR)	5,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.3		ERDF amounts effectively contributed to HF (in m EUR)	2,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.4	ESF resources (if any)	ESF amounts committed in FA (in m EUR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.5		ESF amounts effectively contributed to HF (in m EUR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.6		Public co-financing committed in FA (in m EUR)	2,3	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0

B.1.7	National public co-financing	Public co-financing effectively contributed to HF (in m EUR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.8		* of which effectively contributed to HF in cash (in m EUR, contributed by)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.9		* of which effectively contributed to HF in kind (in m EUR, contributed by)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.10	National private co-financing	Private co-financing committed in FA (in m EUR)	2,7	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.11		Private co-financing effectively contributed to HF (in m EUR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.12		* of which effectively contributed to HF in cash (in m EUR, contributed by)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.1.13		* of which effectively contributed to HF in kind (in m EUR, contributed by)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
B.2	ADDITIONAL (LEVERAGE) RESOURCES AT HF LEVEL (BEYOND OP CONTRIBUTIONS)							
B.2.1	Additional (leverage) resources at HF level beyond OP contributions	Total amount of public leverage resources legally committed (in EUR)	0,0					
B.2.2		Total amount of public leverage resources effectively contributed to HF (in m EUR)	0,0					
B.2.3		Nature and origin of public leverage resources at HF level (please describe)						
B.2.4		Total amount of private leverage resources legally committed (in m EUR)	0,0					
B.2.5		Total amount of private leverage resources effectively contributed to HF (in m EUR)	0,0					
B.2.6		Nature and origin of private leverage resources at HF level (please describe)	0,0					
B.3	TOTALS							
B.3.1	Total volume of the holding fund as stated in the Funding Agreement (in m EUR)		10,0					
B.3.2	Total contributions effectively made to the the HF (in m EUR)		2,5					

C INVESTMENTS IN FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENTS (FINANCIAL INTERMEDIARIES)			
C.1	Total number of Financial Engineering Instruments supported (no. of agreements signed)		
C.2	Total amount of HF resources legally committed to FEIs (in m EUR)		
C.3	Total amount effectively contributed to FEIs (in m EUR)		
C.4	Investments & contributions	Name of Financial Engineering Instrument	
C.5		Attributable to Art 44 first paragraph (a), (b) or (c) of (EC) 1083/2006?	
		Type of financial products offered to final recipients (please indicate: E - equity, L - loans, G - guarantees, O - other)	
C.6		Agreement signed on	
C.7		Amount of HF resources legally committed to FEI	
C.8		Amount of HF resources effectively contributed to FEI	
D RETURNS & RECYCLING			
D.1		Total amount of effective repayments received from FEIs other than HFs (in m EUR)	0
D.2	Total amount of interest, fees or other gains effectively paid to the HF (in m EUR)	0	
E MANAGEMENT COSTS & FEES			
E.1	Total amount of management costs and fees effectively paid to the HF manager (in m EUR)	1,8	

F.1	Total amount of exits realised and effectively paid back to the MA (in m EUR)	Not yet applicable
F.2	Total amount of exits realised and effectively paid to other shareholders of the fund (in m EUR)	Not yet applicable
G.1	Total number of final recipients supported	
G.2	Financial products supported by 1 EUR of public funds	
G.3	Total amount of additional leverage resources mobilised at the level of the FEI and final recipients (outside the scope of the OP(s)) (in m EUR) EXPECTED	
	Total amount of additional leverage resources mobilised at the level of the FEI and final recipients (outside the scope of the OP(s)) (in m EUR) REALISED	
G.4	Number of jobs created or safeguarded	

FORM II		Template Monitoring Report for Financial Engineering Instruments other than HFs	
A GENERAL INFORMATION ON THE FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENT (SAFPRI)			
A.1	Name of the FEI	PME Investe I and II	
A.2	Attributable to Art 44 first paragraph (a), (b) or (c) of (EC) 1083/2006?	Art 44 first paragraph (a)	
A.3	Geographical scope of FEI (national/regional)	Regional - Algarve	
A.4	Short description of FEI	The operation comprises an operational programme contribution of EUR 3,654 mn to "IAPMEI" and to "Turismo de	
A.5	Short description of overall investment strategy (instruments, target sectors and envisaged recipients)	The operation aims to facilitate the access to credit by SME of all activity sectors on the scope of OP Algarve21 (industry, commerce, tourism, construction, transports, services) and that want to invest and/or expand the activity.	
A.6	FEI manager	PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	
A.7	Procedure for selecting the FEI manager (short description)	PME Investimentos as manager of FINOVA ensures the global management of the whole operation. The mutual guarantee system is all included in the operation, all mutual guarantee societies and the society that manages the whole system and the FCGM (SPGM - Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua). Were invited the banks that represent more	
A.8	Date of signature of (funding) agreement with HF or MA	FCGM 5-2-2009 Protocols with banks and guarantee societies: PME Investe I - 8-7-2008 and PME Investe II - 14-10-2008	

B CONTRIBUTIONS TO THE FINANCIAL ENGINEERING INSTRUMENT (OTHER THAN HF)			
B.1 CONTRIBUTIONS RECEIVED FROM HF (in case HF structure is implemented)			
B.1.1	Total HF contribution committed in FA or equivalent contractual arrangement with the	13,1	
B.1.2	Total HF contribution effectively received from the HF (in m EUR)	12,2	
B.2 CONTRIBUTIONS FROM OPERATIONAL PROGRAMME(S) (where no HF structure is implemented)			
B.2.1	Name of Operational Programme	OP ALGARVE - ALGARVE21	Priority Axe I
B.2.2	ERDF resources	ERDF amounts committed in FA (in m EUR)	3,7
B.2.3		ERDF amounts effectively contributed to FEI (in m EUR)	3,5
B.2.4	ESF resources (if any)	ESF amounts committed in FA (in m EUR)	0,0
B.2.5		ESF amounts effectively contributed to FEI (FI) (in m EUR)	0,0
B.2.6	National public co-financing	Public co-financing committed in FA (in m EUR)	9,5
B.2.7		Public co-financing effectively contributed to FEI (in m EUR)	8,7
B.2.8		* of which effectively contributed to FEI in cash (in m EUR, contributed by)	8,7
B.2.9		* of which effectively contributed to FEI in kind (in m EUR, contributed by)	0,0
B.2.10		Private co-financing committed in FA (in m EUR)	0

B.2.11	National private co-financing	Private co-financing effectively contributed to FEI (in m EUR)	0	0
B.2.12		* of which effectively contributed to FEI in cash (in m EUR, contributed by)	0	0
B.2.13		* of which effectively contributed to FEI in kind (in m EUR, contributed by)	0	0
B.3	ADDITIONAL (LEVERAGE) RESOURCES CONTRIBUTED TO THE FEI (OTHER THAN HF)			
B.3.1	Additional (leverage) resources contributed at the level of the FEI (beyond OP contributions)	Total amount of leverage resources legally committed to FEI (in EUR)	0,0	
B.3.2		Total amount of leverage resources effectively contributed to FEI (in EUR)	0,0	
B.3.3		* effectively contributed by the public sector (in m EUR, contributed by)	0,0	
B.3.4		* effectively contributed by the private sector (in m EUR, contributed by)	0,0	
B.3.5		Nature and origin of leverage resources contributed to the FEI (brief description)		
B.4	TOTALS			
B.4.1	Total volume of contributions to the FEI as stated in the FA or equivalent contractual		13,1	
B.4.1	Total contributions effectively received by the the FEI (in m EUR)		6,2	

C INVESTMENTS / FINANCIAL PRODUCTS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (by					
C.1	LOANS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)			Total	
C.1.1	General information	Name of programme or product	---	PME Investe I	PME Investe II
C.1.2		Type of final recipients targetted (brief description)	---	SME in Algarve Region with investments	
C.1.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	---	SME ask for loans/guarantees in banks and must comply with the eligibility	
C.1.4		Programme or product available until (please indicate date)	---	12-01-2009	23-05-2011
C.1.5	Contractual commitments	Number of loan contracts signed with final recipients	141	34	107
C.1.6		Total loan amount committed in contracts with final recipients (in m EUR)	45,3	22,8	22,5
C.1.7	Actual utilisation (loans disbursed)	Number of loans (fully or partially) disbursed to final recipients	140	34	106
C.1.8		Total loan amount effectively disbursed to final recipients (in m EUR)	43,2	22,8	20,5
C.2	GUARANTEES COMMITTED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)			PME Investe I	PME Investe II
C.2.1	General information	Name of programme or product	---	PME Investe I	PME investe II
C.2.2		Final recipients targetted (brief description)	---	SME in Algarve Region with investments	
C.2.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	---	SME with aproved loans in banks and must comply with the eligibility	
C.2.4		Programme or product available until (please indicate date)	---	12-01-2009	23-05-2011
C.2.5		Average guarantee cover provided by programm of product (in relation to underlying loan, in %)	---	50%	50%
C.2.6	Contractual commitments	Number of guarantee contracts signed with final recipients	139	34	105
C.2.7		Total amount blocked for guarantee contracts signed (in m EUR)	5,5	1,0	4,5
C.2.8		Number of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	139	34	105
C.2.9		Total value of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	44,6	22,8	21,8
C.2.10		Envisaged multiplier (= ratio of amount blocked for guarantees / value of loans to be disbursed in relation to guarantee contracts)	0,122	0,042	0,207
C.2.11	Actual utilisation (guarantees)	Total amount of guarantees actually committed for disbursed loans in accordance with contracts signed (in m EUR)	22,3	11,4	10,9
C.2.12		Number of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	138	34	104

C.2.13	Actual utilisation (guarantees committed / loans disbursed)	Total value of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts (in m EUR)	42,5	22,8	19,7	
C.2.14		Actual multiplier (= ratio of capital allocated to guarantees actually committed to or provided for disbursed loans / value of loans actually disbursed in relation to guarantee contracts)	0,5	0,5	0,6	
C.3	EQUITY / VENTURE CAPITAL PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)			Total	Equity / venture capital programme or product 1	Equity / venture capital programme or product 2
C.3.1	General information	Name of programme or product	---			
C.3.2		Final recipients targetted (brief description)	---			
C.3.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	---			
C.3.4		Programme or product available until (please indicate date)	---			
C.3.5	Contractual commitments	Number of shareholder agreements signed with final recipients				
C.3.6		Total amount of investments committed in line with agreements (in m EUR)				
C.3.7	Actual utilisation	Number of investments made in line with agreements signed				
C.3.8		Total amount of investments effectively made in line with agreements (in m EUR)				
C.3.9		Valuation of total investments made (in m EUR, date of valuation)				
C.4	OTHER PRODUCTS PROVIDED TO FINAL RECIPIENTS (if applicable)			Total	Interests subsidies Investe I + II	Guarantee fee subsidees PME Investee I + II
C.4.1	General information	Name of programme or product	---	Interests subsidies PME Investe I + II	Guarantee fee subsidees PME Investee I + II	
C.4.2		Type of final recipients targetted (brief description)	---	SME in Algarve Region with investments		
C.4.3		Procedure for selecting final recipients (brief description)	---	SME with aproved loans in banks and must comply with the elegibility		
C.4.4		Programme or product available until (please indicate date)	---	12-01-2009	23-05-2011	
C.4.5	Contractual commitments	Number of products legally committed to final recipients	2	1	1	
C.4.6		Total amount committed in contracts with final recipients (in m EUR)	7,7	6,4	1,3	
C.4.7	Actual utilisation (loans disbursed)	Number of products effectively provided to final recipients	2	1	1	
C.4.8		Total amount effectively disbursed to final recipients (in m EUR)	0,7	0,5	0,2	
C.5	TOTALS					
C.5.1	Total number of transactions (no. of contracts or agreements signed with final		141			
C.5.2	Total amount of FEI resources legally committed to final recipients (in m EUR)		45,3			
C.5.3	Total amount effectively contributed to final recipients (in m EUR)		43,2			

D RETURNS & RECYCLING						
D.1	LOANS (if applicable)			Total		
D.1.1	Loans (in accordance with section C.1)	Total number of disbursed loans repaid				
D.1.2		Total amount of repayments on disbursed loans, fully or partially (total principal value of the loan, in m EUR)				
D.1.3		Total number of disbursed loans defaulted				
D.1.4		Total amount of disbursed loans defaulted (total principal of the loans, in m EUR)				
D.1.5		Total amount of interest effectively paid to the FEI (in m EUR)				

D.1.6		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI (in m EUR)			
D.2	GUARANTEES (if applicable)				
D.2.1	Guarantees (in accordance with section C.2)	Total number of guarantees provided (repayment term for underlying loans expired)			
D.2.2		Total blocked amount for guarantees provided (in m EUR)			
D.2.3		* Total blocked amount for guarantees provided and not called (in m EUR)			
D.2.4		* Total blocked amount for guarantees provided and called due to loan default (in m EUR)			
D.2.5		Total amount of guarantee fees or equivalent charges effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)			
D.2.6		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)			
D.3	EQUITY / VENTURE CAPITAL (if applicable)				
D.3.1	Equity / Venture Capital (in accordance with section C.3)	Total number of full or partial exits from investment			
D.3.2		Total amount of full or partial exits from investments, sold and realised (in m EUR)			
D.3.3		* of which the following total amount is qualified as gains, income or dividends (exceeding the initial investment amount) repaid from investments and effectively realised by the FEI (in m EUR)			
		Total amount of write-offs on equity investments (in m EUR)			
D.4	OTHER PRODUCTS (if applicable)				
D.4.1	Other products (in accordance with section C.4)	Total amount repaid to the FEI by final recipients (in m EUR)			
D.4.2		Total amount of charges effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)			
D.4.3		Total amount of any other gains effectively paid to the FEI by the final recipient (in m EUR)			
D.5	TOTALS				
D.5.1	Total amount of repayments to the FEI (in m EUR): D.1.2 + D.2.3 + D.3.2 + D.4.1)		0,0		
D.5.2	Total amount of interest, fees or other gains on investments returned to the FEI (in m EUR): D.1.5 + D.1.6 + D.2.5 + D.2.6 + D.3.3 + D.4.2 + D.4.3)		0,0		

E	NATIONAL CO-FINANCING & LEVERAGE RESOURCES PROVIDED AT THE LEVEL OF				
E.1.1	Public national co-financing at the level of final recipient (related to OP)	Amount of public national co-financing effectively contributed at the level of the final recipient in accordance with underlying OP (in m EUR)	6,2		
E.1.2		* of which effectively contributed in cash (in m EUR, contributed by)	6,2		
E.1.2		* of which effectively contributed in kind (in m EUR, contributed by)	0,0		
E.2.1	Private national co-financing at the level of final recipient (related to OP)	Amount of private national co-financing effectively contributed at the level of the final recipient in accordance with underlying OP (in m EUR)	0,0		
E.2.2		* of which effectively contributed in cash (in m EUR, contributed by)	0,0		
E.2.3		* of which effectively contributed in kind (in m EUR, contributed by)	0,0		
E.3.1	Additional (leverage) resources mobilised at the level of final recipient (outside the scope of the OP)	Total amount of leverage resources mobilised at the level of final recipient (in EUR)	109,0		
E.3.2		* amount mobilised from the public sector (in m EUR, contributed by)	0,0		
E.3.3		* amount mobilised from the private sector (in m EUR, contributed by)	109,0		
E.3.4		Nature and origin of leverage resources mobilised at the level of final recipient (brief description)	Loans provided to SME by banks		

F MANAGEMENT COSTS & FEES		
F.1	Total amount of management costs and/or fees effectively paid to the FEI manager (in m EUR)	Not reported
G EXITS FROM THE FEI		
G.1	Total amount of exits realised and effectively paid back to the HF or the MA (in m EUR)	Not yet applicable
G.2	Total amount of exits realised and effectively paid to other shareholders of the fund (in m EUR)	Not yet applicable
H INDICATORS (additional indicators can be added where considered appropriate)		
H.1	Total number of final recipients supported	141
H.2	Financial products supported by 1 EUR of public funds	8,3
H.3	Total amount of additional leverage resources mobilised at the level of the FEI and final	109,0
H.4	Number of jobs created or safeguarded	0